



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO EM HISTÓRIA

LESBIANIDADES E DEBATES PÚBLICOS NA HISTÓRIA:

Ações coletivas no legislativo federal brasileiro (1999-2011)

MARIA CRUZ FERRAZ

NITERÓI/RJ

2025

Maria Cruz Ferraz

LESBIANIDADES E DEBATES PÚBLICOS NA HISTÓRIA:

Ações coletivas no legislativo federal brasileiro (1999-2011)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Juniele Rabêlo de Almeida

NITERÓI/RJ

2025

Maria Cruz Ferraz

LESBIANIDADES E DEBATES PÚBLICOS NA HISTÓRIA:

Ações coletivas no legislativo federal brasileiro (1999-2011)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Juniele Rabêlo de Almeida - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Amanda de Mello Calabria
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Arguidora externa

Professora Doutora Beatriz Adura Martins
Universidade Federal de Fluminense - Arguidora interna

Professora Doutora Luciene de Oliveira Dias
Universidade Federal de Goiás - Arguidora externa

Professora Doutora Marta Gouveia de Oliveira Rovai
Universidade Federal de Alfenas - Arguidora externa

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

F3681 Ferraz, Maria Cruz
Lesbianidades e debates públicos na história : Ações coletivas no legislativo federal brasileiro (1999-2011) / Maria Cruz Ferraz. - 2025.
229 f.

Orientador: Juniele Rabêlo de Almeida.
Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2025.

1. História do Brasil. 2. Lesbianidades. 3. Legislativo federal. 4. Movimentos sociais. 5. Produção intelectual. I. Almeida, Juniele Rabêlo de, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

RESUMO

A partir do final dos anos 1990, os movimentos de lésbicas no Brasil intensificaram sua presença no debate público sobre desigualdades sociais, ocupando as plenárias e as mesas de discussão das instâncias públicas do legislativo federal. Esta tese analisa a história das articulações de ativistas lésbicas na Câmara dos Deputados no período de 1999 a 2011. A partir da análise dos registros de gravações das reuniões da Câmara (arquivos sonoros e notas taquigráficas), das narrativas de história oral e dos periódicos produzidos pelos movimentos sociais, problematizamos as relações de tensão e de diálogo entre os movimentos de lésbicas, deputados(as) e membros do governo na busca das ações ativistas por direitos e políticas públicas. Para tanto, buscamos discutir as questões que relacionam gênero, raça, classe e sexualidades no Brasil a partir dos debates realizados por essas lideranças. Partindo, sobretudo, de narrativas orais, a análise documental reflete, ainda, sobre a relevância das oralidades para o trabalho de memória dessas sujeitas sociais. Ao analisar algumas das principais pautas que envolvem políticas públicas e direitos para lésbicas - e para a população LGBTQIAPN+ -, este estudo se insere dentro do campo da história pública.

Palavras-chave: lesbianidades; movimentos de lésbicas brasileiras; memória; legislativo federal; história pública.

ABSTRACT

From the late 1990s, lesbian movements in Brazil intensified their presence in the public debate on social inequalities, occupying the plenaries and discussion tables of the federal legislature. This study analyzes the history of lesbian activist movements in Brazilian Congress between 1999 and 2011. Based on the analysis of recordings of congressional meetings (sound files and notes), oral history narratives and periodicals produced by social movements, we problematize the relations of tension and dialogue between lesbian movements, members of parliament and members of the government in the struggle for activist rights and public policies. To this end, we seek to discuss issues relating to gender, race, class and sexuality in Brazil based on the debates held by these leaders. Based above all on oral narratives, the analysis also reflects on the relevance of orality for the memory work of these social subjects. By analyzing some of the main issues involving public policies and rights for lesbians - and for the LGBTQIAPN+ population - this study is part of public history.

Keywords: lesbianism; brazilian lesbian movements; memory; parliament; public history.

Subjetividades, história do projeto e agradecimentos

Eu nasci no interior de Minas Gerais, na cidade de Montes Claros, norte do estado. Já morei, quando criança pequena, em Januária - mais ao norte ainda - e passei toda a minha adolescência no sul de Minas, em Poços de Caldas. Desde os 18 anos, vivo em Belo Horizonte e, por causa de tantas mudanças, não me vejo como alguém do norte, do sul, ou do centro do estado, me sinto fundamentalmente “mineira”, com um pouquinho de interior e um pouquinho de capital. Minha família, ao contrário, é norte mineira: com todos os significados culturais e morais que isso pode ter. Portanto, fui criada em um meio católico mas, desde os 12 anos, não tenho nenhuma religião. Sou uma mulher cisgênera branca e de classe média. Meus pais são funcionários públicos aposentados, o que me garantiu uma formação educacional em boas escolas e o acesso, posteriormente, à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde me graduei em História.

Além dos marcadores já citados, me identifico como lésbica: motivo pelo qual decidi, desde o final da graduação, estudar, pesquisar e entender as questões que envolvem as lesbianidades. Iniciei as minhas pesquisas pelo meu estado, pelos movimentos de lésbicas em Minas Gerais, mais especificamente em Belo Horizonte. E, com a aprovação no processo seletivo para o doutorado, decidi ampliar os horizontes e pensar as mobilizações a nível nacional. Essa pesquisa tem, portanto, muitos aspectos de autorreflexão que fiz ao longo da construção da minha própria identidade. Ao mesmo tempo, dialogo e aprendo com ativistas profundamente diferentes de mim. Por entender que as produções acadêmicas não se fazem sem as marcas das subjetividades que envolvem as(os) pesquisadoras(es), apresento, portanto, algumas das minhas para que seja possível entender os elementos que contornam este trabalho.

A primeira vez que entrei em um Arquivo foi em março de 2013, durante o 2º período da graduação em História e para começar um estágio trabalhando com um tipo de acervo que permeou toda a minha trajetória profissional até aqui: os documentos da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). O trabalho que desenvolvi a partir de então, como parte da equipe do Convênio de Cooperação Técnica entre o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e a CMBH, foi o que moldou parte dos meus conhecimentos sobre o campo historiográfico. A partir dele, passei a refletir sobre formas de organização e descrição de acervos, especificidades dos tipos documentais, os sentidos de memória dentro e fora das instituições públicas, as nuances do que é considerado “de interesse público” ou não. De certa forma, o trabalho cotidiano com projetos de lei, atas de reunião, documentos de comissão e vários outros acervos produzidos pelo legislativo municipal foi o meio pelo qual aprendi a lidar com fontes documentais, a questionar seus sentidos de produção e contextos, a exercer as funções primordiais do fazer historiográfico.

Por outro lado, há de se ressaltar a monotonia desses acervos: milhares de projetos de lei sobre nomeação de ruas, todos organizados, quase sempre, numa mesma estrutura; atas que narram leitura de versículos da Bíblia, que listam em números uma série de projetos e requerimentos discutidos, e de debates repetitivos, quase sempre com os(as) mesmos(as) vereadores(as) falando dos mesmos assuntos; gravações sonoras de dezenas de milhares de reuniões seguindo um mesmo rito, geralmente, enfadonho para quem escuta e descreve. A monotonia do tratamento arquivístico não é menor: listas e mais listas de descrição de acervo em diferentes etapas de tratamento; conferência das páginas de documentação textual; escrita de notação do código de arranjo em cada documento; elaboração de etiquetas para caixas de acondicionamento do acervo. Todas as atividades realizadas em cada etapa duram meses, muitas delas perpassam vários

anos e sabe-se que é um trabalho permanente, em um ciclo que se repete a cada chegada de novos documentos.

É relevante, entretanto, que a monotonia dos processos de tratamento e do acervo em si não o torna menos interessante. Ao contrário, a compreensão dos seus sentidos permite levantar uma série de questões sobre o contexto de produção dessas fontes documentais. É possível questionar, por exemplo, os objetivos por trás da elaboração de vários projetos de leis sobre temas que não são de competência municipal e que, ainda assim, foram apresentados por vereadores(as). Ou, ainda, perceber a diferença dos discursos realizados por políticos(as) em reuniões com ou sem a presença do público. A análise da constância e das mudanças dos ritos do processo legislativo auxiliam na compreensão de contextos mais amplos dos debates públicos. E é a partir do conhecimento do acervo em toda sua monotonia, que é possível captar os sentidos simbólicos contidos em transformações mínimas do cotidiano legislativo.

Foi justamente durante a percepção de uma pequena mudança nos debates da Câmara Municipal que identifiquei, durante o trabalho de descrição de fitas com gravações em áudio das reuniões, o quanto este tipo de acervo tinha potencial de pesquisa importante. Em meio às gravações que eram ouvidas para preencher uma planilha de descrição básica do acervo, alguém me apresentou um trecho em que a voz de um vereador se alterava e questionava de forma incisiva: “Vocês já viram vaca casar com vaca? Boi casar com boi? Então por que vamos aceitar um projeto de lei que permite homem casar com homem e mulher casar com mulher?”. Antes de analisarmos de forma sucinta o contexto de formulação desse discurso, preciso deixar claro que estou parafraseando o que foi dito pelo vereador. Infelizmente, embora essa gravação tenha sido o estímulo que me fez observar com mais interesse esse tipo de documento, na época não registrei e não guardei exatamente onde estava este trecho da fala. E,

como se trata de um acervo extenso de fitas com gravações sonoras - mais de três mil -, não consegui encontrá-la novamente.

De qualquer forma, ainda que a frase não seja exatamente esta, recorro claramente de uma analogia com os animais para justificar o porquê de não ser possível aprovar um casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ou, ainda que esta gravação seja uma completa ficção criada de forma inconsciente, é a partir desta construção de memória que acredito ter passado a olhar tal documentação com algum interesse. Farei, portanto, uma breve contextualização desta frase para concluir a narrativa que justifica o meu interesse pelo tipo documental que será extensamente analisado ao longo deste trabalho.

A frase ouvida por mim durante o processo de descrição do documento foi dita no final dos anos 1990, no contexto de intenso debate nas casas legislativas sobre o direito ao casamento - ou união civil, ou parceria civil registrada - de homossexuais. Tal debate se tornou latente a partir da apresentação do projeto de lei federal nº 1.151/95 de autoria da deputada Marta Suplicy e que tinha como objetivo regulamentar esta união civil. A compreensão deste momento histórico de forma superficial nos ajuda a entender o porquê da formulação da frase pelo vereador e nos auxilia a pensar como, a partir deste fato, o tema passou a aparecer cada vez mais nas discussões da CMBH.

É improvável que esta tenha sido a primeira vez que o debate sobre homossexualidades tenha ocorrido no local. O tema já vinha sendo discutido dentro dos partidos políticos e já existia, desde a época da Assembleia Constituinte, o desejo de incluir direitos a esta parcela da população por parte da militância homossexual. É improvável que este grupo social também tenha passado ileso nas discussões legislativas sobre a epidemia da AIDS ao longo dos anos 1980. E, ainda que de forma jocosa e estigmatizante, é possível que frases tenham sido ditas, nos anos 1960 e 1970,

por vereadores(as) repercutindo matérias de jornais que noticiaram, por exemplo, crimes envolvendo homossexuais.¹ Entretanto, ainda que não tenha sido a primeira vez que o tema apareceu nos debates legislativos da casa, foi a primeira vez que percebi a existência desta discussão e me interessei sobre como ela ocorria na instituição.

Organizando os pensamentos e realizando essa narrativa, percebo o quão óbvia é a conclusão que cheguei a partir de então. Entretanto, com a formação acadêmica ainda em processo e com apenas dois anos de estágio em Arquivo como experiência na área, há de se compreender o automatismo em que eu realizava as minhas funções na instituição. Por isso, somente nesse momento, eu passei a compreender de fato o que se tornou fundamental para a minha vida profissional e acadêmica: que nas casas legislativas ocorria uma multiplicidade de debates, sobre diferentes temas e perspectivas, e que esses debates, muitas vezes, tinham sido gravados.

A compreensão do real significado dessas gravações, do ponto de vista historiográfico, transformou completamente minha forma de observar o acervo legislativo como um todo. A partir desses debates que eram ouvidos, foi possível encontrar, conectar e aprender a analisar outros documentos que também faziam parte do Fundo CMBH: as atas de reuniões, os projetos de leis, as fotografias. Nesse sentido, a monotonia do trabalho e do acervo abriu espaço para certa curiosidade pela forma como alguns temas apareciam - ou não - e para o interesse pela escuta dos discursos construídos sobre eles.

A partir da minha pesquisa de mestrado e da elaboração da dissertação sobre a Associação Lésbica de Minas Gerais (ALEM)² eu pude, pela primeira vez, conectar os

¹ É importante ressaltar que, neste trecho, levantei algumas hipóteses não verificadas porque, no caso específico do acervo sonoro da CMBH, as gravações anteriores aos anos 1990 estão, em sua maioria, em fitas de rolo e não foram digitalizadas. O acervo neste suporte documental, que faz parte do Fundo CMBH sob guarda do APCBH, não pode ser acessado facilmente porque falta à instituição equipamento que faça a leitura do mesmo. Nesse caso, o acesso geralmente é dado via parceria com outra instituição que possui o equipamento necessário.

² Ferraz, Maria. Em busca da visibilidade: o movimento das mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014), 2021.

meus temas de interesse acadêmico (gênero, diversidade sexual, lesbianidades e militâncias LGBTQIAPN+) ao aprendizado que tive durante os anos de trabalho com o acervo da CMBH. Iniciei meu processo de pesquisa por entrevistas de história oral com a principal liderança da ALEM, Soraya Menezes. Realizei a análise de alguns periódicos e documentos produzidos por movimentos sociais. Entretanto, foi a partir da pesquisa que realizei no acervo da CMBH que me deparei com alguns documentos que não tinham sido analisados por outros(as) pesquisadores(as) do tema: a gravação de discursos realizados por Soraya Menezes - e outras militâncias lésbicas - em seminários e audiências públicas.

Se a frase do vereador comparando o casamento entre pessoas do mesmo gênero ao casamento entre animais foi o começo para que eu percebesse a multiplicidade de temas que podiam ser analisados naquele acervo, a descoberta de uma série de gravações de lideranças dos movimentos GLBTs na primeira década dos anos 2000, me fez perceber que era possível construir análises sobre a atuação e a construção dos discursos a partir de documentos ainda pouco explorados pela historiografia: as gravações audiovisuais de reuniões de comissões, seminários e audiências públicas das casas legislativas. Afinal, nestes eventos realizados pelas diferentes instâncias do poder há a participação da sociedade civil cobrando direitos, narrando suas experiências e dialogando com políticos(as) de diferentes matrizes ideológicas.

A partir desta documentação, é possível levantar algumas questões relevantes sobre o contexto de sua produção: quem são as lideranças que participam? E as que não participam? Elas foram convidadas? Se sim, por que foram escolhidas? De que forma participam? Quais as perspectivas defendidas por elas? Quais são os diálogos e as tensões que podem ser captadas pelos discursos? Quais memórias são narradas pelos seus discursos? O que querem com a participação nesses eventos? Tais questões,

obviamente, não podem ser resolvidas apenas pela escuta atenta das gravações. Entretanto, convidam ao cotejamento com outras fontes documentais que auxiliam no processo de compreensão dos seus contextos.

No segundo semestre de 2024 - entre setembro e novembro -, recebi uma bolsa de doutorado sanduíche oferecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - vinculada ao edital CNPQ N.º 14/2023 (Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação) -, coordenado pelo professor Dr. Eduardo Romero de Oliveira da UNESP, com participação de diversas instituições - entre elas a UFF e a Universidade Nova de Lisboa. Os objetivos gerais do projeto se referiam: às abordagens baseadas em direitos humanos e humanidades digitais a partir de parcerias nacionais e internacionais; ao desenvolvimento teórico-metodológico de ferramentas para produção, tratamento e garantia de acesso a acervos relacionados à temática.

Durante o período de doutorado sanduíche, foi possível realizar uma série de atividades vinculadas ao Grupo História, Territórios e Comunidades (HTC) da Universidade Nova de Lisboa sob orientação da professora Dra. Maria Fernanda Rollo. As atividades se relacionaram com os temas: história pública, história oral, memória, patrimônio, arquivos e estudos de gênero e de sexualidades. Nesse sentido, foram feitas visitas técnicas, participação em eventos e pesquisa em acervos com a finalidade de compreender aspectos teórico-metodológicos das formas de preservação e divulgação da memória e do patrimônio em Portugal. Os objetivos principais da minha atuação dentro do projeto eram: pensar o desenvolvimento do campo da história pública em Portugal e no Brasil, e conhecer os debates sobre gênero e história oral desenvolvidos no âmbito do HTC.

A partir da aproximação com a Rede “Resistência no Feminino”, vinculada ao HTC, passei a conhecer pesquisas desenvolvidas sobre a atuação dos movimentos de lésbicas em Portugal. Me interessei, portanto, por compreender como as mobilizações internacionais dialogam com o debate sobre direitos e políticas públicas para lésbicas no Brasil. Nesse sentido, realizei pesquisa na Hemeroteca Municipal de Lisboa para analisar três revistas produzidas pelos movimentos de lésbicas portuguesas: *Organa* (1990-1992), *Lilás* (1993-2002) e *Zona Livre* (1997-2007) - estudos fundamentais para o meu exercício de produção de trabalhos científicos que ultrapassaram a redação da minha tese. A partir de uma análise inicial dos temas e do recorte temporal, decidi me dedicar à leitura e análise mais aprofundada da Revista *Lilás*. A análise do periódico, permitiu traçar paralelos com as discussões de gênero e de sexualidade ocorridas no Brasil no mesmo período, e refletir sobre a repercussão - na revista portuguesa - da violência sofrida e das mobilizações de homossexuais brasileiros(as), são esses aspectos que aparecem ao longo desta tese quando cito a Revista *Lilás*.

São muitos os agradecimentos que tenho a fazer, de inúmeras pessoas que colaboraram com o processo de escrita e de pesquisa para esta tese. Primeiramente agradeço às colaboradoras das entrevistas de história oral, Soraya Menezes e Yone Lindgren. Pessoas com décadas de ativismos importantes, que ajudaram a mudar a história das comunidades lésbicas desse país. Agradeço pela generosidade em compartilhar o tempo, os conhecimentos e suas memórias sobre as trajetórias.

Sou extremamente grata à professora Juniele Almeida. Orientadora dedicada e humana, que me acolheu tão bem no Programa de Pós Graduação em História da UFF. Com leituras e escutas sensíveis, me ajudou a trilhar os passos das pesquisas de mestrado e doutorado, me apresentou à história pública e aos novos olhares para a história oral.

Agradeço profundamente ao Grupo de Estudos História, Gênero e Feminismos plurais em que, juntamente com Amanda Calabria, Andressa Inácio, e outras(os) colegas, foi possível conhecer e debater múltiplas reflexões que envolvem perspectivas de gênero e de sexualidades. Muitos desses pensamentos atravessam este trabalho e são fundamentais para o meu processo de amadurecimento enquanto feminista e pesquisadora. Agradeço especialmente Amanda que, pela parceria em todos os encontros do Grupo e a participação na minha banca de defesa, me auxilia recorrentemente com suas análises e leituras generosas.

Meus agradecimentos às professoras Luciene Dias, Beatriz Adura e Marta Rovai que, juntamente com Juniele Almeida e Amanda Calabria, compuseram bancas de qualificação e de defesa - de mestrado e doutorado -. Suas perspectivas foram fundamentais para me ajudar a repensar minhas pesquisas e análises. Sem as suas contribuições, este trabalho não teria as reflexões que têm.

Ao professor Eduardo Romero de Oliveira, da UNESP, que, juntamente com a professora Juniele Almeida, me convidou a participar do projeto de pesquisa que me garantiu a bolsa de doutorado sanduíche em Lisboa. Agradeço imensamente pela oportunidade, pela confiança e pelos horizontes que se abriram a partir dessa experiência.

Agradeço à professora Maria Fernanda Rollo, da Universidade Nova de Lisboa, e aos membros do HTC, especialmente à Joana Ralão - do Resistências no Feminino -, que me apresentaram novas perspectivas e pesquisas no campo da história oral, história pública e dos estudos de gênero. Também agradeço à Cláudia Filipe, arquivista do Museu da Polícia de Lisboa, que me recebeu tão bem na instituição.

Preciso fazer, ainda, agradecimentos às funcionárias e funcionários das instituições arquivísticas, do Brasil e de Portugal, que foram sempre generosos no

acolhimento e no auxílio das pesquisas. Quero agradecer, especialmente, ao Arquivo da Câmara dos Deputados, à Hemeroteca de Lisboa, à Hemeroteca Estadual de Minas Gerais e à Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Como profissional da área, sei do trabalho incrível que está por trás dessas funções e que, muitas vezes, são subvalorizados e não reconhecidos.

No campo dos agradecimentos às instituições arquivísticas, não poderia deixar de falar do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), instituições que me empregaram nos últimos 12 anos e são fundamentais na minha formação profissional e como pesquisadora. Agradeço especialmente à equipe vinculada ao Convênio de Cooperação Técnica e à Secarq da CMBH. Algumas pessoas que, mais do que colegas de trabalho, se tornaram amigas e parceiras da vida: Lays Souza, Jéssica Vieira e Ana Carolina. Também agradeço à Kellen Lemos e ao Marcelo Moreira que, como chefes da Secarq, me acolheram na CMBH e foram sensíveis às demandas que o doutorado, muitas vezes, exigiam.

Sou profundamente grata a ativistas que realizam trabalhos de memória fundamentais como o do pesquisador Luiz Morando. Em sua trajetória incansável de recolhimento, produção e pesquisa de acervos sobre a memória LGBTQIAPN+, tem sido sempre muito generoso na disponibilização de documentos e nos diálogos. Agradeço imensamente pelo trabalho que tem feito, especialmente sobre Belo Horizonte, e por ter sido o responsável por me instigar a pesquisar a história dos movimentos de lésbicas na capital mineira.

Agradeço, de todo o meu coração, à minha companheira, parceira e esposa Mayara Sá. Desde 2016, tem me acompanhado em toda a minha trajetória acadêmica e profissional, incentivado todos os meus planos e sonhos, e fomentado as reflexões mais

importantes sobre a vida e a realidade social do país. Com análises sempre realistas e bem posicionadas, me ajuda cotidianamente a olhar o mundo com doses certas de sensibilidade e razão. Definitivamente, tem sido a melhor parceira - para os momentos mais descontraídos e mais sérios - e quem garantiu o suporte, nas tarefas cotidianas e no apoio afetivo, para que este trabalho pudesse ser produzido.

Pensando na família, eu não poderia deixar de agradecer imensamente aos meus pais - Simone e José Nilton -, pessoas fundamentais na minha formação ética, educacional e emocional. Suas análises sempre críticas às hegemonias socioeconômicas do país, me formaram politicamente e me despertaram para a importância de pensar os processos históricos. Sempre foram grandes apoiadores e incentivadores - com jargões como: “se alguém conseguiu, então você também consegue”- e me garantiram todo o suporte afetivo e financeiro para que eu me formasse historiadora.

Também agradeço às minhas irmãs, Nadja e Sarah, com quem sempre pude conversar - dos assuntos mais banais aos mais relevantes - e que sempre foram grandes apoiadoras. Embora distantes geograficamente, se mostraram sempre presentes nos momentos mais importantes da minha vida.

A amigas(os) que, como Rubia Dias, sempre me incentivaram e estiveram abertas(os) a conversar e ouvir sobre alegrias, problemas e ansiedades, também agradeço imensamente. Em especial, ao Rodrigo Fukuhara, parceiro importante do período de doutorado sanduíche que, pela sua companhia, garantiu a manutenção da minha saúde mental em terras tão desconhecidas. Parceiro fundamental de visitas em arquivos, restaurantes, bares e adequações de malas em aeroportos, se transformou em um verdadeiro amigo a partir desta jornada.

Por fim, gostaria de encerrar os agradecimentos reverenciando cada ativista brasileira que direta, ou indiretamente, contribuiu para a luta pelos direitos e políticas

públicas para lésbicas. Entre algumas delas - além da Soraya Menezes e da Yone Lindgren já citadas -, cito nominalmente as que aparecem de alguma forma nas páginas deste trabalho: Virgínia Figueiredo, Rosângela Castro, Miriam Martinho, Luiza Granado, Teka, Cris, Marisa Fernandes, Luca, Maitê Schneider, Luana Cotroffi, Marli Barbosa, Andréa Manzan, Daniela, Fernanda Benvenuto, Rosana Ligerio, Maria Luiza, Irina Bacci, Janaina Dutra, Zora Costa, Midori Amorim, Danne Roos, Cris Simões, Mirian Weber, Jovanna Baby, Indianarae Siqueira e Miriam Corrêa. Muito obrigada!

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Introdução..... | 23 |
| | |
| Capítulo 1 | |
| Reflexões teórico-metodológicas: acervos e história pública do movimento de lésbicas..... | 38 |
| 1.1 Alguns apontamentos metodológicos: os acervos utilizados..... | 38 |
| 1.2 História oral e história pública: intersecções a partir de olhares sensíveis..... | 42 |
| | |
| Capítulo 2 | |
| As bases historiográficas e históricas para pensar os movimentos de lésbicas no Brasil..... | 55 |
| 2.1 Lesbianidades e suas intersecções: as potencialidades de pensar a partir da diferença. | 55 |
| 2.2 Dimensões de memória e de identidade: os sentidos da palavra “lésbica”..... | 62 |
| 2.3 Autonomia e visibilidade: o debate de feministas lésbicas nas décadas de 1980 e 1990..... | 74 |
| | |
| Capítulo 3 | |
| (In)visibilidades na Câmara dos Deputados: críticas, diálogos e tensões..... | 99 |
| 3.1 Novos corpos ocupam a Câmara dos Deputados: reflexões sobre tensionamentos e acolhimento..... | 100 |
| 3.2 Contrastes na participação em eventos: reproduções de invisibilidades..... | 111 |
| | |
| Capítulo 4 | |
| Violência de Estado e Direitos Humanos: um debate na Câmara dos Deputados..... | 118 |
| 4.1 Os relatos de Rosana Ligerio e Marli Barbosa: a busca por justiça na Câmara dos Deputados..... | 119 |
| 4.2 Reflexões sobre violência de Estado e direitos humanos..... | 125 |
| | |
| Capítulo 5 | |
| A discriminação e a violência lesbofóbica: fragmentos de registros na história recente do Brasil..... | 137 |
| 5.1 A lesbofobia na história recente do Brasil: relatos de vivências atravessadas pelo preconceito..... | 138 |
| 5.2 O lesbocídio no Brasil: reflexões sobre escassez de dados e invisibilidades..... | 148 |
| | |
| Capítulo 6 | |
| Os debates sobre a criminalização da LGBTfobia na Câmara dos Deputados..... | 157 |
| 6.1 A criminalização da LGBTfobia como pauta: a construção do discurso..... | 157 |
| 6.2 Criminalizar é preciso? Reflexões críticas sobre o debate..... | 169 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 7 | |
| Educação, gênero e sexualidades: debates plurais..... | 178 |
| 7.1 O programa Brasil sem Homofobia: entre propostas e execuções..... | 181 |
| 7.2 O projeto Escola sem Homofobia: entre o ideal e o veto..... | 189 |
| 7.3 Reflexões sobre pedagogias para e pela diferença..... | 198 |
| Considerações finais..... | 206 |
| Anexo..... | 213 |
| Fontes de pesquisa..... | 216 |
| Referências Bibliográficas..... | 224 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|-----------------------|------------|
| Imagem 1 | 78 |
| Imagem 2 | 91 |
| Imagem 3 | 95 |
| Imagem 4 | 179 |

LISTA DE SIGLAS

- ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros(as)
- ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas
- AI - Anistia Internacional
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ALEM – Associação Lésbica de Minas Gerais
- Alesp - Assembleia Legislativa de São Paulo
- ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
- CDH – Comissão de Direitos Humanos
- CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
- CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
- DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis
- GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista
- GGB – Grupo Gay da Bahia
- GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
- GLBTTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros(as)
- GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes
- HTC - Grupo História, Territórios e Comunidades da Universidade Nova de Lisboa
- LF – Grupo/Facção Lésbico Feminista
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros(as)
- LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros(as)

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras(os), Travestis, *Queer*, Intersexo, Assexuais/Agênero, Pansexuais, Não-binários e mais

MGM – Movimento Gay de Minas

MNU - Movimento Negro Unificado

MSM - Mulheres que se relacionam com mulheres

ONG's – Organizações Não-Governamentais

PL - Projeto de Lei

PLC - Projeto de Lei da Câmara

PPD - Pessoa Portadora de Deficiência

PT – Partido dos Trabalhadores

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UOO - Um Outro Olhar

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Introdução

Esta tese tem como objetivo principal o estudo das ações e articulações de lideranças lésbicas na Câmara dos Deputados a partir da participação em reuniões públicas, seminários, audiências e encontros que tiveram como pauta principal os direitos e as políticas para a população LGBT. Para isso, decidiu-se pelo recorte temporal de 1999 a 2011 e, por meio do Arquivo da Câmara dos Deputados, foram levantados os eventos que atendiam a estes critérios. Nesse sentido, utilizamos como ponto de partida as notas taquigráficas e os arquivos sonoros das reuniões para levantar questões e cotejar com documentos de movimentos sociais, notícias de jornais e relatos de história oral.

Este trabalho se insere no campo da história pública³ na medida em que o processo de pesquisa, de forma participativa, envolve o trabalho de memória das ativistas⁴ e os debates públicos referentes às lutas por direitos e políticas públicas das organizações que serão estudadas. A partir da compreensão histórica da construção dessas mobilizações, buscamos tratar questões socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero e de sexualidades que são relevantes para a análise da sociedade brasileira. Envolve um dos objetivos deste trabalho, portanto, o estudo de casos relacionados a estes movimentos sociais para tratar questões mais amplas como o machismo, o racismo, as desigualdades de classe e o heterossexismo.

Nesse sentido, traremos de algumas das perspectivas e propostas que estiveram em debate na Câmara dos Deputados. Apontando como, a partir do lugar social ocupado

³ As principais obras sobre história pública no Brasil começaram a ser sistematizadas a partir da década de 2010. Os debates em torno da história pública dialogam com reflexões sobre os públicos da história, as formas de narrar e os modos de produzir e compartilhar conhecimento no encontro do saber acadêmico e os saberes das comunidades de pertencimento (Almeida; Rosa, 2021; Almeida; Rovai, 2011).

⁴ Segundo Paul Ricœur (2000, p. 638), o “trabalho da memória é inseparável do trabalho do luto. Há feridas do passado que não são cicatrizadas pela simples lembrança, mas exigem um processo de reelaboração, de narrativa e de reconhecimento”. Portanto, para Ricœur, o trabalho da memória vai além da simples recordação: envolve interpretação, narração e reconhecimento, numa busca para reconstruir sentidos diante de perdas, violências ou traumas. É um processo político que acontece no tempo presente e visa restabelecer vínculos entre o passado e a comunidade atual, com vistas à justiça e à reconciliação.

pelas sujeitas históricas, é possível entender muitos dos sentidos que envolvem os seus discursos. Este trabalho é um recorte em meio a todas as possibilidades que o tema e o acervo documental apresentam. Para que fosse possível tratar de algumas das complexidades que envolvem as lutas levantadas por estes grupos sociais, selecionamos alguns eventos e documentos que auxiliam no começo de um processo de análise e discussão, mas que não tem a pretensão de encerrá-lo. Ao contrário, esta tese se coloca como um convite para que outros aspectos e outras perspectivas sejam levantadas para uma história deste debate público. Além disso, configura um dos objetivos principais deste trabalho a difusão dos acervos legislativos como fonte documental potencial e que pode ser um ponto de partida para diversas reflexões críticas sobre a história do Brasil.

Atualmente, lideranças e movimentos sociais têm utilizado a sigla LGBTQIAPN+ para designar lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras(os), travestis, *queer*, intersexo, assexuais/agênero, pansexuais, não-binários e mais. Ao longo dos últimos 30 anos, a ampliação de identidades e inclusão de novas categorias acontece em ritmo cada vez maior. Tal fato tem relação direta com percepções de possibilidade de fluidez de gêneros e de sexualidades que se tornaram fundamentais. Dessa forma, essa amplitude de grupos é algo recente, do ponto de vista histórico, e as formas de nomear vivências e identidades foram diferentes ao longo do tempo.

Buscando respeitar os termos utilizados em cada época e evitando transpor identidades do presente para grupos do passado, ao longo deste trabalho, utilizamos palavras diversas e que têm a pretensão - embora nem sempre seja possível - de ser correspondente ao período abordado. Nesse sentido, quando tratamos de identidades do século XX, palavras como “homossexuais/homossexualismo”, “lesbianismo”, aparecem. Da mesma forma, as siglas que foram utilizadas entre os anos 1990 e 2010:

“GLS”, “GLBT”, “LGBT”. Por fim, generalizações da época também foram utilizadas: “homofobia” e “homossexuais”.

Ao funcionar como uma categoria genérica, o termo “homofobia” invisibiliza formas específicas de violência, como a lesbofobia — que se refere ao preconceito e à violência contra lésbicas, atravessados também pelo machismo e pela hipersexualização dos corpos femininos —; a transfobia — que diz respeito à violência dirigida a pessoas trans e travestis, marcada por questões de identidade de gênero —; e a bifobia — associada à negação ou invalidação da orientação bissexual. Outra generalização é o uso do termo “homossexuais” para designar lésbicas e gays, o que ignora as especificidades de gênero, experiências e formas de discriminação vividas por mulheres lésbicas em relação aos homens gays, além de reforçar uma noção biomédica e patologizante da sexualidade, herdada de classificações clínicas do século XIX. Também é imprescindível ressaltar o sentido político que envolve a transposição da identidade lésbica para o início das siglas, transformação que ocorreu com a mudança de utilização de “GLBT” para “LGBT”: a decisão pela alteração partiu de uma luta histórica das lésbicas por visibilidade dentro das organizações de dissidentes sexuais e de gênero. Por isso, quando utilizamos “GLBT”, o fazemos somente no contexto de grupos sociais e eventos que usaram tal sigla no período específico.

Sobre as flexões de gênero, optamos por utilizar as generalizações em pares masculinos/femininos. Portanto, ao tratar de grupos diversos de pessoas como, por exemplo, ocupantes de mandato na Câmara dos Deputados, utilizamos “deputados(as)”. Os termos que aparecem somente no masculino não têm o sentido de generalização de homens e mulheres, ao contrário, eles reforçam que a referência é somente a homens. Ao tratar sobre “deputados presentes em determinada reunião”, por exemplo, nos referimos somente aos deputados homens e, por isso, o termo aparece no masculino.

Por fim, embora entendamos a relevância do processo de rompimento com a linguagem binária de gênero, a opção por manter flexões em pares masculinos/femininos também tem relação com o recorte temporal desta tese (1999-2011). Nesse período, ainda que os debates sobre fluidez de gênero já existissem, as pessoas cisgêneras e transgêneras citadas ainda se identificavam com uso de termos binários. Também gostaríamos de destacar que entendemos o sentido cisnormativo que o uso das palavras “homem” e “mulher” têm e o consequente apagamento das vivências travestis e transgêneras deste processo. Por isso, ao nos referirmos a “lésbicas”, por exemplo, buscamos não incluir a palavra “mulheres”, de forma a abranger diferentes identidades de gênero que, eventualmente, se identificassem enquanto tal. De qualquer forma, respeitamos sempre o processo de auto-identificação das sujeitas sociais que falam sobre as suas vivências, utilizando as nomeações reivindicadas por elas. Como ressalta Leticia Nascimento:

Muitas travestis e transexuais se sentem mulheres e podem e devem reivindicar-se como tal; inúmeras outras, entretanto, entendem a si mesmas como uma expressão de gênero originária e, portanto, não se sentem homens nem mulheres. A sentença “eu sou travesti” é suficiente para marcar seus locais dentro de uma identificação de gênero. A compreensão de mulheridades, feminilidades e travestigeneridades perpassa por uma estratégia política, e não condição ontológica, uma vez que se reivindicar dentro de uma performance de gênero relaciona-se diretamente à possibilidade de tornar-se alguém dentro das sociedades ocidentais. Nesse processo de ampliação das sujeitas do feminismo, acredito ser importante respeitar, tal como propõe Patricia Hill Collins (2019), o poder da autodefinição (Nascimento, 2021, p.41).

Cabe ressaltar, por fim, que, na história de luta dos movimentos de gays, lésbicas e travestis, essas categorias estiveram separadas enquanto identidades sexuais e de gênero. Nos momentos em que abordamos esses períodos históricos, quando o debate sobre lesbianidades de pessoas transgêneras e travestis ainda era incipiente, essas categorias também são analisadas de forma individualizada. O ritmo das transformações ocorridas nas discussões sobre gênero e sexualidades acarretam, inevitavelmente, que os trabalhos sobre o tema estejam sempre desatualizados. Esperamos que a compreensão

da historicidade deste estudo permita, entretanto, que parte das análises aqui levantadas não se torne obsoleta.

A pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado indicou um caminho para novas abordagens com documentos produzidos pelos legislativos. Na medida em que foi possível conectar o acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) com relatos trazidos pelas entrevistas de história oral e outros documentos utilizados ao longo da dissertação, nos interessamos pela busca das gravações de reuniões em outras casas legislativas. Com o desejo de ampliar o objeto de análise e entender como os debates sobre direitos e políticas públicas se davam em âmbito nacional, iniciamos a pesquisa pelos documentos produzidos pela Câmara dos Deputados. A escolha por esta casa legislativa, e não pelo Senado Federal, se deu pela organização do arquivo: o acervo que buscamos da Câmara dos Deputados pôde ser acessado integralmente via plataformas digitais, o mesmo não ocorreu com os documentos do Senado.

As instituições do poder legislativo lidam, portanto, de forma diferente com a produção e guarda de documentos relativos às suas reuniões. Algumas delas, como a CMBH, produzem atas resumidas, registros fotográficos e gravações (em áudio ou áudio e vídeo); outros lugares, como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a Câmara dos Deputados, produzem, além dos registros fotográficos e das gravações (em áudio ou áudio e vídeo), as notas taquigráficas. Entretanto, o fato de produzirem estes documentos não significa que todos terão guarda permanente⁵ e serão acessíveis a quem deseja fazer pesquisas.

No caso da CMBH, todos esses registros citados têm guarda permanente e, a depender do suporte em que se encontram, estão acessíveis no APCBH. Por outro lado,

⁵ Na Arquivologia, os documentos possuem “idades”. Eles podem ser: documentos correntes, intermediários ou de guarda permanente. Neste último grupo, estão aqueles que, na análise dos(as) técnicos(as) responsáveis, possuem valor histórico e que precisam ser guardados indefinidamente. Tal discussão está presente na obra “Arquivos permanentes”: (Bellotto, 2004).

a ALMG produz as notas taquigráficas a partir dos registros audiovisuais das reuniões e, em seguida, elimina essas gravações. Portanto, o conteúdo do que foi dito só pode ser acessado pela transcrição que foi produzida por redatores(as). A Câmara dos Deputados, por fim, mantém a guarda e o acesso aos dois tipos documentais: em um banco de dados virtual organizado e completo, é possível encontrar tanto os arquivos sonoros quanto as notas taquigráficas das reuniões.

O fato de termos acesso a ambos documentos, facilitou a decisão de partir das fontes produzidas pela Câmara dos Deputados para pensar a atuação de diferentes lideranças lésbicas na luta por direitos e políticas públicas. Ao longo da análise documental, tentaremos apresentar a relevância em poder confrontar as notas taquigráficas com as gravações. Além dos arquivos sonoros trazerem aspectos que não podem ser captados pelos documentos textuais - mudança na entonação das vozes, reações do público presente, cadência na dicção das palavras -, uma pequena alteração no texto que foi falado pode transformar completamente o sentido da frase. Mais do que isso, a não conformidade entre o texto escrito e o falado pode indicar perspectivas políticas, sociais e culturais relevantes que ajudam a compreender parte do contexto de produção do documento.

Por outro lado, e como qualquer fonte documental, as gravações sonoras não podem ser tratadas como reproduções do fato ocorrido no passado. Ao contrário, é necessário ler tais documentos como vestígios do que aconteceu nas reuniões. Faltam a estes vestígios elementos importantes: as discussões ocorridas fora dos eventos; as falas não gravadas; as expressões corporais dos(as) interlocutores(as); as divergências que, embora não verbalmente explicitadas, existem entre os(as) participantes. Ou seja, todos os aspectos não aparentes que caracterizam documentos como resquícios e não como reprodução do passado.

A compreensão das características destes tipos documentais convidam ao trabalho de cotejamento e confronto com outros acervos que tornam a análise do tema complexa e relevante. Ao contrapor com narrativas produzidas em entrevistas de história oral e documentos elaborados pelos movimentos sociais, as notas taquigráficas e as gravações sonoras são fundamentais no processo de compreensão da atmosfera social, política, econômica e cultural na qual se inserem as disputas travadas pelas lideranças abordadas neste trabalho. Propomos, portanto, que estes tipos documentais produzidos como registros das reuniões na Câmara dos Deputados sejam os fios condutores de uma análise mais ampla. Partindo dos discursos contidos nesses documentos, propomos o estudo das construções de memória, das percepções de identidade, e da luta por direitos e políticas públicas empreendidas por lideranças lésbicas no Brasil entre 1999 e 2011.

Na Câmara dos Deputados, assim como em outras casas legislativas, ocorrem diferentes tipos de reuniões e eventos: sessões plenárias, reuniões solenes, reuniões de comissão, seminários, palestras e debates. Para este trabalho, foi importante analisar os documentos produzidos por eventos que contaram com a participação da sociedade civil. Eventos nos quais lideranças de movimentos sociais utilizaram o microfone para requerer direitos, narrar experiências, questionar os poderes estabelecidos e reforçar pontos de tensão e aliança com outros grupos sociais. Nesse sentido, boa parte dos documentos analisados foram feitos a partir de seminários e audiências públicas (promovidas por comissões) voltados para os debates sobre diversidade sexual e de gênero.

Como o objetivo desta tese é trabalhar a partir do discurso das lideranças lésbicas que frequentaram os espaços, as falas dos(as) deputados(as) - embora sejam relevantes para entender a construção de alianças e o contexto da elaboração das falas

da sociedade civil - não são o foco desta pesquisa. Portanto, os documentos das sessões plenárias que são compostos, em sua maioria, apenas por discursos proferidos por deputados(as) não foram analisados. Da mesma forma, uma série de seminários e audiências públicas foram realizadas sobre a temática sem que contasse com a participação efetiva de lideranças dos movimentos lésbicos. Nesses casos, as fontes documentais auxiliam no processo de análise para apontar os sentidos que as ausências e invisibilidades dessas lideranças podem ter.

O processo de pesquisa foi feito a partir do endereço eletrônico da Câmara dos Deputados nos bancos de dados das notas taquigráficas e dos arquivos sonoros. Para que fosse possível filtrar melhor os conteúdos que interessavam - as audiências públicas ou seminários que contaram com participação ativa e falas de lideranças lésbicas - optamos por pesquisar alguns termos no acervo textual para, posteriormente, tentar acessar os arquivos sonoros das reuniões correspondentes. Dessa forma, iniciamos a busca alternando o preenchimento dos campos “texto integral”, “assunto” e “indexadores” da pesquisa no banco de discursos e de notas taquigráficas.

A pesquisa foi feita, inicialmente, com o recorte temporal de 1990 a 2015 utilizando os termos: “lésbica/lésbicas”, “homossexual/homossexuais”, “gay/gays”, “LGBT”, “GLBT”, “LGBTB”, “diversidade sexual”, entre vários outros. Dentre eles, o termo que obteve melhores resultados foi a palavra “gay”. A partir dela, foi possível encontrar a maioria dos eventos que debateram a temática. Nesse caso, é relevante que o termo “lésbica” praticamente não gerou resultados, mesmo pesquisando no campo “texto integral”. Foi possível constatar, posteriormente, que em quase todas as notas em que aparecia o termo “gay(s)” também aparecia a palavra “lésbica(s)”. Tal fato nos levou a perceber que o sistema de pesquisa dentro dos textos não funcionava muito bem

e que, no fim das contas, as reuniões pareciam estar, em sua maioria, agrupadas a partir de palavras-chave relacionadas ao termo “gay”.

Com o levantamento prévio das reuniões em que o tema da diversidade sexual e de gênero foi a pauta principal, foi possível perceber que a maioria dos debates, com presença maciça de lideranças históricas dos movimentos de lésbicas, travestis, transgêneras(os), gays e bissexuais, aconteceu a partir de 1999. Antes desse período, houve debates importantes relacionados ao PL nº 1.151/95 de autoria da deputada Marta Suplicy. Entretanto, muitos deles eram focados em palestras individuais de intelectuais, juristas, médicos e psicólogos que levavam suas perspectivas sobre a possibilidade de garantia do direito à união civil de homossexuais. Portanto, o recorte temporal desta tese foi ajustado para ser iniciado em 1999 - a partir da primeira reunião identificada em que houve a participação da militância lésbica tratando de temas que envolviam as lesbianidades: a Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, ocorrida em 25 de agosto de 1999, realizada para ouvir os relatos de violência sofridos por um casal de lésbicas em Pernambuco.

Por outro lado, se antes de 1999 os debates se iniciaram com pouca diversidade de representações dos movimentos sociais, as discussões que passaram a ocorrer depois da primeira década do novo milênio - nos anos 2010 - são escassas em outro sentido: no conteúdo propositivo. Os anos da primeira década de 2000 apontaram para a criação de uma série de alianças entre os movimentos LGBTs e membros do legislativo e do executivo, com realização de encontros anuais sobre direitos e políticas públicas, e a presença de diferentes organizações do país em sua multiplicidade de identidades. Em contrapartida, nos anos que se seguiram a 2010, o debate parece ter sido cooptado por vertentes conservadoras da Câmara dos Deputados. Tal constatação é possível a partir da pesquisa dos termos realizada no banco de discursos e notas taquigráficas. Alexandre

Martins (2020) explica que, a partir da década de 2010, os espaços para debates propositivos de temáticas voltadas para o público LGBT se tornaram cada vez mais estreitos:

Com a crise socioeconômica e política dos anos 2010, a razão neoliberal esvaziaria ainda mais as promessas sociais e democratizantes dessa experiência democrática, levando ao desmonte dos recursos disponíveis e ao estreitamento de oportunidades de participação antes abertas a ativistas LGBTs (Martins, 2020, p.232).

Na primeira década do século XXI, a pesquisa dos termos trouxe como resultado uma série de seminários e audiências públicas com a militância dos movimentos LGBTs sobre suas demandas e perspectivas. Ao longo deste trabalho, trataremos sobre como isso não significava a consolidação de um ambiente acolhedor para tais grupos sociais. É possível perceber, pelos próprios discursos, que se tratava de um segmento específico de deputados(as) que, muitas vezes vinculados à Comissão de Direitos Humanos e Minorias Sociais, auxiliavam na construção do debate na casa legislativa. Entretanto, é fato que existiam essas pequenas bolhas de acolhimento e que a militância teve algum espaço para manifestar suas perspectivas. Ainda que uma série de declarações lesbo/trans/homofóbicas fossem dadas ao longo de sessões plenárias e que já houvesse resistência de segmentos conservadores às pautas LGBTs, em algumas reuniões de comissão o tema era debatido de forma propositiva.

Por outro lado, a partir da década de 2010, as pautas relacionadas à questão LGBTQIAPN+ se tornaram tema latente para as vertentes conservadoras da Câmara dos Deputados e, além dos discursos das sessões plenárias, passaram a aparecer constantemente em reuniões de comissão. Com isso, a pesquisa dos termos começou a apontar, em grande parte, falas de deputados, como Jair Bolsonaro, citando obsessivamente o “kit-gay”, por exemplo. Tal fato, interferiu no caráter propositivo do debate e ocasionou a cooptação da pauta por essas vertentes. Principalmente se considerarmos que, espaços como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias Sociais,

que, até então, promoviam eventos de diálogo com este segmento social, passaram a ser palco para discursos de grupos contrários à garantia de quaisquer direitos para a população LGBTQIAPN+.

Esta obsessão, a partir deste período específico, não será abordada ao longo deste trabalho. Entretanto, algumas hipóteses sobre a mudança no ambiente político podem ser citadas: a ampliação da bancada religiosa conservadora do Congresso Nacional, que amplificou as discussões relacionadas à moralidade; e o papel das redes sociais neste processo, com o início de uma construção dos debates políticos que se pautavam nos ânimos desses meios de comunicação. É relevante que deputados como Jair Bolsonaro, que já ocupavam cargos na Câmara dos Deputados desde os anos 1990, só passaram a ter discursos constantes e mais incisivos sobre a população LGBT na segunda década do século XXI. Ou seja, 15 ou 20 anos depois de iniciar sua carreira política. Logo, tal mudança requer explicações que apontam uma direção que vai além de perspectivas religiosas e/ou moralizantes.

No mesmo período, nota-se um esvaziamento da discussão ocorrida em favor dos direitos para este segmento social. O fato se torna perceptível pela diminuição de participantes e de representação dos movimentos sociais nos seminários anuais sobre o tema. Tal situação pode ter relação com a hostilidade do ambiente em relação à temática, tal qual ponderou Martins (2020), e a renovação no quadro de deputados(as), ocasionando alteração das alianças políticas que fomentavam o debate. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, este trabalho era realizado por militantes históricos de grandes partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e que tinham vinculação com lideranças antigas dos movimentos de lésbicas, travestis e gays. Na década de 2010, por outro lado, os debates eram convocados por uma geração mais nova de deputados(as) e que atuavam de forma diferente. Nesse período destaca-se, por

exemplo, menos a presença de lideranças da sociedade civil. Em contrapartida, as falas de deputados(as) parecem ter ocupado maior espaço no debate.

Diante dos elementos apontados até aqui, o recorte temporal se encerra em 2011, ano em que foram identificadas as últimas reuniões com conteúdos propositivos relacionados aos direitos e políticas públicas para a população LGBT em que a atuação das ativistas têm mais destaque que a participação de deputados(as). Por todos os motivos levantados nos parágrafos anteriores, analisar os discursos realizados no período proposto garantirá o foco deste trabalho nas questões levantadas pelos movimentos sociais e não por outros(as) agentes do Congresso Nacional. Ainda que a oposição à luta das lésbicas também seja parte importante do debate, o objetivo central desta tese é participar do processo de visibilidade e de defesa de políticas públicas para este grupo social. Portanto, utilizar os documentos que foram produzidos, em sua maioria, no contexto de busca por direitos foi a forma encontrada para dar maior destaque à luta e à resistência, e menos à reação conservadora.

Durante o processo de definição dos temas que seriam abordados nesta tese adotamos, como fio condutor, as questões que apareceram mais frequentemente nas narrativas orais. A partir disso, identificamos temas relevantes relacionados à atuação de lésbicas na casa legislativa federal. São eles: visibilidade, direitos humanos, combate às discriminações e violências, políticas públicas de saúde, educação e segurança. Todos aparecem de forma inter-relacionada e, em um mesmo discurso, é provável que não seja possível separá-los em categorias. Buscamos, portanto, abordar a maioria deles ao longo dos capítulos. A partir dos temas selecionados, propomos analisar a sua construção histórica e as propostas que foram feitas relacionadas às pautas dos movimentos sociais.

No **capítulo 1**, apresentamos os principais acervos documentais analisados e as reflexões metodológicas e historiográficas que fundamentam a tese. A partir do conceito

de “oralidade”, discutimos a história oral como campo que, na intersecção com a história pública, auxilia na análise e produção dos acervos que compõem a base desta tese: discursos nas plenárias da Câmara (em gravações e notas taquigráficas) e as narrativas de história oral. Ao contrapor os dois tipos de narrativas, refletimos sobre a especificidade de cada uma e identificamos similaridades e diferenças nas performances de ativistas em entrevistas de história oral e em reuniões públicas no legislativo federal. Neste capítulo, também situamos esta pesquisa dentro da história pública e identificamos como, a partir da luta por direitos e políticas públicas, o trabalho de memória é realizado pelas ativistas.

No **capítulo 2**, introduzimos debates de gênero, raça e sexualidades, e analisamos a construção histórica da identidade lésbica no Brasil, os símbolos e sentidos que a categoria adquire ao longo da segunda metade do século XX. A partir da análise de trechos de discursos feitos na Câmara dos Deputados, apontamos como esses símbolos foram invocados em narrativas de lideranças lésbicas e quais as conexões com discursos elaborados no passado. Abordamos, ainda, a relevância da luta por autonomia e visibilidade nas décadas de 1980 e 1990: questões fundamentais para as organizações que participaram dos eventos entre 1999 e 2011 na casa legislativa federal.

No **capítulo 3**, analisamos a relação de lésbicas, travestis e mulheres transgêneras com a Câmara dos Deputados. Conectando vestígios que apontam o espaço como reverberador de dinâmicas de violências e de invisibilidade, apresentamos uma leitura crítica das participações em eventos voltados para o debate sobre diversidade sexual e de gênero. Questionamos, com isso, as diferenças de acolhimento entre lideranças e organizações “femininas” em comparação a categorias “masculinas”.

No **capítulo 4**, utilizamos os relatos feitos ao longo da primeira Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos, em 25 de agosto de 1999 (recorte temporal

da tese para o início da participação identificada da militância lésbica), para tratar sobre direitos humanos, simultaneidade de opressões e violências de Estado. Com isso, tentamos discutir a relação entre a sociedade civil e as instituições públicas, e a relevância das articulações entre diferentes grupos sociais na busca por direitos.

No **capítulo 5**, discutimos sobre discriminações e violências contra lésbicas: apresentamos aspectos dos preconceitos vivenciados por essas sujeitas sociais ao longo das últimas décadas. A partir de narrativas publicadas em periódicos dos movimentos sociais e no *Dossiê do lesbocídio no Brasil*, apontamos como o clima de insegurança social fomentou a defesa de medidas legais que buscassem a punição penal da LGBTfobia. Essa demanda por justiça, ainda que marcada por tensões no campo dos direitos humanos, expressaram o reconhecimento da persistência de violências estruturais. As denúncias visavam não apenas a responsabilização individual dos agressores, mas também a visibilização pública das formas sistemáticas de apagamento, exclusão e morte. Nesse sentido, a criminalização da LGBTfobia foi apresentada como um instrumento possível, embora não suficiente, para o enfrentamento das desigualdades cotidianas da vida de lésbicas no Brasil.

No **capítulo 6**, apresentamos discursos que defenderam a criminalização como medida eficaz de contenção das violências e discutimos, a partir do diálogo com pensadoras dos feminismos negros, entre outras(os), os sentidos sociais e políticos que essa defesa pode ter. Dessa forma, destacamos a mobilização pelo PLC nº 122/06 e as articulações dos movimentos sociais para sua aprovação. Analisamos os embates em torno do projeto no Congresso Nacional, as resistências fundamentadas por discursos conservadores e os tensionamentos internos aos próprios movimentos sobre os limites da judicialização. Também refletimos sobre como a criminalização, embora

reivindicada como mecanismo de proteção, pode produzir contradições no enfrentamento interseccional das violências de gênero, raça e sexualidade.

Por fim, no **capítulo 7**, apresentamos outra proposta de rompimento com a LGBTfobia feita pelos movimentos sociais: a transformação na educação. A partir do programa “Brasil sem Homofobia” e do projeto “Escola sem Homofobia”, discutimos as políticas públicas que foram pensadas para a educação e amplamente debatidas no Congresso Nacional. Apontamos, ainda, as fissuras entre os discursos e a prática de implementação dos projetos. No final do capítulo, refletimos sobre perspectivas pedagógicas que colocam a “diferença” no centro do debate e, com isso, dialogam com movimentos sociais e pesquisas que pensam uma educação efetivamente plural e diversa.

A partir dos capítulos apresentados, propomos uma análise das memórias e estratégias políticas de lideranças lésbicas, articulando os campos da história oral e da história pública. Por meio das diversas narrativas mobilizadas — provenientes de diferentes acervos —, investigamos as ações e debates nas disputas por reconhecimento e direitos. Ao evidenciar como essas sujeitas constroem memória e enfrentam violências estruturais e institucionais, colocamos a diferença no centro do debate e reconhecemos o protagonismo das vozes dissidentes na construção de uma história plural e comprometida com a justiça social

Capítulo 1

Reflexões teórico-metodológicas: acervos e história pública do movimento de lésbicas

Apresentar a análise da atuação de lideranças lésbicas na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2011 requer, primeiramente, a compreensão das ferramentas teórico-metodológicas utilizadas e o entendimento do processo histórico que envolveu a ocupação desse espaço pelas ativistas a partir do final dos anos 1990. Ao longo deste capítulo, apresentamos, portanto, as principais fontes documentais utilizadas, bem como as perspectivas da história oral e da história pública que nos ajudam a pensar as oralidades de forma ampla a partir dos discursos presentes nos encontros voltados para direitos e políticas públicas para lésbicas.

1.1 Alguns apontamentos metodológicos: os acervos utilizados

As fontes históricas analisadas ao longo desta tese têm origem em três principais tipos de acervos documentais: os das casas legislativas, os resultantes das entrevistas de história oral e os acervos dos movimentos sociais. Dentre eles, se destacam os documentos produzidos pela Câmara dos Deputados, os periódicos publicados pelas militâncias e as narrativas de história oral obtidas pelas entrevistas realizadas com duas ativistas dos movimentos de lésbicas. Ao final da tese, apresentamos as referências detalhadas de todos os documentos citados neste trabalho. Entretanto, cabe apresentar algumas informações fundamentais sobre os acervos mais utilizados para expor os contextos de obtenção dos mesmos e as justificativas para utilizá-las.

Já apresentamos os caminhos que levaram ao recorte documental desta tese e tratamos mais especificamente sobre como foi realizada a pesquisa com o acervo da Câmara dos Deputados. Ao todo, foram analisadas notas taquigráficas e arquivos sonoros de vinte (20) reuniões ocorridas na casa legislativa. Esses eventos produziram no total, aproximadamente, 343 páginas de notas taquigráficas e mais de 67 horas de

gravação sonora. Nem todas as reuniões foram citadas diretamente neste trabalho, mas todas estão listadas no **Anexo**.

Para o desenvolvimento desta tese, foram analisados os relatos de história oral obtidos por entrevistas realizadas com duas ativistas dos movimentos de lésbicas: Soraya Menezes e Yone Lindgren. Soraya Menezes foi fundadora da Associação Lésbica de Minas Gerais (ALEM) e ativista de organizações sindicais e dos movimentos negros e feministas em Belo Horizonte (MG). Durante pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado, foram realizadas cinco entrevistas de história oral de vida com Soraya Menezes.

A análise da participação de lideranças lésbicas nas reuniões da Câmara dos Deputados permitiu a identificação de algumas ativistas que estiveram presentes em maior número nas reuniões. Entre elas, Yone Lindgren - fundadora da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) - foi a que mais participou. No total, foram 5 eventos em que a ativista realizou discursos. Com atuação em movimentos sociais desde o final dos anos 1970, Yone Lindgren tem uma trajetória histórica e ativa na luta por direitos para a população de lésbicas, travestis, transgêneras(os), bissexuais e gays. Além disso, também fez parte da comissão responsável por elaborar o Programa “Brasil sem Homofobia”. Por isso, realizamos entrevista de história oral com a ativista em 11 de maio de 2024 com perguntas voltadas para a mobilização por direitos em instituições públicas. As informações detalhadas de todas as entrevistas se encontram no final desta tese, juntamente com as referências das outras fontes documentais.

Com o objetivo de pensar o desenvolvimento histórico das pautas levantadas pelas lésbicas na Câmara dos Deputados, realizamos a análise de algumas edições de periódicos produzidos entre os anos 1970 e início dos anos 2000 por e para a população de pessoas lésbicas, travestis, transgêneras, bissexuais e gays. Entre eles, estão: o Jornal

Lampião da Esquina, o Boletim Chanacomchana, o Boletim e a Revista Um Outro Olhar, e a Revista Lilás. Com exceção da Revista Lilás, os demais foram digitalizados e estão acessíveis em plataformas virtuais.

O Jornal Lampião da Esquina surgiu em 1978 produzido por um grupo de homens gays de São Paulo e do Rio de Janeiro. O periódico fazia parte da imprensa alternativa durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e discutia temas relacionados à homossexualidade. Com matérias em tons de crítica e deboche, o Lampião da Esquina circulou pelo Brasil até 1981, com 37 edições publicadas. A partir da análise de alguns trechos de suas edições, foi possível identificar tensões e diálogos com grupos de lésbicas e analisar os momentos iniciais de consolidação deste movimento social no Brasil.

O Jornal Chanacomchana circulou em apenas uma edição em janeiro de 1981 e foi substituído pelo Boletim com o mesmo nome, que teve doze edições entre dezembro de 1982 e maio de 1987. Produzido pelo GALF em São Paulo (SP), o Chanacomchana também fez parte da imprensa alternativa e trouxe textos fundamentais do período inicial de organização dos movimentos de lésbicas no Brasil. A partir da análise das suas edições, foi possível entender a construção de conceitos relacionados às lesbianidades e aos feminismos lésbicos nos anos 1980. Também aparecem nas páginas do periódico, os primeiros relatos de memória sobre o movimento das lésbicas de São Paulo que ajudam a analisar as construções sobre o passado no recorte temporal desta tese.

O Boletim e a Revista Um Outro Olhar foram produzidos, inicialmente pelo GALF e, posteriormente, pela Rede de Informações Um Outro Olhar, quando houve a transformação do antigo grupo na Organização Não Governamental (ONG) criada em 1990. Os periódicos ajudam a entender as novas formas de atuação dos movimentos de

lésbicas, principalmente a partir dos anos 1990, com a construção de redes de comunicação entre movimentos sociais e articulação política para a conquista de direitos. A partir da análise dos boletins e revistas, é possível identificar textos produzidos por ativistas lésbicas nos momentos que antecederam a articulação desse grupo social no Congresso Nacional, bem como as principais pautas dos movimentos no final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

A Revista Lilás foi produzida em Portugal por um grupo de lésbicas entre 1993 e 2002. Durante o período de doutorado sanduíche em Lisboa (ver a **história do projeto** nos agradecimentos da tese), identificamos acervos disponíveis de outras duas publicações produzidas por movimentos de lésbicas portuguesas: a Revista Organa (1990 a 1992) e a Zona Livre (1997 a 2007). Como dispúnhamos de pouco tempo para analisar mais detalhadamente alguma das publicações, optamos por fazer a análise da Lilás, por identificar que tinha aproximações com o recorte temporal e com o conteúdo veiculado pela Revista Um Outro Olhar.

As três publicações portuguesas estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Todas foram digitalizadas, entretanto, só podem ser acessadas no computador disponibilizado no local. Além disso, a instituição não permite registros fotográficos desses periódicos. Por isso, realizamos anotações sobre 32 edições da Revista - no total são 33, mas a edição de nº 5 não se encontra sob guarda da Hemeroteca de Lisboa - que resultaram 56 páginas de notas em caderno. Em relação aos textos que julgamos serem mais relevantes, optamos por registrar a gravação em áudio da sua leitura e fazer a transcrição dos mesmos posteriormente. Esses registros resultaram em um documento com 50 páginas de transcrição.

Cabe ressaltar que, ao gravar e transcrever, provavelmente, não conseguimos reproduzir com fidelidade completa as formas como os textos foram apresentados

originalmente: com todos os sinais de pontuação e marcas linguísticas. Nesse sentido, todos os textos da Revista Lilás que foram citados neste trabalho podem conter pequenas alterações em relação aos originais. Entretanto, não são alterações que comprometem o sentido geral dos textos.

1. 2 História oral e história pública: intersecções a partir de olhares sensíveis

A oralidade é central para a pesquisa que vamos apresentar ao longo desta tese. Conforme já apontamos, o acervo sonoro produzido pela Câmara dos Deputados é o ponto de partida para a construção das análises sobre diferentes dimensões que envolvem as lesbianidades e a busca por direitos e políticas públicas. Foi a partir dos discursos realizados pelas lideranças dos movimentos de lésbicas - portanto, das falas e das vozes dessas sujeitas -, que tentamos entender e apresentar suas perspectivas de vida, interpretações sobre vivências e estratégias políticas de transformação da realidade social. É nesse sentido que a oralidade permeia todas as análises que envolvem este trabalho, tendo nas fontes orais os documentos primordiais para as discussões que iremos levantar ao longo desta tese.

Ao pensar na oralidade em seu sentido abrangente, portanto, que integra “gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais” (Meihy & Holanda, 2015, p.14), entendemos que o que é falado compõe com outras dimensões de linguagem não verbal e que transmitem sentidos a serem analisados. No caso dos arquivos sonoros, os gestos e as expressões faciais, por exemplo, não foram registrados e, portanto, representam um lapso para a análise das performances narrativas. Entretanto, a inexistência de imagens em movimento não impede que seja possível interpretar outros aspectos da oralidade que ajudam a entender os sentidos e os contextos dos discursos realizados.

As entrevistas de história oral que utilizaremos nesta tese, por outro lado, foram registradas em vídeos e nos permitem análises que integram a expressão corporal como parte da linguagem usada pelas lideranças entrevistadas. Tanto os documentos gravados a partir das reuniões ocorridas na Câmara dos Deputados, quanto os que foram produzidos pelas entrevistas de história oral são, portanto, fontes orais. Na definição utilizada por José Carlos Meihy e Fabíola Holanda (2015), este tipo documental significa:

o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana. Entrevistas esporádicas feitas sem propósito explícito, gravações de músicas, absolutamente tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral (Meihy & Holanda, 2015, p.13).

Por se constituir como fonte imprescindível para o estudo proposto e como fio que conecta as outras fontes documentais que serão analisadas, discutiremos as especificidades e levantaremos questões teórico-metodológicas que envolvem estes documentos. Propomos, para isso, o uso da história oral enquanto campo de reflexão teórica para auxiliar na análise das fontes orais como um todo: tanto dos arquivos sonoros da Câmara dos Deputados quanto, obviamente, das que foram produzidas por entrevistas de história oral. As gravações sonoras criadas por instituições da Administração Pública durante o exercício das suas atividades não têm sido amplamente exploradas pela historiografia, especialmente aquelas que foram produzidas no contexto de reuniões das casas legislativas. Por isso, a história oral, como área do saber que reflete sobre oralidades, será fundamental para auxiliar na análise dos discursos registrados por essas fontes documentais. Cabe, entretanto, traçar as similaridades e diferenças existentes entre os documentos produzidos pelas gravações de reuniões legislativas e aqueles que são obtidos pelas entrevistas de história oral. É no contraponto entre esses dois tipos de acervos que vamos destacar aspectos da história oral que irão auxiliar no trabalho de análise documental.

Este campo teórico-metodológico nasceu a partir do século XX com a transformação das pesquisas historiográficas que permitiu a ampliação de fontes documentais e o uso das entrevistas como ferramenta para obtenção de novos objetos de análise. Na medida em que a área se ampliou, a história oral tornou-se mais do que um método de pesquisa e realizou reflexões epistemológicas sobre o campo historiográfico, pensando a sua função social e as formas de dialogar com sujeitos(as) históricos(as). Passou a refletir, portanto, sobre um fazer coletivo que reconhece as subjetividades - de pesquisadores(as) e colaboradores(as) - rompendo com a relação unilateral de sujeito e objeto.

Segundo Meihy e Holanda (2015), a história oral:

é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva (Meihy & Holanda, 2015, p.17).

As entrevistas de história oral e, portanto, os relatos obtidos a partir delas são documentos produzidos pelo uso de metodologia específica. É possível que pesquisadores(as) utilizem entrevistas sem, necessariamente, aplicá-la. Nesses casos, serão, portanto, entrevistas de outros tipos, mas não entrevistas de história oral (Meihy & Holanda, 2015). A história oral como ferramenta de produção de acervo requer, pelo menos, as seguintes etapas: um projeto, a elaboração de roteiros de entrevistas, os registros dessas entrevistas, as transcrições dos relatos e a produção/devolução dos documentos e/ou das análises produzidas para a comunidade. Por outro lado, as reflexões levantadas por este campo historiográfico podem ser extrapoladas para pensar dimensões da oralidade que estão presentes em documentos além das entrevistas.

Enquanto produção documental conectada à história do tempo presente e vinculada à memória, historiadores(as) da área refletem sobre o contexto de realização das entrevistas e como sua análise é imprescindível para entender os diálogos que são

traçados pelos(as) colaboradores(as) ao construírem suas narrativas durante as entrevistas. Ao pensar a dimensão de memória dos arquivos sonoros produzidos pela Câmara dos Deputados, o contexto que envolve a elaboração dos discursos é tão relevante quanto o de qualquer fonte documental. Se nas entrevistas o diálogo entre entrevistador(a)-colaborador(a) é fundamental para a análise dos relatos produzidos, nos discursos na Câmara dos Deputados, o contato com o público presente e o contexto histórico que envolve aquelas falas também são imprescindíveis.

Ao assumir-se como manifestação contemporânea, a história oral mantém vínculo inevitável com o imediato e isso obriga reconhecer o enlace da memória com modos de narrar (Meihy & Holanda, 2015, p.14).

Nesse sentido, para pensar os arquivos sonoros, importa o “imediato” que envolve os discursos realizados na casa legislativa: quem estava presente na reunião? Quando ela ocorreu? Quais temas eram debatidos pelos movimentos sociais daquele período? Há manifestações da plateia? O discurso parece lido ou improvisado? São algumas questões que nos ajudam a analisar essas fontes documentais e que, tal qual as entrevistas de história oral, se relacionam com o “imediato” daqueles eventos. A memória, enquanto vinculada ao presente de quando se narra, ressalta os elementos de identidade e de disputas daquele momento histórico.

Em relação à finalidade da produção de registros sonoros em casas legislativas, diferentemente da pesquisa historiográfica que busca, a partir das entrevistas, narrativas sobre o passado, as gravações legislativas têm o objetivo de atender à demanda de transparência e registro oficial dos debates e decisões que são promovidos na Câmara dos Deputados. A partir desses registros, são elaboradas atas de reuniões e notas taquigráficas que, em muitos casos, são publicadas em diários oficiais e ficam disponíveis para a consulta pela população. Essa finalidade de registro oficial conectada com funções cotidianas de transparência da instituição pública não significa que os(as) sujeitos(as) sociais envolvidos(as) - tanto com a produção desse tipo documental quanto

com os discursos que são registrados - não compreendam o caráter histórico dessas gravações. Como nos lembra Jacques Le Goff (2013), os documentos são monumentos, portanto, eles não são produzidos sem intencionalidades memorialísticas e sem a pretensão de perdurar com o tempo. Ainda assim, as finalidades diferem as narrativas orais produzidas pelas entrevistas e as gravações sonoras de reuniões legislativas.

Os contextos em que são elaborados os registros também guardam profundas diferenças: no primeiro caso, as gravações são feitas por pesquisadores(as) durante entrevistas que, ainda que vinculados(as) a instituições públicas ou privadas, possui número reduzido de pessoas presentes - às vezes, somente um(a) pesquisador(a) e um(a) colaborador(a) - em um ambiente, geralmente, escolhido pelo(a) entrevistado(a) em que este(a) é suscitado(a) a narrar vivências do passado, instigado(a) pela presença do(a) entrevistador(a) que elabora perguntas - na história oral, mesmo quando realizada em ambiente privado ou íntimo, a entrevista visa à construção de acervos públicos -; no segundo caso (gravações sonoras de reuniões legislativas.), a gravação é feita por instituição da administração pública a partir da captação do som dos microfones durante evento que tem a finalidade, primordial, de debater um tema latente do momento histórico, além disso, os(as) detentores da palavra estão, em muitos casos, em um espaço de plenário, sentados(as) à mesa e são instigados(as) pela presença das pessoas que participam do evento.

As entrevistas públicas de história oral talvez sejam as que guardam alguma proximidade com os ambientes em que os arquivos sonoros das casas legislativas são produzidos. Ambos têm como premissa a presença de um público que altera significativamente como se dão as performances narrativas (Hermeto; Amato; Dellamore, 2022). Entretanto, segue a diferença marcante das entrevistas serem atravessadas por perguntas voltadas para a memória dos(as) sujeitos(as), enquanto as

falas realizadas em reuniões legislativas - mesmo que intercaladas com algumas perguntas e mesmo que a memória sobre os ativismos apareça em parte dos discursos - se voltam para o contexto de requisição de direitos daquele momento e naquele espaço de poder político. Além disso, é imprescindível pensar os sentidos que envolvem os documentos produzidos pela institucionalidade oficial e que diferem profundamente dos acervos originados nos projetos de história oral.

Segundo Meihy e Holanda (2015), a história oral se relaciona, justamente, com a construção de métodos de pesquisa e de produção documental que, até então, não eram adotados pela historiografia. É da crítica ao uso, hierárquico e exclusivo, de “documentos oficiais” elaborados por sujeitos hegemônicos que buscou-se a interlocução com outros grupos sociais e a produção de acervos que reproduzem novas perspectivas:

(...) a história oral privilegia grupos sociais deslocados — migrantes e imigrantes —, parcelas minoritárias excluídas (...) e se vale de suas narrativas para propor um “outra história”, (...) de ângulo incomum, sobre determinada realidade em contraposição ao silenciamento ou à visão “majoritária” e institucionalizada, assumida como aquela que devemos reconhecer como “versão oficial” (Meihy & Holanda, 2015, p.52).

É relevante pensar na contraposição entre os documentos produzidos pelas entrevistas de história oral - que privilegiam “parcelas minoritárias excluídas (...) e se valem de suas narrativas para propor uma “outra história”” - e os que são produzidos pelas instituições públicas - que reproduzem a visão majoritária, são fontes que ficaram conhecidas como “documentos oficiais”-. No caso de gravações de discursos realizados por lideranças de movimentos sociais - produzidas pela Administração Pública em espaços institucionais -, há que se pensar que a análise precisa compreender os aspectos da oralidade que, tal qual os documentos produzidos pelas entrevistas de história oral, tratam de narrativas de grupos não-hegemônicos e, ao mesmo tempo, possuem características inerentes de documentos produzidos pela institucionalidade pública.

Por isso, é relevante pensar que esses acervos revelam uma relação que é, ao mesmo tempo, de colaboração e de exigência de direitos. Há, portanto, aspectos da conformação dos movimentos sociais à institucionalidade - as lideranças convidadas, em muitos casos, possuem vinculação político-partidária, são próximas das lideranças institucionais - e aspectos do caráter inovador da presença desses corpos nesses espaços de forma crítica ao Estado e em busca de direitos - as lideranças apontam as falhas das instituições em lidar com as diferenças sociais e não se conformam com a (quase) inexistência de políticas públicas para os grupos que representam -. Este tipo de documento encontra, portanto, intersecções com acervos que são produzidos em contextos e com objetivos completamente diferentes. Tais intersecções se relacionam, justamente, com as especificidades que envolvem determinadas sujeitas sociais discursando a partir das suas subjetividades, vivências e desejos.

As reflexões realizadas pela história oral nos ajudam, ainda, a pensar nas questões existentes entre os registros orais e os documentos escritos que são produzidos a partir destes. Como citado, a oralidade envolve aspectos de linguagem não verbal que compõem os sentidos do que é narrado. A análise da performance é, portanto, fundamental na interpretação da oralidade, pois perde-se muito no processo de transcrição das falas. Segundo Meihy e Holanda (2015):

A oralidade quando vertida para o escrito congela a realidade narrada mudando a dinâmica original. O estado especial, fluido, da oralidade se estratifica, fazendo o momento da apreensão se tornar prisioneiro das letras escritas. As análises sobre esse tipo de documentação devem, pois, levar em conta a especificidade do suporte criado e seus resultados. (Meihy & Holanda, 2015, p.26)

O processo de transcrição das entrevistas de história oral é imprescindível para que a análise das mesmas sejam feitas em livros, artigos e projetos acadêmicos. Também é a partir das transcrições que é possível obter a autorização - ou não - dos(as) colaboradores(as) para o uso dos relatos concedidos por eles(as). Ao ler - ou ouvir -

suas falas transcritas, podem sugerir alterações e solicitar a supressão de trechos que não querem ver expostos em materiais produzidos a partir do projeto de história oral. Mesmo que o tipo documental produzido pelas transcrições não seja capaz de reproduzir o que foi falado nas suas múltiplas linguagens - por isso, a relevância da análise das entrevistas incorporar a leitura dos aspectos não verbais das narrativas -, ele é fundamental como fonte documental a ser analisada e como forma de divulgação dos relatos.

No caso dos arquivos sonoros da Câmara dos Deputados, as notas taquigráficas cumprem a função de documento textual de transcrição das falas contidas nas gravações. Além disso, apresentam as informações básicas sobre o evento no cabeçalho do documento: quem solicitou a realização (por exemplo, o nome das comissões que organizaram a reunião); o nome do evento; a data; o horário de início e de encerramento; o tempo de gravação; a quantidade de páginas de transcrição geradas; os(as) responsáveis pela revisão, supervisão e concatenação das notas; os(as) depoentes/convidados(as) do evento; o sumário; e um campo para observações. Logo abaixo deste último campo, as notas apresentam as transcrições de todas as falas - ou pelo menos de todas as que foram audíveis - na sequência em que foram realizadas.

As notas não possuem, em geral, transcrição das linguagens não verbais utilizadas ao longo dos eventos, com exceção dos aplausos que, em alguns momentos, aparecem narrados entre as falas. Nessa situação, principalmente quando os discursos dos(as) convidados(as) foram interrompidos, as notas os citam da seguinte forma: “(Palmas.)”. Assim como as transcrições das entrevistas de história oral, as notas taquigráficas cumprem, portanto, função importante para pesquisadores(as) que desejam analisar discursos realizados na Câmara dos Deputados. No caso do processo de pesquisa para essa tese, foi a partir desses documentos que levantamos, inicialmente, os

temas e os(as) participantes de cada reunião. Por meio disso, foi possível definir quais arquivos sonoros seriam ouvidos e analisados. Para verificar possíveis divergências sobre o tema ou convidados(as) citados(as) nas notas taquigráficas, realizamos a conferência das informações presentes na plataforma de acesso aos arquivos sonoros das reuniões. Com a análise das notas, portanto, foi possível realizar o “filtro” inicial para definir o recorte de arquivos sonoros a serem estudados.

As notas taquigráficas compõem, portanto, as fontes documentais que foram analisadas ao longo desta pesquisa. Conforme discutiremos melhor no **Capítulo 3**, o cotejamento dos arquivos sonoros com as notas nos ajudam a identificar divergências entre os discursos falados e os transcritos que vão além da simples adequação de tipos de linguagem. Revelam marcas de perspectivas de gênero, por exemplo, que nos convidam a pensar sobre a produção documental em instituições atravessadas por preconceitos sociais. Dessa forma, mais uma vez, as reflexões da história oral nos ajudam a entender as diferenças entre a adequação à fala escrita - que é inerente à transcrição de discursos - e as alterações que modificam os significados do que foi falado. Daí a relevância do compromisso da história oral com análises que pensam os sentidos das linguagens e os colocam em perspectiva com questões de gênero, raça, classe e sexualidades.

Nas últimas décadas, se consolidou no Brasil em diálogo com a história oral, o campo da “história pública”. Embora com múltiplas definições e sentidos, esta área de conhecimento pode ser entendida a partir da sua preocupação com a função pública da história, ou seja, com a capacidade de diálogo e de produção de conhecimentos que, em sintonia com a sociedade, busque levantar discussões comprometidas com o direito à memória, com a luta por cidadania e por políticas públicas, e com o respeito às “outrerdades” (Nascimento, 2021); (Rovai, 2023). Ricardo Santhiago (2016) aponta,

portanto, alguns engajamentos que envolvem a história pública e nos auxiliam na compreensão deste campo do saber:

(...) penso a história pública como uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo) (Santhiago, 2016, p.28).

No que se refere ao trabalho desenvolvido a partir da pesquisa para a elaboração desta tese, a dimensão de “história pública” aparece, principalmente, ao ressaltar a relevância dos debates realizados pelos movimentos de lésbicas e no compromisso com a colaboração da produção historiográfica que compreende a agência desses grupos sociais no processo de busca - e de manutenção - de direitos e políticas públicas. Para isso, é fundamental pensar em questões orientadoras dos sentidos que envolvem a história oral e a história pública e que são levantadas por Marta Rovai: “Com quem nós queremos conversar e por que nós queremos conversar?”.⁶

Ao longo desta tese, nós procuramos dialogar com lésbicas de diferentes grupos sociais que têm nas suas vivências das lesbianidades as razões fundamentais de mobilização política em espaços hegemônicos de poder em busca de transformação social. A decisão pelo diálogo com este grupo perpassa, como assinalamos na **história do projeto**, pelas subjetividades de quem escreve este texto, mas também pela compreensão da relevância de colaborar no processo de tornar cada vez mais públicos(as) os documentos, os debates, as perspectivas e, principalmente, as sujeitas sociais que lutaram pelo direito à liberdade de vivenciar afetos e desejos. Por compreender, portanto, que este trabalho se situa, também, no campo da história do tempo presente e que são esses temas imprescindíveis para um fazer historiográfico

⁶ O questionamento feito pela professora Marta Rovai sobre os sentidos dos projetos de história oral foi realizado durante a aula “História oral, outridades e a condução de entrevistas”, em 24/04/2025, no Curso de Formação em História Oral oferecido pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

comprometido socialmente. Nesse sentido, as escolhas narrativas são fundamentais.

Segundo Juniele Almeida:

(...) a mediação com as comunidades locais não se resume à divulgação de suas histórias a um público mais amplo, mas passa por escolhas narrativas e reparações históricas – a partir das dimensões políticas da cidadania e dos direitos humanos (Almeida, 2024, p.5).

A pesquisa no Arquivo da Câmara dos Deputados foi o ponto de partida que auxiliou no processo de identificação das organizações sociais e das lideranças que atuaram ativamente neste espaço. Como citamos anteriormente, a análise desses tipos documentais são como fios que se desenrolam em mais perguntas que respostas e nos convidam ao cotejamento com outros documentos. Nesse aspecto, os relatos de história oral produzidos em entrevistas são fontes fundamentais na compreensão do contexto que envolve as ações no legislativo federal. Mais ainda, cumprem função indispensável do fazer historiográfico sensível às demandas sociais: a escuta das sujeitas participantes no processo histórico.

Nesse sentido, este estudo busca um trabalho de memória participativo, que compreende a importância de “práticas de responsabilidade político-social com a memória coletiva” (Almeida, 2018, p. 108). Ao dialogar com as sujeitas participantes (seja por meio das narrativas produzidas por entrevistas de história oral, ou por narrativas resultantes de gravações plenárias e notas taquigráficas), é possível analisar as construções de memórias e percepções de identidade que são importantes para a história pública das militâncias. E, com isso, entender também os objetivos por trás da mobilização em casas legislativas. As gravações sonoras e as transcrições de discursos são limitadas pelo contexto de produção e pelos objetivos das instituições públicas ao fazer esses registros. Entretanto, é possível buscar outras perspectivas dos acontecimentos em relatos que rememoram sobre a luta por direitos e em fontes documentais produzidas pelos movimentos sociais. Dessa forma, destaca-se a

importância de compreender a potencialidade da análise das fontes orais a partir do olhar da história pública. Segundo Juniele Almeida (2016):

Apostamos na história pública para levar em conta as necessidades dos próprios movimentos sociais e contribuir para a organização e divulgação de interesses sociais. Trabalhos de história oral com movimentos sociais podem promover políticas públicas a partir da significação das reivindicações e disputas socioeconômicas narradas por esses sujeitos coletivos (Almeida, 2016, p. 53).

Ainda que produzidas em contextos e com objetivos diferentes, as fontes documentais que são fundamentais ao longo desta tese têm origem no mesmo aspecto: a oralidade. Ao lidar com acervos que se constroem a partir da voz, busca-se “incorporar narrativas de si, referenciais dos movimentos sociais, da literatura e de fontes consideradas “menores” (Díaz-Benitez & Mattos, 2019, p. 85)”. Dessa forma, trabalhamos com discursos em diferentes graus, formulados por diversas formas: falas que nascem de provocações perguntadas, que se tornam sonoras pela leitura de textos escritos, e que buscam se (re)afirmar enquanto sujeitas históricas.

Enquanto campo historiográfico que se amplia, a história pública dialoga profundamente com a história oral. Busca-se, com isso, que historiadores(as) assumam “o comprometimento com o processo de produção dialógica da pesquisa e o exercício da compreensão histórica fundamentada, ao mobilizar questões sensíveis e socialmente vivas em comunidades de sentido” (Almeida, 2018, p. 102). A relação entrevistadora-colaboradora se constitui a partir de um compartilhamento de autoridades (Frisch, 2016), que entende que a função social da pesquisa não se limita à divulgação das fontes documentais produzidas e devolução dos materiais da entrevista às colaboradoras. Como aponta Marta Rovai (2018, p. 307):

(...) entende-se que a chamada a uma história pública seja emergente para se conhecer, pensar e reconhecer a alteridade e dignidade de segmentos sociais historicamente apartados de aspectos públicos do poder e violados em seus direitos na América Latina (ela mesma uma construção conceitual), a partir das demandas e múltiplas vozes contra uma história colonizada.

Dessa forma, ao tratar temas socialmente relevantes - como a busca por direitos e políticas públicas para lésbicas - a História se integra às agentes políticas que tentam dar visibilidade às suas pautas. Portanto, o trabalho de colaboração se dá em diferentes frentes: na divulgação e análise das perspectivas de memória e identidade construídas por essas sujeitas históricas; na devolução dos materiais produzidos pelas entrevistas de história oral; na apresentação de fontes documentais - às quais muitas desconheciam ou não tinham acesso - relacionadas à atuação desses grupos sociais em instituições públicas; na parceria com o processo de visibilidade das suas lutas e atuações.

As elaborações provenientes da oralidade - em suas diferentes origens e dimensões - são fontes fundamentais para uma análise do passado que busca lidar com sujeitas sociais de grupos não hegemônicos e que, historicamente, utilizam as palavras faladas - e não escritas - para se colocar no mundo e relatar suas memórias. Nesse sentido, tratar sobre oralidades requer, necessariamente, o diálogo com os campos de estudos que pensam questões de gênero, raça, classe e sexualidade. Como pontua Marta Rovai (2018, p.307) em trecho citado anteriormente, a história pública é emergente no reconhecimento de alteridades de segmentos sociais que não têm suas perspectivas consideradas pela história colonizada. O entrecruzamento da história oral, da história pública, dos estudos de gênero e de relações étnico-raciais potencializa, portanto, a construção de uma análise crítica sobre o passado que compreende a agência de diferentes grupos sociais.

Capítulo 2

As bases historiográficas e históricas para pensar os movimentos de lésbicas no Brasil

A análise da trajetória de articulação de lésbicas no Congresso Nacional requer compreensão dos processos históricos que levaram à construção das principais demandas dos movimentos sociais. Ao longo deste capítulo, portanto, tratamos de epistemologias que nos ajudam a refletir sobre gênero, raça, classe e sexualidades de forma a compreender a potencialidade que a “diferença” tem para construção de projetos políticos que visam a superação de hegemonias historicamente constituídas. Analisamos, ainda, a construção da identidade “lésbica” no Brasil e de algumas das suas pautas fundamentais, com o objetivo de apresentar as bases para os temas que foram discutidos posteriormente, entre 1999 e 2011, na Câmara dos Deputados.

2.1 Lesbianidades e suas intersecções: as potencialidades de pensar a partir da diferença

Durante o “II Seminário GLBT” ocorrido na Câmara dos Deputados em 28 de junho de 2005, Virgínia Figueiredo (Coordenadora setorial GLBTT do PT) levantou alguns questionamentos sobre os temas discutidos e as participações no evento:

Fala-se de parceria civil, nos “não-direitos” que li lá fora, mas não se fala dos gays, travestis, transexuais, lésbicas que moram na periferia, que não têm o que deixar. (...) Por que não falar das lésbicas negras? Por que não falar dessa grande disparidade que existe? E não falamos de pessoas portadoras de deficiência? Estou vendo que não há nenhuma pessoa fazendo a linguagem dos sinais aqui. Podem dizer que eles não querem vir, mas eles não vêm porque não conseguem. Nós nunca conseguimos incluir essas pessoas. Onde estão as lésbicas ou os gays PPD? Eles não existem? Existem. Onde estão as lésbicas ou gays que são a base, que estão lá sofrendo dia a dia a intolerância e a crueldade de nossa sociedade?⁷

A fala da ativista dialoga com várias outras que podem ser analisadas nas fontes produzidas pela Câmara dos Deputados e que compõem o recorte documental desta tese. Questão fundamental para muitas lésbicas brasileiras, o debate sobre

⁷ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Virgínia Figueiredo no “II Seminário GLBT” ocorrido na Câmara dos Deputados em 28 de junho de 2005.

sexualidades/afetividades perpassa por discussões sobre raça, etnia, classe social, gênero, idade, territórios, anticapacitismo, entre outros temas que envolvem entender a “diferença” e as formas de lidar com ela como aspecto indissociável dos movimentos sociais. Nesse sentido, nos propomos a entender o caráter epistemológico das reflexões que são feitas no seio das militâncias e que estão presentes nas falas das ativistas lésbicas na Câmara dos Deputados, falas que nos ajudam a pensar o Brasil e as diferentes opressões que atravessam a sociedade brasileira.

O que foi dito por Virgínia Figueiredo nos lembra outro discurso, feito em 1979 por Audre Lorde, durante a “Conferência Nacional de Gays e Lésbicas do Terceiro Mundo” em Washington D.C. (EUA). Na ocasião, a poeta, intelectual e ativista iniciou a sua fala lembrando das pessoas que, pelos mais variados motivos, não estavam presentes. Em um trecho, Audre Lorde (2020, p. 40) disse: “Alguns não podem estar aqui por causa de entraves externos, e às irmãs e aos irmãos na prisão, em instituições psiquiátricas, aqueles que têm alguma deficiência ou que são vítimas de doenças incapacitantes, peço a atenção e o interesse (que é outra palavra para amor) de vocês”.

Ao longo da tese, vamos discutir perspectivas de diferentes militantes dos movimentos de lésbicas sobre os problemas do Brasil. Em muitos dos discursos, que foram realizados das mais diversas formas - pela fala na Câmara dos Deputados, pelos relatos de história oral ou por meio de textos em publicações dos movimentos -, é possível perceber que lésbicas analisam a realidade do país, denunciam discriminações e desigualdades, e propõem transformações. Ao abrir espaço para a escuta sensível dessas vozes, podemos olhar as formas como seus ativismos se manifestam - não com condescendência pelos relatos das violências vivenciadas -, mas com o reconhecimento de suas agências e a potencialidade da transmissão de suas percepções de mundo para a construção de ferramentas de mudança social.

Da mesma forma que Virgínia Figueiredo, os discursos realizados por Soraya Menezes, tanto em casas legislativas quanto nas entrevistas de história oral, se pautam também pelos debates raciais e de classe. Nascida em Belo Horizonte (MG) em 1962, a ativista teve uma trajetória de militância que se iniciou dentro da Igreja Católica e percorreu espaços sindicais, de partidos políticos, da luta anti-racista e dos movimentos de lésbicas feministas.⁸ Fundadora da Associação Lésbica de Minas Gerais (ALEM), Soraya Menezes tem um traço marcante nas análises que faz sobre a realidade social de LGBTs: sempre reflete sobre dimensões raciais e de classe que envolvem suas vivências. Como mulher, lésbica, negra e da classe trabalhadora, o seu olhar se volta para sujeitas e sujeitos sociais que ocupam lugares parecidos com o seu.

Durante entrevista de história oral, realizada em junho de 2020, Soraya Menezes refletia sobre a relação entre as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e a busca por políticas públicas, quando questionou a noção de dinheiro “côr-de-rosa”:

Porque tem muitas pessoas ainda que pensam que gays têm dinheiro, que lésbica tem dinheiro. A imagem que é passada é desse dinheiro “côr-de-rosa”. E nós estamos em todos os lugares, né? Estamos varrendo rua, desempregados, estamos em todas as profissões. Então não tem essa questão do dinheiro côr-de-rosa. Tem muitos governos que vão falar que defendem a Parada [do Orgulho LGBTQIA+] porque traz dinheiro para a cidade, porque traz muitos benefícios para a cidade. Sim, mas nós não queremos ter essa liberdade só na Parada, de beijar na boca. Nós queremos direitos, estar sendo respeitados em todos os lugares, em todos os momentos. (...) Então nós temos que ter lésbicas, gays, pessoas trans também no espaço político de poder. Mas não somente por ela ser a pessoa trans ou lésbica, mas que tem uma plataforma política que de fato vá atender o nosso público.⁹

Ao compararmos as falas realizadas por Virgínia Figueiredo e por Soraya Menezes em diferentes contextos, encontramos aproximações no que se refere a uma compreensão das lesbianidades que não são isoladas de outros marcadores sociais da diferença que atravessam a realidade brasileira. Nesse sentido, como nos ensina Patricia

⁸ A trajetória de Soraya Menezes foi narrada em detalhes durante a minha dissertação de mestrado em que, a partir de entrevistas de história oral de vida com a ativista, trato dos caminhos percorridos pela ALEM em Belo Horizonte.

⁹ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Soraya Menezes em 25 de junho de 2020, via plataforma virtual *Zoom*.

Hill Collins,¹⁰ os discursos dessas e outras ativistas são reflexões e construções epistemológicas e, como pensadoras dos feminismos lésbicos e negros, são parte da intelectualidade que pensa o Brasil. Na maioria dos casos, os contextos de reflexão são externos ao mundo acadêmico, por isso, são análises que reverberam experiências concretas de vida e têm forte conexão com as invisibilidades e violências cotidianas. Como questiona Virgínia Figueiredo: “Por que não falar das lésbicas negras?”. É a partir dessa provocação, que nos propomos a pensar as lesbianidades pela perspectiva dessas sujeitas sociais, compreendendo as potencialidades da “margem” ao ser deslocada para o centro, tal qual propõe bell hooks (2019). Atendemos, também, ao chamado feito por Tanya Saunders que defende o uso da epistemologia negra sapatão como forma de refletir sobre as relações sociais:

(...) as mulheres negras, LGBTQI, todas as mulheres, especialmente as lésbicas brancas e sujeitas *queer* brancas, deveriam rejeitar seus próprios investimentos em várias formas de normatividade (racial, de gênero ou erótica), e uma maneira de fazer isso é tomar a posicionalidade das lésbicas negras como episteme (Saunders, 2017, p.113).

As análises que construímos ao longo desta tese, e que dialogam diretamente com trechos de discursos, serão fundamentais para pensarmos diferentes aspectos que atravessam a vida de pessoas lésbicas. Na medida em que levantamos questões sobre violências, direitos humanos, criminalização da LGBTfobia e educação, a análise da simultaneidade das opressões (Smith, 2000) e de resistências nos ajudará a pensar sobre as sujeitas sociais envolvidas nos discursos. Gostaríamos, entretanto, de introduzir perspectivas que envolvem as lesbianidades e seus atravessamentos com dimensões de raça, classe e gênero como forma de assentar as bases dos debates que vão envolver

¹⁰ Patricia Hill Collins (2019) em seu livro *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* retoma as perspectivas levantadas por mulheres negras, ao longo da história dos Estados Unidos, e aponta como, embora sem reconhecimento acadêmico, as mesmas produziram saberes intelectuais relevantes. Seguindo os passos de Hill Collins, acreditamos que os pensamentos transmitidos por meio dos discursos de ativistas lésbicas também refletem a produção de conhecimentos e de análises sociais que podem ser lidas como produção intelectual.

toda a tese. Para isso, é imprescindível pensar sobre as “diferenças” dentro dos movimentos sociais e suas potencialidades.

Audre Lorde, enquanto intelectual e militante dos movimentos feministas, lésbicos e negros, dialoga sobre a diferença e as intolerâncias que são vivenciadas, refletindo sobre a impossibilidade de hierarquizar opressões:

Nasci negra e mulher. Estou tentando me tornar a pessoa mais forte possível para usufruir a vida que me foi dada e ajudar a desencadear as mudanças em direção a um futuro aceitável para o planeta e para minhas crianças. Como negra, lésbica, socialista, mãe de dois, entre eles um menino, e integrante de um casal inter-racial, com frequência me vejo parte de um grupo em que a maioria me define como desviante, difícil, inferior ou simplesmente “errada”. Com minha presença em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com a diferença podem se manifestar em todas as formas, cores e sexualidades; e que, entre aqueles com quem compartilhamos os objetivos de libertação e de um futuro possível para nossos filhos, não podem existir hierarquias de opressão (Lorde, 2020, p.54).¹¹

Ao se entender como uma pessoa formada por diferentes identidades indissociáveis, Audre Lorde afirma a necessidade de pensar as múltiplas opressões que atravessam corpos de pessoas não-hegemônicas de forma não hierarquizada. Justamente por compreender que não é possível destacar apenas um dos aspectos de sua identidade, a poeta defende que a luta contra opressões deve ser múltipla e em aliança com os diferentes movimentos sociais. Na perspectiva de Lorde, a liberdade só será conquistada de fato se o mesmo acontecer para todas as sujeitas sociais. A cobrança para ressaltar esta ou aquela identidade, a depender do espaço social ocupado, juntamente com a sensação de estar sempre “errada”, fez com que entendesse que não era possível fragmentar sua subjetividade e ignorar partes importantes dela.

Da mesma forma, não seria possível apontar qual aspecto de opressão era mais, ou menos, causador das violências que sofria. Nesse sentido, a luta contra a discriminação não seria apenas contra a homofobia, o racismo ou o machismo, seria contra todas as discriminações que partiam de uma mesma raiz social que entende

¹¹ Publicado originalmente em *Interracial Books for Children Bulletin* 14, n. 3 (1983), e posteriormente em *Dangerous Liaisons: Blacks, Gays and Struggle for equality*, Eric Brandt (New York: New Press, 1999).

apenas homens brancos, heterossexuais e ricos como merecedores de ocupar espaços de poder e de gozar de dignidade.

(...) não podemos separar nossas opressões, ainda que elas não sejam as mesmas. Nenhum de nós será livre até que todos sejamos livres; e qualquer movimento por dignidade e liberdade também é um movimento por nossas comunidades, pelos irmãos e pelas irmãs, quer eles reconheçam isso, quer não. Entre nós, a diferença não deve ser usada para nos separar, e sim para criar energia para a mudança social ao mesmo tempo que preservamos nossa individualidade. E, embora tenhamos sido programados para olhar uns aos outros com medo e desconfiança (a velha tática de “dividir para conquistar”), podemos superar esse medo aprendendo a respeitar nossas visões do futuro mais do que os terrores do passado (Lorde, 2020, p.42).

As perspectivas defendidas por Audre Lorde foram, em muitos casos, compiladas em livros como *Irmã outsider* e *Sou sua irmã* que apresentam textos de discursos e artigos de diálogos com movimentos e intelectuais negras(os), feministas, lésbicas e gays. Ao ler essas produções feitas para diferentes contextos de forma agrupada, percebemos que, independentemente das(os) interlocutoras(es), Audre Lorde dialoga pela aliança e pela solidariedade entre as lutas, entendendo “a diferença como força criativa e necessária à mudança (Lorde, 2019, p.91)”. Lorde se coloca contrária, entretanto, à mera “tolerância” entre indivíduos diferentes. Para a pensadora, tolerar não garante o reconhecimento das potencialidades que a diferença tem na construção de alianças entre pessoas autônomas. Segundo Lorde:

Defender a mera tolerância das diferenças entre mulheres é o mais grosseiro dos reformismos. É uma negação total da função criativa da diferença em nossas vidas. A diferença não deve ser apenas tolerada, mas vista como uma reserva de polaridades necessárias, entre as quais a nossa criatividade pode irradiar como uma dialética. Só então a necessidade de interdependência deixa de ser ameaçadora. Apenas dentro dessa estrutura de interdependência de diferentes forças, reconhecidas e em pé de igualdade, é que o poder para buscar novas formas de ser no mundo pode ser gerado, assim como a coragem e o sustento para agir onde ainda não se tem acesso (Lorde, 2019, p.74 e 75).

No pensamento defendido por Lorde, a diferença permite uma multiplicidade de vivências e de percepções de mundo que ajudam a construir movimentos sociais que sejam comprometidos com a liberdade, a dignidade e a igualdade de todas as pessoas. Cada indivíduo, com os múltiplos aspectos que compõem suas identidades, representam

uma força em potencial para ampliar os diálogos e as propostas de mudança social em uma relação de interdependência. Nesse sentido, a perspectiva de Audre Lorde converge com a de pensadoras, como Chandra Mohanty, bell hooks, entre outras, que entendem a construção de alianças e de solidariedade entre movimentos sociais - especialmente entre mulheres - como fundamental, mas reforçam que esse processo não pode acontecer a partir de uma supressão das diferenças e das subjetividades.

Sobre este aspecto, bell hooks defende:

As mulheres não precisam eliminar suas diferenças para construir vínculos de solidariedade. Não precisamos viver sob a mesma opressão para combatermos a opressão em si. Não precisamos sentir hostilidade contra os homens para nos unirmos, tão grande é a riqueza das experiências, culturas e ideias que podemos partilhar umas com as outras. Podemos ser irmãs unidas pelo compartilhamento de interesses e crenças, unidas em nosso apreço pela diversidade, unidas em nossa luta para acabar com a opressão sexista, unidas na solidariedade política (hooks, 2019, 1431 (Posição - Kindle)).

Ao longo desta tese, debates sobre a diferença vão aparecer em discursos realizados por diversas(os) ativistas lésbicas, travestis, transgêneras(os) e gays. Por isso, a importância do que foi levantado por intelectuais como Audre Lorde, bell hooks, Tanya Saunders e outras pensadoras dos feminismos lésbicos e negros. É a partir do reconhecimento da diferença e da sua legitimidade que é possível entender as alianças de solidariedade que se formaram entre movimentos sociais que participaram ativamente da luta por direitos e políticas públicas no Brasil. Ao mesmo tempo, nuances de disputas e intolerâncias serão percebidas, mesmo em suas sutilezas, ao analisarmos os discursos feitos pelas ativistas.

Por isso, discutiremos os sentidos e diálogos possíveis entre os conceitos de “simultaneidade de opressões” utilizado por Barbara Smith (2000), “interseccionalidade” de Kimberlé Crenshaw (1991), “colonialidade de gênero” de Maria Lugones (2008), entre outros. Dessa forma, este trabalho se insere no campo de estudos que entende as múltiplas opressões que recaem sobre corpos não-masculinos, não-brancos, não-heterossexuais, não-cisgêneros e/ou pertencente às classes econômicas

empobrecidas, bem como as ações de resistência desses grupos sociais. Enquanto estudo que se desenvolve sobre o Brasil, a compreensão dos efeitos da “colonialidade do poder” também é fundamental (Quijano, 1992). Nesse sentido, ao longo da análise das ações de mulheres lésbicas na Câmara dos Deputados, tentaremos entender como as vivências dessas sujeitas históricas aparecem nos discursos e relatos, e como elas se percebem em termos de identidades.

Cabe, entretanto, levantarmos algumas outras questões basilares que envolvem as lesbianidades para entendermos os símbolos e os sentidos que são parte do discurso sobre essas sujeitas sociais e que, nem sempre, estão colocados de maneira óbvia. Para isso, propomos um breve estudo dos significados políticos que abrangem a palavra e a identidade “lésbica” e o papel dos movimentos sociais na sua construção. Por fim, traçamos, ainda neste capítulo, um pouco do histórico da mobilização de lésbicas no país que pavimentou os caminhos para a articulação deste grupo social em reuniões públicas no Congresso Nacional. Neste aspecto, é relevante a constituição dos movimentos a partir das suas vinculações com organizações feministas e homossexuais, e as disputas existentes entre esses grupos. Tais disputas - vamos discutir no **Capítulo 3** - dão sinais por meio de questionamentos e críticas relacionadas à condução dos eventos na Câmara dos Deputados.

2.2 Dimensões de memória e de identidade: os sentidos da palavra “lésbica”

Difícilmente uma pesquisadora ou pesquisador que estuda “lesbianidades” passa pelo tema sem se deparar com alguma citação relacionada à poeta Safo e/ou à Ilha de Lesbos. A origem da palavra que dá nome ao grupo e os seus sentidos envolvem a própria construção da lesbianidade. No processo de escuta dos discursos realizados na Câmara dos Deputados, a citação apareceu algumas vezes. A relação com a poeta está tão imbricada na memória das militâncias lésbicas que um discurso, ainda que não

remeta ao passado mais longínquo, costuma fazer referência a estes aspectos. Nesse sentido, no primeiro seminário realizado na casa legislativa voltado para o tema das homossexualidades, uma das lideranças presentes, Rosângela Castro, finalizou o seu discurso trazendo a seguinte referência: “Safo, a quem em sua homenagem somos chamadas de lésbicas, há 640 anos antes de Cristo falou: “Alguém, creio, se lembrará de nós no futuro, e acreditamos que sem os homossexuais os direitos não são humanos””.¹²

Alguns anos depois, durante uma sessão solene de abertura de outro seminário voltado para a temática, a poeta e a Ilha de Lesbos voltaram a ser citadas. Na ocasião, Marisa Fernandes, utilizou estes elementos em defesa do uso da palavra “lésbica” e para contrapor ao uso do termo “gay” de forma a generalizar as experiências homossexuais:

(...) Têm lésbicas que não têm o menor problema e gostam de se auto denominarem “gays”, mas as lésbicas têm essa felicidade de ter esse nome que só serve para nós. Não existe “o lésbico”, só pode existir “a lésbica”. E, muitas vezes, nós mesmas falamos: “A mulher lésbica”. Estamos sendo redundantes; lésbica só pode ser mulher. Esse nome existe só para nós. [Aplausos] É isso. Nós devemos à Safo, a grande poetisa de 2.000 anos antes de Cristo, que viveu na Ilha de Lesbos, na Grécia. Nós devemos esse nome tão particular que só serve para nós, a ela. Então, quando eu vejo cartaz pra “Parada do Orgulho *Gay*” ou uma lei em que só vai o “Dia do Orgulho *Gay*”... Por favor, nós somos mais do que esse paradigma masculino, que se refere ao homem como paradigma da humanidade. Nós somos muitas diversidades aí.¹³

Neste momento, ainda não faremos uma análise aprofundada dos dois discursos e, portanto, não traremos os aspectos que os envolvem. Por enquanto, interessa utilizar esses dois trechos como iscas para começarmos a puxar alguns fios das memórias construídas sobre lesbianidades. A história sobre o tema é relativamente bem conhecida: a origem da palavra “lésbica” e seu sentido enquanto identidade sexual e de gênero, tal qual afirmaram Rosângela Castro e Marisa Fernandes, têm conexão com a Ilha de Lesbos, território grego localizado no Mar Egeu e geograficamente mais próximo da

¹² Transcrição do discurso realizado por Rosângela Castro (Diretora do Grupo Arco-Íris (RJ) e Secretária de Mulheres da ABGLT) na Câmara dos Deputados em 21/09/1999 no “Seminário direitos humanos e Cidadania Homossexual” pela Comissão de Direitos Humanos.

¹³ Transcrição do discurso realizado por Marisa Fernandes (representante do Coletivo de Feministas Lésbicas (SP)) na Câmara dos Deputados em 26/06/2003 na “Sessão solene de abertura do Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT)”.

Turquia do que da Grécia continental. A ilha foi o local em que viveu uma poeta, Safo, entre os séculos VII e VI a.C e há divergências sobre o local exato de nascimento, se foi em Êresos ou Mitilene (Demarchi, 2013, p.29).

A relação entre a poeta, o nome do seu local de origem e as relações homoafetivas se deu a partir da interpretação de alguns trechos de sua obra e de verbetes com a sua biografia escrita séculos depois da sua existência. Em um deles, no Suda Σ107¹⁴, consta o seguinte trecho citado por Cristiane Demarchi (2013, p.31): “[Safo] Teve três companheiras ou amigas: Átthis, Telessíppa, Megára, e adquiriu mau nome por sua amizade impura com elas”. O Suda Σ107 é composto por manuscritos compilados por eruditos e sobre os quais Demarchi (2013, p.30) faz a seguinte ressalva: “Vale lembrar que os eruditos que redigiram essa primeira enciclopédia viveram 1.500 anos depois de Safo e, de acordo com Joaquim Brasil Fontes (2003, p. 121-122), seus “verbetes” podem ter sido redigidos sem o rigor da filologia moderna na crítica das fontes”.

Entre as percepções e leituras feitas sobre a poeta, as divergências são grandes, mas talvez um ponto de intersecção entre as análises seja: as informações que chegaram aos tempos atuais são fragmentadas e cheias de lacunas. Joaquim Brasil Fontes, importante estudioso e tradutor da obra de Safo no país, reforça tal caráter:

Uma letra, uma palavra, uma frase, decifrados num farrapo de papel que não é contemporâneo da poeta: os mais antigos documentos que reproduzem as palavras de Safo datam dos séculos II, III d.C., às vezes do século VII d.C.; lemos os versos de Safo, mas transcritos, e precariamente decifrados na superfície de palimpsestos, de papiros, de pergaminhos copiados um milênio, um milênio e meio depois da morte do poeta de Mytilene... (Fontes, 1994, p.120 e 121).

¹⁴ A história de Safo é repleta de lacunas e fragmentos que requer estudos extensos para sua melhor compreensão. Não será possível abordar tais fatos com o grau de complexidade necessário. Para aprofundar na temática e nos usos da imagem da poeta, recomendo os textos de Joaquim Brasil Fontes (1994), Cristiane Demarchi (2013) e Letícia Rodrigues Leite (2018). É importante ressaltar, ainda, que a construção da imagem de Safo enquanto amante de mulheres não é a única memória construída sobre a poeta. A partir da interpretação de outros escritos e biografias da escritora, construiu-se diferentes imaginários sobre a poeta grega.

É, portanto, a partir desses elementos fragmentários que, em meados do século XIX, mulheres que se relacionavam afetiva e sexualmente com outras mulheres passaram a ser designadas como “lésbicas”. Safo, enquanto figura da Antiguidade Clássica que, em uma das interpretações da sua biografia, possuía “amizades impuras” com outras mulheres, passa a ser símbolo dessas relações e, por consequência, o gentílico do seu local de nascimento se torna adjetivo de mulheres homossexuais. Com a leitura dos dois discursos citados e transcritos nas páginas anteriores, percebe-se o orgulho das militâncias em relação à origem e ao uso da palavra. Entretanto, quando passou a ser mais frequentemente empregada, ao longo do século XIX, seu sentido era pejorativo.

A transformação de significado, que ocorre principalmente na segunda metade do século XX e início do XXI, tem contribuição imprescindível dos movimentos de lésbicas. Não é possível, e também não é o objetivo, rastrear as transformações de sentidos e os vários caminhos que tais significações percorreram até chegar aos discursos proferidos por lideranças na Câmara dos Deputados. Mesmo porque a história não acontece de forma linear e coesa. Entretanto, é possível apontar fragmentos do período em que os sentidos negativos começaram a ser transformados por alguns grupos sociais. Pela análise documental, podemos, por exemplo, afirmar que em São Paulo no final dos anos 1970, já existia a preocupação em ressignificar o termo e utilizá-lo como bandeira de luta.

As primeiras integrantes da facção Lésbico-Feminista (LF)¹⁵, vinculada ao Grupo Somos (SP), apontaram para este objetivo em uma entrevista concedida, em setembro de 1979, para a edição de número 16 do Jornal Lampião da Esquina. Na ocasião, foram

¹⁵ A organização teve, ao longo da sua história, vários nomes. Enquanto estava vinculada ao Somos, em 1979, era chamada de Facção Lésbico-Feminista (LF). Ao se tornar autônomas, em 1980, passou a ser o Grupo Lésbico-Feminista. Depois, Grupo de Atuação Lésbico-Feminista e, em 1983, Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), ao alterar para nome feminino.

entrevistados(as) diversos(as) participantes do Somos e, entre eles(as), a Cris e a Teka, militantes que tinham acabado de participar da fundação do LF e que narravam suas perspectivas enquanto lésbicas em um grupo misto.¹⁶ Ao serem perguntadas(os) pelo Jornal sobre o uso das palavras “bicha” e “lésbica”, as(os) militantes responderam que o grupo tinha passado a usar os termos para esvaziar o sentido pejorativo dos mesmos. A perspectiva passada por elas(es) é que estas palavras eram usadas, naquele momento, de forma ofensiva. Por isso, a ideia de ressignificá-las. Segundo Ricardo (um dos entrevistados): “A arma que eles jogam contra a gente, a gente anula”.¹⁷

Nesse sentido, Teka explica em dois momentos da entrevista o que estava sendo pensado pelas integrantes do segmento de lésbicas feministas:

Entre as mulheres, nós chegamos à conclusão que a palavra “lésbica” é a que mais ofende a gente; então ela precisa ser esvaziada. Entendida, sapatão, relógio - é, essa também - são consideradas menos agressivas, mais carinhosas... Quer dizer, quando a gente é insultada é mais como “lésbica”.

(...) algumas mulheres não querem ser chamadas de lésbicas, outras não querem ser chamadas de a, b, c, d. Mas eu acho que o próprio trabalho em busca de identidade consiste também em quebrar esses medos das palavras, um medo que está dentro da gente. Me chamar de lésbica não vai me matar, vai me matar se me apedrejarem, não é?¹⁸

A partir da entrevista, é possível perceber que houve intenção deste grupo em utilizar a palavra “lésbica” desde o primeiro momento de organização da militância. Apesar de entender o caráter ofensivo que o termo tinha até então, a ideia de “anular as armas” que eram usadas contra homossexuais parece ter se tornado uma forma de ação política que implicou na positivação de algumas palavras. Nos anos que seguiram a atuação do LF e, posteriormente, do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), as referências à Ilha de Lesbos e a Safo se tornaram mais comuns. Em geral, sempre que remetiam à história do movimento e às decisões tomadas no início da atuação, falava-se

¹⁶ Os, assim chamados, “grupo mistos” são aqueles formados por pessoas de diferentes identidades de sexualidade/afetividade e de gênero. Nesse período, eram formados principalmente por gays, lésbicas e travestis. Ao longo da história dos movimentos lésbicos brasileiros, as tensões existentes dentro de grupos e de eventos mistos marcaram alguns rompimentos entre militâncias.

¹⁷ Jornal Lâmpião da Esquina, nº 16, setembro de 1979, página 8.

¹⁸ *Ibid.*

da origem da palavra “lésbica” e Safo era tratada com reverência, pela sua biografia e obra.

Um dos documentos produzidos pelo GALF, e que nos permite ter acesso à construção dessa memória sobre a poeta grega, é o Boletim Chanacomchana. A publicação foi elaborada pelo grupo, de forma intermitente, no período de 1982 a 1987¹⁹. Nele, aparecem algumas narrativas sobre Safo e a importância da sua biografia para a valorização do amor entre mulheres. Ainda que alguns desses textos admitam o caráter fragmentário das informações sobre sua vida e obra, ao narrá-las trazem uma perspectiva razoavelmente coesa e linear sobre tais aspectos. Em 1983, na publicação que comemorou 4 anos de atuação do grupo, o Boletim trouxe o seguinte texto, escrito por Míriam Martinho:

A palavra lésbica deriva de Lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e à repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e, ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas, também, principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução. Safo immortalizou o amor entre mulheres em poemas de extremo brilho, ultrapassando, em muito, os objetivos de preparação para o casamento propostos pelos círculos femininos onde se ensinava arte às mulheres, em sua época. De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão “mal-dita” que o sistema patriarcal constantemente costuma deturpar.²⁰

Este pequeno trecho do texto comemorativo de 4 anos do GALF é carregado de sentidos políticos e de percepções de memória que apontam algumas das bandeiras levantadas pelo movimento social no período. Os primeiros aspectos que saltam aos olhos são os elementos das vivências femininas do século XX e aos quais a sobrevivência da obra de Safo simboliza, para Míriam Martinho, uma “revolta contra a opressão”. Nesse sentido, o “papel de escravas” e de “aparelhos de reprodução” que, na sua perspectiva, eram os papéis dados às mulheres ao longo da história, foram

¹⁹ O Boletim Chanacomchana circulou em doze edições entre dezembro de 1982 e maio de 1987, produzido pelo GALF em São Paulo (SP). Antes da circulação do boletim, entretanto, foi publicada uma edição em versão de jornal com o mesmo nome em 1981.

²⁰ Trecho do texto “GALF: 4 anos de atuação” veiculado no Boletim Chanacomchana, nº 3, 1983, página 1, escrito por Míriam Martinho.

contrapostos pela forma como Safo vivenciava seu amor por outras mulheres e produzia suas obras literárias. A vida da poeta tal qual é relatada neste contexto aparentava ser mais livre do que a vivenciada por mulheres no período contemporâneo. Além disso, pela leitura do texto, é possível perceber elementos de resistência. Safo seria, portanto, símbolo de liberdade e resistência em meio à sociedade que oprimia mulheres.

É importante ressaltar que, ainda que Safo vivenciasse relacionamentos afetivos e sexuais com outras mulheres, as noções de afeto e sexualidade no território grego entre os séculos VII e VI a.C. eram completamente diferentes das concepções que foram construídas pela sociedade ocidental a partir do século XIX. Michel Foucault (2005) aponta como a leitura da sexualidade enquanto identidade é algo que começa a ser elaborado no século XIX e se consolida ao longo do século XX graças à atuação de movimentos sociais. Nesse sentido, ainda que os relacionamentos homossexuais pudessem significar algo transgressor para a sociedade grega da Antiguidade, as vivências afetivas e sexuais eram lidas de forma diversa do que temos na modernidade.

Apesar do caráter fragmentário da obra de Safo e da ausência de fontes documentais que permitam compreender melhor o ambiente social em que ela estava inserida, é fato que, nesses quase três milênios que separam sua vida e os dias atuais, as percepções de gênero e de sexualidade são outras. Por outro lado, na pesquisa sobre os movimentos de lésbicas e do ponto de vista historiográfico, interessa menos a comprovação da biografia de Safo e mais os usos que têm sido feitos da sua imagem. Portanto, o sentido político que a poeta ganhou ao longo dos anos, a partir das construções de memória das militâncias lésbicas, é extremamente relevante. Segundo Letícia Rodrigues Leite:

Seja como for, fato incontestável é que Safo se constituiu e permaneceu, no decorrer dos séculos, como um modelo de inspiração (poética) inequívoco, para muitas autoras ou autores, seja pela qualidade de suas composições, pelo fato de que seus fragmentos representam uma das raras vozes enunciadas no feminino ou, ainda, pelo seu teor homoerótico (Marks, 1979: 356). Disso são

certamente ecos os usos positivados que muitas feministas e lésbicas fazem de Safo, no decorrer do séculos XX e XXI, não hesitando em se apropriar politicamente dos vazios históricos em torno da figura da poeta e de sua ilha, de modo a legitimar as suas posições políticas e identidades (Rodrigues Leite, 2018, p. 576).

Ao discursar sobre Safo, portanto, muitas das feministas lésbicas estão falando sobre si e/ou sobre as percepções que foram construídas em torno da identidade lésbica. A poeta como “sobrevivente da repressão da misoginia cristã”, representante de “revolta contra a opressão masculina” e modelo do amor entre mulheres simboliza, claramente, a noção de lésbica que se deseja produzir desde a segunda metade do século XX. Ao analisar a entrevista dada por Teka ao *Jornal Lampião da Esquina* em 1979 em conjunto com o texto escrito por Míriam quatro anos depois, é possível perceber a organização social atuando justamente no que se propôs durante a sua fundação: anular as armas que a sociedade jogava contra elas. A palavra que foi escolhida para ser “esvaziada” em seu sentido pejorativo, agora passava a ser preenchida de significados positivos. Com isso, é possível olhar para estes discursos sobre Safo e Lesbos não como uma reprodução ingênua de uma biografia frágil sobre a poeta. Ao contrário, como estratégia política de construção de sentidos que, como ressalta Lettícia Rodrigues Leite (2018), atua justamente a partir do caráter fragmentário do que se sabe sobre esta personagem histórica.

Retomando o discurso que trouxemos no início desta discussão percebemos que o trecho da fala realizada por Rosângela Castro na Câmara dos Deputados em 1999 aproxima a poeta grega de mais um aspecto da modernidade: os direitos humanos. Citaremos novamente para que possamos analisar mais cuidadosamente: “Safo, a quem em sua homenagem somos chamadas de lésbicas, há 640 anos antes de Cristo falou: “Alguém, creio, se lembrará de nós no futuro, e acreditamos que sem os homossexuais os direitos não são humanos””.

A citação de Safo feita por Rosângela Castro faz parte do fragmento nº 147 dos seus poemas e está entre os mais amplamente difundidos entre as leitoras da poeta. A capa da Revista Lilás de nº 29, publicada em dezembro de 2000, trouxe justamente esta frase com algumas pequenas diferenças: “Acredito em alguém que se lembrará de nós daqui a muitos anos e recordará”. A citação feita pela ativista em 1999 e a presença da frase em uma publicação lésbica portuguesa do ano 2000 apontam para a difusão do fragmento entre militâncias lésbicas de diferentes territórios. A Revista Lilás também trouxe, em sua edição de nº 06 de junho de 1994, um “lesbiário”²¹ dedicado à poeta de Mytilene.

Os direitos humanos, conforme trataremos oportunamente nesta tese, envolvem concepções que são socialmente difundidas no Brasil na segunda metade do século XX. Portanto, são referências que estão completamente conectadas com o momento histórico em que o discurso de Rosângela Castro foi proferido. Também é relevante que o seminário em que esta fala foi elaborada se tratava, justamente, de uma reunião da “Comissão de Direitos Humanos” na Câmara dos Deputados. Nesse sentido, nada mais natural que reforçar o caráter “humano” dos(as) homossexuais e reivindicar direitos neste campo de debates que apresentava alguma disposição em apoiar a luta deste segmento social. Em meio a esses aspectos, Safo aparece como lembrança da força e dos sentidos que compõem a identidade lésbica, com elementos implícitos que, embora não apareçam textualmente citados, remetem às imagens construídas sobre a poeta e que são rapidamente rememoradas por quem compreende as origens da palavra.

No discurso de Marisa Fernandes em 2003 às vésperas do “Dia do Orgulho Gay” - trecho que foi transcrito algumas páginas atrás -, a liderança tratou da importância do

²¹ “Lesbiário” era uma seção da Revista Lilás em que as editoras apresentavam, geralmente, personalidades e pensadoras vinculadas ao “lesbianismo”. Como uma espécie de dicionário, os textos veiculados nesta parte da publicação, trataram desde personagens de livros como “Orlando” de Virginia Woolf a pensadoras do feminismo lésbico como Adrienne Rich.

uso da palavra “lésbica” para nomear a identidade de mulheres homossexuais. Nesse sentido, ela trouxe alguns elementos relacionados à memória de Safo e que, acreditamos, foram suficientemente abordados até aqui. Gostaríamos de focar, portanto, no sentido positivo do termo e que estava em processo de construção desde o final dos anos 1970. Em determinado momento, Marisa Fernandes diz: “(...) as lésbicas têm essa felicidade de ter esse nome que só serve para nós. (...) Nós devemos esse nome tão particular, que só serve para nós, a ela [Safo]”.

O uso de uma denominação de identidade que traz orgulho e felicidade, conforme apresentamos, tem relação histórica com a atuação dos movimentos de feministas lésbicas de São Paulo. E, a partir do seu discurso, é possível perceber que ela conclama ao uso e valorização do termo. Adrienne Rich (2010) reflete sobre o mesmo aspecto levantado por Marisa Fernandes em seu discurso:

(...) as lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua 'inclusão' como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez (Rich, 2012, p. 36).

Ao conectar o sentido da palavra com a história de Safo, Marisa reflete sobre a problemática de se usar o termo “gay” para se referir genericamente às vivências lésbicas. Nas disputas ocorridas no interior de movimentos e eventos mistos, a defesa do uso de palavra específica para identificar mulheres que se relacionam com mulheres se tornou questão fundamental. É nesse contexto que Marisa Fernandes questiona o uso de uma palavra que remete à experiência masculina para designar vivências que envolvem outras “humanidades”.

Tamara Carvalho realizou pesquisa de mestrado em Antropologia voltada para as mulheres que se relacionavam com mulheres (MSM) na capital mineira nos anos 1990.²² A dissertação, defendida em 1995, foi escrita a partir de uma série de entrevistas com

²² Carvalho, Tamara. Caminhos do desejo: uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte, 1995, UNICAMP.

este grupo social. O perfil geral das entrevistadas era o seguinte: 31 mulheres, maioria branca e de classe média, nascidas entre as décadas de 1930 e 1980, residentes da região Centro-Sul da cidade²³ e com curso superior completo (Carvalho, 1995, p. 26 e 38). Muitas dessas mulheres tinham vivenciado somente relações heterossexuais até certo período da vida e, muitas vezes, não tinham uma identidade afetiva/sexual fixa. O grupo representava uma parcela de mulheres que, em sua maioria, não tinham vinculação com movimentos de lésbicas e feministas e era composto por uma diversidade etária.

A partir das entrevistas, Carvalho traça a amplitude de termos que eram utilizados por elas para se identificar enquanto MSM:

Andrógina, homossexual, entendida, gay, lésbica, inteligente, do meio, da “tchurma”, colega, zé, irmã, figura, gata... Homossexual é uma palavra considerada um pouco carregada para algumas, porque teria uma conotação “científica”. Apesar da restrição, o termo foi empregado na maioria das entrevistas, “por força do hábito”.

A palavra lésbica tem uma conotação pesada para a quase totalidade das entrevistadas. É associada como o correspondente feminino do termo pederasta - usado para designar “homossexuais” masculinos mais velhos. Soa como palavra “antiga” e tem uma sobrecarga de “doença”. (...) Entre as entrevistadas, somente uma tem o costume de usá-lo. Como ela é militante, a palavra lésbica é empregada com naturalidade - herança da terminologia dos movimentos de liberalização da “homossexualidade” da década de 70 (Carvalho, 1995, p. 10 e 11).

A análise feita por Tamara Carvalho nos anos 1990 nos permite observar a complexidade do debate sobre identidade afetiva/sexual e de gênero e a dissonância entre o desejo manifestado pelos movimentos sociais sobre usos de determinados termos e conceitos e as percepções dos grupos que não são vinculados à luta política. A constatação de que, na época, a palavra “lésbica” soava como palavra “antiga” e com uma sobrecarga de “doença” remete aos sentidos narrados por Teka em 1979 e que justificaram a tentativa de esvaziamento do teor negativo do termo. Aparentemente, essa transformação de sentido não tinha ocorrido, em meados dos anos 1990, para uma

²³ A regional Centro-Sul de Belo Horizonte é ocupada, em sua maioria, por bairros residenciais de classe média e classe média alta. O perfil dos lugares de moradia condiz, portanto, com o grupo socioeconômico no qual se inserem as entrevistadas.

parcela das mulheres que se relacionavam com outras mulheres. Soraya Menezes, durante entrevista de história oral realizada em 2020, relata percepções parecidas:

Sobre assimilação do termo lésbica: o engraçado é que se usava muito “entendida”. E ficavam perguntando: a gente entendia de quê? A gente entendia de mulheres. [risos] E aí as pessoas falavam: “não me chama de lésbica, não. Esse nome é muito feio, eu sou entendida”. Até falavam: “me chama de sapatão, mas não me chama de lésbica”. Nós começamos a desconstruir essa mentalidade de que lésbica é feio, porque lésbica é da Ilha de Safo, de Lesbos. Então é o nome de empoderamento. E Safo tinha sua ilha que ensinava as mulheres a arte de escrever, a arte do desenho, aquilo que era legal na sociedade, né? (...) Então quando você explica a palavra “lésbica”, de onde ela veio (...) aí dá uma outra conotação. Que é de orgulho, de pertencimento. Mas antes era “fanchona”, era “entendida”, era mais o termo “entendida”. O empoderamento da palavra “lésbica” demorou um pouco. Por falta de conhecimento, por falta de entendimento.²⁴

Embora as militâncias atuassem desde os anos 1970 para construir uma identidade positiva em relação à palavra “lésbica”, o termo parece não ter sido amplamente utilizado até meados dos anos 2000. Basta observar notícias e chamadas para eventos do “Orgulho Gay”. Com isso, o discurso realizado por Marisa Fernandes, conclamando ao uso da palavra, se conecta com a atuação do GALF nos anos 1980. O trabalho iniciado em 1979 por este movimento social se mantinha ativo décadas depois e a memória sobre Safo parece ter um papel importante nesse processo. Dessa forma, a denominação deste grupo representa mais do que uma identidade sexual/afetiva genérica e que se pauta pelo “paradigma masculino”. Na percepção dessas lideranças, ser “lésbica”, assim como a poeta grega, é ser livre para amar outras mulheres e resistir às amarras sociais impostas pela sociedade machista. Essa parece ser a visão que compõe o pano de fundo das narrativas construídas por essas militâncias sempre que o significado da palavra é invocado.

²⁴ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Soraya Menezes em 25 de junho de 2020, via plataforma virtual *Zoom*.

2.3 Autonomia e visibilidade: o debate de feministas lésbicas nas décadas de 1980 e 1990

Nas últimas duas décadas, alguns trabalhos importantes foram feitos relacionados aos movimentos de lésbicas e bissexuais no Brasil. Patrícia Lessa (2007), Regina Facchini (2008), Gilberta Soares (2016), Caio Maia (2017) são algumas/alguns das(os) autoras(es) que, tratando de grupos específicos ou do contexto nacional de lutas, abordaram o tema e analisaram documentos produzidos por movimentos sociais. Nesse sentido, não é objetivo deste trabalho aprofundar a história das organizações que surgiram no Brasil a partir de finais dos anos 1970. Entretanto, se faz necessário traçar um panorama histórico de alguns dos debates sobre lesbianidades, suas principais demandas e percepções para que possamos compreender o contexto que envolve os discursos de lideranças lésbicas posteriormente.

Ao abordar a história desses movimentos no país, os trabalhos tendem a partir, inevitavelmente, das organizações paulistas e cariocas, e do papel do *Jornal Lampião da Esquina* e do *Boletim Chanacomchana* nesse processo. É arriscado apontar origens e marcos iniciais de algo tão complexo quanto a mobilização em torno de vivências e identidades em um país como o Brasil. Especialmente quando pensamos no número maior de estudos sobre o tema que têm o Rio de Janeiro e São Paulo como recorte espacial. Não podemos afirmar que foram apenas nessas duas capitais que houve formação de organizações de mulheres homossexuais nos anos 1970. Entretanto, podemos partir desta documentação amplamente disponibilizada e acessível para analisar parte das percepções sobre a identidade lésbica e a luta por visibilidade.

O *Jornal Lampião da Esquina* surgiu em 1978 como parte da imprensa alternativa do período da Ditadura Civil Militar (1964-1985).²⁵ A publicação circulou até 1981 e teve 37 edições. Com um corpo editorial dividido entre intelectuais do Rio de

²⁵ Para saber mais sobre o *Lampião da Esquina*, ver: Simões e Facchini (2009); Green e Quinalha (2014); e Cruz (2019).

Janeiro (RJ) e de São Paulo (SP), a análise da seção de cartas das(os) leitoras(es) nos permite perceber que o jornal contou com uma circulação a nível nacional. Embora não tenha chegado, necessariamente, a todos os cantos do país, é possível afirmar que alcançou capitais de diferentes regiões. E, a partir dessas cartas, podemos identificar também a consolidação - ou o desejo em construir - organizações homossexuais em diversos lugares do Brasil.²⁶

João Lúcio Cruz (2019) em sua dissertação intitulada *Qual é a tua, oh Lampião? Tensionamentos em um jornal editado na e pela esquina* propõe uma análise crítica das tensões de gênero, raça e classe que envolviam o periódico. A partir da análise das edições do jornal, João Cruz buscou:

(...) discutir como os conflitos contribuem para a efetividade da cidadania; compreender como experiências passadas de tensionamentos entre pessoas subalternizadas podem oferecer pistas para a Cidadania hoje; identificar quais pessoas subalternizadas puderam alcançar a fala no jornal; apresentar diálogos observados e descortinar silenciamentos (Cruz, 2019, p. 17).

Ao longo das últimas décadas, o Jornal Lampião da Esquina tem sido pesquisado como símbolo de resistência de sexualidades e gêneros dissidentes durante a Ditadura. Como produção voltada para o público homossexual em meio a uma imprensa alternativa dominada por vozes heterossexuais, é relevante que o periódico tenha discutido novas formas de vivências afetivas e sexuais e tenha, dentro do campo da esquerda, proposto uma ampliação de horizontes para além da heteronormatividade. Sobre o tema, João Lúcio Cruz ressalta que “o controle do veículo por homens gays representou uma quebra na dominação heteronormativa da imprensa alternativa, mas excluiu possibilidades de afirmação lésbica (Cruz, 2019, p. 97)”.

Pela leitura das edições do jornal, é possível observar um predomínio de “narrativas imagéticas” que demarcam um foco masculino (Cruz, 2019, p. 154). Não à

²⁶ Na edição de nº 25 de junho de 1980, por exemplo, um texto enviado ao Jornal manifesta a intenção de um grupo de homossexuais de Belo Horizonte (MG) em criar o movimento “Terceiro Ato”. Para saber mais, ver: Machado (2007).

toa, as páginas dedicadas às cartas recebidas pelo periódico trazem críticas à falta de conteúdos voltados para lésbicas. O mesmo ocorreu quanto a textos que pensam questões raciais e de classe: os editores receberam críticas por apresentarem artigos voltados para um público gay, branco e das classes médias e altas. Nesse sentido, João Lúcio Cruz ressalta:

Um espaço como o jornal *Lampião da Esquina*, editado por gays, que surge em resposta à própria marginalização imposta aos seus corpos homossexuais, não é oásis livre de opressão, nem de conflitos, porque está edificado com as mesmas areias que construíram nossa sociedade. As sexualidades estão em uma complexa relação de poderes quando enxergadas em articulação com outros marcadores sociais da diferença. Assim, a heterossexualidade normativa se coloca como marginalizadora das “outras” sexualidades. Mas também, sexualidades marginalizadas, como a homossexualidade, se complexificada pelo gênero, traz à tona desequilíbrios de poderes e especificidades de experiências (Cruz, 2019, p. 26).

Podemos, portanto, utilizar as tensões que atravessaram as páginas do *Jornal* para pensar a própria construção da lesbianidade enquanto identidade e em debates que acarretaram a necessidade de organização política das lésbicas em movimentos sociais específicos. Ao compreender a capilaridade do *Lampião da Esquina*, sem desconsiderar as limitações de uma imprensa alternativa, percebemos que lésbicas de diferentes cidades acompanharam, pelas páginas do jornal, as primeiras discussões que levaram à organização da *Facção Lésbico-Feminista do Grupo Somos (SP)*. Observando a seção “*Cartas na Mesa*”, ficam evidentes as cobranças e o incômodo relacionados à falta de conteúdos femininos nas páginas dos jornais. Ao longo do primeiro ano de circulação, a questão apareceu recorrentemente até que, em 1979, na edição comemorativa de 1 ano, a homossexualidade feminina foi tema de capa. Algumas mulheres, vinculadas ao *Somos (SP)*, se reuniram para elaborar textos sobre suas vivências e percepções. Esse grupo, posteriormente, se consolidou e se tornou um segmento dentro da organização paulista: a *Facção Lésbico-Feminista*.

Ao analisar o conjunto de publicações do *Lampião da Esquina* e as visões transmitidas pela seção de cartas, percebemos que a edição comemorativa do *Jornal*

pareceu uma resposta pontual à falta de conteúdos sobre mulheres e que não alterou a dinâmica das publicações como um todo. As reportagens eram majoritariamente voltadas para o público gay e, com exceção de algumas contribuições femininas, parecia não estar em sintonia com o conteúdo desejado pelas lésbicas. Na edição de nº 24, de maio de 1980, uma leitora, que se apresentou como Luca, escreveu:

Gente, aqui quem escreve não é só uma lésbica, não. Eu vou falar em nome de muitas mais, que frequentam a vida guei aqui em Niterói, e que não estão satisfeitas com o jornal. Que machismo é esse? Um monte de coisas que só interessam às bichas, e nada para nós, lésbicas. Aí pinta a tal Yonne com proposta de reabilitar o jornal, tornando-o interessante para nós, também. Ficamos três meses esperando notícias/entrevistas sobre mulheres e a tal guria, e nada. Parece até jogada comercial. Criação de vocês. Coisas que ela escreve, que nós apoiamos, e não aparece a tal entrevista. Cadê ela? Se o jornal continuar só com matérias de interesse masculino (vide milhões de fotos de homens e só uma, na última folha, de uma garotinha - fofinha, por sinal—, nós mulheres vamos continuar boicotando o jornal de vocês... que parece ser só para homens. Ou será que a tal guria perdeu a coragem de falar a vocês? Juro que vou fazer campanha contra o jornal (muitas/a maioria das lésbicas andam descontentes com vocês). Pô, vê se vocês tomam jeito e deixam o paternalismo em prol dos homens de lado; só um pouquinho. (Luca - Niterói, RJ)²⁷

Os questionamentos levantados por Luca são ilustrativos de outros tantos que apareceram na seção “Cartas na Mesa”. Pelas suas críticas, é possível identificar que as lésbicas tinham expectativas de que, em algum momento, o jornal apresentaria mais matérias e mais entrevistas voltadas para elas. Nesse sentido, a maior participação de “Yonne” - apresentada em edições anteriores como uma das colaboradoras -, era esperada e cobrada.

Yone Lindgren nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 1956. Criada em uma família de esquerda na zona sul carioca, cresceu em um ambiente livre, cercada de debates políticos e de oposição à Ditadura Civil-Militar. Quando perguntada sobre como gostaria de se apresentar - durante a entrevista de história oral - respondeu: “sou mulher lésbica, totalmente anarquista e de esquerda”. A atuação de Yone Lindgren pelo direito das lésbicas se iniciou, portanto, no final dos anos 1970, a partir da colaboração no Jornal Lampião da Esquina. Participou, ainda, da fundação do Grupo Somos no Rio de

²⁷ Esta carta foi veiculada no Jornal Lampião da Esquina, edição nº 24, maio de 1980, página 14.

Janeiro; colaborou em edições da Revista Um Outro Olhar; e, ao longo dos anos 1990 e 2000, foi ativa na fundação de outros movimentos sociais como, o Movimento D'Ellas, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), e a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), onde atua até hoje.

Pelas críticas levantadas por Luca na edição nº 24 do Lampião da Esquina, é possível perceber que a participação de Yone Lindgren foi apresentada como uma resposta à ausência de conteúdos voltados para mulheres. Luca também faz referência à uma única foto de “uma garotinha - fofinha” que havia circulado no periódico. Ao contrário das imagens masculinas, praticamente não apareciam fotografias de lésbicas no Jornal. A foto a qual Luca se refere é a que está na **imagem 1** e que apareceu na página 19 da edição de nº 23 do periódico:



Imagem 1: Recorte de publicidade do Jornal Lampião da Esquina veiculada na edição de nº 23, de abril de 1980, página 19. Na fotografia, tirada por Dimitri Ribeiro, está Yone Lindgren.

Como a fotografia foi veiculada como parte de uma publicidade do Jornal, não houve referência sobre quem estava na imagem. Apenas na resposta dada pelos editores às críticas feitas por Luca, na edição de nº 24, informações foram escritas nesse sentido: “A guria fofinha que saiu na penúltima página do Lampa/23 é a própria Yonne, que aceitou ser nosso modelo”.²⁸ Sobre a sua participação no Lampião da Esquina e contexto em que foi tirada a fotografia, Yone Lindgren narra:

(...) o João Antônio Mascarenhas [um dos fundadores do Lampião da Esquina] dava aula onde eu estudava e me chamou. E daí a gente parte para ficar também no Jornal Lampião. Eu fui a primeira mulher a ser fotografada. Saí assim: com uma blusa de renda da minha madrinha, queimaderrima de praia, o cabelo todo descolorido. Para mostrarem que o Lampião também era para mulheres.²⁹

O relato de Yone Lindgren corrobora, portanto, com a perspectiva de que a sua participação era parte da iniciativa do Jornal de tentar responder às críticas enviadas por lésbicas. Ainda assim, os conteúdos e as colaborações seguiram majoritariamente masculinas até o encerramento do periódico. O retorno dado pelo Jornal sobre o assunto, em geral, pode ser resumido por uma frase da resposta que seguiu logo abaixo da mensagem de Luca: “(...) Lampião não é um jornal dedicado aos homens; é apenas um jornal ao qual as mulheres estão hesitando muito em aderir”.³⁰

Observando o conjunto das publicações e as reiteradas críticas, o problema parece cíclico: o jornal publicava conteúdos para o público masculino, portanto, atraía menos mulheres leitoras e, por consequência, estas participavam pouco das chamadas do jornal para que enviassem textos, fotos e relatos voltados para lésbicas. Esta análise é, provavelmente, uma simplificação de um problema maior e complexo que se relaciona à própria invisibilidade das relações entre mulheres e do peso da heteronormatividade para

²⁸ Trecho da resposta dos editores do Lampião da Esquina à carta enviada por Luca, edição de nº 24, página 19.

²⁹ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Yone Lindgren em 11 de maio de 2024, por meio da plataforma virtual do *Google Meet*.

³⁰ Trecho da resposta dos editores do Lampião da Esquina à carta enviada por Luca, edição de nº 24, página 19.

este grupo social. Entretanto, pode ser pensada como parte do problema que envolvia a tensão entre o jornal e as lésbicas.

Essa falta de espaço, que era sentida em ambientes mistos (de gays, lésbicas e travestis), também foi a razão apontada para que, em 1980, a Facção Lésbico-Feminista do Grupo Somos (SP) decidisse pelo rompimento e pela construção de um grupo autônomo e independente. Com a consolidação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), o segmento pôde se voltar para as especificidades das vivências lésbicas e tentar romper com a invisibilidade do grupo frente às pautas feministas e homossexuais do período. Nesse sentido, parte das ações de visibilidade do GALF se relacionaram com a decisão pela criação de um periódico próprio: o Boletim Chanacomchana.³¹ A partir dele, as militantes paulistas iniciaram um processo para falar de si e elaborar textos que abordassem as questões que envolviam a homossexualidade feminina.

A análise do Boletim Chanacomchana nos ajuda a compreender um pouco da percepção do GALF sobre relacionamentos, afetividades, atuação política e identidade das mulheres lésbicas que construíram esta publicação. Apesar de ser um formato mais simples que o *Lampião da Esquina*, o periódico tinha uma estrutura aproximada: textos autorais sobre vivências lésbicas, notícias, entrevistas, seção de cartas, espaço dedicado à literatura (especialmente a poesias) e recomendação de referências bibliográficas sobre feminismos e homossexualidades. A partir da análise desta última parte dos boletins, é possível identificar o diálogo das integrantes do GALF com perspectivas feministas lésbicas que circulavam nos países da Europa e nos Estados Unidos. Além das indicações de leitura e dos relatos sobre realização de encontros de grupos de estudos para debater sobre homossexualidades e feminismo, na edição de nº 7 de abril de 1985, o

³¹ Em formato de “fanzine” - ou “zine” - a publicação era feita de maneira artesanal pelo GALF e representou a principal mídia de comunicação do movimento social com lésbicas do país.

editorial do Boletim Chanacomchana trouxe referências a esse contato com grupos internacionais:

(...) apesar das dificuldades, podemos afirmar que o Chanacomchana vem se tornando um sucesso. Através dele, temos ampliado nossos contatos com o exterior e recebido várias revistas e jornais lésbicos, feministas e homossexuais que enriquecem nossos arquivos. Aqui no Brasil, com a crescente divulgação de seu nome pela imprensa, temos também conseguido mais e mais pedidos de exemplares e assinaturas, o que nos possibilita ampliá-lo e melhorar sua impressão. Para o futuro, almejamos obter financiamento para o Chana com entidades homossexuais de outros países e voltar a publicá-lo em forma de jornal. Por enquanto, seguimos trabalhando para fazer do Chanacomchana um efetivo veículo de informação sobre a vivência lésbica e sobre feminismo, numa perspectiva de quebrar o muro de preconceitos que isola as mulheres homossexuais e proporciona-lhes uma rede de contatos aqui e no exterior.³²

Com isso, percebemos que o grupo se inseriu em uma rede de contatos internacionais que trocava concepções e experiências sobre vivências lésbicas. Além das indicações expressas no Boletim sobre essa rede, a própria linguagem utilizada nas análises sobre a homossexualidade - ou lesbianismo - apontava para a construção de discursos que vinculava o movimento das lésbicas paulistas a alguns segmentos de feministas dos países do Norte econômico global. Em um trecho já citado anteriormente, sobre o simbolismo da figura de Safo enquanto “revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução”,³³ é possível perceber a aproximação da linguagem com trechos de ensaios publicados, por exemplo, por Monique Wittig.

Monique Wittig foi uma intelectual e feminista francesa que se destacou pelos escritos sobre vivências lésbicas e compreensão da heterossexualidade como regime político. A partir do diálogo com perspectivas marxistas, Wittig percebia as categorias “homem” e “mulher” como construções políticas e sociais em que a primeira exercia a função de dominação sobre a segunda. Nesse sentido, para Wittig, as lésbicas seriam

³² Trecho do Editorial do Boletim Chanacomchana, nº 7, abril/1985, página 1.

³³ Boletim Chanacomchana, nº 3, 1983, página 1.

uma categoria de enfrentamento do regime de opressão heterossexual e, por isso, não pertenceriam ao grupo “mulher”.³⁴ Em um dos seus ensaios, Wittig afirma:

O que é a mulher? (...) Francamente, é um problema que as lésbicas não têm, graças a uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois “a mulher” só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais. Lésbicas não são mulheres (Wittig, 2022, p.49).

O debate sobre o sentido social e político da categoria “mulher” foi feito por diferentes correntes de pensamento, muitas delas sem relação com os estudos sobre lesbianidades. A socióloga Oyèrónké Oyèwùmí, por exemplo, em seu livro “A invenção das mulheres”, aponta como a construção dessa categoria enquanto universal e de submissão aos homens é produto da perspectiva Ocidental, e que mesmo a lógica feminista se pauta “pela visão limitada e pela bio-lógica de outros discursos ocidentais (Oyèwùmí, 2021, p.43)”. No contexto latinoamericano, María Lugones defende que a categoria “mulher” não tem sentido por si só, a não ser um sentido racista, já que a lógica de universalização de categorias acaba por se referir a grupos dominantes (Lugones, 2008, p.82). Por fim, Letícia Nascimento (2021, p. 40), pensadora transfeminista, ressalta: “o feminismo negro, o feminismo lésbico e o transfeminismo (...) questionam a ideia de “mulher” como categoria universal, essencialista, estática e binária (em relação ao seu oposto, o homem)”. Tensionar e questionar os significados por trás das categorias de sexo/gênero tem sido, portanto, tema central dos debates sobre feminilidades e mulheridades.

A perspectiva de Wittig (2022) se diferencia dessas outras análises, entretanto, porque corrobora com uma leitura dos feminismos hegemônicos de que existe uma opressão universal contra “mulheres” e que esta é promovida pelos homens. Além disso, a categoria “lésbica” parece funcionar fora da lógica das relações de poder e

³⁴ A construção teórica de Monique Wittig é mais complexa que a breve citação que fizemos nesta tese. Para entender mais sobre suas perspectivas, recomendamos o seu livro “O pensamento hetero e outros ensaios” (2022) traduzido por Maíra Mendes Galvão. Sobre as críticas à Wittig, Judith Butler (2003) traz uma análise relevante em seu livro “Problemas de Gênero”.

vislumbra-se uma sujeita que não se relaciona com homens em nenhum aspecto: social, econômico ou afetivo. O que nos leva a questionar: a quais homens e mulheres Wittig se refere? Apesar de fazer uma análise importante sobre a construção social e política dos sexos feminino e masculino, a concepção de regime de opressão desconsidera fatores étnico-raciais, por exemplo, o que acaba se traduzindo em uma universalização das categorias e da opressão sexual. Chandra Mohanty (2020), ao analisar perspectivas feministas ocidentais e hegemônicas, traça uma crítica em relação a esse tipo pensamento:

Embora seja verdade que o potencial de violência masculina contra mulheres circunscreve e elucida até certo ponto a posição social delas, definir mulheres como vítimas arquetípicas as congela em “objetos que se defendem”, os homens em “sujeitos que cometem violência” e (toda) a sociedade em grupos de pessoas impotentes (leia-se: mulheres) e poderosas (leia-se: homens) (Mohanty, 2020, p.24).

Realizar uma análise crítica da forma como a heterossexualidade tem sido colocada como norma, ao longo dos anos e em muitas sociedades, é fundamental para compreender as relações de poder que envolvem as sexualidades. Nesse sentido, Wittig tem uma contribuição fundamental. A autora trouxe à tona a problemática da invisibilidade das relações lésbicas e o potencial político dessas alianças em questionar a normatividade heterossexual. Entretanto, como aponta Judith Butler (2003), não é possível pensar as categorias “lésbica” ou “gay” fora da lógica dos dispositivos de poder que envolvem também a heterossexualidade. Mais do que isso, é preciso questionar a existência desse regime totalizante de sexualidade:

Wittig parece acreditar que só um distanciamento radical dos contextos heterossexuais - isto é, o tornar-se lésbica ou gay - pode produzir a queda desse regime heterossexual. Mas essa consequência política só virá se pensarmos que toda “participação” na heterossexualidade é uma repetição e consolidação da opressão heterossexual. As possibilidades de re-significar a heterossexualidade são repudiadas precisamente porque a heterossexualidade é compreendida como um sistema total, que exige um deslocamento cabal. As opções políticas que decorrem dessa visão totalizante do poder heterossexista são de (a) conformidade radical ou (b) revolução radical (Butler, 2003, p. 175).

Ao trazer alguns aspectos das discussões de Monique Wittig sobre o tema, percebemos que a linguagem empregada em muitos dos textos do Boletim Chanacomchana dialogavam com perspectivas próximas, e que questionavam o caráter compulsório da heterossexualidade.³⁵ Diferentemente dos debates que eram feitos em grupos de mulheres negras, por exemplo, questões de raça e de localização geográfica apareciam menos entre as discussões levantadas pelo Boletim. Entretanto, os textos também não eram uma reprodução literal das perspectivas defendidas por grupos estrangeiros. É possível identificar que o GALF tentava construir uma leitura própria sobre as vivências lésbicas brasileiras, sobre invisibilidade e sobre a inserção do debate relacionado ao tema nos movimentos feministas e homossexuais. Ainda que com críticas ao apagamento das questões femininas, percebemos a manutenção de alianças com grupos gays e diálogos que não se assemelhavam aos rumos separatistas de algumas vertentes feministas dos Estados Unidos e da Europa.

O Boletim Chanacomchana circulou até 1987 quando, já no período de redemocratização, o GALF resolveu encerrar a publicação e iniciar um novo boletim intitulado “Um Outro Olhar”. A transição para o novo periódico marcou o momento de transformação do próprio GALF que, em 1990, passou a se chamar Rede de Informações Um Outro Olhar. O grupo, que nasceu como Organização Não Governamental (ONG), trazia novas perspectivas sobre vivências e afetividades lésbicas. A partir dos boletins e da revista - que surgiu posteriormente com o mesmo nome -, é possível identificar a construção de textos voltados para a posituação das relações entre mulheres. Nesse sentido, a Rede se inseriu em um novo contexto de debates sobre sexualidades e que estava conectado com as mudanças políticas do país.

³⁵ Nesse tema, também é relevante que, entre as recomendações de leitura, encontramos, por exemplo, texto de Adrienne Rich que escreveu o artigo “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence” em 1980. O texto traz conceitos como o de “*continuum* lésbico” e de “heterossexualidade compulsória”. Ambos corroboram com algumas das perspectivas que também podem ser percebidas nas páginas do Boletim Chanacomchana.

Não obstante a construção de artigos voltados para um olhar mais afetivo das lesbianidades, o tema da visibilidade se mantinha enquanto pauta importante do movimento social e nos ajuda a entender os debates que se tornaram fundamentais para as organizações lésbicas do Brasil nos anos 1990. No Editorial do Boletim Um Outro Olhar, nº 3, de abril e maio de 1988, temos o seguinte trecho:

Uma das formas mais efetivas de discriminação que sofremos é a que se constitui a partir de nossa invisibilidade, construída com base em nosso silêncio. Quando nos calamos sobre como realmente somos e vivemos, permitimos que somente aquelas visões distorcidas do lesbianismo circulem por aí, (de)formando as mentalidades e alimentando o preconceito. Quando nos calamos sobre como realmente somos e vivemos, permitimos também que estas visões distorcidas atinjam outras mulheres lésbicas, reforçando a baixa auto-estima e o isolamento. Quando nos calamos sobre as violências que sofremos - e estas visões distorcidas são uma violência - nos tornamos cúmplices das mesmas, já que não só nos mantemos afastadas umas das outras (pois não sabemos onde estamos) como também mantemos nossas cabeças cheias de ideias equivocadas (pois não sabemos quem realmente somos). Portanto, o negócio é botar a boca no mundo. Não é preciso sair às ruas e levantar a bandeira (isso fica para as mais corajosas), basta escrever sobre suas próprias vivências, suas dúvidas, certezas, seus erros, acertos, etc, enfim sobre tudo aquilo que caracteriza os seres humanos, demonstrando para héteros e homos que somos como todo mundo, embora diferentes, e que nossos direitos têm que ser respeitados³⁶.

O convite para escrever sobre vivências reitera o caráter de “rede” que a nova organização buscava consolidar. Com o objetivo de chegar em mais pessoas e compartilhar perspectivas positivas sobre lesbianidades, esse trecho do editorial converge com a luta de outros movimentos sociais pelo direito à diferença. Ao longo dos anos 1990, novas organizações de lésbicas e mulheres bissexuais surgiram justamente na tentativa de reafirmar o caráter político das suas identidades e em busca de lugares para debater suas especificidades. Mais uma vez, a insatisfação com o espaço restrito em movimentos e eventos mistos foi o ponto de partida para novas mobilizações que, por sua vez, deram origem às militâncias que estiveram presentes na Câmara dos Deputados.

A comunicação internacional da Rede de Informações Um Outro Olhar também pode ser percebida a partir de cartas trocadas com outros grupos. Em Portugal, o primeiro periódico identificado voltado para lésbicas foi a Revista Organa, que circulou

³⁶ Trecho do editorial escrito por Míriam Martinho, Boletim Um Outro Olhar, 1988, nº 03, p. 1.

entre 1990 e 1992. Na edição de nº 2 de 1990³⁷ - portanto, logo após seu lançamento - as editoras dedicaram um texto, entre as páginas 5 e 7, para saudar a Rede. A partir de uma carta enviada pelas lésbicas paulistas, a Revista *Organa* trazia um panorama do movimento de lésbicas e comentava temas relacionados ao “lesbianismo” no país. Da mesma forma, a edição de nº 12 do Boletim Um Outro Olhar, na página 24, trouxe um pequeno texto sobre a *Organa* e sobre a forma de solicitar o envio das suas edições.

Ao analisar os textos veiculados pelos movimentos de lésbicas no Brasil e em Portugal, é possível identificar aproximações e diferenças entre os debates construídos. Embora não tenha sido identificado contato direto entre a Rede e o Grupo Lilás - que produziu a revista de mesmo nome - as publicações de ambos possuíam formato e objetivos parecidos. Ao compararmos os editoriais das publicações realizadas pela Rede - tanto o Boletim, quanto a Revista UOO - com o editorial de lançamento da Lilás, percebemos que a circulação de informações sobre e entre lésbicas era questão fundamental:

Os recentes encontros de lésbicas têm demonstrado a vontade de pensar, falar, partilhar o lesbianismo e também de dançar e rir. E a vontade que as lésbicas têm de se conhecer e conhecer, cada vez mais, como é que somos e também como foi ser lésbica nos outros tempos. É nesta movimentação que surge Lilás, querendo estabelecer um circular de ideias, informações, factos e opiniões.³⁸

Por outro lado, na Revista Lilás, o diálogo com o “lesbianismo radical” era direto e frequente nas primeiras edições, principalmente a partir da publicação de textos sobre separatismo lésbico. Escritos como “O pensamento hétero” de Monique Wittig também foram traduzidos e publicados integralmente. Na revista portuguesa, o texto recebeu o nome de “A mente hétero” e, segundo o editorial da edição de nº 6, foi

³⁷ Conforme citado na **história do projeto**, o contato com a Revista e com a menção à organização lésbica brasileira foi possível durante o período de doutorado sanduíche em Lisboa. Pelo recorte temporal desta tese e pelos conteúdos presentes na publicação, optei por dedicar maior tempo de análise e estudo à *Revista Lilás*, mas uma rápida leitura das edições da *Organa* permitiu encontrar o contato entre as lésbicas brasileiras e portuguesas.

³⁸ Trecho do texto de abertura da Revista Lilás: “Primeiras palavras - Por que a Revista Lilás?”, página 1, edição nº 1 de março de 1993.

publicado com o “intuito de tornar acessíveis alguns textos importantes do lesbianismo”. Entre os escritos considerados relevantes para o debate sobre lésbicas, também foi apresentado o texto “Lesbianismo radical” de Isabel Dargent, dividido em duas partes que saíram nas edições de nº 4 e nº 9; e na Lilás nº 10, o artigo “Algumas reflexões sobre o separatismo e o poder” de Marilyn Frye foi apresentado. Os textos, geralmente, vinham acompanhados de perguntas para a reflexão das leitoras e solicitavam o envio de respostas por cartas.

Ao analisarmos, de maneira geral, a recepção das leitoras em relação a estes textos, percebemos que a maioria não concordava com suas análises e visões de mundo. Especialmente os que transmitiam uma perspectiva separatista, acabavam gerando opiniões contrárias. Possivelmente por isso, os debates sobre lesbianismo radical se tornaram escassos com o passar dos anos e das edições da Revista. Com a virada para os anos 2000, os direitos para lésbicas passaram a ser a pauta fundamental do periódico.

Entre os textos que circularam nas primeiras edições da Lilás, um artigo intitulado “Preferência *versus* orientação sexual” escrito por Heather L. Moore³⁹ levantava um debate relevante sobre a linguagem utilizada por lésbicas, gays e feministas. Em um período em que o uso do termo “orientação sexual” ganhava espaço e substituía a noção de “opção sexual”, Heather L. Moore propunha uma análise atenta aos sentidos que a mudança de linguagem envolvia:

(...) Uma frase que atualmente é comum nos “mídia”, e entre os grupos de direitos das lésbicas e gays é “orientação sexual”. É usada em leis gerais e municipais feitas para acabar com a discriminação e em ensaios de estudiosos que examinam diversos aspectos da homossexualidade. Em toda a nossa sociedade, orientação sexual foi codificado como termo a usar quando se discute em questões envolvendo homossexuais. Ocasionalmente ouvimos usar o termo preferência sexual em debates retóricos sobre questões das lésbicas e gays, mas isso é frequentemente um sinal que o orador é ostensivamente anti-homossexual. (...) As palavras que usamos para descrever questões feministas têm uma enorme importância. Precisamos dizer aquilo que pretendemos, não o que é mais conveniente ou simples. Como

³⁹ O texto foi traduzido por Helena P. e publicado na edição de nº 7 de setembro de 1994 da Revista Lilás. A publicação original aconteceu na Revista “Off our backs”, volume 24, nº 6, de junho de 1994.

feministas, o nosso uso da linguagem tem sido, e continua a ser, uma das nossas armas mais poderosas na luta para atingir a igualdade.⁴⁰

Heather Moore explica que a noção de “orientação sexual” parte de uma série de estudos e argumentações que passam a entender as sexualidades como determinações biológicas/naturais. Por isso, segundo a autora, é necessário pensar o uso do termo e questionar a validade de se apoiar em argumentos biologizantes para defender direitos para gays e lésbicas. Nesse sentido, Moore entende que as(os) ativistas acabavam em uma dicotomia: “Ou apoiamos os direitos das lésbicas e gays e aceitamos a ideia de que a homossexualidade é determinada biologicamente (a posição de que ninguém escolheria ser homossexual)”; “ou opomos-nos aos direitos das lésbicas e gays e acreditamos que os homossexuais escolhem ter um comportamento de “desvio sexual””.⁴¹

A reflexão feita por Moore é relevante porque ajuda a entender as disputas e discussões em torno da linguagem. Como feminista que entende o gênero como uma construção social, a autora também questiona a origem “natural” da sexualidade, traça um comparativo com outras identidades que nascem da “bio-lógica” e reflete sobre os perigos de utilizar uma linguagem que é associada a esta perspectiva:

Alguns ativistas dos direitos das lésbicas e dos gays também acreditam que terão mais sucesso na luta contra a discriminação nos tribunais e nas legislaturas se puderem provar que a homossexualidade é uma característica biológica. (...) Todavia (...) ter conhecimentos básicos das diferenças em biologia não acaba com os preconceitos. Pelo contrário, os africanos, americanos, judeus, pessoas com deficiências físicas e também os homossexuais foram perseguidos por “deficiências biológicas”, tendo havido mesmo tentativas de extermínio para evitar a “contaminação biológica”. E as mulheres também têm lutado pela equidade como grupo imutável e ainda estamos longe dessa igualdade. A vantagem política que supostamente ganhamos ao usar o termo orientação é no mínimo questionável. (...) É igualmente verdade que existe uma diferença entre algo que é causado pela biologia e algo que é fundamental para a vida de uma pessoa. Tornar-se homossexual é uma experiência profunda que provoca uma mudança fundamental. (...) A homossexualidade parece ser imutável no sentido em que uma vez que se ama uma pessoa do mesmo sexo, não é impossível, mas pelo menos é bastante difícil acreditar que a homossexualidade é algo feio ou altinatural, embora anteriormente fosse fácil chegar a essas conclusões.⁴²

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ *Ibid.*

⁴² *Ibid.*

É relevante que Heather Moore escreva a partir da realidade estadunidense, mas as questões que envolvem o uso do termo “orientação sexual” servem tanto para o contexto português - daí a decisão da Revista Lilás em traduzir e publicar o texto -, quanto para a realidade brasileira. Em diferentes territórios, a substituição da noção que envolvia escolha - “opção” ou “preferência” - da sexualidade foi parte do processo de “normalização” das vivências de gays e lésbicas. Ao analisarmos as legislações aprovadas em muitas cidades e estados do Brasil, o termo “orientação sexual” é o que mais frequentemente aparece. Tal fato se deu pela disputa encampada pelos movimentos de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneras(os) e travestis para que não se falasse mais em “opção sexual”.⁴³

Ao mesmo tempo que Moore propõe uma análise crítica importante sobre os sentidos biológicos por trás da mudança do uso de termos, a autora não discute como fatores sociais e culturais podem influenciar as sexualidades - inclusive de forma inconsciente - configurando não exatamente uma escolha. A autora parte da sua experiência para reafirmar sua posição a favor da noção de “preferência sexual” e entende essa defesa como algo político:

(...) Quando descrevo minha própria sexualidade, refiro ao meu lesbianismo como preferência sexual. Faço porque o tema orientação sexual não me parece ser uma caracterização exata do que sou. Quero ser responsável pela decisão de estar com a minha companheira. Vejo a estratégia que algumas ativistas lésbicas e gays estão a usar para obter maiores direitos cívicos para lésbicas e gays, mas como lésbica e feminista não quero tomar parte nesse plano. Também compreendo que alguns gays e lésbicas, sobretudo gays, sentem que são fundamentalmente e, portanto, biologicamente homossexuais. Contudo, peço-lhes respeitosamente que considerem as razões políticas e sociais e as implicações daquilo que defendem. Historicamente, usar a

⁴³ Para citar apenas um exemplo ocorrido em uma casa legislativa brasileira: Em 05 de setembro de 2001 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Osvaldo Braga Júnior, presidente do Movimento Gay de Minas (MGM/ Juiz de Fora) levantou o seguinte debate: “Acho importante tomar cuidado quando falamos em opção sexual. Não é opção sexual. A mim nunca foi dada opção sexual. “Você pode ser A ou B; escolha o que quer.” “Amanhã não quero mais ser “gay”, quero ser “hetero”.” Isso não existe. As pessoas têm mania de falar: “Vamos respeitar a opção.”. Não há opção, é orientação sexual. Em vários trechos do documento, encontramos a expressão “opção sexual”. Também não perguntaram aos heterossexuais se queriam ser “hetero” ou “homo”. É uma orientação sexual com origem nebulosa, que vem de uma parte da formação de nossa cultura. Alguns defendem a existência de um componente genético. Não defendo essa posição; enfim, opção não é”. O trecho foi retirado das notas taquigráficas (páginas 21 e 22) da 83ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos.

biologia como explicação para o comportamento, moralidade ou identidade tem sido, na melhor das hipóteses, errado e na pior das hipóteses, mortal. Quero ser tornada responsável por ter escolhido deitar-me noite após noite ao lado de uma mulher bonita e inteligente. Indo mais diretamente à questão, eu quero ser creditada por esse ato de amor corajoso e desafiador. O meu lesbianismo foi uma escolha. E não foi uma escolha simples, mas por mais dolorosa que a nossa sociedade preconceituosa torne essa escolha, eu voltaria a fazê-la novamente e novamente e novamente.⁴⁴

A análise dos textos veiculados na Revista Lilás, cotejados com documentos produzidos pelos movimentos de lésbicas e com os discursos feitos por ativistas no Brasil, nos ajudam a entender diálogos internacionais sobre garantia de direitos para a população LGBT. É possível identificar pontos de estratégia em comum e inspirações baseadas em “direitos humanos” que são pensados internacionalmente. Principalmente a partir da luta pelo direito ao casamento (ou união civil), percebemos como as notícias sobre os outros países e os respectivos movimentos LGBTs se tornam latentes nos documentos brasileiros e na Revista Lilás, especialmente no período que envolve o recorte temporal desta tese.

A necessidade de mobilização política desses movimentos sociais - em governos, casas legislativas e cortes judiciais - é, portanto, tema comum e que permite traçar paralelos com o contexto estrangeiro. Tal qual assinalou Heather Moore, foi a partir das estratégias para conquista de direitos nesses espaços que buscou-se a adequação da linguagem de forma a transmitir significados que naturalizassem a homossexualidade. Discutir sobre mobilização política e suas estratégias se tornou, portanto, questão fundamental para ativistas lésbicas, principalmente a partir da redemocratização no Brasil.

A revista Um Outro Olhar nº 24, publicada em junho de 1996, trouxe como matéria de capa o tema: “Votos e leis para lésbicas e gays”. A edição teve a maioria dos seus textos voltados para a participação política de lésbicas e para a importância de escolher candidatas(os) alinhadas(os) com a defesa dos direitos para esse grupo social.

⁴⁴ *Ibid.*

Pensando nas eleições municipais de 1996, a revista tinha como objetivo conscientizar sobre a relevância da política para garantia de direitos e apresentava algumas/alguns candidatas(os) que tinham se comprometido em pautar e apoiar leis voltadas para homossexuais.



Imagem 2: Capa da Revista Um Outro Olhar, nº 24, de junho de 1996. Na foto, é possível identificar militantes dos movimentos de lésbicas e gays - entre eles, da Rede - colocando papeis em uma urna.

A partir da foto de capa da edição, é possível observar as frases “pela livre orientação sexual” e “pela união civil para lésbicas e gays” apontando alguns dos temas

debatidos pelos movimentos sociais do período. No Editorial da publicação, a Rede usou um jogo de palavras para introduzir a perspectiva sobre como a política influencia o cotidiano das pessoas:

Cada vez mais o Brasil, um dos maiores países do mundo em dimensões geográficas, parece caracterizar-se por uma das menores, porém das mais expressivas preposições da língua portuguesa: a preposição *sem*. É um tal de *sem-terra*, *sem-teto*, *sem-roupa*, *sem-direito*, *sem-escola*, *sem-emprego*, *sem-dinheiro*, *sem-saúde*, *sem-cidadania*, *sem-chance*, *sem-futuro*, *sem-nada*. São tantos os “*sem*” que, daqui a pouco, se a gente não se cuida, metade dos substantivos do idioma virão acompanhados desta famosa preposição, engrossando ainda mais as páginas do Aurélio. Por isso, a gente precisa encontrar formas de se cuidar. Principalmente nós, lésbicas, bem como os gays e outros marginalizados, para quem a preposição *sem* já é uma condição *a priori*, mais que nunca necessitamos aprender a nos cuidar. E esse cuidar-se implica no prestar atenção a uma outra palavrinha muito em baixa em nossa sociedade hoje em dia: a palavra política. Mal-vista, mal-dita, mal-entendida, esta palavrinha, no entanto, é a chave para fechar a porta dos “*sem*” e abrir a porta dos “*com*”.⁴⁵

O texto inicia com uma lista de “faltas” vivenciadas no dia-a-dia das(os) brasileiras(os): todas elas relacionadas à ausência de políticas públicas eficazes que seriam capazes de mudar a realidade social do país. Com isso, o texto aponta como, para as integrantes da Rede, a necessidade de transformação não se relacionava apenas aos direitos para lésbicas e gays, mas a um conjunto de ações que poderiam substituir a preposição “*sem*” pela preposição “*com*”. Nesse sentido, é relevante como a questão socioeconômica, diferentemente da publicação portuguesa analisada, atravessa os debates realizados pelos movimentos de lésbicas no Brasil. Ainda que a Revista Lilás, por exemplo, tratasse eventualmente de questões de classe, o tema majoritário de suas edições era o debate sobre sexualidade lésbica. A realidade do Brasil - marcada pelas consequências históricas do colonialismo - dificulta que se discuta qualquer tema de forma isolada, sem refletir sobre as condições de trabalho, a falta de moradia, o problema da fome, os conflitos agrários, entre outras questões. Por isso, como apresenta o Editorial, discutir sobre política e traçar estratégias é fundamental.

⁴⁵ Trecho retirado do Editorial da Revista Um Outro Olhar n° 24, página 2, publicado em junho de 1996.

Na página 9 da Revista, Míriam Martinho publicou um texto intitulado “Eu não gosto de política” que chamava à atenção para o problema de não participar das discussões e de se abster de votar e acompanhar os políticos de forma consciente. A edição trouxe, ainda, entrevistas com três pessoas: um candidato a vereador assumidamente gay (Elias Lilikã); o candidato Ítalo Cardoso e a deputada federal Marta Suplicy para debater a relevância (ou não) de candidaturas especificamente gays e lésbicas para a defesa de direitos para esse grupo social. Na mesma revista saiu também uma nota sobre a candidatura de Virgínia Figueiredo - ativista lésbica já citada neste capítulo - à vereança do Rio de Janeiro.

Entre os artigos veiculados na edição, foi publicado texto escrito por Luiza Granado intitulado “Fala Luiza, Fala!”. A publicação tratava de um relato da experiência vivenciada pela autora durante uma sessão solene ocorrida na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em 8 de dezembro de 1995. Segundo Luiza Granado, o que aconteceu naquele dia foi “um dos momentos mais emocionantes da sua vida de militância” e, por isso, ela narra em detalhes a memória que tinha sobre aquele evento. A reunião ocorreu em homenagem ao dia universal dos Direitos Humanos e no contexto do projeto de criação da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Alesp.

A partir do texto da Luiza e das informações contidas nele, foi possível buscar fontes documentais produzidas pelo legislativo de São Paulo. Infelizmente, a gravação sonora da sessão se encontra em um suporte documental ainda não digitalizado,⁴⁶ então somente as fotografias e a transcrição das falas do evento, publicada no Diário Oficial do estado, estão acessíveis. Pela leitura da transcrição, é possível entender a sequência de falas e as diversas organizações que participaram do evento: a sessão contou com a

⁴⁶ A informação foi obtida a partir de solicitação de acesso aos documentos feita no endereço eletrônico da Alesp. Conforme tratamos na **Introdução**, é comum que os arquivos sonoros de reuniões legislativas não sejam acessíveis, especialmente quando estão registradas em suportes analógicos e que exigem equipamentos específicos - e, muitas vezes, raros - para sua digitalização.

participação dos movimentos de mulheres, negros(as), trabalhadores(as), pessoas engajadas na luta contra violações da Ditadura, entre outros grupos que tinham como pauta principal os direitos humanos. Houve declamação de poema e apresentação musical, e, pela transcrição das palmas, a plateia parece ter participado ativamente.

Ao realizar a leitura do documento produzido pela Alesp percebemos que, ao final da sessão, nenhuma participação de representantes dos movimentos de lésbicas, travestis, transgêneros(as), gays ou bissexuais tinha ocorrido. No momento de quase encerramento, o presidente Renato Simões (PT) decidiu passar a palavra a Arnaldo Domínguez - do Projeto Etcétera e Tal -: “Nós vamos abrir um espaço no programa previsto, para a última colocação, a pedido do Grupo Corsa (...)”.⁴⁷ A fala de Arnaldo Domínguez se voltou para a importância de visibilizar “os excluídos” e encerrou fazendo um aceno específico às lésbicas: “a lésbica é sempre excluída, duplamente, como mulher e como mulher com sexo diferente, e provavelmente eu deveria, em nome da lésbica, marcar presença e agradecer”.⁴⁸

Em seguida, o presidente iniciou um discurso de encerramento da sessão e, pela transcrição, não é possível identificar nenhum sinal do que motivou a decisão de passar a palavra à Luiza Granado, da Rede de Informações Um Outro Olhar. A partir do trecho do documento apresentado na **imagem 3**, identificamos apenas que, em meio ao discurso de encerramento, o presidente chama a ativista para a fala. Pela transcrição também percebemos o erro no nome da integrante da Rede. Segundo o documento, a pessoa que falou foi a “Luzia Granada”.

⁴⁷ Transcrição da fala de Renato Simões durante a 17ª Sessão solene em comemoração da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela ONU, ocorrida em 8 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial do estado de São Paulo em 21/12/1995, página 20.

⁴⁸ Transcrição da fala de Arnaldo Domínguez durante a 17ª Sessão solene em comemoração da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela ONU, ocorrida em 8 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial do estado de São Paulo em 21/12/1995, página 20.

O SR. PRESIDENTE — RENATO SIMÕES — PT — Nós gostaríamos de agradecer a todas as entidades, organizações não-governamentais, instituições universitárias, grupos pastorais, enfim, a todos aqueles que se associaram a nós, ao Vereador Ítalo Cardoso, à Vereadora Tereza Lajolo, e a todos aqueles que hoje compareceram, dizendo que esta sessão solene marca o início de uma caminhada que nós esperamos conte com um novo instrumento de luta, permitindo que a sociedade de São Paulo batalhe para que os direitos humanos a cada ano sejam comemorados e as violações cada vez mais denunciadas.

Tem a palavra a Sra. Luzia Granada.

A SRA. LUZIA GRANADA — Sem revisão da oradora — Em nome da Rede de Informação Um Outro Olhar, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis e do Secretariado de Mulheres da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA), gostaríamos de agradecer aos organizadores pelo convite para participarmos deste evento, e saudar todos os presentes. Para nós, lésbicas, esta é uma oportunidade de nos fazermos visíveis socialmente, quebrar mitos sobre nossas vivências e buscar a construção da nossa tão difícil cidadania, já que somos as excluídas entre os próprios grupos sociais de excluídos e oprimidos.

Para nós, esta é igualmente uma oportunidade de declarar nossa consciência de que a cidadania das lésbicas não pode prescindir das contribuições e da parceria com outros movimentos organizados da sociedade civil, em especial, o de mulheres. Para nós, está claro que nossa cidadania passa necessariamente pela melhoria de condição de vida de todas as mulheres e de toda população.

Para não alongar-me, gostaria de terminar citando duas frases. A primeira foi levada, pelas lésbicas de todo mundo, para a IV Conferência Mundial das Mulheres, organizada pela ONU, e realizada em Pequim, na China, em setembro deste ano. A segunda é uma frase de Caetano Veloso.

A primeira frase declara: "Os Direitos das Lésbicas são Direitos Humanos".

A segunda diz: "Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é".

Novamente saudações a todos e muito obrigada. (Palmas.)

Imagem 3: Recorte do Diário Oficial do estado de São Paulo, de 21/12/1995, página 20.

Ler a transcrição sobre o momento em que Luiza Granada realizou sua fala nos documentos da Alesp e compará-lo com o relato de memória da ativista nos possibilita perceber as nuances que envolvem as diferenças entre documentos produzidos pela institucionalidade pública e pelos movimentos sociais. Ambos tratam de um mesmo evento e discurso, entretanto, as perspectivas transmitidas por cada um são completamente diferentes. Mais uma vez, o cotejamento entre fontes documentais permite um aprofundamento das análises que vai além do texto do discurso. Tal qual publicado no Diário Oficial de São Paulo, o que foi falado no microfone por Luiza é transcrito da mesma forma na Revista Um Outro Olhar, nº 24, página 6. As diferenças

entre as narrativas estão na contextualização que é feita pela ativista. Segue o trecho do seu relato publicado na Revista:

A sessão começou de forma solene, como de praxe. Nesse primeiro momento, meu nome e o de Amaldo não foram citados com a formalidade que a sessão requeria. Num segundo momento, fomos citados informalmente. A sessão foi transcorrendo, de maneira emocionada, com figuras ilustres se revezando no palco. Cada discurso comovia o público que lotava a Assembléia: pessoas do movimento popular, religiosos e parlamentares. A sessão caminhou para o término. Segundo o presidente Deputado Renato Simões, “os direitos humanos tiveram vários rostos. Concretizamos a luta pelos direitos humanos na face da mulher, na face do negro, na face do trabalhador rural, na face dos familiares dos desaparecidos e poderíamos lembrar outras faces. Na face daqueles que são perseguidos por sua opção sexual, na face dos meninos e meninas de rua, na face dos idosos, na face dos índios. Queremos, neste final de sessão, por não poder lembrar extensivamente de todas as faces...” Renato citou várias pessoas e movimentos. O de Lésbicas e gays? Não. Amaldo e eu, com nossos discursos de 2 minutos, como solicitado, fomos “esquecidos”. Pedimos a palavra, sabendo que provavelmente só um de nós teria chance de falar. Ajudado pelo grupo gay Corsa, que pediu para Arnaldo falar, o presidente da solenidade deu-lhe a palavra. Nessa altura dos acontecimentos, não disse nada do que havia preparado e sim um improviso, ressaltando a exclusão. Fez o que pôde para garantir minha palavra, argumentando: “Luiza está aqui para falar como lésbica, não sei se será possível”. Foi muito aplaudido. Não, não seria possível. A sessão foi declarada encerrada, pelo presidente da mesa, e os microfones desligados. Eu estava indignada e me mantinha em pé, pedindo insistentemente a palavra. Não aceitava o que estava acontecendo. A platéia percebeu que havia algo errado. Os rapazes dos grupos gays Corsa, Caehusp e Expressão fizeram coro para que me deixassem discursar. A platéia engrossou o pedido. Ouvia voz conhecida de Dolores, assessora de Ítalo Cardoso, que gritou: “Fala Luiza, fala!”.

Tais manifestações me impulsionaram a dirigir-me aos microfones que continuavam desligados. Naquele clima de tensão, os microfones foram religados e meu discurso garantido. A voz tremia, o coração batia a mil por hora. Agradei a exceção das exceções e assim li o texto que havia preparado, fruto da reflexão e do trabalho da Um Outro Olhar (...). Fui aplaudida de pé enquanto recebia, no lugar destinado aos oradores, abraços dos demais convidados. Palavras de solidariedade, coragem, afeto, força, admiração. Pedidos de desculpas pelo incidente também não faltaram. A primeira pessoa a me abraçar foi uma senhora de cabelos brancos, que, ao perceber que eu tremia e tinha os olhos marejados, encorajou: “Que é isso agora, menina, você só conseguiu porque é valente”. Tenho certeza que este momento marcou todos e todas ali presentes. Marcou-me principalmente pela emoção de ter a palavra garantida pela aclamação popular. O que ficou de importante, desta situação, é que me recusei ao papel de “vítima” e mostrei que a situação pode e deve dar uma virada. Demonstrei a força das palavras que usei em meu discurso. Consegui fazer valer nossos Direitos Humanos e assim fizemos a história da CDH, em São Paulo.⁴⁹

O discurso realizado por Luiza Granado reflete questões que já tínhamos tratado a partir da Revista Um Outro Olhar e que parece ser parte fundamental da perspectiva das ativistas da Rede: de que a cidadania das lésbicas passa, necessariamente, pela

⁴⁹ Trecho retirado do texto “Fala Luiza, Fala!” da seção “Em movimento” da Revista Um Outro Olhar nº 24, página 5, publicada em junho de 1996.

melhoria de condições para toda a população. Nesse sentido, é simbólico que a voz de Luiza se junte a todas as outras, que participaram do evento, para defender uma perspectiva de “direitos humanos” que seja inclusiva e que pense os diferentes grupos sociais em alianças de solidariedade. Mais uma vez, também aparece a questão da visibilidade: o evento como uma oportunidade de tornar lésbicas mais “visíveis socialmente”. O relato de Luiza nos permite, entretanto, analisar além do discurso feito *no* evento, pensar os aspectos que não aparecem na transcrição e que envolvem o discurso feito *sobre* o evento, publicado para lésbicas.

O acesso ao arquivo sonoro talvez nos permitisse ouvir alguma movimentação de pedido para que a Luiza falasse, mas certamente não traria o detalhamento das percepções e emoções sentidas pela ativista como vemos no texto em que foi escrito por ela. Na transcrição feita pela Alesp, o seu discurso foi só mais um entre vários que aconteceram naquele dia. Para a ativista, foi um dos momentos mais emocionantes da sua vida. Nesse caso, interessa menos saber se de fato houve aclamação popular, é mais relevante perceber que a ocupação daquele espaço - uma casa legislativa estadual - foi simbólica para a militante da Rede. Cotejar o documento registrado no diário oficial com a narrativa escrita pela ativista e publicada na revista do movimento social, nos convida a um exercício reflexivo que pode permear a análise de todos os discursos registrados pela Câmara dos Deputados e que vamos apresentar ao longo desta tese: qual o significado político da ocupação desses espaços para essas ativistas? Como elas se sentiram ao realizar esses discursos?

A maioria dos eventos que serão analisados, infelizmente, não possui narrativas como a que foi feita por Luiza Granado que nos permitiriam pensar os aspectos que envolvem e que contextualizam os encontros de forma aprofundada. Precisaremos, por isso, contar com alguns fragmentos que escapam dentro dos registros oficiais e que

deixam sinais das emoções que foram geradas pelos eventos. Trazer esse relato sobre uma sessão que aconteceu na Alesp tem, portanto, o objetivo de alertar sobre a limitação das fontes documentais e sobre a impossibilidade de qualquer registro - seja ele em áudio, vídeo ou texto - de transmitir o que de fato ocorreu no passado. São apenas resquícios de algo que já não pode ser acessado e cujos sentidos dependem de quem produziu e porque produziu.

Capítulo 3

(In)visibilidades na Câmara dos Deputados: críticas, diálogos e tensões

As reuniões promovidas pelas comissões para dialogar sobre direitos e políticas públicas para lésbicas, travestis, transgêneros, gays e bissexuais apontam, em sua maioria, para uma realidade de acolhimento e suporte por parte da Câmara dos Deputados. Ao se concentrar nas falas das(os) deputadas(os) da Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual,⁵⁰ é possível que se crie a imagem de um debate legislativo extremamente plural e humano, esperançoso de um país em processo de transformação e que, no início dos anos 2000, indicava que uma série de conquistas estavam para acontecer na casa legislativa.

Entretanto, ao aprofundar o estudo desses documentos e, especialmente, ao ouvir com atenção as falas de lideranças dos movimentos sociais, é possível identificar sinais de violências em diferentes graus: desde escolhas de participantes que reiteram o cenário de invisibilidade de alguns grupos, até cenas explícitas de desprezo, que furam a bolha de acolhimento que se quer demonstrar. Analisando os arquivos sonoros, as notas taquigráficas e os relatos de história oral sobre os eventos voltados para a população LGBT, encontramos algumas narrativas que exemplificam essa situação. Neste capítulo, trataremos, portanto, de aspectos que envolvem a reprodução de invisibilidades na Câmara dos Deputados. Com isso, buscamos demonstrar que, apesar de momentos marcantes e discursos relevantes realizados por lideranças lésbicas, a participação dos movimentos sociais em reuniões legislativas não ocorria sem tensões e conflitos.

⁵⁰ A Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual foi criada em 2003 e era composta por deputadas(os) e senadoras(es) apoiadoras(es) das causas LGBTs. O grupo buscava criar e fomentar a aprovação de projetos de leis para garantir direitos e políticas públicas para essa população.

3.1 Novos corpos ocupam a Câmara dos Deputados: reflexões sobre tensionamentos e acolhimento

Em 26 de junho de 2003, a Câmara dos Deputados realizou o “Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT)” e contou com a participação de representantes de diferentes organizações. Entre elas, Maitê Schneider, liderança trans do Instituto Paranaense 28 de junho e do Grupo Disforia de Gênero. A militante fez o seguinte relato:

(...) quando eu estava entrando nos corredores aqui [da Câmara dos Deputados], foi uma coisa muito estranha, porque eu parecia uma assombração entrando na Casa. É uma coisa engraçada de ver, quando a gente entra nos lugares em que as pessoas ainda não estão acostumadas com essa diversidade que a gente tanto prega e que a gente tanto fala. Eu não sei se foi o comprimento da minha saia ou se eu exagerei no decote, ou se alguma coisa aconteceu... Mas os olhares de assombração com que as pessoas me viam, eu percebo que a gente ainda tem muito o que fazer, que tem muita coisa para ser trabalhada.⁵¹

Ao ouvir este relato, recordamos de outro arquivo sonoro que tivemos contato pela primeira vez durante o processo de pesquisa do mestrado. Conforme trouxe na **história do projeto**, o interesse em buscar documentos audiovisuais de participações de lideranças lésbicas em casas legislativas nasceu a partir da experiência com o acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Durante a escrita da dissertação sobre a ALEM, realizamos pesquisa nos documentos audiovisuais da CMBH em busca de participações desta organização.

Diferentemente do que ocorre com este tipo de documento na Câmara dos Deputados, o acervo da CMBH ainda não se encontra disponível e completamente descrito em plataformas virtuais. Ao contrário, muitas das gravações de reuniões ainda estão em processo de digitalização e descrição.⁵² Por isso, ao solicitar acesso às

⁵¹ Trecho transcrito a partir do arquivo sonoro da fala de Maitê Schneider no Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT) em 26/06/2003.

⁵² Embora não esteja acessível por plataformas virtuais, este acervo pode ser acessado e pesquisado por meio da Sala de Consultas do APCBH. A descrição completa das gravações sonoras ainda está em processo. Entretanto, todo o acervo já possui uma descrição prévia.

gravações de determinados eventos, às vezes, acabamos tendo acesso a toda a fita em que está registrado o documento que se deseja. Portanto, de forma diversa do que ocorre com o acervo da Câmara dos Deputados, que organiza os arquivos sonoros por reunião e por participante, em algumas situações, precisamos ouvir toda a gravação do suporte para identificar o evento que desejamos. Por essa especificidade, foi possível ter acesso a um trecho de uma gravação e sobre o qual cabe fazer uma breve digressão. A partir dela, gostaríamos de introduzir o tema do acolhimento da população LGBT nas casas legislativas.

O acervo de gravações em áudio das reuniões da CMBH está registrado em quatro suportes documentais a depender do período de produção: fitas de rolo, fitas cassete, fitas VHS e em formato digital. No caso das gravações de participação da ALEM, todas se encontram em fitas VHS que têm a capacidade de registrar pouco mais de seis horas de gravação. De modo geral, cada fita VHS produzida pela CMBH registra uma série de reuniões e eventos, a depender do tamanho de cada um. Quando se trata de reuniões ordinárias de comissão, por exemplo, uma mesma fita chega a registrar entre 10 e 20 encontros. Por outro lado, quando envolve a realização de seminários, uma única fita pode não ser suficiente para gravar tudo.

Pela característica deste tipo documental, em permitir a gravação de mais de seis horas de evento, geralmente, o técnico responsável por este trabalho interrompe o registro assim que a reunião é encerrada. Dessa forma, a mesma fita pode ser utilizada para outras reuniões que virão na sequência. Ao contrário do que ocorria cotidianamente, isso não aconteceu no dia 02 de julho de 2002 durante a realização do “1º Encontro Rainbow de Cultura GLBT” na CMBH.⁵³ Após a última mesa de debates

⁵³ O 1º Encontro Rainbow de Cultura GLBT aconteceu na CMBH entre os dias 02 e 05 de julho de 2002. O evento foi organizado pelo Clube Rainbow de Serviços - organização GLS de Minas Gerais - e, durante a sua realização, várias mesas de debates aconteceram. Entre os temas discutidos estiveram: saúde, comunicação, cultura, relacionamentos entre mulheres, vivências transgêneros, entre outros.

daquele dia e mais de cinco horas de gravação, os microfones permaneceram ligados e gravando o que era falado no Plenário Amintas de Barros.

Após o encerramento da mesa, é possível acompanhar uma série de diálogos que acontecem no local, embora nem sempre compreensíveis. Primeiro, participantes do evento seguem conversando próximos ao microfone. Em seguida, mulheres que pareciam estar responsáveis pela organização do local conversam sobre temas da vida pessoal. Essas conversas permeiam todo o restante da gravação até o final da fita. O diálogo mais relevante, entretanto, acontece entre dois homens e uma mulher durante o processo de organização do plenário. A transcrição dessa conversa nos permite vislumbrar sobre a percepção que outros(as) sujeitos(as) sociais - não engajados nos encontros - tinham sobre a realização desses eventos.

A conversa se inicia quando um dos homens faz uma provocação ao outro que, aparentemente, acabava de chegar ao local, após a reunião: “Ei, Carlão! Chegou atrasado, rapaz!”. O tom de voz é de deboche e a intenção da sua conversa fica evidente a partir da sequência de suas falas. Realizamos a transcrição e descrição do que foi possível captar a partir da escuta desse trecho de quase três minutos. Chamaremos de “Homem 1” o que parece ter acompanhado o evento e relata suas impressões, e de “Homem 2” o seu interlocutor que, embora não parecesse tão interessado no assunto, é quem escuta o relato e faz algumas perguntas. Por fim, há a participação de uma das mulheres que também parecia estar no local organizando o plenário para uma solenidade que iria ocorrer em seguida:

O “Homem 1” inicia a conversa, aparentemente, a partir da chegada do “Homem 2”:

- Homem 1: Ei, Carlão! Chegou atrasado, rapaz!
- Homem 2: Cheguei atrasado...

O “Homem 2” diz algo inaudível e parece levemente contrariado com a provocação do “Homem 1”. Em seguida, conversam:

- Homem 1: A bicharada tava tudo aí agora!
- Homem 2: Hein?
- Homem 1: A bicharada... vai ser três dias de bicha.

Neste trecho, o “Homem 1” faz referência à duração do “1º Encontro Rainbow de Cultura GLBT”, que aconteceu entre os dias 02 e 05 de julho de 2002.

- Homem 2: Três dias de bicha?
- Homem 1: Três dias...
- Homem 2: É bicha demais!
- Homem 1: É bicha demais! Amanhã, depois e depois.
- Homem 2: Hein?
- Homem 1: [Trecho inaudível em que parece fazer referência às demandas dos movimentos GLBTs] um negócio de casamento aí...
- Homem 2: Casaram aí, foi?
- Homem 1: Casou bicha com bicha... [Inaudível] esquisito esse negócio aí...
- Homem 2: Acabou que horas?
- Homem 1: Acabou agora, há 20 minutos...
- Homem 2: O Leonardo saiu daqui? [é possível que esteja se referindo ao vereador Leonardo Mattos, que participou de parte do evento e foi aliado dos movimentos GLBTs durante seus mandatos na CMBH].
- Homem 1: Não. O Leonardo só veio de manhã. Severo tava aí...
- Homem 2: Quem?
- Homem 1: Coronel Severo [Comandante Coronel Augusto Severo da Polícia Militar de Minas Gerais]...
- Homem 2: Que que ele falou?
- Homem 1: Uai... ele falou pra eles que eles não são discriminados, mas é pra eles não bagunçar não, que a polícia vai agir com rigor.

Neste trecho, o “Homem 1” fala algo inaudível e em seguida repete o que teria dito o Coronel Severo. Sobre esses comentários, o “Homem 2” responde:

- Homem 2: Deixa os cara dar a bunda à vontade...
- O “Homem 1” ignora o comentário do seu interlocutor.
- Homem 1: Um travesti de 2 metros... [Trecho inaudível, aparentemente, falando sobre a travesti] Até bonita, sô! Loira...
- Em seguida, o “Homem 2” chama à atenção das mulheres que estão organizando o Plenário Amyntas de Barros:

- Homem 2: Psiu, psiu, psiu! As duas aí, faz favor!
- O “Homem 1” começa a rir enquanto o “Homem 2” faz uma provocação às mulheres:

- Homem 2: Vem tirar uma fotografia aqui para o jornal! Vem cá!

O “Homem 1” continua rindo e uma das mulheres responde:

- Mulher 1: De jeito nenhum! Do lado da bandeira? [Ao observar as fotografias do evento, é possível identificar a existência de uma bandeira do arco-íris pendurada à frente da mesa do Plenário. Pelos diálogos gravados após o evento, ela permaneceu no Plenário depois do encerramento do evento]

Em seguida, ouve-se risadas e conversas inaudíveis. Por fim, o “Homem 1” faz o seguinte comentário:

- Homem 1: Lá em Visconde de Rio Branco não tem isso daí não, sô!
- Homem 2: Hein?
- Homem 1: Visconde de Rio Branco não tem não.

Aparentemente se virando para uma das mulheres, ele diz:

- Homem 1: Sabia, minha filha, que lá em Visconde do Rio Branco não tem bicha?

- Mulher 1: É? Porque?
- Homem 1: Porque lá não tem. Se tiver bicha, morre!
- Mulher 1: Morre?
- Homem 1: Morre!
- Mulher 1: Porque?
- Homem 1: Porque nós mata ela, uai...
- Mulher 1: Ai meu deus...
- Homem 1: Eu e o [Trecho inaudível em que não é possível identificar sobre quem ele fala].

Segue um período sem conversas em que é possível ouvir algum equipamento ligado, com a sonoridade parecida com a de um aspirador de pó. E, por fim, o “Homem 1” começa a cantarolar:

- Homem 1: Ô bichinha, ô bichona, ô bichinha, ô bichona, ô bichinha, ô bichona, ô bichinha, ô bichona...

No final deste trecho da gravação, o “Homem 1” relata de forma parcialmente inaudível uma conversa com participantes do evento em que eles teriam dito que ele era muito simpático.

A gravação deste trecho é algo pouco comum entre os arquivos sonoros de sessões legislativas que são disponibilizados ao público. Como apontamos anteriormente, em geral, as gravações se encerram junto com as reuniões para que seja possível registrar outros eventos em um mesmo suporte documental. Portanto, é provável que os(as) interlocutores(as) dessa conversa não imaginavam que estavam sendo gravados. E, por isso, esse registro remete a diálogos que ocorriam fora dos microfones e ajuda a imaginar a percepção que as(os) agentes sociais, que não eram participantes diretos desses seminários e encontros, tinham sobre a realização dos mesmos.

Nesse diálogo, algumas questões se destacam: primeiro, a insistência do “Homem 1” em tratar sobre o assunto e dar sua opinião sobre ele, finalizando os seus comentários com uma abordagem violenta e aparente valorização de homicídios cometidos contra “bichas”; em segundo lugar, o incômodo que a associação a símbolos GLBTs causava e o uso jocoso que se fazia dessa situação: tanto o “Homem 2” quanto a “Mulher 1” recusaram ser associados a este tipo de evento ou movimento social; por fim, o destaque que foi dado à figura da travesti que aponta o caráter ambíguo do comentário feito pelo “Homem 1”: em um mesmo diálogo em que se vangloriou da

violência contra homossexuais, fez questão de ponderar o quanto a travesti loira era atraente. Esse aspecto parece bem próximo ao tipo de transfobia que temos no Brasil atualmente: o país que consome intensamente pornografia com atrizes trans e travestis é o mesmo recordista em assassinato deste grupo social.⁵⁴

Esta gravação traz, portanto, um raro registro de diálogo que foi construído sem a pretensão de ser ouvido ou preservado por pessoas que não estavam presentes na situação. A visão preconceituosa que foi explicitada se conecta com as violências transmitidas pelos olhares e pelo tratamento recebido por GLBTs ao frequentar espaços como as casas legislativas. Este registro produzido a partir das falas de um sujeito social que observa a realização do evento, constroi suas perspectivas e produz narrativas em conversas privadas, nos ajuda a colocar em palavras os olhares que não foram registrados em imagens.

Ao trazermos este documento que não é parte do acervo produzido pela Câmara dos Deputados e nem tem relação direta com a fala de Maitê Schneider, buscamos questionar o ambiente aparentemente acolhedor que casas legislativas demonstravam ter a partir da fala de deputados(as) e vereadores(as) nesses eventos. É possível que se questione se em algum momento esse ambiente pareceu minimamente aberto ao debate quando pensamos no histórico das pautas e dos(as) legisladores(as) que ocuparam as casas legislativas. Entretanto, ao ouvir os discursos elaborados por políticos(as) em seminários e encontros que debateram sobre a diversidade sexual e de gênero, é possível que essa seja a imagem construída.

⁵⁴ Segundo o “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023” elaborado pela ANTRA, o Brasil permanecia no topo da lista dos que mais matam travestis e trans pelo 15º ano consecutivo. Nesse mesmo dossiê, o artigo de Bruna Benevides intitulado “2023: Brasil invicto como campeão no consumo de pornografia (e de assassinatos) trans no mundo” aponta como, ao mesmo tempo em que liderava o ranking das nações que mais cometia o assassinato desse grupo social, também estava entre os que mais consumia pornografia trans e travesti.

A fala feita por Maitê Schneider e que registra o constrangimento vivenciado por ela ao frequentar o espaço no Seminário de 2003, se conecta também com outro relato, de alguns anos depois, feito por Luana Cotroffi, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais. Em 25/05/2005, durante reunião de avaliação do Programa Brasil sem Homofobia, a representante da ANTRA trouxe o seguinte relato:

Porque a gente vê muito falar em “homossexual”, “homossexual” que acham que abrange geral, mas que é mais gay, e, nós, as trans ficamos um pouco de lado. A questão dos constrangimentos que a gente sofre no dia-a-dia. Eu mesmo, quando entrei nesta Casa, eu passei por 2 constrangimentos. Não sei se as minhas duas amigas passaram, mas o resto das outras pessoas eu tenho certeza de não passaram, e eu passei. Na hora em que eu entrei, a menina [agente de segurança], na hora que pediu o meu documento, ela não me reparou como pessoa, mas sim o meu documento com o meu nome de homem que está escrito aqui. E na hora em que eu entrei, ela falou para a outra menina: “Acompanha esse senhor até à sala”. Eu olhei para ela e falei: “Senhor, não; senhora”. E ela olhou para mim, deu uma risada debochada e eu disse para ela: “Obrigada, querida”. Só olhei para a cara dela e falei isso. E agora, de novo, na mesa, chegou uma menina com a passagem aérea - eu do jeito que estou aqui, não estou vestida de homem, mas de mulher; a minha identidade de gênero é feminina, o meu nome está aqui na frente [referência ao nome de identificação que estava na mesa] - e, no meu ouvido, disse: “Senhor Volnei, já entregaram o seu código de passagem?”. Então isso daí são constrangimentos que nós, transgêneros, sofremos no dia-a-dia. São alguns dos constrangimentos. Então, o que a gente veio cobrar hoje são mais ações para nós, transgêneros⁵⁵.

É relevante que, após esse relato, apenas um comentário foi tecido, por integrante da casa legislativa, no sentido de repúdio e de proposta de mudança na dinâmica de recepção da população na Câmara dos Deputados⁵⁶. Tal situação é bastante sintomática do que foi denunciado por Luana Cotroffi: as pessoas transgêneras permaneciam, muitas vezes, invisíveis em relação ao debate sobre diversidade sexual e de gênero. Precisamos destacar, ainda, que esses constrangimentos ocorreram em dias em que a casa legislativa se abriu para recebê-las com a finalidade de dialogar. O que

⁵⁵ Trecho transcrito do arquivo sonoro da fala de Luana Cotroffi durante o evento de Avaliação do Programa Brasil sem Homofobia, em 25/05/2005, na Câmara dos Deputados.

⁵⁶ Entre os(as) participantes da Mesa, somente Marisa Fernandes conectou o relato de Luana Cotroffi com a invisibilidade vivenciada por lésbicas. E, entre membros do legislativo, apenas o deputado Carlos Abicalil - a partir da plateia - retomou a situação narrada por ela e teceu comentários sobre a necessidade de transformação da dinâmica da Casa.

podemos pensar sobre os outros dias em que esse tema não era pauta? Como essa parcela da população era recebida no dia-a-dia da Câmara dos Deputados?

É relevante que todas as situações exemplificadas até aqui aconteceram em relação a travestis/transgêneros. Com isso, é possível analisar o nível de violência a que estavam expostas. Tal fato, tem relação provável com a impossibilidade de se encaixarem em uma lógica heteronormativa e de performance de gênero que, em algum grau, garantiu um ambiente um pouco menos hostil às pessoas cisgênero. O Brasil enquanto país profundamente marcado pelas dinâmicas de poder construídas no Ocidente e pela lógica colonial tem, na cultura do olhar, um mecanismo pelo qual criam-se diferenciações. Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), ao traçar uma crítica sobre as teorias ocidentais construídas sobre o continente africano, aponta que a visão é a forma pela qual culturas ocidentalizadas concebem o mundo:

A razão pela qual o corpo tem tanta presença no Ocidente é que o mundo é percebido principalmente pela visão. A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao “ver”. O olhar é um convite para diferenciar (Oyěwùmí, 2021, p.28 e 29).

Embora a análise de Oyèrónkẹ Oyěwùmí trate da relação dos países europeus com o continente africano, sua compreensão do papel do colonialismo na forma como se diferenciam corpos nos territórios ocidentalizados, nos ajuda a entender porque alguns corpos tinham - ou têm - maior possibilidade de transitar em alguns espaços. No trecho em que diz que tem certeza que as outras pessoas não passaram pelos mesmos constrangimentos, Luana Cotroffi transmite uma percepção da singularidade do tratamento recebido por ela - enquanto transgênero - e que se confirma na medida em que nenhuma outra debatedora se identifica com seu relato ou narra uma vivência parecida.

Rachel Soihet (1997) desenvolve o conceito de “violência simbólica” que, embora tenha sido pensado numa perspectiva cisgênera, pode ser ampliado para todas as mulheridades e feminilidades:

As mulheres são tratadas não como sujeito mas como uma coisa, buscando-se impedir a sua fala e a sua atividade. Nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina (Soihet, 1997, p.10).

Também no campo da violência simbólica, é importante destacar um aspecto que envolve o debate sobre fontes documentais e reforça o caráter eventualmente discriminatório da atuação da Câmara dos Deputados em relação a travestis e mulheres transgêneras. Conforme tratado na **Introdução**, a instituição realiza a guarda e disponibilização do acesso tanto das notas taquigráficas quanto dos arquivos sonoros das reuniões. Por isso, é possível analisar o conteúdo que está transcrito nas notas a partir dos áudios e observar questões relevantes para esta documentação como, por exemplo, a entonação da voz, as pausas, as reações dos presentes - como os aplausos -, entre outros aspectos. Todos esses elementos são importantes para construir percepções sobre a atmosfera social que envolve os depoimentos e apontam características da oralidade que não podem ser captadas pela transposição para textos escritos (Meihy & Holanda, 2015, p.26).

Entretanto, além dos elementos de caráter sonoro que não se pode transmitir pelas notas taquigráficas, chamam à atenção alguns momentos em que a transcrição altera o sentido da fala. Parte desses “equivocos” podem também ser tomados como marcadores sociais e culturais dos(as) redatores(as) responsáveis pela elaboração das notas taquigráficas. Em um evento ocorrido no dia 25/08/1999, temos o seguinte trecho de uma fala da participante Marli Barbosa: “Está aqui também a Midori, que é uma travesti (...)”⁵⁷. Pelo áudio gravado da reunião fica evidente que Marli se referiu à

⁵⁷Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do depoimento prestado por Marli Barbosa em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

Midori utilizando artigo feminino: “uma travesti”. Entretanto, na nota taquigráfica, o texto apresentado traz: “Está aqui também a Midori, um travesti”. A princípio, a diferença entre o discurso e sua transcrição parece algo irrelevante e menor, diante de vários outros trechos em que, acertadamente, a nota taquigráfica corresponde ao sentido do texto falado durante a audiência pública. Nesse trecho, o uso do artigo masculino poderia indicar, inclusive, um erro de digitação durante o processo de elaboração da nota taquigráfica.

Nenhum documento é capaz de reproduzir um acontecimento do passado. Os documentos são rastros, que precisam ser profundamente analisados e questionados a partir do seu suporte e dos objetivos da sua constituição (Certeau, 1982). Nos arquivos sonoros digitalizados, por exemplo, é possível que se perca partes devido à má gravação, à deterioração do suporte ou ao mal uso das ferramentas de tratamento digital deste acervo. Vários trechos eventualmente se tornam inaudíveis ou são compreendidos de maneira divergente daquilo que foi falado. Entretanto, pensamos este exemplo como uma forma de, mais uma vez, reforçar a importância de realizar o cotejamento das fontes documentais das reuniões legislativas. A análise dos documentos em conjunto é, provavelmente, um dos trabalhos fundamentais do fazer historiográfico e, nesse caso, nos possibilita levantar algumas questões: o(a) responsável pela elaboração da nota taquigráfica escolheu intencionalmente utilizar um artigo masculino para se referir à Midori? Ou é possível que o tenha feito de forma automática reproduzindo um modo de perceber travestis/transgêneros naquele período?

Esse trecho poderia ser algo isolado na prática dos(as) redatores(as) daquele momento, entretanto, é possível encontrar mais exemplos. Em outro evento ocorrido em 1999, também em relação a Midori Amorim, a situação se repetiu. Durante a realização da mesa de debates, o deputado Nelson Pellegrino a chama para o depoimento: “Passo a

palavra a Midori Amorim, que é secretária da Associação dos Travestis e também da ABGLT”. De forma diferente, na nota taquigráfica encontramos: “Passo a palavra ao Sr. Midori Amorim, secretário da Associação dos Travestis e também da ABGLT”.⁵⁸ Em nenhum momento dessa fala, Nelson Pellegrino se referiu a Midori como “senhor” ou “secretário”. O único trecho em que utilizou artigo masculino para designar travestis foi ao ler o nome da organização à qual ela fazia parte: “Associação dos Travestis”. Mas tal fato pode ter relação com a forma como a organização era chamada à época.

Mais uma vez, uma alteração simples no uso dos artigos nos permite captar parte da percepção sobre identidade de gênero dos(as) responsáveis pela elaboração da transcrição das reuniões. A leitura das notas taquigráficas atribui aos oradores e oradoras o uso de artigos masculinos. Por outro lado, ao analisarmos a transcrição juntamente com os arquivos sonoros, percebemos a intencionalidade do(a) redator(a). A modificação feita entre o texto falado e o escrito exprime uma visão de mundo que pode ser próxima da que é expressa pelas funcionárias da casa legislativa que se referiram a Luana Cotroffi como “senhor”.

A análise desses sinais que aparecem discretamente entre horas de gravação e transcrição de discursos nos permite olhar além dos agradecimentos e elogios que são reiterados ao longo das falas. São pequenos indícios em um aparente mar de acolhimento e parceria que apontam para a complexidade e tensão das relações que foram construídas entre os movimentos LGBTQIAPN+ e o Congresso Nacional. É relevante que mulheres transgêneras e travestis sejam as únicas a denunciar ao longo dos eventos e, com isso, deixar registros sobre como se dava a percepção e recepção dos seus corpos nesses espaços. Também é relevante que, em gravações inesperadas e pequenas marcas do texto transcrito, sejam essas as sujeitas sociais que se destacam

⁵⁸ Transcrição da fala do deputado Nelson Pellegrino na Câmara dos Deputados em 21/09/1999 no “Seminário Direitos Humanos e Cidadania Homossexual” pela Comissão de Direitos Humanos.

frente aos olhares de funcionários(as) da casa legislativa. Por isso, dialogando com Grada Kilomba, Leticia Nascimento (2021) reflete que mulheres transgêneras e travestis são o “Outro do Outro do Outro”:

Como mulheres transexuais e travestis, os deslocamentos das outreridades se movem de modo a produzir a vulnerabilização de nossas existências. Nossas outreridades estão além; somos, de certa maneira, o Outro do Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher. Nesse sentido, é difícil para homens e mulheres cis, brancos, negros e com tantos outros marcadores reconhecer que as materializações de gênero performadas por mulheres transexuais e travestis possam estar nas lutas feministas ou ser reconhecidas dentro das mulheridades e feminilidades (Nascimento, 2021, p.38 e 39).

Outro aspecto relevante da análise documental do acervo é a diferença perceptível entre as participações femininas, masculinas e travestis nos eventos realizados na Câmara dos Deputados. Tal questão se torna fundamental quando observamos, por exemplo, a quantidade de representantes e de tempo de fala das lésbicas em relação aos homens gays. Logo, perceber mesas de debates compostas, em sua maioria, por quatro ou cinco homens, uma lésbica e uma travesti/transgênera revela um processo de visibilização maior de alguns grupos sociais em detrimento de outros.

3.2 Contrastes na participação em eventos: reproduções de invisibilidades

Em 12 de julho de 2006, a instituição realizou o “III Seminário Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”. Neste evento, duas mesas de debates foram feitas: uma na parte da manhã e outra no período da tarde. Em ambas, se destacou a participação quase inexistente de lideranças lésbicas, transgêneras e travestis, e este evento foi bem representativo do que ocorreu em diferentes momentos na casa legislativa.

Na ocasião, pelos relatos feitos ao longo do seminário, a organização do evento convidou Yone Lindgren, da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), para participar das duas mesas. Segundo Andréa Manzan, representante da ABL que a substituiu na

primeira mesa, a convidada não pôde comparecer por questões de saúde.⁵⁹ Nesse sentido, Andréa Manzan fez uma fala curta e justificou não ter tido tempo hábil para a organização do discurso e, durante o período da tarde, nenhuma outra representante de organizações lésbicas e bissexuais compôs a mesa de debates. Nesse contexto, durante a realização da segunda parte do evento, Daniela, uma militante da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), se inscreveu para falar e fez a seguinte crítica:

(...) Como mulher lésbica que vive e acredita na minha homoafetividade, e como feminista que sou, eu lanço um lamento ao fato de não haver uma representação de mulheres, sejam lésbicas ou bissexuais, em uma Mesa tão importante como esta que é a de avaliação do [programa] Brasil sem Homofobia. Como bem lembrou a Fernanda [Benvenuti] e o próprio Caio [Varella], a Fernanda que colocou que as lésbicas são deixadas praticamente à margem, e o Caio lembrou que nós vivemos numa sociedade misógina.⁶⁰

O lamento feito por Daniela foi respondido em seguida por uma das coordenadoras da mesa de debates, a deputada Iriny Lopes: “Queria esclarecer, em nome da organização [do Seminário], que as lésbicas tinham, sim, uma representação, na pessoa da companheira Yone [Lindgren], que não pôde vir ao evento”.⁶¹ Como afirmamos anteriormente, justificar a participação minoritária desse segmento social devido à inexistência de multiplicidade de organizações para enviar representantes é uma resposta comum que encontramos, por exemplo, às críticas feitas à CMBH. Entretanto, a justificativa dada pela deputada nesse caso, em específico, é pouco plausível. O que aconteceria se um dos quatro homens convidados a fazer parte da mesa de debates não pudesse comparecer ao evento? Faltaria representação masculina?

Levantar essas questões é importante para analisarmos de que forma a invisibilidade de travestis, transgêneros, lésbicas e mulheres bissexuais permanecia

⁵⁹ Ao longo do Seminário, mais de um(a) participante faz referência a esta motivação para o não comparecimento de Yone Lindgren. Entre eles, Toni Reis e a deputada Iriny Lopes.

⁶⁰ Trecho transcrito do arquivo sonoro da fala de Daniela (LBL) durante a mesa de debates “Compromisso com o respeito e a igualdade” no III Seminário Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, em 12/07/2006, na Câmara dos Deputados.

⁶¹ Trecho transcrito do arquivo sonoro da fala da deputada Iriny Lopes durante a mesa de debates “Compromisso com o respeito e a igualdade” no III Seminário Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, em 12/07/2006, na Câmara dos Deputados.

nesses espaços e sob justificativas que não se abriam ao diálogo e às críticas dos movimentos sociais. A representação de homens, gays ou simpatizantes,⁶² foi superior a dos outros segmentos em praticamente todos os eventos analisados e, ao observar as organizações às quais eram vinculados, é possível entender a razão para tal fato. Quase sempre, os movimentos sociais de caráter misto eram representados por homens, assim como os órgãos de governo e os grupos de pesquisadores sobre o tema. Portanto, ao realizar o convite a duas ou três organizações com essas características e a uma entidade em defesa de lésbicas e mulheres bissexuais e outra que defendia direitos de travestis e transgêneras, as mesas de debates acabavam sendo compostas de forma desequilibrada.

Nesse sentido, na reunião em que Daniela (LBL) reclamou da ausência de lideranças femininas e que a resposta dada pela organizadora do evento se relacionou com a impossibilidade de Yone Lindgren (ABL) participar, também ocorreu a ausência do Procurador Sérgio Suiana. Tal fato não ocasionou, entretanto, a falta de representatividade masculina, ou de juristas, ou de membros do Ministério Público (MP). Ao contrário, mesmo com a sua ausência, havia outros três homens participando e, entre eles, um procurador. A pergunta que podemos levantar a partir desse exemplo é: Porque uma única liderança dos movimentos de lésbicas e bissexuais foi convidada para participar do Seminário?

Retomando a participação e a fala de Luana Cotroffi (ANTRA) durante a reunião de avaliação do Programa Brasil sem Homofobia, destacamos o fato dos(as) organizadores(as) do evento ignorarem o seu relato sobre os constrangimentos sofridos na casa legislativa. Com exceção de Marisa Fernandes que citou a situação e fez uma conexão com as discriminações sofridas por lésbicas, nenhum(a) outro(a) integrante da

⁶² Muitas das mesas eram compostas por juristas, membros do governo e/ou pesquisadores não vinculados a movimentos gays ou mistos. Chamo de “simpatizantes”, portanto, os homens que fizeram falas “técnicas” voltadas para o debate sobre direitos e políticas públicas e que não se identificaram, nos microfones, como gays.

mesa fez qualquer observação sobre o fato. Ao perceber e buscar sentidos para esse acontecimento, é possível observar uma outra dimensão da invisibilidade: alguns temas são ignorados ou, as falas são tão curtas, que passam quase imperceptíveis frente a outros discursos.

Algo que se torna latente ao analisarmos os eventos sobre diversidade sexual e de gênero na casa legislativa, é a diferença entre o tempo de fala de homens e o das outras participantes. Ao observar as notas taquigráficas, a situação fica ainda mais evidente. São textos longos de transcrição dos discursos masculinos enquanto, em vários casos, as falas femininas e travestis não passam de dez linhas. Quando se trata de eventos em que a representatividade de homens é muito maior, os trechos referentes a lésbicas, travestis e transgêneras são parte pequena do todo.

No mesmo seminário em que Daniela (LBL) reclamou da ausência de lésbicas e mulheres bissexuais na mesa, a coordenadora da ANTRA Fernanda Benvenutty, protestou em relação ao tempo de fala. Após os outros integrantes da mesa ocuparem período considerável dos microfones, Fernanda Benvenutty fez uma provocação logo no início do discurso: “Agora vou fazer o protesto, viu? Já fiz a gracinha e agora vou fazer o protesto. Todo mundo falou. Agora, na hora das trans, vamos dar mais um tempinho, um descontinho, não é? Ser bem representativo, né?”.⁶³

A fala da liderança se insere no contexto em que, geralmente, os(as) participantes das mesas dispunham de 10 a 20 minutos para fazer uma apresentação ou discurso. Na maioria das vezes, esse tempo era extrapolado e, como consequência, restava menos espaço para o debate e para perguntas da plateia, bem como para participantes que ficassem para o final. Nesse sentido, se o tempo do microfone não fosse ocupado no início do evento por lésbicas, travestis, mulheres bissexuais e pessoas transgêneras, estas

⁶³ Trecho transcrito do arquivo sonoro da fala de Fernanda Benvenutty (ANTRA) durante a mesa de debates “Compromisso com o respeito e a igualdade” no III Seminário Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, em 12/07/2006, na Câmara dos Deputados.

acabavam dispendo de poucos minutos - tanto na mesa quanto na plateia - para enfatizar suas demandas. Por isso, Fernanda Benvenutty quis ressaltar que “todo mundo falou” e que cabia um tempo a mais para sua fala enquanto trans.

Durante entrevista de história oral realizada com Yone Lindgren, tratamos das diferenças de espaço ocupados por lideranças masculinas e femininas dos movimentos LGBTs no Congresso Nacional. Sobre como funcionava a articulação para participar dos eventos, receber verbas e compor conselhos do Estado, a ativista explicou:

Primeiro: os gays eram obrigados a levar sempre uma sapa e uma travesti ou trans com eles. Senão, os deputados não recebiam só os gays. Depois que veio aquele tenebroso governo⁶⁴ que foi fazendo tudo ao contrário, é que os gays foram tomando todos os espaços. Porque eles eram obrigados a nos levar. E não só os eventos, mas quando vinha a verba... A gente vivia de quê? Das verbas. Fazia os eventos a partir das verbas. Era obrigado a dividir com lésbicas sim, a mostrar quais os eventos eram para lésbicas, quais os eventos para travestis e trans. O que que ia contemplar Saúde, o que que ia contemplar Educação. Então, até o governo Dilma, esse era o trato normal com todos os deputados, senadores, que faziam a parte deles com o nosso movimento. Tinha uns que faltavam cuspir na nossa cara. E eu morria de rir. Mas aí houve essa parte de derrubarem Dilma e os gays comeram as bordas para chegar no centro.⁶⁵

Pelo relato feito por Yone Lindgren, é possível perceber um domínio dos espaços pelos gays. Ao narrar que, até o governo Dilma Rousseff, eles eram “obrigados a levar sempre uma sapa e uma travesti ou trans com eles”, percebe-se que eles parecem liderar o processo de articulação com os(as) políticos(as). Tanto que, na perspectiva da ativista, a participação de lésbicas, travestis e trans era uma “obrigação”. Da mesma forma, quando mudam as articulações, a partir do golpe realizado por Michel Temer em 2016, os gays passam a dominar totalmente os espaços, segundo a ativista.

Destacamos ainda que, pelo relato de Yone Lindgren, fala-se em levar “uma sapa”, “uma travesti ou trans”. As vagas para esses segmentos sociais pareciam, portanto, limitadas. A narrativa ajuda a compreender os aspectos levantados ao longo

⁶⁴ Nesse trecho, não foi possível identificar se Yone Lindgren se referia ao governo de Michel Temer (2016 a 2018) ou de Jair Bolsonaro (2019 a 2022). Fato é que, segundo a ativista, durante os governos do PT, exigia-se sempre a participação de lésbicas, travestis e transgêneras(os) nesses espaços.

⁶⁵ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Yone Lindgren em 11 de maio de 2024, por meio da plataforma virtual do *Google Meet*.

deste capítulo sobre o porquê das mesas serem compostas, em muitos casos, por: três ou quatro homens, uma lésbica e uma travesti/mulher transgênera. Nesse sentido, a ativista da ABL fala da importância da aliança entre lésbicas, travestis e mulheres transgêneras para a construção de movimentos sociais mais diversos e que não fossem dominados apenas pela perspectiva de mulheres heterossexuais ou de homens gays. Tanto nos feminismos, quanto nos movimentos LGBTQs, para Yone Lindgren, era essa a aliança que fortalecia as lésbicas.

Ao refletir sobre o início da sua parceria com travestis, no Rio de Janeiro (RJ), a ativista narra eventos ocorridos em espaços culturais na Lapa como ponto de partida:

Por exemplo, eu ia na Lapa, tinha o Cabaré Casanova, nós íamos ver shows. Eu era apaixonada por Ângela Leclery. E ia a todo show dela. E as travestis, quando a polícia ia invadir... Porque a polícia até 1992 entrava ainda nas casas noturnas, acendia a luz e pedia documento para todo mundo. Não se iluda! Aí as travestis faziam escândalo na porta, que era para nós sairmos pelos fundos. Então, começa aí: a parceria entre travestis e lésbicas sempre existiu e começa aí. Então, eu não tenho muito essa coisa quando... “Ah, tem *radfem*, não sei o quê”. Eu sou *desfem*, mas sou parceirona das mulheres trans e travestis. Porque a nossa emancipação enquanto mulheres foi tudo junto. O feminismo não deu a mão para a lésbica antes, não. Quando liberou de a gente falar de lésbica, foi quando liberou também de mulher trans e travesti entrarem. Aí eu virei feminista. Eu não era. Então eu virei. Aí eu fui lá e disse: “agora eu sou feminista”. Por causa disso, porque aí todo mundo podia levar seus problemas além disso. Inclusive o próprio racismo podia ser discutido lá.⁶⁶

Ao analisarmos os discursos realizados na casa legislativa federal, percebemos sinais dessas alianças a todo momento. Desde falas de solidariedade a partir de narrativas feitas por lésbicas, travestis ou transgêneras, até a reiterada inclusão das demandas específicas do outro grupo entre as questões destacadas. Nos debates sobre Educação, por exemplo - e que trataremos melhor no **capítulo 7** -, ativistas lésbicas reiteram os problemas vivenciados pelas travestis e transexuais no ambiente escolar. O mesmo ocorre em relação aos discursos de travestis, que tratam sobre a lesbofobia e a misoginia vivenciada por lésbicas. Por isso, Yone Lindgren percebe essa aliança como

⁶⁶ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Yone Lindgren em 11 de maio de 2024, por meio da plataforma virtual do *Google Meet*.

fundamental e reforça, durante os seus relatos, que é necessário que as diversas mulheridades e feminilidades caminhem juntas:

Então, eu sempre vi assim: é mulher, então é mulher. Então, nós temos que estar juntas, e elas sempre fizeram isso conosco, fazem até hoje. Nós temos projetos, inclusive projetos internacionais, hoje, desenvolvendo aqui na Fiocruz, em que a gente compartilha o projeto. E, naquela época, não tínhamos tantas pessoas na academia, tantas trans, tantas lésbicas. Eram pouquíssimas.⁶⁷

Por todos os elementos que vêm sendo tratados até aqui, há de se complexificar a atmosfera desses espaços durante a realização dos encontros e seminários. Em alguns discursos que analisaremos ao longo deste trabalho, vamos observar a alegria e a sensação de conquista que são transmitidas em muitos dos eventos. Mais do que qualquer coisa, esses discursos apontam para o sentimento de vitória desses grupos sociais em frequentar espaços políticos que, nas décadas anteriores, não seria possível. Entretanto, pelos constrangimentos narrados, pelas ausências e pelas diferenças de tempo de microfone, é possível analisar as nuances dessa ocupação do espaço.

É relevante que lésbicas tenham, desde o final dos anos 1990, narrado suas experiências e especificidades, tratado sobre a relação com o próprio corpo, sobre seus afetos e necessidades frente ao Estado brasileiro. Entretanto, é igualmente relevante que tenham feito menos uso desses espaços que outras categorias sociais e políticas. As nuances são tantas que não seria possível - nem com um olhar aprofundado para aspectos de gênero, classe, raça, localidade geográfica e tantos outros que são relevantes para as identidades e experiências - apontar tudo que envolve as participações e ausências, as visibilidades ou não, dentro desse espaço de poder. Cabe, portanto, levantar questões que, embora não sejam suficientes, ajudam a aprimorar a crítica e o olhar aos aspectos trazidos pelos documentos históricos em análise nesta tese.

⁶⁷ *Ibid.*

Capítulo 4

Violência de Estado e Direitos Humanos: um debate na Câmara dos Deputados

A primeira reunião na Câmara dos Deputados que contou com a participação de militâncias lésbicas foi a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ocorrida em 25/08/1999. A reunião foi convocada para ouvir a denúncia de uma série de violações e torturas sofridas por um casal de mulheres em Pernambuco. Além das vítimas e do seu advogado, a reunião contou com a presença de organizações de gays, lésbicas e travestis, e do Movimento Negro Unificado (MNU). Rosângela Castro, Secretária de Mulheres da ABLGT, foi a liderança lésbica que participou do evento e discorreu sobre as violências sofridas por mulheres.

Ao longo das reuniões para debater questões relativas à diversidade sexual e de gênero, uma série de violações promovidas pelo Estado, especialmente pelas polícias, foram narradas. Além desse relato que trataremos a seguir, houve denúncias de agressões e prisões ilegais contra travestis e de assassinato de adolescente em que a homofobia apareceu como uma das motivações. Nesse sentido, a CDH se mostrou como espaço de escuta e debate sobre violências promovidas contra homossexuais. Neste trabalho, estamos lidando especificamente com questões relativas à LGBTfobia, entretanto, a CDH tem tido, historicamente, esse papel relacionado aos mais diferentes grupos sociais que sofrem com a falta de garantia de direitos humanos e fundamentais. Na maioria dos casos, percebemos que há o entrecruzamento das mais diversas discriminações em atos de violações realizados pelo Estado. O que proponho, ao analisar mais profundamente esta audiência pública, é construir a reflexão de um caso específico que nos ajuda a pensar sobre violências promovidas pelo Estado e direitos humanos de forma mais ampla.

No **capítulo 3**, tratamos sobre como a Câmara dos Deputados, em eventos que visavam romper com a discriminação, perpetuou ações de violência e de invisibilidade.

Ao mesmo tempo, enquanto instituição pública com função de fiscalizar as ações dos outros poderes, a Casa também pode ser espaço de pressão por mudanças e de ressonância de pedidos da sociedade civil. Portanto, em vários momentos, a participação da CDH tem se mostrado fundamental para que, de alguma forma, as populações que sofreram com violências pudessem relatar suas vivências e requerer justiça.

4.1 Os relatos de Rosana Liger e Marli Barbosa: a busca por justiça na Câmara dos Deputados

Os relatos feitos por Rosana Lage Liger e Marli José da Silva Barbosa, em 25/08/1999, sobre a ação da polícia de Pernambuco, apontam para violências dos mais diversos tipos e são exemplificadoras da misoginia, do racismo e da lesbofobia presentes naquela instituição. As denúncias feitas por elas já tinham sido relatadas em outros espaços como, por exemplo, para a Anistia Internacional (AI). A ida à CDH se inseria, portanto, no esforço em busca de justiça e de absolvição do crime que estavam sendo acusadas. No noticiário da edição nº 25 da Revista Lilás, de agosto de 1999, saiu uma nota sobre o caso:

BRASIL

Duas lésbicas do Estado de Pernambuco, acusadas de terem mandado matar uma vizinha, apelaram ao Ministério da Justiça para que este investigue o tratamento a que foram sujeiras enquanto detidas. Ambas negam a acusação de homicídio e recusaram-se a assinar qualquer confissão. Em 1996 as duas mulheres foram acusadas pela polícia de serem as “autoras intelectuais” do homicídio. Enquanto detidas declaram ter sido repetidamente espancadas com cassetetes de borracha. Também foram verbalmente agredidas por serem lésbicas, e uma delas, que é preta, foi também alvo de insultos racistas. Segundo diz uma dessas mulheres, os dois policiais que as estavam a interrogar obrigaram ambas a fazer sexo oral com eles, “a fim de mostrar o que elas estavam a perder por não terem sexo com homens”. Ao serem examinadas pelos serviços de medicina legal, estes confirmaram os maus tratos sofridos nas mãos da polícia.⁶⁸

Trazer para análise esses relatos se faz importante devido a diversos fatores: primeiramente, elucida as diferentes formas sob as quais a violência do Estado recai sobre corpos lésbicos e negros; indica o papel da Câmara dos Deputados, e

⁶⁸ Trecho retirado do noticiário da Revista Lilás nº 25, página 56, de agosto de 1999.

especialmente da CDH, na escuta das violações de direitos humanos; aponta para o início dos debates sobre lesbianidades na casa legislativa; e, por fim, nos ajuda a discutir a noção de “direitos humanos” e os(as) sujeitos(as) que são vistos(as) - ou não - como merecedores(as) de tais garantias.

A audiência pública aconteceu a partir de um requerimento do deputado Nilmário Miranda e foi presidida pelo deputado Nelson Pellegrino. A reunião se iniciou com os depoimentos de Marli Barbosa e Rosana Ligerio que relataram situações vivenciadas na prisão e na delegacia de Jaboatão dos Guararapes (PE) em 1996. Os relatos traziam uma série de violências físicas e psicológicas sofridas pelo casal durante o processo de investigação do assassinato da síndica do prédio em que elas moravam. Marli e Rosana, que haviam se mudado de São Paulo para a capital pernambucana em 1995, se tornaram as principais suspeitas da polícia e, a partir de violações do devido processo legal, foram presas.

Ao serem convocadas para prestar depoimento na delegacia, em junho de 1996, Marli Barbosa e Rosana Ligerio foram agredidas fisicamente, humilhadas, ameaçadas e sofreram violência sexual na tentativa de obter confissão do crime. Além disso, tiveram o acesso a advogado negado por um tempo e ficaram presas por 11 meses mesmo cumprindo requisitos para responder a acusação em liberdade. Como disse anteriormente, as agressões verbais sofridas por elas apontam para um entrecruzamento de discriminações que demonstram o caráter racista, misógino e lesbofóbico de alguns agentes públicos.

Os depoimentos detalham as torturas sob as quais foram submetidas com o relato das situações que aconteceram na delegacia. São narrativas fortes e que, pelo arquivo sonoro da audiência pública, é possível captar o sofrimento crescente na medida em que se dá o processo de rememoração das cenas de violências. No relato de Marli Barbosa, a

depoente chega a chorar ao contar sobre a violência sexual vivida em meio verbalizações de que ela deveria “aprender o que é homem”. Acreditamos não ser necessário transcrever integralmente todo o relato feito por elas, principalmente, porque exprimem situações extremamente violentas. Entretanto, gostaria de apresentar alguns trechos que apontam aspectos importantes do tipo de agressão que foi realizada por agentes do Estado.

Em partes do depoimento sobre as violências vividas por ela na delegacia, Marli Barbosa narra o caráter profundamente racista do tratamento que recebeu:

(...) me chamava toda hora de negra suja, negra ordinária, negra vagabunda. Falava que preto não tem direito a nada. Eu falei para ele várias vezes que eu tinha direito a chamar um advogado, a ter um advogado. Ele falou que eu estava assistindo muitos filmes de Hollywood, que ali era Jabotão dos Guararapes, quem mandava ali era ele [o delegado] (...)

(...) ele [o delegado] chamou a Rosana na sala e falou: “E aí Rosana, você vai fazer um acordo comigo? Você é uma menina tão bonita. Adianta alguma coisa você ficar com aquela negra? Sua família deve ter vergonha de uma coisa dessa. Nem sabe o que aconteceu. Vamos fazer um acordo. Você dá alguma coisa para mim aí, eu ligo lá para sua família e acerto, e você acusa aquela negra vagabunda, e a gente coloca ela como autora principal do caso e você entra como testemunha de acusação”. A Rosana não aceitou. Ele chamou o agente policial e deu uma ordem para ele, dizendo: “Leva elas lá para o presídio. Pode levar. Leva, leva. Se elas fizerem qualquer coisa, você já sabe, não é? Você já sabe, não é? É só dois tiros”⁶⁹.

Pelo depoimento prestado por Marli Barbosa, fica evidente a diferenciação racista que os policiais fizeram entre ela e a sua companheira, Rosana Ligerio. Nesse sentido, as violências físicas e psicológicas têm conexão direta com aspectos de raça, gênero e sexualidade. A questão racial é especialmente latente na tentativa de incriminar Marli Barbosa sozinha e na comparação que é feita em relação à Rosana. Esta, durante seu depoimento, também narrou sobre as situações em que os policiais repetiam as agressões racistas e tentavam convencê-la de incriminar Marli:

O tempo todo, quando ele fazia qualquer comentário, dizia: “Como é que você, uma mulher branca, pode estar se relacionando com uma negra suja dessa. Eu quero saber se a tua família sabe; eu quero o telefone da tua mãe, porque a gente pode fazer um acerto, tira você do caso, e deixa essa negra

⁶⁹ Trechos retirados da transcrição do arquivo sonoro do depoimento prestado por Marli Barbosa em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

levar a culpa de tudo”. O tempo todo ele queria que nós confessássemos um crime que não cometemos.⁷⁰

O discurso feito pelos policiais demonstra um caráter paternalista e de infantilização de Rosana, mulher branca - “eu quero saber se a tua família sabe; eu quero o telefone da tua mãe” -, e de criminalização de Marli, mulher negra - “deixa essa negra levar a culpa de tudo”. Por esses depoimentos, é possível perceber como a misoginia e a lesbofobia são atravessadas por outros marcadores sociais. Em uma situação em que ambas estavam sendo acusadas de serem mentoras intelectuais do assassinato de Joseth Pessoa Siqueira, em que sofreram agressões físicas e sexuais, as violências verbais tinham caráter diferente para cada uma delas. Não é possível compreender a forma como o Estado trata determinados(as) sujeitos(as) sem se atentar para quem - em termos de gênero, classe, raça, sexualidade, localização geográfica, etc - são esses(as) sujeitos(as) (Pedretti, 2024, p. 81). Ao observar as violências direcionadas à Marli e à Rosana, é possível perceber que para a Marli não foi dada a opção de ser “testemunha de acusação” e de não ser incriminada pelo assassinato da síndica.

A partir do conceito de “interseccionalidade”, desenvolvido por pensadoras feministas negras, é possível pensar sobre a impossibilidade de separar as opressões em categorias. O termo nasceu da teoria desenvolvida pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989. Entretanto, como argumenta Carla Akotirene (2019), é possível perceber a compreensão interseccional das discriminações desde as militâncias no século XIX: “Há mais de 150 anos, mulheres negras invocam a interseccionalidade e a solidariedade política entre os Outros (Akotirene, 2019, p.18)”.

Nesse sentido, ainda que utilizando outros termos, como “simultaneidade de opressões”, pensadoras negras têm defendido o caráter indissociável e interseccional das violências vivenciadas por mulheres negras. O Coletivo Combahee River, fundado em

⁷⁰ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do depoimento prestado por Rosana Ligerio em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

1974 na cidade de Boston (EUA) por Barbara Smith, aponta essa concepção em seu manifesto lançado em 1977:

(...) achamos difícil a separação de raça, classe e opressão sexual, porque, em nossas vidas, elas são, em geral, sentidas simultaneamente. Sabemos que existe uma opressão racial-sexual que não é nem exclusivamente racial nem exclusivamente sexual: por exemplo, as histórias de estupros de mulheres negras por homens brancos como uma arma de repressão política.⁷¹

Ao analisar o relato feito por Marli não é possível separar as violências que sofreu por motivação racial, de gênero ou de sexualidade. Ao contrário, as violações realizadas pelos policiais misturam todos esses aspectos e não permitem que analisemos apenas uma dimensão deles. Por isso, o conceito de “interseccionalidade” auxilia no processo de compreensão do corpo das mulheres como o lugar em que múltiplas discriminações se intersectam. Como argumenta Carla Akotirene (2019, p.37): “A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos”.

A compreensão da multiplicidade de violências perpetuadas pela sociedade e pelo Estado, e adquirida a partir das experiências, situa feminilidades negras em posição estratégica de solidariedade e participação na luta contra diferentes discriminações. Por isso, organizações, como o Coletivo Combahee River, se alinham a mobilizações contra o machismo, o racismo e o heterossexismo. Também é possível analisar a “colonialidade do poder” (Quijano, 1992) e a relação com as estruturas de gênero a partir da lógica interseccional. Pensadoras descoloniais, como María Lugones, utilizam o conceito para refletir sobre a manutenção de perspectivas herdadas do colonialismo. Dessa forma, a autora conecta as epistemologias construídas pelos feminismos negros com a perspectiva descolonial:

⁷¹ Trecho do Manifesto do Coletivo Combahee River (1977) traduzido por Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes, e publicado na Revista Plural (Revista de Ciências Sociais da USP), p. 200.

la lógica de separación categorial distorsiona los seres y fenómenos sociales que existen en la intersección, como la violencia contra las mujeres de color. Dada la construcción de las categorías, la intersección interpreta erróneamente a las mujeres de color. En la intersección entre «mujer» y «negro» hay una ausencia donde debería estar la mujer negra precisamente porque ni «mujer» ni «negro» la incluyen. Esto implica que el término «mujer» en sí, sin especificación de la fusión no tiene sentido o tiene un sentido racista, ya que la lógica categorial históricamente ha seleccionado solamente el grupo dominante, las mujeres burguesas blancas heterosexuales y por lo tanto ha escondido la brutalización, el abuso, la deshumanización que la colonialidad del género implica (Lugones, 2008, p.82).

Ao analisar os relatos trazidos por Marli e Rosana levando em conta as noções de simultaneidade de opressões, interseccionalidade e colonialidade de gênero é possível entender não apenas o caráter multifacetado das violências cometidas, mas também a relevância da estratégia política adotada por elas de mobilização e denúncia dos acontecimentos. Enquanto sujeitas sociais que vivenciaram as mais diferentes formas de violações, a ação de relatar os ocorridos significa a movimentação e a busca por transformação da realidade para diferentes grupos sociais. E, em especial, para as mulheres negras e lésbicas.

No que se refere à atuação da polícia de Pernambuco, as ações perpetradas contra o casal não surpreendem na medida em que refletem o histórico do Brasil e de suas forças policiais ao longo do último século. Com exceção de relatos dos “presos políticos” da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), talvez tenhamos pouco acesso aos depoimentos de sobreviventes de situações de torturas. Isso se dá porque poucos(as) sobreviveram ou ganharam visibilidade suficiente para que seus relatos chegassem aos nossos ouvidos. O que foi vivenciado pelo casal de mulheres em Pernambuco é bastante ilustrador das polícias e do sistema judiciário brasileiro e deixa claro que nem todas as pessoas são consideradas suficientemente “humanas” para serem detentoras de direitos (Saunders, 2017, p.115).

4.2 Reflexões sobre violência de Estado e direitos humanos

O livro intitulado *A transição inacabada: Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*, de Lucas Pedretti (2024), propõe uma análise histórica da violência promovida, especialmente pelo Exército e pelas polícias, no período pós redemocratização. Como pergunta direcionadora da discussão proposta no livro, o autor coloca: “como e por que a democracia brasileira, conquistada depois de mais de duas décadas de ditadura, convive com uma separação tão radical entre uma tortura inadmissível e uma tortura desejável? (Pedretti, 2024, p.08)”. O autor discorre sobre as causas da indiferença em relação às violências de Estado (torturas desejáveis) promovidas contra a população preta e pobre do Brasil. A “tortura inadmissível” se relaciona àquela realizada contra a classe média, branca e militante de oposição à ditadura, àqueles que, em meados dos anos 1970 e 1980, passaram a ser defendidos com base nos “direitos humanos”.

Uma proposta fundamental de Lucas Pedretti é questionar os sentidos do termo “preso político” e, alinhado ao debate levantado pelo Movimento Negro Unificado (MNU) em meados dos anos 1980 (Pedretti, 2024, p.224), apontar que as prisões da população negra e periférica também eram - e ainda são - políticas. O argumento principal do autor se baseia no fato de que os objetivos por trás da manutenção da marginalização, da perseguição e da eliminação deste grupo social são políticos. Tal fato se dá na medida em que historicamente tem sido buscado no Brasil, como projeto de nação, a construção de uma sociedade capitalista, com valores europeus e que tem no homem branco o seu modelo ideal. Nesse sentido, as justificativas criadas, ao longo do século XX, para o encarceramento e eliminação dessa população - vadiagem, violência urbana, guerra ao tráfico - são mecanismos sociais em busca da consolidação de um projeto político.

A partir do histórico feito por Pedretti, o autor aponta como a origem das polícias se conecta com a repressão às pessoas escravizadas até 1888. Após a abolição, a atuação das mesmas passou à perseguição dos “vadios” e “vagabundos” - categorias construídas e profundamente relacionadas a aspectos de raça e classe-. Nesse sentido, Pedretti (2024, p. 73 e 74) levanta indícios de que a “expertise” adquirida nos atos de tortura já cometidos contra a população negra e pobre foi o que propiciou, a alguns militares, a participação nos órgãos de repressão a partir da consolidação da Ditadura. Por fim, como herança deste período, convivemos hoje com a estrutura militarizada das polícias:

“(…) a democracia brasileira pós-regime autoritário [pós 1985] herdou uma estrutura altamente militarizada do Estado. (...) essa militarização se traduz na arquitetura institucional da segurança pública que segue operando na lógica de uma guerra contra inimigos internos. Ou seja, polícias militares estaduais igualmente insubmissas a formas de controle externo e democrático (Pedretti, 2024, p.20 e 21)”.

No caso das violências sofridas por Marli Barbosa e Rosana Ligerio, a ação se deu principalmente pelas mãos da polícia civil de Pernambuco. Entretanto, é inegável que todo o aparato de justiça e de segurança pública se mostrou contaminado pela forma ilegal de agir. O caráter irregular e perpetuador de violências desse sistema também ficou evidente a partir da (in)ação da juíza responsável pelo caso. Mesmo sendo informada das irregularidades do processo de investigação - com provas como o exame de corpo de delito de Rosana Ligerio - a magistrada não suspendeu a prisão ao longo de 11 meses e, após a soltura, aconselhou que o casal esquecesse as violências vividas.

Nesse sentido, não foram somente as agressões físicas que marcaram o trauma vivenciado no processo. Cada etapa, desde a primeira inquirição - em 1996 - até a luta pela anulação do processo - que ocorreu somente em 2000 -,⁷² foi acompanhada por múltiplas violências que, em muitos casos, reiteraram as ameaças à vida, à integridade

⁷² Em 22/12/2000, a Folha de São Paulo noticiou: “STJ anula processo contra acusadas de matar síndica”. Segundo o jornal, o Ministério Público Federal (MPF) havia pedido a anulação da investigação devido à “arbitrariedades e falhas na investigação policial”. A notícia também aponta que o MPF negou o pedido de absolvição e determinou que a investigação fosse refeita. Não foram encontradas outras referências sobre o desfecho deste caso.

física e à dignidade das duas mulheres. Quando já tinham conseguido acesso ao advogado, segundo Marli, elas foram levadas para uma delegacia de entorpecentes e, nesse local, foi assegurado de que não seriam mais agredidas. Entretanto, a insegurança promovida pelas violações que ocorriam no espaço reverberaram como violência psicológica. Segundo Marli Barbosa:

(...) a nossa estada lá [na delegacia de entorpecentes] foi horrível. Não apanhamos, mas vimos outros casos de torturas, acertos. Havia um preso que também era homossexual, e ele apanhou. Vimos as pessoas saindo da cela, as pessoas iam até um quatinho que fica ao lado. Quando voltavam, não voltavam andando mais, de tanto que apanhavam. E isso para nós era uma tortura maior.⁷³

O relato de Marli, além de apontar a dimensão da violência psicológica vivida por elas, reitera o caráter massivo das violações de direitos humanos sofridas no ambiente policial e carcerário. Ainda que não estivessem sendo agredidas fisicamente naquele momento, presenciaram as torturas às quais eram submetidos os outros presos. Esse depoimento também demonstra o grau de invisibilidade dessas ações frente ao caráter cotidiano em que elas se apresentaram. Em outro trecho da audiência pública, Marli aponta sua percepção sobre a singularidade da sua participação na Comissão enquanto denunciante: “Só queria acrescentar que o que aconteceu conosco não aconteceu só conosco, acontece diariamente com todos os homossexuais, com todos os negros. Graças a deus, hoje, eu e a Rosana estamos aqui nesta Comissão fazendo as nossas denúncias”.⁷⁴

A sobrevivência ao acontecimento e a compreensão da dimensão da violência do Estado tornou a atuação de Marli e Rosana, em busca da absolvição, uma ação política. A partir dos relatos em locais como a Câmara dos Deputados, buscaram elucidar a forma como homossexuais e negros(as) - nas palavras de Marli - estavam sendo violentados(as) por instituições públicas. A campanha deflagrada por elas cumpriu

⁷³ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do depoimento prestado por Marli Barbosa em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

⁷⁴ *Ibid.*

função social importante, já que parte considerável da população não conseguiria ou não teria acesso aos mesmos espaços de denúncia. Nesse sentido, Lucas Pedretti (2024), ao analisar uma série de assassinatos promovidos pela polícia carioca nos anos 1980 e suas repercussões, aponta como o desfecho jurídico dependia de aspectos sociais:

Os diferentes graus de repercussão e os distintos desfechos jurídicos dos casos mostram como as dimensões de classe, raça e local de moradia seguiam desempenhando um papel fundamental para determinar quem teria direito à visibilidade e à justiça (Pedretti, 2024, p.215).

A possibilidade de contar com advogado e com mobilizações - na imprensa, de políticos e de organizações nacionais e internacionais - significou a visibilidade do tema para os movimentos de gays, lésbicas e travestis, para os movimentos negros e para a luta feminista. Ao narrar a vulnerabilidade dos seus corpos frente às violações do Estado, o casal iniciou um debate, praticamente inexistente na Câmara dos Deputados, sobre o espaço social ocupado por lésbicas e, especialmente, por lésbicas negras. Não é coincidência que, menos de um mês depois, a instituição promoveu o primeiro seminário para discutir sobre “direitos humanos e cidadania homossexual”.⁷⁵

Nesse processo, se destaca a resiliência das duas mulheres em lembrar e narrar, entre lágrimas, o período vivido. Em determinado trecho do seu depoimento, Rosana Liger se emocionou ao fazer um análise das suas experiências na prisão:

Passamos um ano dentro de um presídio. Um ano. E, senhores, um ano dentro de um presídio é uma coisa brutal. Você ser torturada fisicamente, você ser obrigada a manter relações sexuais com pessoas que você desconhece e que são seus próprios agressores é uma coisa que mata diariamente por dentro. Cada dia que você pensa que viveu essa situação, você se degrada mais. Um ano dentro do presídio.⁷⁶

A lembrança das violências, mesmo enquanto situação que amplia o processo de degradação psicológica, se torna ainda mais relevante ao considerarmos o espaço, majoritariamente masculino, em que os depoimentos foram feitos. Ao se abrir sobre traumas tão íntimos, como a violência sexual, é possível perceber que o medo em voltar

⁷⁵ O “Seminário direitos humanos e Cidadania Homossexual” ocorreu em 21/09/1999.

⁷⁶ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do depoimento prestado por Rosana Liger em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

ao espaço de abuso e o desejo de escancarar as violações do processo de investigação são motores que as impulsionaram a fazer as denúncias. Enquanto “suspeitas” que aguardavam julgamento em liberdade, o receio em relação ao sistema judiciário se mostrava latente. Pela sequência de agressões vividas, desconfiavam que as provas que tinham juntado poderiam não ser acolhidas e usavam a casa legislativa como espaço para ecoar seus medos.

O sentido político de tais relatos se relaciona com a visibilidade ao tratamento que, em certas situações, era dado pelo Estado a pessoas como elas. Nesse sentido, é impossível separar em categorias se as violações foram feitas por motivação racial, de gênero ou de sexualidade. O entrecruzamento dessas violências se torna evidente em diversas passagens das agressões verbais. Entretanto, é possível identificar que, em alguns momentos, a violência sexual se conecta, por exemplo, com a objetificação do corpo feminino e o desejo de forçar a sua posse. Especialmente porque estes corpos se relacionavam - afetiva e sexualmente - com outros corpos femininos. No caso das agressões racistas sofridas por Marli e do desejo em incriminá-la, também é nítido que, por ser uma mulher negra, ela sofreu um tipo específico de violência. Nesse sentido, um trecho do depoimento de Rosana aponta para mais um aspecto da forma como foram tratadas ao longo do processo e durante a repercussão do mesmo:

Estamos aqui diante de vocês porque durante o processo - e temos a cópia do processo todo - fomos chamadas de “as homossexuais”, “as lésbicas”, “as mulheres”, como se ser mulher e lésbica fosse um qualificativo que automaticamente nos transformasse em assassinas.⁷⁷

Mais uma vez, se destaca a percepção política sobre o tratamento recebido por elas. Ao recusar que suas vivências afetivas e sexuais se tornassem qualificadoras para endossá-las como criminosas, Rosana aponta a compreensão do discurso que estava por trás do processo que as identificava como “as homossexuais”, “as lésbicas” ou “as

⁷⁷ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do depoimento prestado por Rosana Ligerio em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

mulheres”. Discursos esses que, historicamente, estiveram presentes ao longo do século XX nas páginas policiais da imprensa brasileira. Pesquisas como a de Luiz Morando (2008; 2009; 2018), por exemplo, demonstram a existência de sociabilidades e vivências homossexuais a partir do noticiário criminal de periódicos e em documentos judiciais em períodos anteriores à consolidação de movimentos políticos organizados. Nesse sentido, eram esses os espaços em que notícias sobre gays, lésbicas e travestis - ou “homossexuais”, “afeminados”, “anormais” - apareciam para o grande público. Logo, a forma como se dirigiram ao casal de mulheres se mostrava como mais uma reprodução desse viés historicamente homofóbico.

Os relatos feitos por Marli, Rosana e o advogado geraram discursos de solidariedade por parte dos deputados presentes e das lideranças de movimentos sociais. Decidiu-se pela formação de uma subcomissão para pedir esclarecimentos e acompanhar o caso na justiça pernambucana. Diversas perguntas foram feitas para entender o processo e críticas à violação dos direitos humanos foi o tom principal das falas feitas ao longo da audiência pública. Nesse aspecto, destacou-se a participação do deputado Fernando Ferro em defesa de uma perspectiva de que tais violências não eram fatos isolados e, sim, fruto de uma cultura de violência da polícia:

Creio que temos de tocar neste assunto, porque, por incrível que pareça, e está aí o fato que está sendo trazido aqui, essas não são ações isoladas de um policial maluco ou de um psicopata policial, como às vezes querem dizer. São ações engendradas por uma cultura de violência que parece estar a comandar.⁷⁸

A percepção transmitida pelo deputado corrobora com o que foi falado pela maioria dos presentes: as denúncias se relacionavam com um comportamento já conhecido dos órgãos policiais. Ainda que o grau de violência e o detalhamento do abuso sexual tenham chocado as pessoas presentes, de forma geral, o fato da polícia ter torturado pessoas e conduzido ilegalmente o inquérito não era surpreendente. A CDH foi

⁷⁸ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro da fala do deputado Fernando Ferro em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

criada em 1995 e, desde a sua fundação, possuía a função de “receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violações de direitos humanos”.⁷⁹ Portanto, até aquele momento, já tinham recebido alguns outros relatos nesse sentido. Talvez a novidade daqueles depoimentos se relacionasse com o fato da sexualidade das vítimas ter sido um componente das agressões realizadas pelos agentes públicos.

Historicamente, a atuação policial contra homossexuais e travestis remonta à primeira metade do século XX (Morando, 2018). Entretanto, pela pesquisa realizada, foi a primeira vez que a CDH realizou uma audiência pública em que foi feita denúncia relacionada à LGBTfobia. Dessa forma, embora solicitações nesse sentido tenham sido feitas durante os debates constituintes, a discussão sobre a necessidade de aprovação de lei específica para criminalizar a homofobia passou a ser levantada constantemente na Câmara dos Deputados. O caráter político das falas de Marli e Rosana se torna ainda mais evidente quando tratam do problema da ausência de norma legal com este objetivo. Durante o comentário a algumas das observações feitas por deputados, Rosana Ligerio argumenta:

(...) em relação ao racismo, ainda existe uma lei, que abre uma possibilidade de punição. No caso da discriminação por sermos homossexuais, nem isso nós podemos dizer, que sofremos um crime nesse sentido, porque não existe uma lei federal que criminalize a discriminação por opção sexual. Isso não existe. Então, até nesta impossibilidade nós estamos limitadas, assim como todas as pessoas que estão aqui que fazem parte do movimento homossexual, que sofrem diariamente discriminação e não podem tornar isso um crime, não podem nem reclamar, porque não se tem como criminalizar isso⁸⁰.

É fato que, ainda que não existisse lei específica sobre homofobia, as violências às quais foram submetidas eram ilegais por violarem uma série de normas, inclusive a Constituição Federal. Entretanto, é relevante que tanto as denunciantes quanto as lideranças de movimentos homossexuais presentes tenham utilizado o espaço e o contexto das denúncias para reforçar a importância da aprovação de lei que tratasse

⁷⁹ O trecho sobre as funções da CDH foi retirado do livro “25 anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (1995-2020): uma história tecida por múltiplas vozes”, publicado pela Câmara dos Deputados.

⁸⁰ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do depoimento prestado por Rosana Ligerio em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

sobre o tema. O detalhamento das agressões sofridas permitiu materializar as nuances da discriminação contra homossexuais, especialmente contra lésbicas, para que o legislativo federal se sensibilizasse com a causa.

Os discursos feitos pelas organizações homossexuais presentes e, especificamente, pela Rosângela Castro (da ABGLT) destacaram, portanto, o caráter cruel das violências sofridas por Marli e Rosana e a necessidade de aprovação de lei que combatesse a cultura da discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais. A liderança da ABGLT fez uma fala enfática nesse sentido, em que destacamos alguns trechos:

A homofobia vem-se apresentando com requintes de crueldade, da maneira mais primitiva, em todas as esferas sociais, seja dentro da família, da Igreja, da escola, trabalho, meios de comunicação, órgãos de segurança pública, saúde e justiça. A nossa cultura já traz um discurso homofóbico, que pode passar como uma simples piada, uma simples brincadeira. Às vezes nem conseguimos ter discernimento desse fato. (...) A nossa cultura é esta: discrimine, discrimine, discrimine!

(...)

O caso da Marli e da Rosana é a prova cabal da violação desses direitos humanos. (...) No Brasil, a cada três dias é morto um homossexual, o que se tem conhecimento, fora os que não temos conhecimento. E, no nosso caso ainda, fica muito mais difícil, porque, por mais discriminadas, às vezes a nossa orientação sexual não pode ser revelada. Então, às vezes, as lésbicas são mortas porque são lésbicas, e a família, por vergonha, pela nossa cultura, abafa o caso. Esperamos não ficar mais uma vez na impunidade. É importante a aprovação de projetos que garantam a não-discriminação. Como lésbica e negra, hoje, sei que se eu estivesse sendo processada eu seria absolvida na questão do racismo, mas por ser lésbica eu estaria na posição que as companheiras estão. Nós, do Movimento Homossexual, acreditamos que, sem as lésbicas, os gays, as travestis e transexuais e as minorias discriminadas - tanto como os índios, os negros e pobres - os direitos não são humanos.⁸¹

Inicialmente, é possível observar a relação que Rosângela Castro traça entre as discriminações cotidianas - às vezes em forma de piadas - e a construção de uma cultura que perpetua o preconceito e que culmina em violência física. Em seguida, a liderança aborda a especificidade das lésbicas que, segundo ela, em muitos casos, não têm sua sexualidade revelada. Tal fato reverbera na invisibilidade das violências sofridas por esse grupo social. Em muitos dos discursos de militantes sobre lesbofobia e visibilidade,

⁸¹ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro da fala de Rosângela Castro (ABGLT) em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

o caráter oculto da sexualidade dessas sujeitas sociais aparece como causa para uma subnotificação das agressões e mortes sofridas por elas.⁸²

A liderança traçou, ainda, um paralelo entre a existência de uma lei que tipifica o racismo como crime (Lei Federal nº 7.716/89)⁸³ e a inexistência de uma cobertura legal que protegeria homossexuais nesse sentido. Tal fato também foi destacado na fala feita por Rosana Ligerio e transcrita anteriormente. O argumento central utilizado por elas é que a existência de uma norma correlata para punir homofobia garantiria alguma segurança jurídica a este grupo social. Na mesma reunião, o deputado Reginaldo Germano já havia comentado que, apesar da lei de criminalização do racismo, nenhuma pessoa tinha sido presa ou condenada pelo crime, mesmo com as diferentes denúncias que eram feitas nesse sentido.⁸⁴ Não obstante a esse histórico pouco favorável de aplicação da Lei nº 7.716/89, o uso da mesma como exemplo e objetivo a ser conquistado se relaciona com uma estratégia política que visava conquistar, por meio da criminalização da homofobia, a transformação da sociedade (Martins, 2020, p.209).

Ao final da audiência pública, Milton Barbosa - liderança importante e um dos fundadores do MNU - utilizou o microfone para saudar a coragem de Marli e de Rosana e reforçar a importância que tais atos fossem denunciados. É relevante que eventos como esse, na Câmara dos Deputados, registrem encontros e articulações entre diferentes movimentos sociais e que, pelo caráter interseccional das discriminações, se unem em

⁸² Posteriormente, a invisibilidade de dados sobre lesbofobia foi motivo para a elaboração, por Milena Peres, Suane Soares e Maria Clara Dias, de um *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 a 2017* publicado em 2018 e que será abordado no **capítulo 5**.

⁸³ A lei, segundo a ementa, “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”.

⁸⁴ Para contextualizar, o trecho da fala do deputado sobre o tema é o seguinte: “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Marli e Rosana, infelizmente, vivemos em um País onde o que é certo é errado e o que é errado se torna certo. Tenho chamado a atenção, tenho debatido, denunciado nesta Comissão casos de racismo. Até hoje no Brasil não há uma pessoa presa por ter discriminado racialmente outra. Não existe um fato sequer em que alguém foi condenado. E temos inúmeros. Temos o caso de uma delegada de polícia, no uso do seu direito, sendo discriminada, prendendo a criminoso, e um juiz, de brincadeira, desclassificando o flagrante, por perjúrio. Então, é uma vergonha que se passa” (Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999).

busca da mudança da sociedade. O trecho abaixo transcrito aponta para esse projeto em comum:

Como militante do Movimento Negro Unificado, venho aqui trazer apoio às duas companheiras, que estão mostrando a sua coragem. É muito importante isso, porque está colocando em julgamento não apenas a violência policial que se deu em Pernambuco, mas a Justiça deste País, os costumes deste País, o processo de educação e os meios de comunicação. (...) O exemplo que as companheiras deram, de estarem enfrentando, exigindo justiça, quando efetivamente seria muito mais fácil desaparecerem no ar, é um exemplo que todos temos que compartilhar e ver com muita dignidade. Estamos colocando a nossa força, que não é muita, mas se nos juntarmos temos condições de transformar este País, de transformar a humanidade, e é um belo exemplo de luta que estão dando. Meus parabéns.⁸⁵

A participação de Milton Barbosa aponta para a construção de um diálogo importante entre uma liderança histórica dos movimentos negros e os movimentos de gays, lésbicas, travestis e transexuais. A compreensão da forma como a violência de Estado incide sob os grupos sociais que representam encaminha para alianças que visam “transformar o país e a sociedade”. A presença do fundador do MNU também tem significado importante na luta contra violações de direitos humanos pelo Estado. Especialmente porque, em 1981, Milton Barbosa foi preso enquanto distribuía panfletos da “Campanha Nacional Contra a Violência Policial” (Pedretti, 2024, p. 222). Nesse sentido, embora com fala curta e limitada pela necessidade de encerramento da reunião, a participação do líder do MNU ajudou a demonstrar os pontos de conexão e solidariedade entre movimentos que são fundamentais na busca pela garantia de direitos.

Por fim, cabe refletir sobre os sentidos que envolvem os “direitos humanos”. Como aponta Lucas Pedretti (2024), o debate sobre o tema se tornou mais forte no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar, principalmente, na medida em que foram divulgados - para organismos internacionais - os casos de torturas e assassinatos cometidos contra opositores do regime. Durante o processo de transição democrática e com a elaboração da nova Constituição Federal (1988), a compreensão da necessidade de liberdade

⁸⁵ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro da fala de Milton Barbosa (MNU) em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados em 25/08/1999.

política e de proteção contra as violações de direitos humanos se consolidou. Pedretti (2024) demonstra, entretanto, que, apesar da luta dos movimentos negros, o projeto de transição que foi vitorioso acabou por manter a aceitação social de que alguns grupos não gozassem dos mesmos direitos.

Nesse aspecto, as denúncias feitas por Marli e Rosana se inserem no contexto de várias violências promovidas contra setores que são menos humanizados pelo Estado e pela sociedade. Indígenas, negros(as), pobres, trabalhadores(as) rurais, gays, lésbicas, travestis e transgêneras(os), são alguns desses grupos que, historicamente, têm lutado ou pelo pertencimento à categoria “humano” ou por uma transformação inclusiva do seu significado. Como apontado ao longo deste capítulo, entretanto, o pertencimento a um determinado grupo social não significa que a violência incida da mesma maneira. A forma como as violências recaem sobre homens, gays, brancos e ricos - quando recaem - é diferente da forma como são vivenciadas por gays, negros e pobres. Essa reflexão nos ajuda a pensar criticamente o significado dos “direitos humanos” enquanto elaboração Ocidental e profundamente vinculada ao pensamento produzido na lógica colonial. Julieta Paredes (2008) levanta críticas nessa perspectiva:

El neo liberalismo desplegó una gran propaganda posmoderna de promoción de los derechos humanos, supuestamente las mujeres, los indígenas, los homosexuales, los jóvenes, los discapacitados eran reconocidos y se les daban dizque derechos. En la realidad, sólo premiaban o reconocían a las mujeres, indígenas, homosexuales, jóvenes y discapacitados que eran de su misma clase social o de su pensamiento político o que desde su diversidad les servían económica y políticamente sin protestar. Las y los rebeldes y revolucionarios no tenían lugar en esa repartija de prebendas (Paredes, 2008, p.04).

Desse ponto de vista, as violências promovidas contra grupos sociais marginalizados não inviabilizam a perspectiva de “direitos humanos” construída na lógica capitalista e colonial do Ocidente. Ao contrário, reforça quem são considerados humanos ou não. É preciso pensar nesses aspectos para entender também a complexidade - e, às vezes, as contradições - que envolve o que aconteceu na Câmara

dos Deputados na audiência pública analisada e em outros eventos desse tipo: 1) a Comissão de Direitos Humanos se insere no contexto pós redemocratização que, a partir de um conceito amplamente divulgado por organismos internacionais ocidentais e com bases no pensamento liberal, defende humanos contra a violação de direitos; 2) Apesar de se basearem na lógica liberal de “direitos humanos”, é no espaço constituído pela CDH - além de outros - que grupos sociais marginalizados exigem proteção e lutam contra a violação dos seus corpos pelo Estado e pela sociedade. Portanto, são nesses espaços, entre outros, que exercem suas articulações e agências. A complexidade e tensão existente nessas ações são exemplificadoras do relacionamento entre movimentos sociais e instituições públicas e que vai permear as análises feitas ao longo deste trabalho.

Capítulo 5

A discriminação e a violência lesbofóbica: fragmentos de registros na história recente do Brasil

O preconceito e a violência sofridos por dissidentes sexuais e de gênero permeiam os debates realizados pelos movimentos de lésbicas desde o seu surgimento em meados dos anos 1970. Entre os textos veiculados sobre homossexualidade feminina na edição de nº 12, de maio de 1979, do *Jornal Lampião da Esquina* - e que representa o marco inaugural do grupo lésbico-feminista de São Paulo -, há o seguinte trecho: “Até onde pudemos constatar, vimos que, se existe alguma coisa de comum às homossexuais, alguma coisa indiscutivelmente presente a todo tempo, essa coisa é a repressão”.⁸⁶ A repressão dos corpos não enquadrados nas normas de gênero e sexualidade aparece, dessa forma, como fator aglutinador das sujeitas sociais que desejavam liberdade para vivenciar afetos e desejos (Facchini & Simões, 2009, p. 25).

Conforme tratamos no **Capítulo 2**, a decisão pelo uso da palavra “lésbica” teve como objetivo a desconstrução dos sentidos pejorativos que envolviam o termo. A palavra que, durante décadas do século XX, foi vista como agressiva representou a escolha dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 para nomear a identidade em processo de construção. “Através dela, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema”. Esta frase, escrita por Míriam Martinho em um texto de maio de 1983 do *Boletim Chanacomchana*, aponta como o combate ao preconceito era central para a militância lésbica desde o início da mobilização.

⁸⁶ *Jornal Lampião da Esquina* nº 12, maio/1979, página 8.

5.1 A lesbofobia na história recente do Brasil: relatos de vivências atravessadas pelo preconceito

A luta contra a discriminação está embasada na materialidade das violências sofridas por dissidentes sexuais e de gênero ao longo da história. A partir da análise de Michel Foucault (2005) em *História da Sexualidade*, é possível compreender a historicidade das visões sobre vivências sexuais e de gênero e a construção das identidades. Tal qual a lesbianidade no século XX, a identidade homossexual também se construiu ao longo do século XIX e ganhou novos sentidos com o passar dos anos. Como aponta Foucault (2005), as relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo⁸⁷ existiram ao longo de toda a história e em diferentes comunidades, a transformação dos últimos séculos foi a forma como a sociedade passou a interpretar estas relações. O livro *A coisa obscura* de Lígia Bellini (2014) demonstra, por exemplo, a existência de documentos que tratam das relações entre mulheres no Brasil colonial. Por meio de documentos produzidos pelo Santo Ofício, a autora apresenta diferentes momentos em que vivências afetivas e sexuais entre mulheres foram identificadas e punidas.

A perspectiva cristã que entendia tais relações como pecado e que esteve presente ao longo do período colonial brasileiro, ganhou contornos científicos a partir do século XIX. É relevante que a visão que moldou a noção de “homossexualismo” não significou uma substituição das percepções religiosas sobre o pecado que envolvia tais sujeitas sociais mas, em alguns casos,⁸⁸ a penalização criminal foi substituída pela internação psiquiátrica, apontando para os sentidos patologizantes da nova forma de

⁸⁷ Utilizamos o termo “sexo”, e não “gênero”, com objetivo de aproximar ao que era utilizado em meados do século XIX e XX nas sociedades ocidentalizadas. Entendemos, entretanto, que os sentidos de sexo/gênero mudaram ao longo da tempo e a depender das comunidades sociais sobre a qual se fala. “Relações entre pessoas do mesmo sexo” é, portanto, inevitavelmente impreciso a depender do momento histórico e do grupo social retratado.

⁸⁸ A análise sobre a forma como o Estado republicano ou a administração colonial e imperial trataram as dissidências sexuais e de gênero - se criminalmente ou como condição patológica - é delicada porque é variável e situacional a depender das sujeitas sociais envolvidas e de dimensões de raça e classe. Também é fato que as diferentes formas de tratamento coexistiram ao longo das décadas.

lidar com as sexualidades ditas “anormais”. Os estudos que buscaram dissecar os comportamentos sexuais acabaram consolidando o(a) homossexual enquanto sujeito(a) social. Com a virada para o século XX, a repressão a esses grupos sociais e a necessidade de resistência ajudaram a construir as identidades políticas que se consolidaram, no Brasil, nos anos 1970.

Ao analisar a forma como as dissidências sexuais e de gênero foram tratadas ao longo do tempo, especialmente nas sociedades cristãs ocidentalizadas, é relevante que a repressão e a violência são partes integrantes da memória social que envolvem tais vivências. Os documentos revelam penalizações pelo crime de sodomia, tratamentos de eletrochoque em instituições psiquiátricas e prisões ao longo dos últimos séculos. Além das ações perpetradas pelo Estado e por instituições correlatas, documentos da imprensa também apontam para a visão social sobre esses(as) sujeitos(as) (Morando, 2009; 2018).

Fontes documentais revelam o caráter discriminatório de diversas ações do Estado e da sociedade que significaram o medo e a falta de liberdade para vivenciar sexualidades e afetos pela população de pessoas lésbicas, travestis, transgêneras, bissexuais e gays. A forma como a violência incidia sobre esses corpos, especialmente em corpos entrecruzados por marcadores não hegemônicos de raça e classe, impulsionou que a luta contra o preconceito fosse um dos temas centrais dos movimentos sociais desde a fundação dos mesmos. Nesse sentido, os relatos que tratam das sensações geradas pelo medo da violência ajudam a entender a relevância da busca por ações anti-discriminatórias.

Conforme tratamos no **Capítulo 2**, o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) passou a produzir no final de 1987 o Boletim Um Outro Olhar (UOO). O periódico substituiu o Chanacomchana no momento de transição do movimento de lésbicas paulistas que acarretaria também a mudança de nome do grupo em 1990, passando a se

chamar Rede de Informações Um Outro Olhar (Maia, 2017). Apesar de ser uma publicação diferente da Chanacomchana, em busca de “auto-imagens mais positivas e perspectivas mais amplas”,⁸⁹ o novo periódico manteve e fortaleceu o caráter colaborativo dos textos que tratavam sobre vivências. Na edição de lançamento da nova publicação, se destacam as páginas dedicadas aos relatos enviados por mulheres sobre suas experiências enquanto lésbicas. No texto de abertura da seção “Vivências”, a autora Maria Luiza explica o contexto de publicações dos depoimentos:

Quando nos propusemos a elaborar este artigo pensamos em fazê-lo de maneira simples. Iríamos, nada mais nada menos, escolher três depoimentos dos muitos e muitos que nos chegam e apenas transcrevê-los. Deixaríamos que eles próprios fizessem o papel de mensagem de identificação com nossa vivência.

Entretanto ao lermos tantas cartas, sentirmos tantas emoções, através de suas palavras, simplesmente o trabalho de escolhermos só três depoimentos nos pareceu impossível. Deparamos com frases e significados tão fortes, com vidas, com lutas valiosas que não poderíamos restringi-las a número tão pequeno.

Resolvemos então, deixar frases de vários depoimentos, indicando e mantendo inalterado o nome da cidade de onde eles vieram. Quanto ao nome das mulheres a maioria é fictício, permanecendo com seus verdadeiros somente aquelas que nos deram autorização para fazê-lo. (...)

Devo alertar que, infelizmente, a grande maioria dos depoimentos que recebemos contém amargura, tristeza, solidão, desânimo, desamparo, desespero, depressão, bem como sentimentos de rejeição, medo, vergonha e culpa - muita culpa - que as mulheres sentem por sentirem atraídas por outras mulheres e não, como a nossa “tão perfeita” sociedade o quer, por homens (...).⁹⁰

Ao listar as sensações despertadas pela afetividade/sexualidade lésbica, Maria Luiza resume os sentimentos transmitidos pelas mulheres que compartilharam suas vivências. Todos eles têm relação com a forma como a sociedade, nos anos 1980, percebia o relacionamento afetivo/sexual entre mulheres. A partir desses relatos, é possível ter um panorama da violência vivenciada cotidianamente pelo grupo social e, portanto, compreender a relevância do preconceito na vida das mulheres. Ao todo, são quinze depoimentos publicados que, com exceção de dois, transmitem sentimentos negativos em relação à sexualidade lésbica. A leitura de alguns deles será importante

⁸⁹ Trecho retirado do Editorial do Boletim Um Outro Olhar nº 1, de setembro/dezembro de 1987, página 3.

⁹⁰ Trecho retirado do Boletim Um outro Olhar, nº 1, set/dez de 1987, páginas 23 e 24.

para nos auxiliar no processo de compreensão da atmosfera social que envolvia esse grupo social no final dos anos 1980. A transcrição dos mesmos foi feita integralmente e da mesma forma em que apareceu na edição do Boletim Um Outro Olhar:

Preciso desabafar. O que mais me dói na pele é essa solidão; busco na mulher o amor, o carinho, o afeto e sem isso não poderei viver. Posso até me considerar um caso patológico incurável, tal a aversão que sinto por homem. Aversão em relações sexuais, porque do resto tenho mais confiança na amizade de um homem do que na amizade de uma mulher. Sou uma garota já definida sexualmente, é verdade que ainda um pouco covarde. Já tentei o suicídio uma vez, ingerindo enorme quantidade de comprimidos para dor de cabeça. Apenas sofri do estômago, horrivelmente, e aqui estou bem viva. Por que não é concedido o direito de casar: casar com uma mulher?! Afinal vem aquela eterna pergunta martelar outra vez minha cabeça: o que me prende a mulheres? Porque amo a mulher e não o homem, como deveria ser? O que sou afinal? Um punhado de enormes teorias feitas por homens que nunca foram homossexuais, que fazem de seres como eu, espécimes raros da natureza, desajustada. Assecla de um mundo que se divide em inúmeras classes. Mais tudo é tão difícil, mas mesmo assim continuo a procurar. Sensível, triste e desajustada entre os próprios homossexuais, me sinto mais desamparada do que uma criança. Não dá mais para viver assim.

Lídia - São Paulo/SP

Desde quando nasci, eu gosto de meninas, e isso eu acho que não é normal gostar do mesmo sexo. Eu gostaria de saber se eu posso parar de ser lésbica? Inclusive fez 2 meses que eu estou indo numa psicóloga ela é muito boa eu gosto dela, mas tem hora que eu tenho medo dela, ela me diz que eu posso sair dessa se eu quiser, mas está difícil. Eu nasci com isso? Isso tem cura? (...) Tomara que tenha cura!! ...

Lilian - Bebedouro/SP⁹¹

Nos dois relatos, é possível identificar as dúvidas geradas pela afetividade/sexualidade voltada para mulheres: “porque amo a mulher e não o homem, como deveria ser?”, “Eu nasci com isso? Isso tem cura?”. Embora em graus diferentes, Lídia e Lilian compartilham do mesmo incômodo por não se adequarem à norma social da heterossexualidade. Em ambos também aparece a questão patológica: no primeiro, trata-se de uma aversão sexual a homens que, segundo Lídia, é um “caso patológico incurável”; no relato feito por Lilian, há a busca pela cura da sexualidade lésbica a partir de psicoterapia. Em outros relatos publicados na mesma edição aparece, ainda, a questão religiosa, a busca pela cura a partir das igrejas.

⁹¹ Boletim Um outro Olhar, nº 1, set/dez de 1987, página 25.

Os aspectos que são levantados pela leitura dessas vivências apontam os sentidos construídos sobre sujeitas homossexuais. Assim como nos apresenta Foucault (2005) ao tratar da história da sexualidade, percepções religiosas e científicas construídas ao longo de mais de um século forjaram concepções de “normalidade” e “anormalidade” que dificultam a aceitação dos afetos e desejos que fogem à “norma”. Nesse sentido, a existência de atração por pessoas do mesmo sexo gera conflito psicológico que reflete na dificuldade de auto-aceitação. No relato trazido por Lídia, há ainda um aspecto frequentemente visto nas relações de amizade entre mulheres: a falta de confiança. Reverberação da forma machista como as mulheres são vistas na sociedade, ao relatar que percebe as mulheres como objeto de desejo, de carinho e afeto, mas confia mais em homens em relação a amizades, é possível perceber a reprodução da forma como, muitas vezes, os homens veem as mulheres.

Em outro relato, feito por Lindalva, a infelicidade com a relação heterossexual constituída e com a impossibilidade de assumir o afeto por uma colega de trabalho é transmitida junto com concepções de raça e classe que, na visão da autora do texto, influenciam na impossibilidade de mudar a realidade vivenciada:

Eu sou casada já há dez anos, não tenho filhos, nunca fiquei grávida. Mais tudo que eu quero dizer é porque eu sinto que não é de homem que eu gosto. Eu durmo toda noite com meu marido mais não sinto nem um prazer quando faço amor com ele, eu sou uma pessoa completamente infeliz, pois só vivo com ele porque não tenho coragem de falar a verdade pra ele ou talvez eu tenha medo de falar porque não sei o como ele iria reagir. Também por causa da família tanto da minha quanto da dele. Tudo isto mim faz sofrer muito eu vivo numa angústia que já não aguento mais, e no meu caso eu vou sofrer para o resto da vida. Eu sinto que gosto mesmo é de pessoa do mesmo sexo gosto de mulher. Eu já a muitos tempos sou apaixonada por uma colega. Mais só que ela não sabe nunca tive coragem de mim revelar para ela porque tenho certeza que ela vai logo falar que eu sou uma mulher casada. O pior é que eu sei que ela também é uma lésbica. Ela nunca falou mais eu sei toda a vida dela porque eu gosto muito dela por isto procuro saber tudo sobre ela e teve uma pessoa que mim falo. Agora aumentou mais ainda meu amor por ela. Eu já não aguento mais vive assim. Olha quando a gente é pobre e de cor negra fica muito difícil até mesmo para as pessoas entender a gente quando tem algum problema, é este meu caso. Se eu fosse pessoa rica, cheia de dinheiro já estava livre deste sofrimento. Peço desculpa pois não sei escreve bem. Não tenho nem um grau de escola estudei muito pouco. Mais acho que vai dar pra entender algumas coisas.

O relato feito por Lindalva aponta para o profundo descontentamento pela vida que leva a partir do casamento e das relações familiares. O receio sobre a reação do marido e da família caso decidisse falar a verdade é apontado como uma das principais motivações para manter o casamento. Ao mesmo tempo, Lindalva faz uma reflexão importante sobre a força como aspectos raciais e de classe dificultam a vivência da sua sexualidade/afetividade de forma livre: “quando a gente é pobre e de cor negra fica muito difícil até mesmo para as pessoas entender a gente quando tem algum problema”. E complementa: “Se eu fosse pessoa rica, cheia de dinheiro já estava livre deste sofrimento”. Na análise socioeconômica que faz da sua situação, as pessoas seriam menos compreensivas caso ela assumisse seu interesse por mulheres. Esse “problema” seria mais facilmente aceito quando se trata de pessoas ricas.

O texto de Lindalva foi publicado abaixo do título “Classe social: importa?”. As editoras do Boletim UOO tentaram agrupar relatos dentro de temas próximos. Nesse caso, logo após o que foi enviado por Lindalva, o relato de Marcia parecia refletir sob um lugar social diferente, de alguém que possuía “situação financeira boa” e muitos bens. Mesmo assim, havia dúvidas sobre assumir e vivenciar com liberdade o amor que desenvolveu por outra mulher. Ambas eram casadas e cogitavam abandonar tudo para viverem juntas:

Tenho 29 anos, sou casada, tenho um filho de 9 anos e amo uma mulher de 33 anos que também é casada, tem 3 filhos e que diz me amar muito. Só que tem um problema: queremos ficar juntas. As vezes penso em largar tudo e partir para bem longe. Depois pensando no meu e nos filhos dela, fico sem saber o que fazer, porque ela não importa com nada e só quer ficar comigo. Minha vida sexual com meu marido não é nada boa. Não consigo ter prazer com ele. Ele sabe dos meus problemas e me entende; me dá de tudo. Minha situação financeira é boa. Tenho muitos bens. Mas não sei se vale a pena ficar com ele com tudo que tenho ou largar tudo, para ir com ela sem nada e recomeçar na estaca zero. Não sei o que faço. Minhas amigas acham que sou uma boba em querer deixar tudo para ir com ela.

Marcia - Capivari/SP⁹³

⁹² Boletim Um outro Olhar, nº 1, set/dez de 1987, página 26.

⁹³ *Ibid.*

O fato da publicação ter agrupado os dois relatos sob o mesmo título e que remete à importância da classe social para a vivência com liberdade da afetividade/sexualidade lésbica parece apontar para uma interpretação de que, independentemente dos aspectos financeiros, as mulheres se viam presas em famílias heteronormativas. Entretanto, pela forma como Marcia constroi seu relato, é possível apreender que a sua boa situação financeira e os seus bens estavam vinculados ao relacionamento com o marido. Dessa forma, ela não seria a pessoa rica, cuja vida foi almejada por Lindalva, que poderia optar com mais liberdade pela saída do casamento. Ao contrário, a opção por viver o amor com a outra mulher casada significaria “recomeçar na estaca zero”.

De toda forma, os dois relatos remetem a questões de classe e raça que, tal qual ressalta Audre Lorde (2019), são fundamentais serem pensadas ao fazermos análises sobre vivências lésbicas. Nos dois casos, mas não somente neles, a ausência de liberdade não se relaciona somente aos preconceitos provenientes da construção da heterossexualidade enquanto norma. Ela é atravessada por outros componentes sociais que afetam como a afetividade/sexualidade pode ser vivida. Há relatos, por exemplo, que destacam os problemas regionais: mulheres que, por viverem em cidades muito pequenas, sentem que suas vidas são mais vigiadas e, portanto, são menos livres para encontrarem e assumirem o amor por outra mulher.

Os relatos trazidos até aqui apontam questões relacionadas à autorreflexão e a dimensões psicológicas do preconceito vivenciado por mulheres lésbicas. Entretanto, alguns textos também trazem narrativas de preconceitos verbalizados e que demonstram consequências práticas para as que decidiram assumir seus relacionamentos. A carta enviada por Laura, por exemplo, aponta para caminhos de superação da culpa e do

medo, ao mesmo tempo, revela que sua afetividade/sexualidade assumida significou a perda do emprego:

Tenho amigos que passam dos 30 anos e têm medo e vergonha de dizerem que são entendidos. Tenho 22 anos e exatamente há 1 ano atrás me descobri como mulher, mulher que digo é saber exatamente o que queria para mim, para meu corpo, o que achava melhor. Mas vou te falar, foi e é uma barra para mim, as pessoas minhas amigas, que não eram e ficavam sabendo que eu estava gostando de minha melhor amiga, todas se afastavam. Minha cabeça entrou em parafuso porque achava que não podia acontecer comigo tudo isso. Sempre fui correspondida, minha amiga era extremamente assumida e não tinha grilos com os outros porque ela era (é) muito importante. Só agora, depois de um ano, é que comecei a me aceitar, porque antes queria esconder até de mim mesma que estava apaixonada por uma mulher. Só não entendo porque as pessoas se metem tanto nas nossas vidas. Na semana retrasada, eu e minha companheira fomos colocadas para rua de nosso serviço e tenho certeza que foi por sermos lésbicas. Não falaram abertamente, mas quando fomos receber nossos direitos, começaram com certas piadinhas insuportáveis.

Laura - Porto Alegre/RS⁹⁴

O fato narrado por Laura revela dimensões concretas dos receios que aparecem em todos os relatos citados até aqui. Embora tenha começado a se aceitar depois de um ano, ela acabou perdendo o emprego, provavelmente, por ser lésbica. Mais uma vez, a questão de classe é fundamental para pensar as implicações do “assumir-se lésbica”: como lidar com a consequência da possível perda de emprego para quem faz parte da classe trabalhadora? Os relatos ilustram, portanto, que o fato de se entender como lésbica e decidir pela vivência pública do relacionamento com outras mulheres não eram questões triviais no final dos anos 1980. Ao contrário, tinham impactos psicológicos, financeiros e sociais na vida dessas mulheres.

A seção “Vivências” que apareceu na edição citada e em outras da publicação *Um Outro Olhar* se aproxima de outra seção que já existia nas publicações do GALF desde o Boletim Chanacomchana: as “Histórias de Hetero”. Nesta seção, de “histórias de terror para lésbicas” eram relatados diferentes casos de discriminação e violências sofridas por homossexuais. Na edição de nº 24 da Revista *Um Outro Olhar*, de junho de 1996, a introdução da história trazia a seguinte explicação:

⁹⁴ Um outro Olhar, nº 1, set/dez de 1987, página 24.

Histórias de Heterror são testemunhos que documentamos e publicamos para mostrar que a tolerância, no país da “tolerância”, é um mito. Estas histórias também nos ajudam a formar um dossiê da violência anti-homossexual muito útil na hora de combater o preconceito. Envie-nos também sua história ou uma história da qual você tenha conhecimento. Agora, leia o depoimento de Solange Dias do Rio.⁹⁵

A seção cumpre uma função importante em um período que o poder público não documentava as violências sofridas por lésbicas, travestis, bissexuais e gays. A partir dos relatos enviados e publicados pela Rede de Informações Um Outro Olhar, é possível ter acesso a diferentes histórias sobre como o preconceito e as violências operaram ao longo das décadas contra a população homossexual. O caso que foi narrado na edição de nº 24 é particularmente exemplar da forma como as agressões físicas e psicológicas tinham o poder de corroer subjetividades e instaurar um estado de infelicidade permanente para as pessoas que sofriam com a discriminação.

O texto foi intitulado “Amor impossível no Rio” e, escrito por Solange Dias, relatava o romance vivido por ela e sua vizinha Vera Lúcia e as consequências vivenciadas a partir da descoberta, pelas famílias, do relacionamento entre as duas. Como o texto é longo, optamos por transcrever apenas parte dele:

Amor impossível no Rio

(...) Passei a frequentar sua casa [de Vera Lúcia] e ela a minha até que nossas filhas começaram a desconfiar e, depois, a ter certeza da nossa relação. Apenas minha filha e a filha mais nova dela nos apoiaram [Vera Lúcia tinha 3 filhas]. Esta inclusive continuou a falar comigo na rua, depois que não pude mais entrar na casa de Vera, e a escrever as cartas da mãe para mim, pois Vera era semi-analfabeta. O resto da família, porém, principalmente a filha do meio, resolveu fazer da nossa vida um inferno, com muita pressão psicológica sobre Vera, que me deixou várias vezes falando que ia arrumar um homem, embora sempre voltasse falando que sem mim não podia viver. Eu também tentava convencê-la a não me abandonar, corria riscos, pulando o muro de sua casa e fazendo vigília, durante a madrugada, para poder falar com ela. Assim passamos anos nos encontrando às escondidas, como adolescentes, sendo às vezes deduradas, pelos vizinhos, para a família dela. Num desses encontros, inclusive, sofri a primeira agressão física. A filha de Vera me deu uma garrafada na cabeça e uma mordida no dedo mínimo que me obrigou a fazer diversas cirurgias na mão tal a violência do ataque. Fui a delegacia dar parte, mas de nada adiantou. Quando contei toda a história, não deram a mínima e ainda deixaram claro que a filha de Vera estava certa.

Minha princesa, a esta altura dos acontecimentos, já havia sido duas vezes internada, num hospital psiquiátrico, com depressão aguda. Saiu do hospital mas começou a fazer uso de antidepressivos fortíssimos. Os escândalos e as confusões se seguiam uns após os outros, bastando que nos vissem juntas ou

⁹⁵ Revista Um Outro Olhar nº 24, página 4.

me encontrassem sozinha na rua. Sofri a segunda agressão física: arranjaram uns caras que me deram uma surra tão violenta que pensei que não levantaria mais do chão. Em outras ocasiões, jogaram pedras em minha casa e me ameaçaram de morte, dizendo que uma mulher como Vera, casada há tantos anos, não podia estar “naquela sem-vergonhice”.

Para piorar, a filha mais nova de Vera, nossa cúmplice, então com 16 anos, foi assassinada num baile funk. Vera pirou. Sua depressão voltou com força total. Tentou suicídio 3 vezes, estando 2 vezes desenganada pelos médicos. Ficou no CTI mais de 2 meses entubada, e eu só consegui vê-la, em horas diferentes das da família dela, graças ao apoio da equipe médica e paramédica. Não a deixei um só instante. Dormi muitas vezes pelos bancos do hospital. Vera conseguiu sair viva todas as 3 vezes, mas sua filha mais velha não a visitava mais, não trazia seus netos para que ela os visse. O ex-marido não permitia que ela entrasse no apartamento deles. A outra filha sempre fazia alguma coisa para nos aborrecer, e eram sempre escândalos, sempre chantagens emocionais, ameaças. Vera não conseguia escolher: havia o nosso amor, o mais puro, profundo, quente, terno... amor e a ligação à família. Vera não conseguia ser feliz. Devido às várias entubações, meu amor teve estenose (estreitamento) de traquéia e teve que sofrer uma cirurgia para colocar um tubo endotraqueal. Correu tudo bem, ela saiu do hospital, queria que vivêssemos juntas, porém, mais uma vez, as chantagens surgiram. Vera não podia fumar, mas os aborrecimentos eram tantos que a levavam a fumar de 2 a 3 maços por dia. Teve outra estenose, em menos de 1 ano, e desta vez não resistiu. Meu anjo bom foi embora, mas não para sempre, pois sei que um dia iremos nos encontrar outra vez e aí então seremos felizes. Enquanto isso, vou vivendo tendo como companheira minha tristeza, como afeto e consolo a saudade e as batidas do meu próprio coração.⁹⁶

A história narrada por Solange Dias começa, segundo a autora, 10 anos antes, quando as duas se reencontraram e iniciaram o relacionamento. Os fatos se desenrolaram, portanto, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, mesmo período dos relatos da seção “Vivências” citados nas páginas anteriores. A narrativa demonstra como gradualmente a vida de Vera Lúcia vai se tornando psicologicamente insustentável pela pressão sofrida para que encerrasse o relacionamento com Solange. A necessidade de se encontrarem “às escondidas, como adolescentes” aponta para a retirada da sua autonomia. Além disso, Solange passa a ser agredida fisicamente ao tentar manter o relacionamento.

As duas passam anos entre separações e recomeços tentando vivenciar o relacionamento, mas são atravessadas pelas agressões familiares e pela morte da filha mais nova de Vera Lúcia. A partir da sequência de acontecimentos que levaram ao falecimento de Vera, é possível perceber de que forma o preconceito constroi um

⁹⁶ *Ibid.*

caminho de sofrimento e morte pelo impedimento de uma vivência saudável da afetividade/sexualidade. A família, nesse sentido, se mostra como espaço de violências e não de acolhimento.

Ao trazermos relatos de diferentes cidades do Brasil, buscamos apresentar um contexto de discriminação amplo. Tamara Carvalho (1995), com a pesquisa sobre mulheres homossexuais em Belo Horizonte no início dos anos 1990, também tratou de temores similares aos que foram citados nas páginas das publicações do GALF e da Rede de Informações Um Outro Olhar:

Na esfera social, [as mulheres entrevistadas] temiam a marginalização na escola ou redes de sociabilidade em que estavam inseridas. Algumas moravam em cidades do interior de Minas Gerais, fato exacerbador desses temores. O medo, a vergonha, a culpa, a perda da naturalidade, enfim, o sentimento de estar convivendo com um objeto sexual socialmente errado permeavam a subjetividade dessas mulheres. Na dúvida, namoravam os amigos, no sentido de legitimar um lugar social ameaçado (Carvalho, 1995, p. 77).

Nos capítulos anteriores, tratamos sobre a relevância do tema da visibilidade para os movimentos de lésbicas. A invisibilidade das violências também operou como forma de diminuição da importância de construção de debates públicos sobre lesbianidades. Os relatos trazidos neste capítulo circularam em periódicos de movimentos sociais e em pesquisa acadêmica no campo da Antropologia, espaços pouco difundidos para o grande público, mas que ajudaram a apontar a existência dessas sujeitas sociais e os aspectos que atravessavam suas vivências. Acabaram compondo documentos históricos relevantes e nos ajudam a entender parte do cenário social e das auto reflexões que permeavam a vida das lésbicas nos anos 1980 e 1990.

5.2 O lesbocídio no Brasil: reflexões sobre escassez de dados e invisibilidades

Pensando um pouco além do recorte temporal desta tese, trataremos das permanências que envolvem as violências contra lésbicas nos dias atuais. Em 2018, conforme citamos em capítulo anterior, foi publicado o *Dossiê sobre lesbocídio no*

Brasil (2014-2017). Resultado da atuação do Grupo de Pesquisa “Lesbocídio - As histórias que ninguém conta”, a publicação levantou, por meio das informações veiculadas nas mídias, os assassinatos e suicídios ocorridos, entre 2014 e 2017, contra lésbicas em que a motivação foi o preconceito. Sobre o significado do termo “lesbocídio”, o dossiê explica:

O termo lesbocídio, dentre outras motivações, é proposto por este Dossiê como forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia. Assim, definimos lesbocídio como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica.⁹⁷

Ao descrever os tipos de lesbocídios que acontecem, as autoras explicam que os suicídios motivados pela lesbofobia existente na sociedade também compõem as estatísticas presentes no dossiê. Tal qual observamos nos relatos trazidos pela publicação *Um Outro Olhar*, a pressão social sofrida pelas pessoas que não se enquadram nos padrões de gênero e de sexualidade é determinante na - ausência de - qualidade de vida. Foram diversos os relatos que trouxeram palavras ligadas à culpa, à infelicidade e à sensação de anormalidade vinculadas às vivências lésbicas. Nesse sentido, as pessoas que foram “suicidadas” pela sociedade por não se sentirem parte dela também foram contabilizadas nas estatísticas de lesbocídio.

Como a expressão do preconceito atua em duas vias, uma social e outra pessoal, há também a experiência do preconceito nas relações interpessoais no trabalho, na família, da escola etc. O que significa dizer que sentir-se isolada e experimentar altos graus de preconceito nas ruas e dentro da cultura, da religião e das estruturas estatais não é algo que ocorre de forma isolada, mas é reforçado pelo entorno, em nível micro, que desampara as lésbicas e as isola em todos os espaços da comunidade.

Diante deste processo de longa duração no qual as lésbicas são inseridas desde que começam a construção de sua identidade pessoal, há uma ausência de referenciais positivos sobre si mesmas e uma ausência de significado para o que é ser uma lésbica, em cada uma das realidades em que a criança cresce e se forma, enquanto pessoa, cidadã e membra da comunidade e da família. Tal situação de isolamento, desamparo, desinformação e sistemáticas reprovações e retaliações, movidas por consecutivas tentativas de heterossexualização da lésbica, podem levar a uma condição de incapacidade de construção de uma

⁹⁷ Peres, Milena et al. (2018). Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017, p. 19.

autoestima positiva e estável. Nestes casos é comum a desistência da busca por enquadramento que culmina no suicídio.⁹⁸

O trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa e que culminou com a publicação do primeiro dossiê aponta estatísticas relevantes que demonstram a continuidade das violências sofridas por lésbicas desde os anos 1980 até os dias atuais. Apesar do foco da publicação ser o período de 2014 a 2017, o dossiê utiliza dados coletados desde 1983 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) para traçar um comparativo entre os números do passado e os mais recentes. Segundo as autoras, houve um crescimento exponencial no número de registros. Entretanto, fazem a ressalva sobre a diferença entre a repercussão dos crimes atualmente e de como se dava no passado: a invisibilidade das lésbicas enquanto sujeitas sociais sempre acarretou no apagamento das notícias de crimes que as envolviam e, ainda que este tipo de apagamento se mantenha em partes, as mídias atuais repercutem mais o tema do que no passado.

Desde o início dos registros de mortes de lésbicas no Brasil realizados pelo GGB em 1983, os números por ano aumentaram consideravelmente (...). Do ano 2000 até 2017, o aumento foi de 2700%, considerando que no ano 2000 foram registrados 2 casos de lésbicas assassinadas e no ano de 2017, 54 casos. Desde 2013, o número dos registros se mantém em constante aumento, sendo o maior já registrado do ano de 2016 para o ano de 2017, quando o número de casos registrados teve crescimento de 80%, saltando de 30 casos em 2016 para 54 em 2017.

O aumento dos registros e notificações via mídias digitais não necessariamente é resultado direto do aumento de casos de lesboicídio no Brasil, ele pode significar, sim, o aumento dos casos reais, como também pode significar apenas o aumento do número de notificações, que pode se dar por inúmeros fatores como a maior cobertura midiática de casos de violência contra LGBT+s no Brasil e no mundo, ou pelo caráter polêmico que esses casos adquirem na mídia sensacionalista. A questão é que, enquanto não houver a institucionalização do sistema de registros e notificações de mortes e das modalidades de violências de forma pública pelo Estado e a capacitação e o preparo dos agentes públicos para o trabalho dos casos de lesboicídios, dificilmente qualquer organização ou grupo terá capacidade de chegar próximo aos números reais dos casos no Brasil.⁹⁹

Ao analisar a ausência de registros oficiais e institucionalizados sobre lesboicídios, as autoras do dossiê refletem sobre o direito à memória das lésbicas também em situações que culminaram em mortes. Publicizar as motivações que levaram às

⁹⁸ *Ibid*, p. 31.

⁹⁹ *Ibid*, p. 69.

violências cometidas contra essa população auxilia no processo de reivindicar mudanças e construção de políticas públicas que combatam a discriminação. Durante o VII Seminário LGBT ocorrido na Câmara dos Deputados em 18 de maio de 2010, foi realizada a mesa de debates intitulada: “Direitos Humanos: Desafios e perspectivas”. Irina Bacci (Secretária-geral da ABGLT), ao longo da sua fala, fez uma reflexão sobre a invisibilidade de lésbicas:

Eu não poderia deixar de fazer uma saudação às mulheres, especialmente às lésbicas e bissexuais, e dizer que apesar de estarmos à frente dessa sopa de letrinhas, LGBT, ainda somos extremamente invisíveis, tanto nas políticas públicas quanto nos movimentos sociais. [Aplausos] Como citado hoje cedo pela Tatiane Araújo, nossa Secretária de Direitos Humanos da ABGLT, dos 79 assassinatos que aconteceram este ano, contabilizados até o dia 5 de maio - soubemos que na semana passada e hoje aconteceram mais 2 assassinatos, então, já subiu para 74 -, 6 são lésbicas. Não é que não somos assassinadas porque somos mais aceitas, mas porque até para morte somos invisíveis, até para os dados não aparecemos. Isso é muito importante e muito difícil de dizer, porque até quando morremos não somos lembradas. Esses fatos, essa raiz da invisibilidade das mulheres, especialmente de nós lésbicas e mulheres bissexuais, vem do sexismo, do machismo.¹⁰⁰

Irina Bacci, ao levantar questões sobre a invisibilidade dos assassinatos realizados por lesbofobia, reitera as perspectivas trazidas pelo Dossiê. Nesse sentido, demonstra como abordar aspectos das violências invisíveis também era questão fundamental dos movimentos de lésbicas. Tratando sobre o mesmo assunto, Soraya Menezes - durante entrevista de história oral em 2019 -, refletiu sobre a temática e argumentou como, ainda naquele período, a demanda por visibilidade das violências era tema atual:

Ainda existe muita violência em relação às mulheres lésbicas. Uma das piores violências é a invisibilidade das nossas violências. Por exemplo, se uma mulher lésbica ela apanha dentro de casa, apanha do marido porque descobriu que é lésbica, ela é assassinada, e no boletim de ocorrência não veio: “apanhou porque é lésbica”. Há uma resistência muito grande de se colocar isto, sabe? E, quando se coloca, a gente tem que brigar muito. “Ah não, foi briga entre irmãos”. Muitas vezes não é briga entre irmãos, ele bateu na mulher porque ela é lésbica, bateu na irmã, matou a namorada da irmã pelo fato de ser lésbica. Então, esse silêncio, que até mesmo diante da violência, é um complicador. Porque, se a violência não existe, como é que

¹⁰⁰ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Irina Bacci durante o VII Seminário LGBT ocorrido na Câmara dos Deputados em 18 de maio de 2010.

nós vamos reivindicar políticas públicas por uma coisa que não existe? Então esse é um dos tipos de violência que, infelizmente, nós ainda sofremos.¹⁰¹

A perspectiva defendida por Soraya Menezes reforça a conexão entre: visibilidade das violências e construção de políticas públicas de proteção às lésbicas. Por isso, ela questiona: “se a violência não existe, como é que nós vamos reivindicar políticas públicas?”. Nesse sentido, longe de ser uma vitimização dessas sujeitas sociais, tratar sobre as agressões e assassinatos sofridos, reflete a necessidade de apontar os problemas e propor soluções para eles. A partir do levantamento de dados sobre lesbocídios, por exemplo, é possível pensar nas melhores formas de construir mecanismos de combate à violência lesbofóbica.

Ao longo de décadas, os dados sobre homofobia no Brasil foram coletados e divulgados apenas pelo GGB. Nesse sentido, as publicações que, entre os anos 1980 e 2010, trataram sobre o tema, geralmente, tinham como referência as informações compiladas pelo movimento social baiano. Parte importante das informações veiculadas sobre o Brasil no noticiário da Revista Lilás, por exemplo, aparecia em formato de notas sobre o grau de violência homofóbica no país. Este aspecto aponta a projeção que os números divulgados pelo GGB tinham para os movimentos de lésbicas, travestis, transgêneras(os), bissexuais e gays dentro do território nacional e nos países interessados pela cultura brasileira. No caso da Revista Lilás, que circulou entre 1993 e 2002, e que era editada por um grupo de lésbicas portuguesas, é relevante que apareceram mais informações sobre o GGB e as estatísticas da homofobia, do que sobre a Rede de Informações Um Outro Olhar, por exemplo, que também editava publicação sobre lesbianidades no mesmo período.

Com foco em notícias veiculadas pelo movimento baiano, a Revista repercutiu com maior ênfase casos de violências que aconteceram no Brasil. Em diferentes edições

¹⁰¹ Trecho da transcrição da entrevista pública de história oral realizada com Soraya Menezes em 24 de setembro de 2019, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

apareceram notas como: “De três em três dias, em média, é assassinada uma pessoa lésbica, gay ou travesti, segundo estatísticas do Grupo Gay da Baía. A média de idades das pessoas assassinadas ia dos 18 aos 29. Desde 1980 tem havido 1600 assassinatos deste gênero (...)”. Este texto, que saiu na edição de nº 24 de abril de 1999, é representativo de vários outros que foram veiculados pela Revista durante a sua existência e que corroboram para a imagem do Brasil como um lugar perigoso para dissidentes sexuais e de gênero.

A análise do histórico de violência no país aponta que, para alguns corpos, o índice é ainda maior. Além disso, a depender de aspectos como raça, classe e performance de gênero, a chance de ser vítima de uma violência promovida pelo Estado também aumenta. Um dos casos citados no Dossiê do Lesbocídio e que foi emblemático pelo grau de violência, ocorreu em abril de 2016 na cidade de Ribeirão Preto (SP). Luana Barbosa foi abordada por policiais quando estacionou sua moto para deixar o filho de 14 anos em um curso de Informática. Ao reivindicar o direito de ser revistada por uma policial mulher e não pelos homens que a abordaram, ela foi despida e agredida por três policiais, a família não pôde prestar socorro até que ela fosse levada para a Delegacia para assinar um Termo Circunstanciado.¹⁰² Após 5 dias, Luana Barbosa faleceu no Hospital das Clínicas por causa de lesões cerebrais.

Enquanto lésbica negra que não performava feminilidade, “Luana não carregava nem portava nada, ela era o próprio corpo de delito (Dias & Freire, 2020, p. 228)”. Ao longo do **capítulo 4**, tratamos sobre como a violência policial no Brasil recai especialmente sobre corpos não-hegemônicos, “(...) corpos que, marginalizados historicamente, lutam cotidianamente para ocuparem seu território na cidade, na sociedade enquanto sujeitos de direitos (Dias & Freire, 2020, p. 224)”. Ao exigir o

¹⁰² Informações retiradas da matéria da *Le Monde diplomatique Brasil*: “O que faz o caso Luana Barbosa tão assustador?”, acessado pela última vez em 25/05/2025 e disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-que-faz-o-caso-luana-barbosa-tao-assustador/>.

cumprimento de um direito básico - ser revistada por uma policial feminina -, Luana Barbosa foi agredida de forma tão violenta que acabou falecendo dias depois. Mais uma vez, é possível identificar a perspectiva desumanizante sob a qual o Estado olha e age em relação a algumas pessoas.

Tanya L. Saunders, socióloga brasilianista, tem se dedicado nos últimos anos a pensar uma “epistemologia negra sapatão” a partir de movimentos sociais brasileiros (Saunders, 2017). Em 2016, durante período como professora visitante na Universidade Federal da Bahia (UFBA), acompanhou os debates ocorridos a partir do assassinato de Luana Barbosa e levantou reflexões importantes sobre como as subjetividades e os corpos não hegemônicos são historicamente tratados pela polícia:

Eu estive no Brasil quando Luana Barbosa foi assassinada. Foi horrível. Após sua morte, os debates começaram a emergir *online*. As pessoas discutiam sobre ela ser trans ou lésbica, surgiram debates que destacavam as dificuldades que as mães lésbicas negras sofrem e ser uma mãe lésbica negra foi algo questionado. (...) A polícia não parou e perguntou como ela se identificava antes de decidirem assassiná-la. Essa política de poder ser tratada como um sujeito que tem alguma influência na sua autodefinição e no seu destino requer a capacidade de ser reconhecida como tendo uma subjetividade, de ser primeiro reconhecida como estando dentro do reino do humano. (...) eu imaginava como a fixação na diferença, e o vício de policiar essas diferenças, afetou as oportunidades de realmente pensar sobre os sistemas maiores de poder centrados em eliminar qualquer um que está fora do reino do Homem – em que pessoas podem falar sobre suas experiências de opressão e as terem reconhecidas sem isso ser uma justificativa para lutar entre grupos/subjetividades oprimidas (Saunders, 2017, p.115).

Tanya Saunders aponta como alguns dos debates entre movimentos sociais mascararam uma questão fundamental no caso Luana Barbosa: a falta de reconhecimento da sua subjetividade enquanto pessoa capaz de afirmar sua identidade e requerer direitos. A polícia, enquanto um dos sistemas de poder centrado em “eliminar qualquer um que está fora do reino do Homem”, não considerou Luana Barbosa como pertencente à categoria humana. Ao contrário, a perspectiva desumanizante sobre o seu corpo foi o que avalizou as humilhações e agressões perpetradas contra ela.

Ao refletir sobre quem pertence, ou não, ao “reino do Homem”, Tanya Saunders dialoga com as perspectivas construídas por outras pensadoras como, por exemplo,

Sueli Carneiro. A filósofa brasileira em seu texto *Gênero, raça e ascensão social* - publicado originalmente em 1995 e republicado em 2020 no livro *Escritos de uma vida* - reflete sobre como “diante do poder hegemônico do homem branco em nossa sociedade, todos os demais somos fêmeas”, inclusive os homens negros (Carneiro, 2020, p. 97). E, na perspectiva da autora, ser “fêmea” significa ser objetificado.

Nesse sentido, pouco interessou aos policiais investidos na morte de Luana Barbosa a sua identidade de gênero. Em uma sociedade focada em padrões normativos que identificam a imagem do homem branco rico heterossexual como a figura detentora de poder e os(as) demais como objetos - em maior ou em menor grau - um corpo marcado pela negritude e pela performance masculina não foi suficientemente humanizado para que a sua voz fosse ouvida. Por isso, como ressaltou Tanya Saunders, é fundamental pensar nos casos de violência contra pessoas não hegemônicas - como Luana Barbosa - para refletir sobre o lugar social de cada um(a). Janaína Dutra, liderança da Associação de Travestis do Ceará e da Articulação Nacional de Transgêneros, durante Seminário ocorrido na Câmara dos Deputados em 26 de junho de 2003, tratou desse mesmo assunto:

(...) nós, homossexuais, junto com os negros, os portadores de deficiência física e tantas outras ditas minorias que fogem do padrão heterossexual da sociedade, somos tidos como cidadãos de segunda categoria. De primeira categoria é o elemento homem, de preferência de pele branca, olho azul e dono de carro importado e grande conta bancária. O que foge a isso é a escória social.¹⁰³

Ao trazer o dossiê e, especialmente, o caso Luana Barbosa, buscamos apontar como as questões narradas nas páginas da publicação *Um Outro Olhar* apontam continuidades das violências sofridas por lésbicas ao longo dos anos. Longe de ser uma questão trivial nos dias de hoje, debates sobre como combater a discriminação deste grupo social atravessaram décadas de existência nos movimentos de lésbicas e ainda

¹⁰³ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Janaína Dutra no Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade, ocorrido na Câmara dos Deputados em 26/06/2003.

permanece como uma das questões fundamentais. No **capítulo 6**, portanto, discutiremos uma das propostas principais de solução para o problema que foi levantada pelos movimentos de lésbicas, travestis, transgêneras(os), bissexuais e gays: a criminalização da LGBTfobia. A partir de como se deu o debate no legislativo federal brasileiro, trataremos sobre os sentidos que envolvem a priorização dessa pauta para a história recente do país.

Capítulo 6

Os debates sobre a criminalização da LGBTfobia na Câmara dos Deputados

No **capítulo 4**, analisamos a primeira reunião ocorrida na Câmara dos Deputados que contou com a participação de movimentos de lésbicas e discutiu a especificidade da violência contra esse grupo social. A partir do relato das torturas vivenciadas por Rosana Ligerio e Marli Barbosa, discutiu-se longamente sobre direitos humanos e homofobia. Além disso, algumas falas foram feitas no sentido de defender uma legislação específica que criminalizasse o preconceito contra lésbicas, travestis, transgêneras(os) e gays. Desde os anos 1980, movimentos homossexuais - como o Triângulo Rosa e o Grupo Gay da Bahia (GGB) - apoiaram iniciativas legais de combate à discriminação homofóbica pelas vias penais (Martins, 2020). Por outro lado, a pauta só se tornou efetivamente prioritária em meados de 2004, quando o ativismo legislativo focou em iniciativas legais que buscavam equiparar a homofobia ao crime de racismo (Martins, 2020, p. 180).

6.1 A criminalização da LGBTfobia como pauta: a construção do discurso

O combate ao preconceito foi tema relevante para os movimentos homossexuais desde a sua origem no Brasil nos anos 1970. O que se transformou, ao longo do tempo, foi a estratégia defendida para lidar com o problema. No processo constituinte do final dos anos 1980, grupos homossexuais defenderam a inclusão do termo “orientação sexual” entre as discriminações que deveriam ser vedadas (Martins, 2020). Com a derrota do projeto, propostas de emendas constitucionais (PEC) foram feitas com intenção aproximada. Ao longo de décadas da existência dos movimentos de lésbicas, gays e travestis, uma série de ações de visibilidade e de propostas de educação foram realizadas com o objetivo de combater o preconceito nas mais diferentes instâncias. A

própria produção de publicações - jornais, boletins e revistas - se insere no contexto de difusão de perspectivas sobre as sexualidades/afetividades e gênero dissidentes.

Nos âmbitos legislativos municipais e estaduais, normas legais voltadas para sanções administrativas foram aprovadas com a finalidade de coibir discriminações por orientação sexual entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (Martins, 2020, p. 180). Os debates na Câmara dos Deputados, entretanto, buscavam a aprovação de medidas a nível federal e que reconhecessem que a homofobia era um problema latente na sociedade brasileira. Como citado na abertura do capítulo, a reunião da CDH, ocorrida em agosto de 1999, abordou a necessidade de aprovação de uma lei que criminalizasse a homofobia, entretanto, foi a partir do “Seminário Direitos Humanos e Cidadania Homossexual” que aconteceu no dia 21 de setembro do mesmo ano que o tema foi mais amplamente debatido. Alexandre Martins (2020) apresenta o contexto que envolveu o seminário:

(...) apresentou-se o PL 1904/1999 pelas mãos do Deputado Nilmário Miranda (PT) visando acrescentar “orientação sexual” ao artigo 1º da Lei Caó (Lei 7716/1989), a qual prevê penas privativas de liberdade que podem variar de um a cinco anos. Esse projeto resultou do Seminário “Direitos Humanos e Cidadania Homossexual” organizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados em 21 de setembro de 1999, cujos debates entre ativistas LGBTs, deputados e juristas produziram uma Carta de Brasília com propostas de ações nos três poderes. Ao discutir o combate à discriminação, prevalecia naquele Seminário tanto a estratégia de uma educação sem preconceitos e de promoção de políticas públicas quanto a “tipificação do crime de ódio”, a qual seria a “grande bandeira” no combate à “violência social [...] mais geral, à violência policial e à violência judiciária” (Martins, 2020, p.122).

A partir da realização do seminário, o deputado Nilmário Miranda apresentou a proposta de alteração da lei nº 7.716/89 - conhecida como Lei Caó em homenagem ao autor da norma - que visava a inclusão da discriminação por orientação sexual entre os crimes previstos e que, até aquele momento, era a legislação que estabelecia as penalidades ao crime de racismo. O desejo de equiparação penal entre o racismo e a homofobia vinha desde o final dos anos 1980 e se estabeleceu a partir do argumento de

que “não se deveria hierarquizar opressões”, portanto, se o racismo era punido criminalmente, a homofobia também deveria ser (Martins, 2020, p. 206 e 207).

Sueli Carneiro em seu texto intitulado *Viva a constituição cidadã* (2020[2008]) - e apresentado durante um seminário comemorativo dos 20 anos da Constituição Federal (CF) - refletiu sobre os caminhos da criminalização do racismo até então e fez um balanço da ineficácia dos mecanismos legais construídos ao longo dos anos após a promulgação da CF:

O inciso 42 do artigo 5º da Constituição promulgada, que tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível, foi uma das conquistas alcançadas no texto Constitucional que parecia indicar que estávamos adentrando ao limiar de um novo tempo, de reconciliação da nação brasileira consigo mesma, com sua história e a superação efetiva das fábulas de cordialidade raciais, que mascararam por tempo demais as sequelas de um passado escravista e de um presente de exclusão de base racial em todas as dimensões da vida, que os números das desigualdades raciais sistematicamente divulgados pelos institutos de pesquisa teimam em demonstrar. O inciso constitucional que tornou o racismo crime teve a sua tipificação na lei complementar nº 7.716/89 de autoria do ex-deputado federal Carlos Alberto Caó (PDT-RJ). Essa lei define a punição aos crimes resultantes da prática, indução ou incitamento à discriminação ou ao preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Tais dispositivos constitucionais e infraconstitucionais alavancaram as primeiras iniciativas de tratamento da questão racial do ponto de vista jurídico. (...) A volumosa demanda revelada pela procura extraordinária desse serviço não foi acompanhada da sensibilidade da Justiça em fazer valer as prescrições legais conquistadas para esse fim. Por vários anos, os resultados aparentemente desoladores de arquivamento sistemático das queixas de racismo e discriminação pareciam conduzir essa experiência para o fracasso. No entanto, foi essa mesma dinâmica que mantinha impune o crime de racismo que permitiu que as formas de descaracterização do crime de racismo inspirasse iniciativas parlamentares como a do então deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul, Paulo Paim, a propor a emenda que “modificou o artigo 140 do Código Penal para incluir a figura penal de injúria racista que sancionava a injúria consistente na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem”. Porém, mesmo essa iniciativa não tem sido capaz de conter, com eficácia, a prática da discriminação racial. Essa impunidade vem conduzindo as organizações de combate ao racismo e à discriminação racial a buscarem em instâncias internacionais após esgotadas as possibilidades de punição e reparação desses crimes nas esferas jurídicas nacionais (Carneiro, 2020, p. 225 e 226).

A análise feita por Carneiro em 2008 apontou a manutenção da impunidade e das práticas de racismo mesmo com a existência de normas legais com o objetivo de coibir e regulamentar as penas ao crime. Ainda assim, nas primeiras décadas dos anos 2000, os argumentos em favor da equiparação penal da homofobia ao racismo se centravam no poder de transformação da realidade social - pela coerção - que a

criminalização da LGBTfobia poderia ter. Ao longo da análise das diferentes reuniões e dos discursos proferidos sobre a temática, observaremos como reiteradamente esse desejo foi manifestado.

Retomando o “Seminário direitos humanos e cidadania homossexual” de setembro de 1999, o debate central esteve focado na inclusão da vedação à discriminação por orientação sexual no texto constitucional. Zora Yonara Costa, diretora do Grupo Lésbicas da Bahia e secretária adjunta de Direitos Humanos da ABGLT, iniciou o seu discurso no seminário apontando a necessidade de construção de políticas públicas para a população homossexual a nível nacional:

Atualmente, no Brasil, temos 73 leis orgânicas municipais que, em sua constituição, rezam sobre a não-discriminação por orientação sexual. Aqui está um exemplo vivo de ação concreta e política pública. Mas queremos mais, senhoras e senhores, queremos que a nossa Carta Magna, a Constituição Federal, tenha escrito que é proibido discriminar por orientação sexual em âmbito nacional (...) Por isso, reforço meu pedido e digo que nós dependemos do apoio de toda a sociedade para que leis sejam concretizadas. Todos temos responsabilidade, nesse instante, e essa população, que é constituída de 10% do total, aproximadamente, necessita dessas leis que nos protejam contra tamanha violência.¹⁰⁴

A inserção do termo “orientação sexual” no artigo 5º da CF solicitada desde o final dos anos 1980 permanecia, portanto, como demanda relevante para alcançar, em âmbito nacional, a existência de norma que coibisse a discriminação a homossexuais. A percepção transmitida por Zora Costa é que o atendimento à proposta funcionaria como impulsionador de políticas públicas e como proteção contra a violência sofrida por esta população. Outras lideranças presentes no encontro - como Rosângela Castro e Midori Amorim - também reforçaram o posicionamento em favor de legislações que protegessem contra a homofobia.

O evento contou com, além das falas de participantes de organizações homossexuais, dois momentos voltados para palestras nos seguintes temas: “Aspectos

¹⁰⁴ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Zora Yonara Costa, no “Seminário direitos humanos e Cidadania Homossexual” ocorrido em 21 de setembro de 1999 na Câmara dos Deputados.

jurídicos e legais da orientação homossexual”; e “Políticas públicas e ações governamentais”. Durante esses momentos, foram realizadas quatro palestras, das quais se destacou o debate gerado pela fala de Aurélio Virgílio Rios - Procurador da República do Distrito Federal - que defendeu que não seria necessário tipificações penais específicas para quem age contra homossexuais. Defendeu que, se o que já está posto na CF e nas leis contra discriminação e violência fosse cumprido, o problema dos crimes cometidos contra esse grupo social seria resolvido. O procurador defendeu também leis de discriminação positiva e políticas públicas em defesa desta população. No trechos a seguir é possível entender parte dos argumentos apresentados por ele:

(...) se o preconceito foi socialmente construído e é de base cultural, não será criando novos tipos penais que resolveremos isso. Por exemplo, a tortura é crime no País, não importa se contra negro, trabalhador, pobre ou homossexual. Não vejo como a criação de novo tipo penal estabelecendo penas diferentes para assassinatos de homossexuais pode resolver o problema. Não resolverá a impunidade, nem conseguiremos dar um passo adiante no sentido de tentar implementar minimamente uma política penal de prevenção a esses crimes e, depois, de repressão quando de fato ocorrerem. Não é possível resolver a questão da discriminação só por meio do direito penal. Com o que já temos, não há juiz ou delegado de polícia que esteja autorizado a arquivar um inquérito pelo fato de a vítima ter essa ou aquela orientação sexual. (...)

Não vai ser pelo fato de se inserir na Constituição que as pessoas não devem discriminar por orientação sexual que os policiais que hoje torturam e continuam praticando as maiores violências vão deixar de fazer isso.¹⁰⁵

A divergência gerada pelo posicionamento de Aurélio Rios fomentou um debate durante o seminário sobre a eficácia - ou não - dos mecanismos legais que estavam sendo propostos. O membro do Ministério Público manifestou sua descrença de que a criação de novos tipos penais resolveria o problema da discriminação e, por outro lado, os(as) ativistas dos movimentos sociais defenderam que somente a partir da criminalização da homofobia seria possível superar a violência contra essa população. Midori Amorim, do Grupo CORSA e da Rede Nacional de Travestis (RENATA), se manifestou: “Queremos que a discriminação aos homossexuais seja uma conduta

¹⁰⁵ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Aurélio Virgílio Rios no “Seminário direitos humanos e Cidadania Homossexual” ocorrido em 21 de setembro de 1999 na Câmara dos Deputados.

tipificada como crime. Também acho horroroso ouvir o senhor dizer que isso não é necessário. É necessário, sim”.

O posicionamento de Midori Amorim refletiu a percepção da maioria dos(as) presentes e foi ainda mais relevante porque, no início do seminário, ela havia relatado uma série de violências sofridas por ela no final de 1998 e cometidas por policiais do estado de São Paulo. Nesse sentido, a indignação com a defesa do argumento feita pelo procurador se tornou ainda mais latente. Danne Roos, do Grupo Dignidade do Rio Grande do Sul (RS), também se dirigiu diretamente ao membro do Ministério Público: “Só quem sofre na pele a discriminação, Dr. Aurélio, pode realmente avaliar o grau e a circunstância de risco que ela enfatizou em relação aos gays. O dia-a-dia de um cidadão não perseguido é diferente do cotidiano de quem é perseguido”.

A análise desse seminário aponta como Aurélio Rios apareceu como voz dissonante entre os discursos construídos sobre a criminalização da homofobia. Em todas as reuniões identificadas que aconteceram na Câmara dos Deputados (entre 1999 e 2011) e contaram com a participação de militâncias LGBTs, a maioria das(os) presentes manifestaram opinião favorável a medidas que garantissem a punição penal à discriminação de lésbicas, travestis, transgêneros, gays e bissexuais. Em alguns poucos casos, foi possível identificar posições explicitadas que propunham formas alternativas de lidar com o preconceito e rechaçavam a criminalização. No “Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT)” ocorrido em 26 de junho de 2003, houve uma das poucas manifestações claras de oposição a este projeto.

Célio Golin, do Grupo Nuances (RS), fez uma fala crítica a projetos e políticas públicas, em geral, que tratavam GLBTs como categorias específicas. Na sua perspectiva, não deveria haver legislações que ressaltassem as diferenças entre

homossexuais e heterossexuais, ao contrário, as legislações deveriam abranger a todos(as) na busca pela igualdade de direitos. Célio Golin demonstrava, portanto, não perceber as potencialidades da garantia da diferença e, sim, o desejo de um aprofundamento da igualdade. Por isso, enfatizou o seu posicionamento e o do Grupo Nuances como contrário a legislação que criminalizasse a homofobia:

Nós, do Nuances, ficamos muito temerosos com a existência de projetos de lei que entendam que, se alguém chamar outra pessoa de “bicha”, deve ficar na cadeia por dois ou três meses. Não concordamos com isso. Trata-se de um equívoco muito grande. Essas questões não vão se resolver assim. É uma forma de jogarmos a responsabilidade da punição para o Estado. Não vamos resolver o preconceito com a punição. Esse tipo de iniciativa já existe em outras categorias da sociedade e não foi eficiente. Temos de trabalhar pelo direito da igualdade e dignidade humanas.¹⁰⁶

A perspectiva defendida por Célio Golin nesse seminário, e que se aproximava em partes do posicionamento de Aurélio Rios, foi uma das poucas identificadas, entre integrantes de movimentos sociais, que se colocou frontalmente contra a criminalização da LGBTfobia em reuniões do legislativo federal. Na maioria dos casos, nos discursos realizados na Câmara dos Deputados, representantes dos movimentos de lésbicas, travestis, transgêneras(os), bissexuais e gays fizeram defesas enfáticas da necessidade de punir criminalmente quem cometesse discriminação contra LGBTs.

O seminário ocorrido em 2003 foi realizado em um momento de transição das prioridades da pauta de direitos LGBTs. Até então, o direito ao casamento - ou parceria civil registrada - era a demanda central dos eventos ocorridos na Câmara dos Deputados, principalmente, com debates em torno do PL nº 1.151/95 apresentado por Marta Suplicy. Em meados de 2004, a percepção de que uma lei que criminalizasse a homofobia teria mais chance de ser aprovada fez com que o *advocacy*¹⁰⁷ GLBT no

¹⁰⁶ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Célio Golin no Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade, ocorrido na Câmara dos Deputados em 26/06/2003.

¹⁰⁷ Sobre o *advocacy* GLBT no Congresso Nacional, Martins (2020, p.128) explica: “Para que este projeto [de criminalização da homofobia] se tornasse central na agenda do ativismo por direitos, teve papel fundamental a reunião da ABGLT em 2004 que criou o **Aliadas** – projeto de *advocacy* para aprovação de leis e para obtenção de recursos de implementação do Brasil Sem Homofobia. Optou-se, então, por priorizar o PL 5003/01 como carro-chefe do ativismo legislativo LGBT em detrimento tanto do

Congresso Nacional se voltasse para essa pauta (Martins, 2020, p.180). Em 22 de maio de 2007, ocorreu o “IV Seminário Nacional GLBT” na Câmara dos Deputados e a criminalização da homofobia foi tratada como pauta central, especialmente a partir da pressão para que o Senado aprovasse o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 122/2006. O discurso realizado por Cris Simões, da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), durante a mesa intitulada “Compromisso com o respeito e a igualdade”, tratou dos principais pontos que envolviam o debate e é fundamental para analisarmos os argumentos utilizados a favor da criminalização. Nesse sentido, optamos por transcrevê-lo quase integralmente para que possamos analisar as nuances da discussão:

Já estamos construindo uma história aqui dentro dessa casa com esse seminário, 4 anos realizando, pretendemos manter essa tradição por muitos e muitos anos. Espero que não tantos, né? Porque daqui a pouco eu gostaria de não precisar mais fazer seminário nenhum. Mas eu quero dizer que eu acho que esse ano, 2007, é um ano muito importante. Eu acho que a gente tem muito que se unir e muito que discutir, porque a gente tem esse PL nº 122, o projeto de lei que criminaliza a homofobia, que é um projeto que a gente necessita, porque temos aí uma realidade dura para os GLBTs. De discriminação e de violência cotidianas, como a Fernanda [Benvenuti] mesmo falou. É do momento que a gente põe o nariz para fora de casa e, às vezes, não precisa nem sair de casa para estar sofrendo essa violência. Muitas das vezes.

A gente olha para as estatísticas das mulheres e o maior sofrimento delas é dentro de casa, é com a família, com pais, mães e irmãos. Algumas chegam a sofrer violências físicas e sexuais dentro da própria casa por conta da sua orientação sexual. E, esse tipo de atitude, não é punida da maneira que deve ser punida, porque a discriminação à homossexualidade não é crime. Você discriminar GLBTs não é considerado crime. E isso é uma cultura muito difícil de quebrar.

Porque, se for olhar para as estatísticas da UNESCO, em pesquisa nas escolas públicas brasileiras, de alunos de primeira a oitava série, 25% deles acham que bater em homossexual não é uma violência. Isso é muito grave. E isso é a agressão física, quiçá as psicológicas. Mas 25% acha que agredir homossexuais, travestis, lésbicas, bissexuais não é violência. Isso não é uma atitude violenta. Então, a gente tem que realmente nos organizarmos dentro das casas, dentro do Senado, principalmente agora que o PL está lá no Senado, e aprovar isso porque é o primeiro passo para a gente mudar as atitudes nesse país com relação à discriminação aos homossexuais. A partir do momento que a gente tiver uma lei no papel, como diz por aí, “o preto no branco”, dizendo que é crime, aí a gente vai conseguir fazer, a gente vai conseguir punir as pessoas que discriminam, acabar com a impunidade, porque as pessoas se escondem atrás da impunidade. Edson Nêris¹⁰⁸ morreu na Praça da República do jeito que morreu por conta da impunidade, porque quem matou acreditava na sua impunidade. Foram condenados? Foram, mas

casamento quanto de outras pautas, enquanto uma aposta tática de que o tema da violência teria maior facilidade de aprovação”.

¹⁰⁸ Edson Nêris da Silva foi assassinado em 06/02/2000 na Praça da República em São Paulo ao andar de mãos dadas com outro homem (Martins, 2020, p.124).

não com o rigor necessário para um crime de ódio. E isso a gente tem que ter bem preciso.

Quer dizer, se xingar um homossexual na rua, a gente pode enquadrar no código penal? Sim, está lá o crime de injúria, que está lá, mas pune devidamente essa pessoa? Não, não pune. Então, a gente precisa sim de uma lei que equipare a homofobia ao racismo para a gente poder agir, para a gente poder punir essas pessoas e reduzir os índices de violência. Mudar a mentalidade é a longo prazo, mas a gente consegue reduzir o índice de violência das pessoas que estão sofrendo agora, a cada momento, a cada passo que dá na rua. As travestis que não conseguem nem exercer o direito de ir e vir durante o dia, onde bem quiser, entrar numa loja, que são revistadas, que são perseguidas, que são expulsas, não conseguem pagar os seus produtos porque acham que está roubando. É complicado. E isso tudo não é punido porque nós não temos uma lei que assim o defina, como crime. E é isso que a gente tem que pensar esse ano, enquanto essa lei não for aprovada, eu acho que essa é a nossa prioridade zero. Não tem como a gente discutir outra coisa que não seja aprovação do PL nº 122. Não dá. Chegou o momento da gente falar realmente um “basta à homofobia agora”. Não podemos mais perder tempo de jeito nenhum. (...) Vamos todos aqui presentes, e os outros que não estão presentes, concentrar toda a nossa atenção na aprovação da lei que criminaliza a homofobia, que está tramitando no Senado e nós precisamos dela para ontem.¹⁰⁹

O PLC nº 122/06, que esteve em tramitação no Senado Federal, se originou do projeto apresentado pela deputada Iara Bernardi de nº 5003/2001. Inicialmente, o PL tinha natureza de punições administrativas, ou seja, visava sanções contra pessoas jurídicas que praticassem homofobia e que acarretaria impedimentos em firmar contratos e adquirir créditos com a administração pública, bem como de obter isenções tributárias. Em 2005, ao receber parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), elaborado pelo deputado Luciano Zica, o PL incorporou proposições de outros projetos em tramitação e passou a tratar, entre outros assuntos, da alteração da Lei nº 7.716/89 - a já citada Lei Caó - que incluía as discriminações por orientação sexual e identidade de gênero entre as tipificações penais já previstas. Com isso, a LGBTfobia passaria a ser criminalizada tal qual o racismo.

O PL nº 5003/01, a partir do substitutivo apresentado por Luciano Zica, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado em dezembro de 2006. Nesse momento, passou a tramitar como PLC nº 122/2006 e se tornou pauta central para os movimentos LGBTs no Congresso Nacional. O discurso feito por Cris Simões aponta

¹⁰⁹ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Cris Simões no “IV Seminário Nacional GLBT” ocorrido em 22 de maio de 2007 na Câmara dos Deputados.

as perspectivas defendidas pela maioria dos pronunciamentos realizados por integrantes dos movimentos de lésbicas na Câmara dos Deputados. Inicialmente, a ativista reforça o problema da violência sofrida por GLBTs. Nesse aspecto, destaca-se o caráter cotidiano e universal das violências: “É do momento que a gente põe o nariz para fora de casa e, às vezes, não precisa nem sair de casa para estar sofrendo essa violência”. Segundo Cris Simões, tanto no ambiente doméstico - a partir das ações das famílias -, quanto na esfera pública - na rua, nas escolas - as agressões verbais e físicas eram vivenciadas. A integrante da ABL destaca, ainda, uma pesquisa feita pela UNESCO que revelava que um quarto dos alunos das escolas públicas brasileiras normalizavam a agressão contra homossexuais.

Na perspectiva de Cris Simões, ainda que as violências fossem criminalizadas pelas legislações vigentes - como no caso da injúria ou dos homicídios -, não o eram enquanto “crimes de ódio”. Portanto, com penas insuficientes para o tipo de violência que era cometida a partir da homofobia. Entre os argumentos pela aprovação do PLC nº 122 estava ainda o caráter urgente da necessidade de resolução desse problema social: “Mudar a mentalidade é a longo prazo, mas a gente consegue reduzir o índice de violência das pessoas que estão sofrendo agora, a cada momento, a cada passo que dá na rua”. Esse ponto é central para entender a defesa - quase que - unânime dos projetos que visavam a criminalização da discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero.

Os relatos de violências cotidianas contra lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e gays geraram a necessidade de tratar a solução do problema como questão fundamental. Embora a maioria dos pronunciamentos nesses eventos aponte que alternativas como programas voltados para a educação fossem vistas como mais eficazes para promover a “mudança de mentalidade”, acreditava-se que a curto prazo

era necessário estancar os casos de violência e que isso aconteceria pela coerção, pelo medo da punição criminal. É a partir dessa perspectiva que Cris Simões defende uma medida urgente e rigorosa contra a discriminação, uma medida que fosse além das penas já previstas para casos de violências, que fosse além das penas que foram aplicadas aos responsáveis, por exemplo, pela morte de Edson Nêris.

Alexandre Martins (2020), ao analisar as perspectivas defendidas pelos movimentos LGBTs relacionadas à criminalização da LGBTfobia, nos auxilia no processo de compreensão do quanto o discurso que foi feito por Cris Simões é representativo de uma ideia presente entre militantes desses grupos sociais:

Quanto às medidas educativas, afirmava-se que elas não substituiriam a criminalização, de modo que não adiantariam “apenas ações educativas sem medidas punitivas”. Apesar de não ser condição suficiente para livrar a sociedade brasileira do mal LGBTfóbico, o tipo penal aparecia como condição necessária nesse processo em geral compreendido como linear e progressista em que a criminalização figurava como “única possibilidade” no “curto prazo”. Andando em par educação e criminalização como formas de “cura” à homofobia (III Marcha Nacional, 2012), elas estariam, no entanto, em temporalidades distintas: no curto prazo, o direito penal; no longo, políticas educacionais – e em diversas conjunturas, seria, então, priorizada aquela considerada “de curto prazo” (Martins, 2020, p.206).

A partir da compreensão da urgência em lidar com as violências LGBTfóbicas e de que a “cura” a curto prazo estaria na criminalização, o PLC nº 122/06 passou a ser questão fundamental para os movimentos sociais que dialogavam e exigiam direitos no Congresso Nacional. No “VII Seminário LGBT” ocorrido na Câmara dos Deputados em 18 de maio de 2010 - véspera da “1ª Marcha contra a Homofobia” -, o discurso realizado por Irina Bacci (ABGLT) deu o tom do da importância do projeto para as organizações LGBTs no período:

Se esta Casa queria pressão, como sempre nos rogou Maria do Rosário [deputada federal], Fátima Cleide [senadora], estamos aqui, estamos fazendo pressão. Queremos uma resposta desta Casa, com a aprovação dos nossos projetos, do PLC nº122 e do Projeto de Lei de União Estável. [Aplausos] Quero perguntar aos nobres Deputados e Deputadas quando vão colocar a cara a tapa e dizer se aprovam ou não os nossos projetos? Porque é muito fácil ficar apresentando recursos nas Comissões, ficar impedindo que o projeto tramite nas Comissões e não levar ao plenário para sabermos quem é homofóbico e quem não é homofóbico? [Aplausos] O PLC nº 122, que se tornou ponto principal dos debates públicos pela conquista da cidadania plena

LGBT, proporcionou à sociedade brasileira entrar para as discussões - como dizem os fundamentalistas - ditas polêmicas, que de polêmica não têm nada, instrumentalizadas pelas religiões conservadoras e fundamentalistas, como disse, somente com alguns setores das Igrejas Evangélicas e Católicas. Diante desse contexto, perguntamos que Estado laico é esse que não garante que um projeto de lei tramite, e esses Deputados e Senadores que se dizem religiosos, em nome de sua religião, em nome da sua verdade absoluta, de sua religião, do seu Deus - que graças ao meu, Olorum, não é o mesmo -, impedem que esse projeto tramite e seja aprovado no Senado.¹¹⁰

A partir do discurso realizado por Irina Bacci, é possível identificar a percepção de que se colocar contra o PLC nº 122/06 significava um posicionamento homofóbico e associado às perspectivas conservadoras e religiosas que eram contrárias à garantia de direitos para LGBTs. Nesse sentido, o pronunciamento foi realizado com o tom de convocação, ao Congresso Nacional, para que seus(suas) membros(as) se posicionassem e dessem “a cara a tapa” para dizer se eram favoráveis - ou não - ao PL. O projeto era considerado o mecanismo pelo qual se conquistaria a “cidadania plena LGBT”. Essa compreensão vinha da ideia de que o direito de “ir e vir” e de vivenciar com liberdade seus afetos e formas de ser, para LGBTs, era prejudicado pelas violências cometidas contra o grupo social.

A fala realizada por Irina Bacci foi intercalada por aplausos e manifestações de apoio da plateia, assim como a de outros(as) participantes. Por ser um evento que antecedeu a “1ª Marcha contra a Homofobia” em Brasília, é possível perceber - pela escuta da gravação em áudio - a excitação da plateia e a participação ativa da mesma. Os discursos também adotaram um tom mais próximo aos que são proferidos em carros de som, durante manifestações. De certa forma, o seminário se apresentou, portanto, como um ensaio geral dos temas que seriam debatidos no dia seguinte, durante a marcha. Em determinado momento, a plateia chegou a entoar um canto - que era o mesmo das manifestações contra homofobia - e que repetia as seguintes frases: “Fora homofobia,

¹¹⁰ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Irina Bacci no “VII Seminário LGBT - Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas” ocorrido na Câmara dos Deputados em 18 de maio de 2010, véspera da 1ª Marcha contra a Homofobia.

homofobia fora! Fora homofobia já chegou a sua hora! Fora homofobia, homofobia fora! Fora homofobia já chegou a sua hora!”.

O fato da mobilização contra a homofobia/LGBTfobia ter se centrado na luta pela aprovação de medidas criminalizantes, especialmente no PLC nº 122/06, acabou dissipando iniciativas que focalizavam em propostas não punitivistas, como o Programa “Educação sem Homofobia” ou propostas de inclusão de LGBTs no mercado de trabalho, por exemplo. Pelos registros das reuniões que ocorreram na Câmara dos Deputados, e que analisamos, algumas poucas discussões foram feitas sobre a possível ineficácia da medida, ou a necessidade de priorizar pautas que promovessem mudanças culturais permanentes.

6.2 Criminalizar é preciso? Reflexões críticas sobre o debate

Alexandre Martins (2020), durante a pesquisa para sua dissertação de mestrado intitulada “Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização” encontrou alguns indícios - principalmente a partir de entrevistas com ativistas - de que, tal qual o Grupo Nuances (RS), alguns/algumas integrantes de movimentos LGBTs não acreditavam ser o caminho criminal o mais adequado para lidar com a LGBTfobia. Entretanto, em termos gerais, os registros de reuniões e encontros apontam para uma visão uníssona sobre o tema. Em relação a isso, o autor faz a seguinte reflexão:

É notável que, mesmo frente a tais indícios [de existência de visões críticas ao projeto criminalizante], construiu-se largamente um discurso da não-existência de críticas anticriminalizantes entre ativistas LGBT brasileiros – discurso tecido tanto pelos registros oficiais do ativismo institucionalizado quanto pelas falas de algumas ativistas das ondas criminalizantes que, em entrevista, afirmavam não ter havido LGBTs ativistas que fossem críticas àquela demanda (Entrevista B e J). Tal discurso, com efeito, diz respeito a como se produz a escrita e a memória de um movimento social e o que resta (quase) sem registro e que se torna extrínseco àquela história – críticas à criminalização da LGBTfobia inscrevem-se, nesse discurso, como “fora” do ativismo (Martins, 2020, p.169).

Como apontamos, pela análise das discussões ocorridas na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2011, é possível chegar a conclusões muito próximas das que foram levantadas por Alexandre Martins. De fato, o que ficou registrado por esses encontros reflete a convergência de pensamentos em torno da criminalização da LGBTfobia. A defesa do PLC nº 122/2006 apareceu inúmeras vezes nos discursos analisados e, mesmo com o arquivamento do mesmo - que ocorreu em 2014 -, a proposta de criminalização foi vitoriosa a partir da decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 realizada em 2019. Nesse sentido, ainda que os debates legislativos não tenham reverberado na aprovação de leis que pudessem criminalizar a LGBTfobia, a conquista pela via judicial permitiu que, pelo menos em partes, a demanda levantada pelos movimentos sociais fosse atendida.

Cabe refletir, entretanto, as limitações dessa proposta para a efetivação de uma cidadania que seja realmente plena e que garanta a liberdade de vivenciar formas de ser e estar no mundo que não são hegemônicas. Sobre isso, Rafael Toitio (2016) levanta algumas questões que foram citadas por Martins (2020):

Por que, afinal, a punição pelo encarceramento fora eleita símbolo do reconhecimento estatal da violência homofóbica? O que garantiria que as penas — alternativas — são menos eficazes e válidas do que as penas de encarceramento? As lutas por penas alternativas não poderiam constituir um caminho mais seguro para garantir a repreensão daqueles grupos e classes cujos recursos (materiais e simbólicos) lhes tornam mais “imune” às prisões? Para o movimento, lutar pela criminalização da homofobia e da transfobia, trazendo um debate sobre a necessidade de redução do Estado penal, não seria justamente procurar articular as lutas de sexualidade e de gênero com as lutas de classe e de raça? (Toitio, 2016: 245 *apud* Martins, 2020, p.69).

As críticas em relação à forma criminalizante de lidar com a LGBTfobia partem de reflexões construídas nas últimas décadas por movimentos e intelectuais negros(as) que questionam os sentidos e efeitos do encarceramento como política de Estado para resolver problemas de segurança pública. Epistemologias desenvolvidas por pensadoras como Angela Davis e Juliana Borges refletem sobre o papel político cumprido pelas prisões e pela justiça criminal na manutenção das desigualdades raciais e sociais em

países capitalistas. A compreensão de que o fim da escravização de pessoas negras não significou a conquista de fato da liberdade dessa população - mas uma atualização dos sistemas de punição e adequação ao capitalismo moderno - está no centro do movimento intitulado “abolicionismo penal”, do qual as autoras fazem parte. Nesse sentido, o entendimento do processo histórico que construiu a normalização e o desejo punitivista por parte da sociedade é fundamental para pensarmos criticamente os efeitos simbólicos de uma defesa da criminalização da LGBTfobia que se mostrou tão homogênea.

Considerando a realidade social do Brasil e, como discutimos em capítulos anteriores, o profundo arraigamento com as questões raciais, é necessário pensar os efeitos que novas tipificações penais têm para a sociedade brasileira. Como aponta Juliana Borges (2019, p. 46): “o debate sobre justiça criminal no Brasil não pode jamais prescindir da questão racial como elemento pilar (...)”. Por isso, a discussão sobre criminalização da LGBTfobia precisa passar por debates que pensam os sentidos raciais do encarceramento. Angela Davis (2018) reflete sobre os significados das prisões:

Devido ao poder persistente do racismo, “criminosos” e “malfeitores” são, no imaginário coletivo, idealizados como pessoas de cor. A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza — ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (Davis, 2018, p. 13 e 14).

Além de espaço de “depósito” dos(as) indesejáveis, as prisões são vistas como imprescindíveis para lidar com os problemas de segurança pública, “a prisão (...) é encarada como um aspecto inevitável e permanente de nossa vida social” (Davis, 2018, p. 7). Portanto, não há espaço para desenvolver metodologias alternativas e que lidem de forma complexa com as motivações que levaram ao aumento da violência na sociedade. É relevante, portanto, pensar questões fundamentais que envolvem o

encarceramento e que, em diálogo com Angela Davis, são levantadas por Juliana Borges:

(...) as prisões estão sendo espaços de real ressocialização como se propõe? Como surge essa ideia da privação de liberdade como uma pena para quebra de convenções e contratos sociais? São as prisões as únicas formas de tratar certas quebras de acordos sociais? E, inclusive, inserimos uma pergunta já antes realizada pela filósofa e uma das maiores pensadoras da atualidade sobre aprisionamento, Angela Davis: quem define o que é crime e quem é criminoso?" (Borges, 2019, p. 28).

Quando tratamos sobre os sentidos de “direitos humanos” e aqueles(as) que são considerados(as) suficientemente humanos para serem detentores(as) de direitos, analisamos sobre como o sistema judicial é estruturado por práticas e ideologias hegemônicas que têm na figura do “homem, branco, rico, heterossexual” o sujeito ideal e que deve ser protegido pelo Estado. A definição de quem são os criminosos parte, portanto, desse mesmo sistema e que é parte integrante do projeto político-ideológico de construção de um Brasil moderno-capitalista. Em diálogo com a historiadora Beatriz Nascimento, Borges aponta:

Os sistemas punitivos, portanto, não são alheios aos sistemas políticos e morais, são fenômenos sociais que não se prendem apenas ao campo jurídico, pelo contrário, têm um papel no ordenamento social e têm, em sua constituição, uma ideologia hegemônica e absolutamente ligada à sustentação de determinados grupos sociais em detrimento de outros (Borges, 2019, p. 35).

É relevante, entretanto, que esses aspectos político-ideológicos do sistema de justiça não ficaram alheios aos debates sobre direitos para a população LGBTQIAPN+. Ao contrário, ao trazermos os casos de violência policial e judiciária contra lésbicas e travestis, por exemplo, apresentamos trechos de discussões importantes sobre o caráter racista, misógino e LGBTfóbico dessas instituições. Historicamente, parte fundamental dos movimentos de lésbicas, travestis e gays era justamente o caráter transgressor e questionador das instituições de Estado e dos aspectos normativos - de classe, raça, gênero e sexualidade - que são intrínsecos a elas. Nesse sentido, nos perguntamos: o que permitiu essa ambivalência de, ao mesmo tempo em que questionavam as formas como

o sistema criminal lidava com seus corpos, os movimentos LGBTs reforçarem o desejo de uma ampliação do aparato criminalizante das instituições estatais?

Borges (2019, p. 68) traz dados demonstrando que, entre 1995 e 2010, o Brasil apresentou um aumento considerável - o segundo maior do mundo - da taxa de aprisionamento. Ao mesmo tempo, o país vivia o processo de ampliação da democratização após a Ditadura Civil-Militar e com os primeiros governos do Presidente Lula (2002-2010). Alexandre Martins (2020) reflete sobre como, apesar de aparentemente ambígua, a integração entre os ideais criminalizantes do Estado e a busca por direitos da população LGBT está inserida no contexto que misturava redemocratização e neoliberalismo:

(...) a construção de uma experiência de democracia ocorreu atrelada a diferentes processos de neoliberalização e de aprofundamento da violência punitiva estatal, cujas faces mais visíveis são as altas taxas de encarceramento e de letalidade policial que têm como alvo as populações pobres, negras e periféricas. Nesta constelação histórica em que estes três fenômenos se desenvolviam de modo articulado, à população LGBT coube habitar as ambivalências de simultânea disputa e conquista de direitos sexuais LGBT (ao nome, à família, à saúde) e de contínua criminalização das práticas eróticas e sexuais (Rubin, 1984) que seguiam construídas como dissidentes, com a reiterada criminalização de travestis e prostitutas (Serra, 2018) (Martins, 2020, p.18).

Os sentidos que envolviam uma perspectiva democrática neoliberal permitiram, portanto, que LGBTs estivessem dos dois lados da fronteira - como questionadores e apoiadores - das políticas de segurança pública desenvolvidas pela lógica da racionalidade criminalizante.¹¹¹ Como um sistema profundamente adaptável e capaz de agregar questões levantadas por movimentos sociais, o capitalismo moderno fagocitou, a partir da noção de “direitos humanos”, uma série de debates construídos por grupos sociais dissidentes. Sobre esse aspecto, Martins (2020) explica:

Nas ambiguidades constitutivas do processo de democratização, não somente essa concepção criminal mais repressiva contribuiu para a expansão da punição, mas também desempenhou papel importante a defesa dos direitos

¹¹¹ Sobre o conceito de “racionalidade criminalizante” utilizado em sua dissertação, Alexandre Martins (2020, p. 192) explica: “A “racionalidade criminalizante” constitui, na acepção aqui proposta, uma grade de inteligibilidade ou uma lógica de enquadramento de fenômenos sociais como crimes, criminógenos ou efeitos de crimes, e dos indivíduos e dos grupos sociais como criminosos ou vítimas de crimes”.

humanos e da reforma democrática e humanista das instituições penais. (...) Deste modo, os direitos e garantias democráticas não estiveram apenas no polo oposto da expansão carcerária, mas também sustentando formas de governo pelo crime que expandiram a segurança pública, os processos de criminalização e de produção seletiva de criminosos, por meio justamente dos signos da democracia e dos direitos humanos (Martins, 2020, p. 42).

Nessa perspectiva, a punição criminal dos agressores serviria como medida emergencial de garantia dos direitos da população LGBT. Como medidas educacionais e de inclusão no mercado de trabalho funcionariam apenas a longo prazo, “criminalizar seria, sobretudo, uma forma de educar” (Martins, 2020, p. 209). A experiência da legislação contra o racismo já apontava que não haveria criminalização em massa por causa de uma norma que previsse encarceramento para quem discriminasse LGBTs, entretanto, enquanto medida pedagógica, a criminalização poderia reforçar a garantia dos direitos humanos para esse grupo social e coibir manifestações violentas de cunho LGBTfóbico.

Em uma das entrevistas com militantes LGBTs realizadas por Martins (2020) durante sua pesquisa, a “entrevistada K” fez uma reflexão sobre esses aspectos:

(...) falava-se que ia aumentar o encarceramento. Obviamente que, as pessoas que são encarceradas, a maioria delas são negras, pobres, e que elas que seriam as primeiras a ser presas e continuar a reproduzir a lógica racista do nosso sistema prisional. Se eu disse que não é bem assim é que essa não é a intenção da criminalização da LGBTfobia, vulnerabilizar ainda mais as pessoas negras necessariamente, não é essa a intenção. Eu não acredito que vá ter um aumento expressivo do encarceramento, porque enquadrado na Lei do Racismo a gente tem que se perguntar quantas pessoas são presas por racismo no Brasil. Uma coisa é a existência da legislação, outra coisa é a efetividade dela e a forma como ela vai incidir sobre as pessoas que a violem. A Lei do Racismo eu a vejo com caráter muito mais pedagógico do que efetivo infelizmente... A gente vê diversas situações em que a justiça tem muita dificuldade de enquadrar situações que aparentemente são racistas como racismo efetivamente, enquadrado como injúria racial ou de outras formas, nem sempre penalizando da forma como deveria (Martins, 2020, p. 215).

A entrevistada traz percepção importante sobre a visão de parte da militância durante o processo de defesa da criminalização da LGBTfobia: a descrença de que o sistema judicial seria efetivo para punir agressores de LGBTs. É relevante pensar sobre quais grupos sociais - em termos de raça, classe e gênero - efetivamente mobilizam as

instituições públicas em sua defesa. E, a partir dos relatos que trouxemos até então, é perceptível que, em muitos casos, o Estado atua como o próprio violador de direitos. Portanto, é imprescindível refletir sobre a ineficácia das medidas criminalizantes para lidar com os problemas sociais do Brasil, ao mesmo tempo, que também é relevante entender que o aumento da taxa de encarceramento não se deu pela punição a crimes como o racismo, a LGBTfobia ou a violência de gênero.

Ana Luiza Flauzina faz uma reflexão sobre esse aspecto:

A criminalização do racismo, do feminicídio e das fobias LGBT não pode se situar como impulsionador efetivo do encarceramento no Brasil. Nossos corpos não são valiosos, não conseguiríamos articular a maquinaria do Estado de forma efetiva para punir a quem nos viola. O que me preocupa, portanto, não é essa crítica dos que nos julgam dos seus espaços de conforto, mas os alertas das limitações de nossa postura, do encurtamento de horizontes, de como nosso discurso rebelde pode ser moldado para o conservadorismo (Flauzina, 2016: 102 *apud* Martins, 2020, p. 236).

É, portanto, pelo efeito simbólico e pelo “encurtamento dos horizontes” que, segundo Ana Luiza Flauzina, é necessário pensar criticamente a defesa da criminalização da LGBTfobia. Enquanto vítimas da visão político-ideológica do sistema judicial - especialmente no caso das pessoas que não gozam de privilégios de raça, classe e/ou performance de gênero -, é ambíguo que tenha existido o alinhamento a esta perspectiva no que foi defendido pelas mobilizações no Congresso Nacional.

As dificuldades que envolvem a mudança social profunda e que tornem possível o convívio com as diferenças acarretam a necessidade de respostas complexas, com o uso de novas ferramentas que não são as mesmas utilizadas pelos grupos sociais hegemônicos. Audre Lorde, em seu texto “Aprendendo com os anos 1960”, reflete justamente sobre a ampliação dos horizontes possíveis e a compreensão da complexidade do processo de formulação de respostas às discriminações sociais:

(...) qualquer visão de futuro que possa abarcar a todos, por definição, deve ser complexa e deve estar em expansão, o que não é fácil de alcançar. A resposta ao frio é o calor, a resposta à fome é a comida. Mas não existe uma resposta simples e monolítica ao racismo, ao machismo, à homofobia (Lorde, 2019, p.92).

Audre Lorde defende, em outros artigos que compõem o livro “Irmã *Outsider*” (2019), que “as ferramentas do senhor não derrubam a casa grande”. A autora vislumbra a potencialidade da diferença entre pessoas na construção de uma sociedade melhor. Nesse sentido, a autora propõe que não usemos as mesmas táticas dos opressores para tratar as diferenças. Ao contrário, é importante lidar com o “fragmento do opressor” que está arraigado em nós e pensar formas de solução dos problemas sociais que não reproduzam violências históricas. Se extrapolarmos um pouco o que foi dito por Lorde, podemos, justamente, pensar criticamente as ferramentas criminalizantes construídas para combater a LGBTfobia: “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica” (Lorde, 2019, p.75).

Tanto Lorde (2019) quanto Flauzina (2016) sugerem que é necessário recuperar o caráter revolucionário dos movimentos sociais e evitar a construção de mecanismos que limitem os horizontes e reiterem as posições de poder de grupos hegemônicos. Em diálogo com os movimentos negros e de mulheres, é possível pensar sugestões múltiplas e plurais que proponham mudanças a longo prazo e que não reforcem ações dos sistemas de justiça estruturado pelo racismo, classismo e misoginia. Lorde (2019) utiliza, ainda, a perspectiva defendida por Paulo Freire para propor uma transformação revolucionária que rompa com resquícios dos opressores que estão presentes em nós:

Como Paulo Freire mostra tão bem em *Pedagogia do oprimido*, o real objetivo da transformação revolucionária não pode nunca ser apenas as situações opressivas das quais buscamos nos libertar, mas sim aquele fragmento do opressor que está profundamente arraigado em cada um de nós, e que conhece apenas as táticas do opressor, as relações do opressor (Lorde, 2019, p. 83).

Como refletiu Audre Lorde (2019), não há uma resposta monolítica para as violências decorrentes das discriminações, mas há debates, no caso dos direitos LGBTs, que preconizam outras frentes de ações - não criminalizantes - e que também geraram discussões relevantes no Congresso Nacional. Entre elas, está a defesa de uma

“Educação sem Homofobia”. Pauta histórica dos movimentos de lésbicas, travestis, transgêneros, bissexuais e gays, será esse o tema do **Capítulo 7** desta tese. Com isso, buscamos traçar os diálogos e debates construídos sobre a homofobia/LGBTfobia e que buscam uma mudança social a longo prazo, apontando que a criminalização não era a única resposta defendida pelos movimentos LGBTs, entre os anos 1999 e 2011, para lidar com o problema.

Capítulo 7

Educação, gênero e sexualidades: debates plurais

Falar sobre as vivências da juventude de lésbicas, travestis, transgêneras(os), bissexuais e gays perpassa, na maioria das vezes, pela relação dessas pessoas com o ambiente escolar. Espaço de formação de subjetividades, a escola, assim como o ambiente familiar, é parte fundamental da vida de crianças e jovens. Em muitos casos, é nesse local que passam a maior parte do dia, fazem a maioria das refeições, estabelecem os principais laços de amizade e constroem redes de sociabilidades que podem afetar as formas de interagir com “os outros” ao longo de toda a vida. Nesse sentido, é fundamental entender o papel formador - e conformador - de corpos que é exercido pelas instituições escolares.

Guacira Lopes Louro (2001; 2003), ao pensar a diversidade sexual e de gênero entrelaçada com o tema da Educação, reflete sobre o papel das escolas na reprodução e produção de normatividades, aponta como a instituição está imbricada em dispositivos de poder que fabricam sujeitos(as) e identidades:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (Louro, 2003, p. 58).

Por ser espaço (con)formador de corpos, os relatos das vivências das sexualidades e identidades de gêneros dissidentes nesse local são permeados por violências físicas e verbais que tornaram a pauta da Educação questão fundamental para os movimentos sociais ao longo da história. No Boletim Um Outro Olhar nº 13, de abril de 1991, foram apresentadas as reflexões do “II Encontro da Um Outro Olhar”. A pergunta sobre a qual giraram os debates era: “Por que as lésbicas são discriminadas?”.

Entre as conclusões sobre “quem discrimina”, estava a escola em segundo lugar, logo depois da família:

QUEM DISCRIMINA

1. FAMÍLIA E DOGMAS RELIGIOSOS: estruturas criadas e mantidas visando o controle de "qualidade" dos indivíduos para garantir o repasse dos padrões de dominação e submissão.
2. ESCOLA: atua diretamente e de maneira estruturada, com base legal, na divulgação de pré-conceitos científicos.
3. SISTEMA JURÍDICO: direitos civis diferenciados para mulheres e homens, pessoas homossexuais e heterossexuais. Afinal qual é o conceito de igualdade, perante à lei, que se diz estar assegurado a todos?
4. SISTEMA DE SAÚDE: toda a terapêutica se baseia na relação mulher/homem, sendo que só em raras situações de atendimento se reconhece a especificidade da relação lésbica e se dá a ela um tratamento condizente.
5. HETEROSSEXUAIS: principais matrizes repetidoras e propagadoras dos mitos e preconceitos contra a lesbianidade. Nossas mães que o digam.
6. LÉSBICAS: PELO DESINTERESSE SOBRE AS INFORMAÇÕES GERADAS POR LÉSBICAS E/OU FEMINISTAS. Exemplo: não conhecimento das vias de discriminação e autodiscriminação, minando assim a possibilidade de promover mobilização e reivindicação a nível civil, jurídico e político.

Imagem 4: Trecho da reflexão sobre as discriminações contra lésbicas realizada no II Encontro da Um Outro Olhar. Boletim Um Outro Olhar nº 13, página 8.

Tal qual reflete Guacira Louro, as ativistas da Rede percebiam a atuação discriminatória das escolas como algo estruturado, portanto, articulado em intencionalidades por meio da “divulgação de pré-conceitos científicos”. A partir dessa percepção, entendemos como o território escolar é um campo em disputa: entre os(as) que desejam manutenção das hierarquias sociais e econômicas, e aquelas(es) que desejam transgredir e subverter a ordem social vigente.

Ao analisarmos as reuniões ocorridas na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2011, é fato que a questão da Educação atravessa todos os encontros. Muitas vezes com relatos das(os) próprias(os) ativistas sobre experiências pessoais no ambiente escolar e, em outros casos, com narrativas de situações que tiveram conhecimento a partir das organizações que fazem parte, a análise que aparece recorrentemente se relaciona com: a discriminação sofrida por parte de alunos(as) e professores(as); a inação - ou ação

favorável à discriminação - da gestão das escolas; o não acolhimento dos(as) alunos(as) pelas famílias quando sofrem violências LGBTfóbicas; a incidência de agressões maiores a quem não corresponde a normatividades de gênero (travestis, transgêneras(os), lésbicas masculinizadas e gays afeminados). Nesse sentido, em diferentes reuniões, foi possível perceber ativistas solicitando ações do governo voltadas para a diversidade sexual e de gênero.

Durante a abertura do “Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de GLBTT” ocorrido em 26 de junho de 2003 na Câmara dos Deputados. Marisa Fernandes fez ponderações sobre o assunto:

Quero chamar atenção aqui para um importante espaço: o da educação. E há aqui Deputados que trabalham na Comissão de Educação. Há muitos anos, o movimento homossexual brasileiro vem pedindo seriamente a inserção na educação da orientação sexual, e não da orientação para a homossexualidade. Pelos índices alarmantes divulgados hoje cedo na CBN, de que, de cada 10 partos, 3 são de meninas de 10 a 19 anos, podemos constatar que as meninas estão desinformadas sobre contracepção. (...) A educação brasileira contempla a Lei de Diretrizes de Base, os parâmetros curriculares, a base da educação nacional, a Constituição cidadã, que nos garante e preconiza princípios que devem estar inspirados na liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Mas, na área da Educação, não estamos vendo nenhum projeto ou vontade política pública efetiva de se fazer alguma coisa nesse sentido, de levá-la a cabo.¹¹²

Pelo discurso da ativista, é possível identificar que integrantes de movimentos sociais pensavam a educação voltada para temas da sexualidade de forma ampla. Como militante feminista, interessava a Marisa Fernandes tratar, por exemplo, do problema da falta de informações sobre métodos contraceptivos eficazes. Em diferentes discursos, percebemos que, independente da identidade sexual ou de gênero reivindicada por jovens, as mobilizações buscavam a construção de espaços menos hostis para todas(os), em que fosse possível performar quaisquer gêneros ou sexualidades. Além disso, Marisa

¹¹² Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Marisa Fernandes na sessão solene de abertura do “Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT)” ocorrido em 26 de junho de 2003 na Câmara dos Deputados.

Fernandes reflete sobre a inexistência de ações e vontades políticas com objetivo de, efetivamente, mudar a realidade social das escolas quanto à temática.

Ainda que de forma rápida, narrativas sobre esses casos passaram por todos os encontros que foram analisados durante a pesquisa para esta tese. O debate sobre Educação e homofobia/LGBTfobia, entretanto, apareceu como tema principal em três encontros específicos: a Audiência pública, ocorrida em 22/10/2009, para discutir sobre “homofobia nas escolas”; o Seminário “Escola sem homofobia”, ocorrido em 23/11/2010; e o Seminário sobre o Plano Nacional de Educação: “Mobilização por uma Educação sem Homofobia”, realizado em 23/11/2011. Ainda que a procura por soluções para a homofobia/lesbofobia/transfobia nas escolas estivesse presente na pauta dos movimentos sociais desde os anos 1990, uma política pública nacional que buscava a transformação do ambiente escolar em prol de perspectivas inclusivas sobre gênero e sexualidades, só começou a ser delineada em meados de 2004, a partir da construção do “Brasil sem Homofobia”.

7.1 O programa Brasil sem Homofobia: entre propostas e execuções

O “Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” foi lançado em 2004 a partir de um trabalho conjunto entre o governo federal e organizações LGBTs, entre elas, a ABLGT e a ANTRA. Dentre as lideranças lésbicas que participaram da Comissão Provisória de Trabalho,¹¹³ estavam Yone Lindgren - do Movimento D’Ellas (RJ) - e Mirian Weber - do Lésbicas Gaúchas (LEGAU). O programa tinha como objetivo apresentar uma série de medidas e ações transversais - em diferentes ministérios do governo - que promoveriam o combate à discriminação, a cidadania e os

¹¹³ A Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação foi formada com o objetivo de organizar o programa Brasil sem Homofobia. Além das lideranças já citadas, participaram da comissão: Janaína Dutra, Cláudio Nascimento Silva, Ivair Augusto A. Santos, Beth Fernandes e Oswaldo Braga Jr.

direitos para a população LGBT. Nesse sentido, o programa previa: direitos à segurança, à educação, à saúde, ao trabalho e à cultura; políticas para a juventude, para as mulheres e contra o racismo e a homofobia; e o apoio a vários projetos de lei voltados para a população LGBT, entre eles, o de criminalização da homofobia e o que garantiria a parceria civil registrada.

Em 25 de maio de 2005, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública com o objetivo de fazer uma avaliação do Programa após o seu primeiro ano de funcionamento. A reunião debateu amplamente os problemas na efetiva implementação do Brasil Sem Homofobia. O balanço geral das militâncias foi de que o programa se tratava mais de uma “carta de intenção” do que de políticas públicas de fato, visto que, até aquele momento, o orçamento não tinha sido utilizado e não se via uma articulação contundente dos projetos pertencentes ao programa dentro dos órgãos do governo federal.

Ivair dos Santos - Secretário-Executivo do Conselho Nacional Contra a Discriminação - defendeu a atuação do governo federal e disse que era necessário maior compreensão, por parte dos movimentos sociais, sobre como se articulava este tipo de programa, criticando a forma como as falas, na sua visão, ignoravam os avanços da matéria. Nesse sentido, pela análise do debate, é possível perceber que existia um lapso entre a percepção dos movimentos sociais e a do governo. Este último, por ter implementado um programa que não tinha sido articulado em governos anteriores, acreditava estar no caminho certo e fazendo o suficiente.

Marisa Fernandes, do Coletivo de Feministas Lésbicas (SP) e da LBL, foi enfática nas cobranças feitas ao governo federal:

Eu sinto, mais do que a identificação com a fala dos meus antecessores, que todos falam uma coisa só e que é o meu sentimento: nós temos pressa. O que nós estamos aqui cobrando ansiosamente vem na emoção da nossa fala, na rapidez com que nós temos que falar, nos 15 minutos que nos são dados. É

pressa. Nós temos muita pressa. Este País e muitos outros têm muitas dívidas para com o cidadão homossexual. Nós temos muita pressa.

Então, nós ficamos aflitos quando, um ano após a implantação do programa, nós vimos fazer uma avaliação aqui e dizemos: precisamos de mais dinheiro, precisamos de mais execução, precisamos de técnicos capacitados desta Casa. Já se passou um ano. (...) Foi difícil colocar um peão na Presidência da República. Todos nós sabemos disso. E é preciso que tenhamos paciência, para que esse Governo realize a reforma agrária, para que ele realize justiça para as mulheres, para que ele demarque as terras indígenas. Mas nós temos muita pressa também. E nós queremos, um ano depois, muitas coisas.

Nós vimos alguns avanços, sim. Mas, aqui, eu acredito que nós precisamos de imediato de um posicionamento muito favorável, claro, explícito, numa nota pública desse Governo sobre a parceria civil. (...) Quem é que sabe das nossas ações? Quem pode dar essa visibilidade à necessidade da nossa lei, senão o Governo? Quem é que pode dar visibilidade efetiva para a nossa existência, para as nossas dores, para as nossas alegrias, para as nossas necessidades, senão as campanhas governamentais?

Então, é necessário, com muita urgência, que o Governo assuma realmente este programa como algo seu, que ele de fato se apodere desse programa. Ele tem que ser um programa claro. O Governo tem que tomar um posicionamento público sobre a existência deste programa, sobre a parceria civil, a votação desse projeto [PL nº 1.151/95], a posição do projeto, a votação do projeto de lei da Deputada Iara Bernardi [PL nº 5.003/01]. É preciso que o Governo assuma isso publicamente.

E, quando nós falamos de pressa e do posicionamento do Governo, nós também falamos na presença de representantes governamentais na cena do crime quando a vítima é uma travesti, uma transexual, uma lésbica ou alguém, apenas. [Aplausos] Nós vemos o Governo presente quando um operário ou um trabalhador do campo é assassinado violentamente. Mas nós ainda não vemos a presença de um executivo do Governo para dizer: “Nós vamos apurar”. E mais: “Nós vamos fazer valer a Lei”.

Acredito que institucionalizar verdadeiramente esse Programa Brasil sem Homofobia é dar prioridade a ele. Ele não é mais um programa. Eu estou dizendo que nós temos pressa. Nós queremos prioridade, uma vez que o atraso na execução de políticas públicas para com lésbicas, gays, travestis e transexuais é historicamente reconhecido por todos.¹¹⁴

A fala de Marisa Fernandes foi intercalada por aplausos e manifestações de apoio da plateia. Esse aspecto corrobora com a perspectiva, transmitida pelos discursos de integrantes dos movimentos sociais, de que a avaliação geral do primeiro ano de execução do Programa era de que faltava engajamento na aplicação dos projetos. A sensação de pressa, segundo Marisa Fernandes, vinha da necessidade de resolver problemas históricos vivenciados pela população LGBT, da necessidade de ver o Estado brasileiro, de fato, “abraçando” as ações de cidadania e de combate à discriminação a

¹¹⁴ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Marisa Fernandes na audiência pública de avaliação do programa Brasil sem Homofobia, ocorrida em 25 de maio de 2005 na Câmara dos Deputados.

essa população. Nesse sentido, as falas foram uníssonas, reforçaram as críticas à inação do governo.

Caio Fábio Varela, representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos/ INESC, falou logo depois de Marisa Fernandes e fez uma análise sobre os orçamentos disponíveis para as políticas públicas do Programa e sobre as suas (não) execuções. Ele apontou como, naquele momento, nada do orçamento que tinha sido destinado ao Brasil sem Homofobia tinha sido utilizado e levantou críticas a esse respeito:

(...) significa dizer que, apesar do trabalho que o Movimento GLBT e a Frente Parlamentar [pela Livre Orientação Sexual] fizeram, zero por cento desse recurso foi executado. Isso mostra uma dificuldade de intenção para aplicar essas políticas. Também não vemos o discurso batendo com a prática. Sem recursos, não há políticas públicas. Precisamos mudar esse quadro. Quando o Governo fala que já está na articulação para os recursos de 2006, peça-lhe que execute primeiro os de 2005, e pense efetivamente em realizar os de 2006, porque, como disse Marisa Fernandes, não se pode mais esperar. A pressa é muito grande.¹¹⁵

A análise feita por Caio Varela transmite a sensação de que havia um certo descaso dos órgãos do Estado com a execução do Programa, uma lacuna entre o discurso e a prática. No mês seguinte à audiência de avaliação do Brasil sem Homofobia, ocorreu o II Seminário GLBT na casa legislativa. Durante o evento, a ineficiência do Programa voltou a ser lembrada. Yone Lindgren - que participou do processo de construção do programa - encerrou sua fala neste evento fazendo uma provocação: “(...) quero agradecer por tudo que está sendo feito e propor que se lute a cada minuto para que a ação não se resuma a palavras, eventos ou papel. No papel temos um Brasil sem Homofobia. Faltam-nos, no momento, como sempre, ações”.¹¹⁶

Durante a entrevista de história oral realizada com a ativista, Yone Lindgren refletiu sobre o processo de construção do Brasil sem Homofobia e lamentou que, no

¹¹⁵ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Caio Varela na audiência pública de avaliação do programa Brasil sem Homofobia, ocorrida em 25 de maio de 2005 na Câmara dos Deputados.

¹¹⁶ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Yone Lindgren no II Seminário GLBT, ocorrido em 28 de junho de 2005 na Câmara dos Deputados.

final das contas, o programa ficou apenas no campo das propostas, sem ações que reverberaram de fato na aprovação de projetos de leis e construção de políticas públicas:

Você pode pegar o livro - eu tenho o original - do Brasil sem Homofobia, e ali a gente ainda estava muito naquela de propor, mas a gente esqueceu que lei tem que sair do papel. Não pode ser só projeto de lei, tem que estar lá: carimbado, assinado, que nem aquela música do Raul Seixas, Carimbador Maluco. E foi o nosso grande erro no início do movimento, em 2003, se eu não me engano. A gente, quando fazia as propostas, a gente estava tão empolgado... porque a gente pega o Brasil sem homofobia e esquece disso. Você vai ver: “Propor... não sei mais o quê”. “A lei tem que ser assim, assim e assim... com a proposta de...”¹¹⁷

Nesse sentido, vinte anos após a criação do Programa e da realização do seminário, que já apontava a ausência de execução das propostas, Yone Lindgren analisa a forma como o mesmo foi construído e percebe que poucas garantias foram dadas. A ausência de aprovação de projetos de lei, ainda hoje, que efetivamente garanta direitos para a população LGBTQIAPN+, na perspectiva da ativista, demonstra que o legislativo federal brasileiro nunca trabalhou por esse grupo social:

Por isso que eu comecei te falando que a gente errou no “Brasil sem Homofobia”. A gente devia ter colocado só uma linha, mas que aquela linha virasse lei. Porque não temos [leis]. Se você for pesquisar, não tem. Não tem cota, para uma travesti estudar já é um negócio que demanda. Uma *desfem*, uma caminhoneira, uma sapatão, é a mesma coisa. É tudo subempregos. A educação é uma educação que a gente corre atrás e não consegue. É tudo muito difícil. E não tem leis, eu não vejo. Eu pego o Brasil sem Homofobia e é uma crueldade para mim mesma, que eu digo: “gente, como é que eu era tão burra?”. Porque a promessa era que aquilo ali ia se transformar em lei. Nós botamos até a data. Nós tínhamos o que era para ser transformado em meses, em seis meses, em um ano, em leis para nós. Então, o Legislativo não trabalha pra nós, desculpa. Não trabalha.¹¹⁸

A análise atual feita por Yone Lindgren de que seria necessário ter ações afirmativas para travestis e pessoas que performam gênero diferente do que foi designado ao nascer converge para o que foi defendido por outras ativistas durante o II Seminário GLBT. Ao longo do evento, as críticas à inexecução do Programa continuaram reverberando, bem como perspectivas sobre o papel da Educação na transformação social. Durante a segunda mesa, intitulada “Homofobia e os direitos

¹¹⁷ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Yone Lindgren em 11 de maio de 2024, por meio da plataforma virtual do *Google Meet*.

¹¹⁸ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Yone Lindgren em 11 de maio de 2024, por meio da plataforma virtual do *Google Meet*.

humanos dos GLBTs”, Virgínia Figueiredo, da LBL, dedicou o seu discurso para tratar da Educação e dos problemas de lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e gays nas escolas:

Falou-se de homofobia... algo engraçado, uma vez que ela existe porque não existe educação. O Brasil tem carência de educação, de base, de acordo com o método do Paulo Freire, que começa de baixo para cima, que começa em casa, na infância. E isso é o que garante uma República. Não pode haver um Estado que não seja dessa maneira. Não conseguimos um Estado laico. As religiões estão influenciando muito. Com isso, não conseguimos avançar no Legislativo. Esse é o grande problema. (...) Nas escolas, essas crianças de nível cultural mais baixo não conseguem estudar porque, infelizmente, o padrão da heterossexualidade para que sejamos aceitos é muito perverso numa escola municipal. E a evasão é muito grande. É muito fácil jogar pedra na rua. Será que a travestis e transexuais só cabe o papel de cabeleireira ou de garoto ou garota de programa? Não. Não é jogando pedra nem é com violência que se resolve isso. É procurando, por intermédio de algum mecanismo público, algo que os contemple, para que tenham direito a estudar. Uma travesti, transexual tem que ter muita coragem de assumir o seu papel e se vestir do jeito que gosta e se sente bem. Como encarar todos os dias uma escola, uma faculdade, e dizer: meu nome não é X, é Y, eu gosto de ser respeitada como X ou Y. Uma menina que se comporta de maneira masculinizada sofre. Depois de uma aula de Educação Física, ela entra no banheiro, as outras meninas não se sentem bem e saem. E chega atrasada porque foi a última a entrar naquele banheiro. Às vezes não prestamos atenção, no dia-a-dia, a pequenos detalhes, e sem querer fragmentamos cada vez mais essa homofobia, essa discriminação e esse preconceito. (...) Poderemos interagir melhor com os movimentos e fazer uma transversalidade para discutir melhor esse assunto. Vou deixar uma pergunta para reflexão. Discutimos muito, mas eu queria saber como ficam os gays, as lésbicas, as travestis e os transexuais numa reunião de pais na escola, como ficam num churrasco com as famílias, nas festas de final de ano ou da empresa, como ficam na audiência de processo de guarda e responsabilidade dos filhos. É coisa para reflexão, não é? A homofobia está aí. Nas festas de aniversário de alguém da família, como somos tratados? A homofobia não está só dentro de casa. Às vezes, a família aceita, entende, mas a homofobia se dá lá fora. Às vezes, as pessoas podem ser visíveis - que é uma coisa, podem assumir -, outra coisa é se exporem, como muitos aqui, que já deram a cara a tapa, foram para a televisão, foram para a mídia, falar para uma sociedade que é hipócrita, machista, “falocrática”. Para a lésbica, que não tem um falo, é pior ainda. Nós estamos dizendo a essa população o que somos, e sem querer alguém de nossa família acaba sendo “sobrinho de sapatão”, “mãe de sapatão”. Isso porque nos expusemos não para o núcleo pequeno de colegas de trabalho e amigos, mas publicamente. E onde fica esse preconceito da sociedade? Só por intermédio da educação resolveremos isso.¹¹⁹

Consequência importante da evasão escolar ou da não continuidade da formação educativa, a limitação das possibilidades de ocupação de vagas no mercado de trabalho é um dos pontos levantados por Virgínia Figueiredo quando ela questiona: “Será que a travestis e transexuais só cabe o papel de cabeleireira ou de garoto ou garota de

¹¹⁹ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Virgínia Figueiredo no II Seminário GLBT, ocorrido em 28 de junho de 2005 na Câmara dos Deputados.

programa?”. A restrição do horizonte de empregos possíveis aponta, tal qual defendeu Yone Lindgren, para a necessidade de pensar políticas públicas de educação e de emprego que sejam específicas para esta população.

As ativistas que pensam as questões de gênero e de sexualidades a partir de uma leitura interseccional - ou dos outros marcadores sociais da diferença - acabam refletindo sobre a relação com o trabalho e as formas de obtenção de renda. Soraya Menezes, durante entrevista de história oral realizada em 2020, também refletiu sobre os empregos ocupados pelas lésbicas masculinizadas em Belo Horizonte (MG):

Então a gente passa ali na Praça Sete [centro de Belo Horizonte], várias lésbicas masculinizadas, no “vende-se ouro”, aquela coisa. “Tira uma foto”. Ou, muitas vezes, trabalhando com atendimento de *telemarketing*. Porque ali não se vê o rosto. Então, nós estamos localizadas muito em algumas profissões que ou você se esconde muito ou, a não ser que você é uma professora de concurso público, eles não podem falar nada.¹²⁰

A Praça Sete é localizada no centro da capital mineira e se destaca por ser o local mais movimentado da cidade em dias úteis. É ocupada por uma massa de trabalhadoras(es) que realizam a compra e a venda dos mais diversos artigos e serviços, entre eles o ouro e as fotografias 3x4. Por serem trabalhos menos valorizados - muitos deles informais -, Soraya Menezes destaca que são esses os espaços ocupados pelas lésbicas masculinizadas, especialmente as que não gozam de privilégios de raça e classe. Ao pensar uma política para Educação que diminua a evasão escolar e, portanto, aumente a possibilidade de ampliação da formação acadêmica, o Estado também garantiria, dessa forma, o mínimo de mobilidade social para esta população.

Soraya Menezes faz essa reflexão a partir da sua própria experiência com o ambiente escolar. Em outra entrevista de história oral, realizada com a ativista em junho de 2020, ela relatou sobre suas vivências da juventude com a educação:

(...) na década de 80, na década de 90, principalmente para uma lésbica masculinizada, como eu, o espaço da Educação era um espaço muito restrito, né? Tanto é que eu fui fazer faculdade depois de muito tempo. Porque havia

¹²⁰ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Soraya Menezes em 25 de setembro de 2020, por meio da plataforma virtual *Zoom*.

uma dificuldade muito grande. Porque eu me lembro que na minha escola o pessoal gritava: “ô sapatão!”. Aquela coisa de querer me agredir, de eu me esconder, então foi um momento muito difícil para a gente. Então quem teve uma ascensão acadêmica, alguma coisa assim, ou se invisibilizou naquela época, ou eram faculdades particulares.¹²¹

Mais uma vez, a performance de gênero aparece como fator impulsionador de violências nas escolas. Retomando o discurso de Virgínia Figueiredo, a ativista chama à atenção para o aspecto cotidiano da discriminação vivenciada por dissidentes sexuais e de gênero, para os “pequenos detalhes” que compõem o dia-a-dia de quem convive com o preconceito. Cita situações do uso de banheiros nas escolas, das reuniões de pais e mães, da luta pelo nome social por travestis e transexuais, e reflete sobre como essas situações reverberam na evasão escolar de crianças e jovens GLBTs. A ativista percebe, portanto, que são esses aspectos - aparentemente sutis - que reforçam as situações de violência, que prejudicam o desenvolvimento escolar dessas(es) alunas(os), especialmente quando atravessadas(os) por outros marcadores sociais da diferença.

A reflexão feita por Virgínia Figueiredo lembra a análise da educadora Guacira Louro (2003) quanto à necessidade de voltarmos nossos olhares para as práticas rotineiras e cotidianas das escolas, aquelas que, muitas vezes, são banalizadas, mas que são fundamentais na “fabricação de sujeitos”:

O processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiância. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” (LOURO, 2003, p. 63).

É, portanto, por meio de práticas “naturalizadas” que se constitui um ambiente escolar pouco receptivo às diferenças. Nesse sentido, defende Virgínia Figueiredo, é a partir da mudança na educação que se resolveria os problemas relacionados ao

¹²¹ Trecho da transcrição da entrevista de história oral realizada com Soraya Menezes em 25 de junho de 2020, por meio da plataforma virtual *Zoom*.

preconceito contra GLBTs. A perspectiva da ativista é também parte do programa Brasil sem Homofobia e deveria reverberar na construção de políticas públicas específicas para a Educação.

7.2 O projeto Escola sem Homofobia: entre o ideal e o veto

Apesar de lançado em 2004, o desdobramento do programa em uma ação coordenada e efetiva do Ministério da Educação (MEC) só aconteceu em 2010, com o lançamento do projeto “Escola sem Homofobia”. Conforme citamos no início do capítulo, embora o tema tenha aparecido de forma transversal em diferentes reuniões que debateram sobre diversidade sexual e de gênero, durante três encontros ocorridos entre 2009 e 2011, ativistas, parlamentares, pesquisadoras(es) e membros(as) do Executivo trataram especificamente da relação entre educação e homofobia/LGBTfobia. No primeiro deles, realizado em 22 de outubro de 2009, uma audiência pública abordou o tema da “Homofobia nas Escolas” e, durante o evento, foram apresentados os objetivos por trás do projeto “Escola sem Homofobia”. No momento, o projeto estava em fase de finalização e aprovação do material produzido: um *kit* para gestoras(es) educacionais e professoras(es) para que pudessem pensar formas de articular questões de diversidade sexual e de gênero.

O Projeto Escola sem Homofobia foi realizado a partir de verbas de emenda parlamentar em uma articulação entre o MEC - por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD - a ABGLT, com gerenciamento técnico da empresa *Pathfinder*, e outras(os) colaboradoras(es). Durante a audiência pública, o diretor da *Pathfinder* - Carlos Laudari - explicou as diferentes etapas do projeto, que incluía a realização de encontros multissetoriais para debater sobre homofobia nas escolas, a realização de pesquisa qualitativa para entender a realidade escolar e a produção dos materiais - com vídeos, caderno e boletins - para serem

distribuídos para educadoras(es) juntamente com uma formação que as(os) capacitaria para desenvolver atividades didáticas. Segundo Carlos Laudari, o projeto estava com os materiais praticamente prontos e em fase de análise pela equipe técnica da SECAD.

A audiência não contou com a participação de ativistas de organizações lésbicas, portanto, não teve falas voltadas especificamente para questões que envolviam as lesbianidades e o ambiente escolar. Mas o evento é relevante por apontar os caminhos percorridos pelo projeto antes dos problemas que enfrentaria a partir da apresentação do *kit* anti-homofobia. O projeto concluiu seu trabalho em setembro de 2010 e, em 23 de novembro do mesmo ano, realizou-se na Câmara dos Deputados o Seminário “Escola sem homofobia”. No evento foram lançados os materiais produzidos e apresentados os dados qualitativos colhidos na pesquisa realizada em 11 cidades do Brasil.

Durante o seminário, várias(os) ativistas relataram vivências pessoais no ambiente educacional e reforçaram a necessidade de transformação das escolas e universidades em prol de espaços mais inclusivos, que não fossem reprodutores de violências. Entre as ativistas, se destacaram as participações de travestis que, em maior número, narraram traumas da infância e juventude que afetaram a formação escolar, acadêmica e profissional. Jovanna Baby - presidenta da ANTRA - abordou a necessidade de garantia do uso do nome social como questão fundamental para travestis e transexuais:

(...) Nós travestis, Deputados que estão aqui presentes, e transexuais, demais pessoas aqui, nós precisamos muito deste Congresso Nacional. Quer dizer, todos os homossexuais precisam, mas nós travestis somos as que menos frequentamos as escolas, porque não somos permitidas, porque nascemos com a identidade do gênero feminina e identificamo-nos assim no dia a dia, e no colégio ela não é respeitada. No caso, não há como eu frequentar um curso de nível superior - eu fiz o ensino médio -, frequentar um curso onde o professor e o diretor insistem em afirmar que a minha identidade de gênero é masculina, quando não é. Então, é preciso que este país, que esta casa de leis tome providências. A gente sabe que mudou muito de 8 anos para cá. O nosso Presidente, que vai passar o bastão à nossa Presidenta Dilma, mudou este país. E foi esperançoso. Lutou anos e anos, e conseguiu. Nós travestis e transexuais também acreditamos que vamos conseguir. Estamos conseguindo, pouco a pouco, mas é preciso batalhar pelo nome social, que é a maior barreira enfrentada pelas travestis e transexuais. (...) Nós precisamos que o

nosso nome seja aliado à nossa identidade de gênero, porque essa é nossa maior perseguição no recinto escolar. Não dá mais para uma pessoa que se identifica como Joana ser chamada de João nas fileiras das escolas espalhadas por este país.¹²²

Pelo discurso feito por Jovanna Baby, é possível perceber como era central a pauta da retificação do nome social para os movimentos de travestis e transexuais. Além disso, também identificamos traços do momento político vivenciado com a eleição recente da presidenta Dilma Rousseff. Em diferentes discursos, perspectivas de esperança foram transmitidas a partir do resultado eleitoral. Além das falas de ativistas, apresentações relacionadas ao Projeto Escola sem Homofobia foram feitas por Carlos Laudari (da *Pathfinder* Brasil), André Lázaro (da SECAD/MEC), e Lena Franco (da ONG ECOS - Comunicação em Sexualidade). Esta última apresentou e lançou o material elaborado pela ONG que consistia no *kit* anti-homofobia.

A fala feita por Carlos Laudari apresentou os resultados da pesquisa qualitativa feita com a comunidade escolar - exceto as famílias - de instituições em diferentes cidades do Brasil. Entre as(os) alunas(os) a pesquisa foi feita com estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Nos dados apresentados por ele, o coordenador do Projeto deu destaque para algumas frases ouvidas e registradas pelas(os) pesquisadoras(es) nas escolas. Muitas davam a dimensão das perspectivas de gênero e de sexualidades existentes nesses espaços: “Nunca existiu na escola um caso de gay ou lésbica, porque os alunos daqui são muito novos. É depois dos 15 anos que você vira gay”; “O homem, para diagnosticar, é mais fácil, percebemos alguma coisa”; quando foi feita a pergunta: “Travestis frequentam essa escola ou não?”, ouviu-se a seguinte resposta de um aluno: “Não, não, não, graças a Deus, não!”; “Se o comportamento deles fosse condizente com o dos outros normais, não haveria problema”.¹²³

¹²² Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Jovanna Baby durante o Seminário “Escola sem Homofobia”, ocorrido em 23 de novembro de 2010 na Câmara dos Deputados.

¹²³ Frases retiradas da transcrição do arquivo sonoro da apresentação feita por Carlos Laudari durante o Seminário “Escola sem Homofobia”, ocorrido em 23 de novembro de 2010 na Câmara dos Deputados.

De modo geral, segundo Carlos Laudari, a pesquisa apontou que as vivências de lésbicas, travestis, transgêneras(os), bissexuais e gays eram invisibilizadas nas escolas. Especialmente entre professores(as): muitos(as) não sabiam de alunas(os) que se identificavam dessa forma. Entre as(os) estudantes, havia maior conhecimento sobre casos de violência contra essa população. Na comunidade escolar, de modo geral, muitos(as) não sabiam o que significava a sigla “LGBT” ou a palavra “homofobia”. A pesquisa mostrou, portanto, que as escolas eram completamente despreparadas para desenvolver ações relacionadas à diversidade sexual e de gênero, e eram (re)produtoras de preconceitos e desigualdades sociais.

Durante a fala do diretor da *Pathfinder*, foi possível identificar, mais uma vez, divergência entre a nota taquigráfica e o arquivo sonoro do seu discurso. Em um determinado momento, a nota traz o seguinte trecho de sua fala: “Não foi visto nenhum travesti ou transexual nas 44 escolas analisadas”.¹²⁴ O arquivo sonoro traz, entretanto, uma fala que utiliza artigo feminino para referenciar às travestis: “(...) nenhuma travesti ou transexual”. Conforme tratamos no **capítulo 3** desta tese, o mesmo ocorreu em eventos realizados em 1999, em que Midori Amorim foi tratada no feminino, mas as notas taquigráficas modificaram o que foi dito utilizando o artigo masculino.

O fato de, mais de 10 anos depois, ocorrer situações semelhantes no processo de produção das notas taquigráficas aponta para a manutenção de perspectivas de gênero reforçadoras de preconceitos entre o corpo técnico da Câmara dos Deputados. Mesmo após a realização de mais de uma dezena de eventos com a presença de travestis, transgêneras(os) e transexuais na casa legislativa, parte dos(as) servidores(as) responsáveis pela transcrição seguia utilizando artigos masculinos para designar pessoas identificadas com feminilidades.

¹²⁴ Trecho retirado da nota taquigráfica da apresentação feita por Carlos Laudari durante o Seminário “Escola sem Homofobia”, ocorrido em 23 de novembro de 2010 na Câmara dos Deputados.

O *kit* que foi desenvolvido pelo Escola sem Homofobia e apresentado durante o seminário da Câmara dos Deputados era composto por: um caderno - que apresentava o Projeto e propunha metodologias de abordagem do tema nas escolas -, seis boletins, três vídeos com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação. No Caderno, o texto de apresentação trazia o seguinte trecho:

Fica assim explícito o entendimento do governo brasileiro de que a escola atua como um dos principais agentes responsáveis pela produção, reprodução e naturalização da homofobia, não apenas no que se refere aos conteúdos disciplinares, mas também às interações cotidianas que ocorrem em seu interior e que são extensivas, também, ao ambiente doméstico. Nesse aspecto, a homofobia reflete a mesma lógica violenta de outras formas de inferiorização, como o racismo e o sexismo, cujo objetivo é sempre o de desumanizar o outro.¹²⁵

A partir deste trecho, é possível identificar a percepção - já citada pela fala de Virgínia Figueiredo e pela análise de Guacira Louro (2003, p.63) - das escolas como espaços de naturalização da homofobia. Segundo o documento, com o desenvolvimento do Projeto, o governo reconhecia esse aspecto e passava atuar em prol de mudanças. Além disso, o Caderno situava tais características do ambiente escolar no rol das ações que visavam desumanizar as pessoas de forma similar ao racismo e ao sexismo.

O uso do termo “homofobia” para designar de forma genérica as ações discriminatórias contra lésbicas, travestis, transgêneras(os), bissexuais e gays foi utilizado tanto nos materiais produzidos pelo Projeto, quanto nas falas de apresentação do mesmo. E, durante o seminário do dia 23 de novembro de 2010, Indianarae Siqueira - da Rede Trans Brasil - chamou à atenção para uso de palavra específica para designar o preconceito contra travestis e transgêneras(os): “(...) nós sofremos transfobia, porque somos uma identidade de gênero, não somos uma orientação sexual”.¹²⁶ Nesse sentido, é relevante que, ainda que movimentos de travestis, transexuais, lésbicas e bissexuais

¹²⁵ Trecho da apresentação do “Caderno Escola sem Homofobia”, página 8.

¹²⁶ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Indianarae Siqueira durante o Seminário “Escola sem Homofobia”, ocorrido em 23 de novembro de 2010 na Câmara dos Deputados.

questionassem, desde o início dos anos 2000,¹²⁷ o uso de termos genéricos para designar diferentes identidades sexuais e de gênero, o projeto foi desenvolvido e apresentado a partir do conceito de “homofobia”.

Este seminário marcou uma mudança nos debates sobre gênero e sexualidades na Câmara dos Deputados. Até então, e conforme abordamos nos diferentes capítulos desta tese, a instituição promoveu, em parceria com os movimentos LGBTs, várias audiências públicas, encontros e seminários desde 1999 voltados para discussões sobre diversidade sexual e de gênero. Ainda que pudessem ter alguma repercussão negativa entre deputados(as) e trabalhadores(as) da casa legislativa, em geral, eram marcados por pautas propositivas e com repercussões maiores entre aliadas(os). Pela pesquisa no acervo da Câmara dos Deputados, falava-se muito pouco desses eventos em sessões plenárias, por exemplo. Ainda que a oposição a projetos voltados para a população LGBT existisse desde o início dos debates, a discussão ampla e a divulgação em massa de trechos de eventos com essa pauta só ocorreu a partir desse seminário.

Thales Cruz (2014) traça os embates e o histórico do processo que levou ao veto do uso do *kit* anti-homofobia em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff e, pela pesquisa desenvolvida por ele, foi a partir deste seminário que construiu-se a narrativa de oposição ao projeto. Utilizando algumas falas realizadas no Seminário, especialmente a partir de um trecho do que foi dito por André Lázaro (da SECAD/MEC), o deputado Jair Bolsonaro iniciou uma ofensiva contra os materiais que seriam distribuídos no *kit*.

¹²⁷ Tratamos, no **capítulo 2**, dos questionamentos feitos por Marisa Fernandes ao uso do termo “gay” para designar vivências gays e lésbicas. O mesmo ocorreu em relação aos termos “homossexual” e “homofobia” que, durante décadas, foram utilizados para nomear vivências de diferentes pessoas dissidentes sexuais e de gênero e que, a partir da mobilização de movimentos sociais de lésbicas, travestis e transgêneras(os), tiveram seus usos questionados. Para citar um exemplo, durante evento intitulado “Homossexualidade, relações homoeróticas, saúde e visibilidade”, ocorrido em 09 de julho de 2004 na CMBH, Neusa das Dores - ativista do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro/COLERJ - fez a seguinte fala: “Eu queria dizer que a gente falou muito em homofobia, né? E as lésbicas também já fizeram o termo “lesbofobia”, as travas já fizeram o “travafobia”. Entendeu? Então esse conceito tá se alargando”. Ainda que o termo “travafobia” tenha sido substituído por “transfobia” ao longo do tempo, é possível perceber que em 2004 já gerava incômodos o uso genérico de “homofobia”.

Com manifestações em sessões plenárias e redes sociais, distribuição de panfletos, e mobilização dos setores religiosos do Congresso Nacional, o parlamentar distorceu e descontextualizou falas ditas durante o evento e transformou os sentidos que envolviam o material produzido pela ECOS (Cruz, 2014).

A ofensiva do deputado contra o Projeto se iniciou em 2010, mas ganhou força no primeiro semestre de 2011, quando outros(as) parlamentares aderiram ao processo de difamação do *kit*. A situação deflagrou uma crise entre o Congresso Nacional e o governo federal que - impulsionada por notícias sobre o enriquecimento desproporcional de Antônio Palocci (ministro da Fazenda) - optou por vetar a distribuição dos materiais em maio de 2011 como forma de evitar o trancamento das pautas no legislativo federal.¹²⁸ O Projeto que custou aos cofres públicos quase 2 milhões de reais¹²⁹ e tinha nos materiais produzidos para compor o *kit* anti-homofobia uma das suas principais ações, não foi concluído da maneira que se esperava e não cumpriu a finalidade mais importante de entrega de subsídios didáticos que pudessem auxiliar educadoras(es) na construção de debates sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas.

Ironicamente, o governo que foi celebrado pela sua eleição durante o seminário de lançamento do Projeto, não priorizou a pauta com o avanço da pressão dos setores

¹²⁸ Thalles Cruz (2014), em sua dissertação intitulada “Diferença em disputa: os embates acerca do kit anti-homofobia (2004-2012)”, detalha o processo de construção e derrocada do *kit* anti-homofobia e apresenta os diferentes acontecimentos que culminaram com o veto de Dilma Rousseff em 25 de maio de 2011. Conforme explicitamos na **Introdução**, por ser objetivo desta tese dar ênfase aos discursos e ações de ativistas de movimentos LGBTQIAP+, e não de setores conservadores que agem em prol da manutenção de hegemonias sociais, não nos deteremos aos detalhes que envolvem a crise gerada a partir do Projeto Escola sem Homofobia. A opção por mantermos a ênfase nos ativismos de dissidentes sexuais e de gênero, entretanto, não significa que não consideramos importante uma análise historiográfica profunda dos temas que envolveram o Projeto. Ao contrário, por ser muito relevante, acreditamos que seria necessário realizar todo um trabalho acadêmico sobre a temática, tal qual desenvolveu Thales Cruz. Por isso, reiteramos a importância do tema e esperamos que, cada vez mais, pesquisadoras(es) se dediquem sobre este acontecimento que transformou os discursos sobre educação e diversidade sexual e de gênero no Brasil.

¹²⁹ Durante o seminário ocorrido em 23 de novembro de 2010 na Câmara dos Deputados, Carlos Laudari (coordenador do Projeto Escola sem Homofobia) detalhou os custos do mesmo: 1 milhão e 900 mil reais. Inicialmente houve a aprovação de 3 milhões, a partir de uma emenda parlamentar. Entretanto, segundo Laudari, somente 1,9 milhão puderam efetivamente ser utilizados.

conservadores do Congresso Nacional. Sobre a relação entre o governo Dilma Rousseff e os movimentos LGBTs, Alexandre Martins (2020) destaca:

Quando nos voltamos às relações do governo Dilma com o ativismo LGBT hegemônico, destacam-se as posições vacilantes assumidas frente à criminalização e às políticas educacionais de combate à LGBTfobia, assim como a redução dos já escassos recursos para políticas públicas LGBTs. Em meio às tensões estabelecidas desde o veto ao kit anti-homofobia, foi no âmbito do combate à violência que se centraram as esparsas políticas LGBTs daquele governo. (...) Um episódio ocorrido em 26 de junho de 2013 ilustra bem o papel que a criminalização cumpria nessa relação. Em entrevista coletiva após reunião entre Dilma Rousseff e o CNCD/LGBT, fruto inclusive da conjuntura de manifestações daquele mês, uma liderança LGBT, ao ser questionada sobre o veto de Dilma em 2011 ao kit anti-homofobia nas escolas (uma medida, afinal, não penal de combate à LGBTfobia), afirmou que “agora não se fala mais em kit anti homofobia, agora é o PLC 122” (Irineu, 2016). Afirmava-se com essa enunciação pública (...) um compromisso do governo com a criminalização ao mesmo tempo em que se afastava a possibilidade de avanços no âmbito educacional (Entrevista I) (MARTINS, 2020, p. 145 e 146).

Se considerarmos as críticas ao Programa Brasil sem Homofobia, podemos estender a noção de posicionamento “vacilante” do governo Dilma Rousseff para os dois primeiros mandatos do governo Lula também. É inegável que os avanços de políticas públicas e de garantia de espaço para debates - em conselhos, órgãos federais e no Congresso Nacional - foram conquistadas durante os mandatos do PT na Presidência da República. Entretanto, a ausência de aprovação de leis e de garantia de orçamento suficiente para a execução de políticas apontam que, entre outras pautas, as questões que envolviam pessoas LGBTs não eram prioritárias.

A última reunião ocorrida na Câmara dos Deputados em 2011 e que tratou, justamente, do tema da educação foi o “Seminário do Plano Nacional de Educação: Mobilização por uma Educação sem Homofobia”, realizado em 23 de novembro. Ao longo do encontro, ativistas, deputados(as) e membros do governo manifestaram insatisfação com os ataques sofridos pelo *kit* do projeto Escola sem Homofobia. Abordaram a falta de ética da oposição em distorcer o contexto que envolviam os materiais e lamentaram que um projeto desenvolvido ao longo de vários anos fosse tratado de forma reducionista. Ao mesmo tempo, o argumento de representantes da

Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Educação era de que haveria uma adequação do *kit* anti-homofobia para que o Projeto não se perdesse. Dessa forma, seria possível distribuir os materiais em um futuro próximo.

O debate geral do evento envolveu temas já discutidos em outros encontros e que foram reforçados a partir da ótica de um Plano Nacional de Educação: a necessidade de combater a homofobia nas escolas. Entre as ativistas presentes, Miriam Corrêa - liderança do PT - trouxe um aspecto da discriminação que, até então, havia sido pouco tratado: o preconceito contra crianças e jovens filhas de lésbicas, gays, travestis e transgêneras(os).

Eu trabalho na Liderança do PT há alguns anos, milito na área, sou lésbica e acompanhei, desde o início, essa discussão sobre a Escola sem Homofobia. Testemunhei todo o rolo no Plenário, todo o golpe da obstrução de segmentos conservadores no Plenário. Tenho especial interesse no assunto, como todos nós, não só por uma questão individual de cada um dos LGBTs, mas pela questão universal dos direitos humanos e também pensando nos meus filhos. Eu tenho minha companheira há 13 anos, nós temos um casal de filhos adotivos, que estão passando a viver a homofobia incidentalmente por conta de suas mães. Nós os trocamos de escola, uma escola pública, onde, antes das aulas, havia “culto para acalmar as crianças”, para obedecerem às autoridades. Conforme até as placas na escola diziam: toda autoridade era uma dádiva divina e, então, precisava ser respeitada. E lá meu filho começou a ser assediado por viver “em pecado”, por ter “duas mães”, sendo que a nossa relação é aberta, é completamente conhecida da escola. Nós nos apresentamos ao matriculá-los lá. Enfim, trocamos de escola, estamos em outra escola pública, bem mais avançada, uma das melhores do Distrito Federal, na qual felizmente nos deparamos com o quê? É uma escola em que há vários casais de pessoas do mesmo sexo com seus filhos adotivos, uma escola em que se convive bem, em que as crianças estão quebrando o preconceito, por força do próprio cotidiano, da realidade, de verem as mães ou os pais irem buscar as crianças, um leva, outro busca. Os professores, os coleguinhas convivem com isso. “Ah, Fulano tem duas mães.” “Ah, chegou o teu outro pai.” “Ah, chegou a tua outra mãe.” É uma coisa que está me surpreendendo, mas eu me preocupo, porque é uma ilha. Isso está acontecendo silenciosamente, ou seja, é uma realidade, mas não tem respaldo jurídico no MEC, nas políticas públicas. Como aconteceu na outra escola, se uma professora enlouquecer e resolver de novo botar o dedo e dizer que “você são pecadores, porque são filhos de sapatão, filhos de bicha”... É um absurdo, porque não há muito que fazer, porque é isso. Aí se lida com o silêncio da escola, fala-se com a diretora, como na outra situação, a saída foi retirar da escola. Então, eu vejo que há uma urgência. As próprias crianças, na convivência na escola, estão quebrando com muito mais força o preconceito do que os nossos discursos, muitas vezes. Eu acho que é importante. Eles estão conseguindo trabalhar com os professores. Acho que as crianças estão ensinando mais os professores do que talvez nós. Eu só

queria fazer essa consideração para que se refletisse a respeito da importância de trabalhar com as crianças que também são vítimas.¹³⁰

O relato de Miriam Corrêa é relevante porque aponta várias dimensões que envolvem o ambiente escolar: a presença de símbolos e rituais que comunicam uma instituição que não é laica; a ação direta de alguns/algumas professores(as) a favor da discriminação contra diversidades sexuais e de gênero; a omissão da gestão das escolas em solucionar o problema; a relação dialógica de ensino-aprendizagem, que permite que tanto alunas(os) quanto professoras(es) exerçam posições intercambiáveis de quem ensina e de quem aprende. A partir da narrativa sobre a escola que acolhe melhor o tema da diversidade sexual e de gênero, é possível perceber como a abertura para a convivência com a diferença permite um aprofundamento dos processos de aprendizagem. Com base nessa perspectiva, vamos abordar algumas leituras sobre a temática que nos ajuda a pensar possibilidades de novas formas de educação.

7.3 Reflexões sobre pedagogias *para e pela* diferença

Para discutirmos possibilidades de transformação na educação que auxiliem na construção de novas(os) sujeitas(os) críticas(os) a perspectivas hegemônicas e que valorizem a potencialidade da diferença, tal qual defende Audre Lorde, vamos retomar algumas das frases citadas por Carlos Laudari (da *Pathfinder*), durante evento no dia 23/11/2010, e ouvidas ao longo da pesquisa qualitativa desenvolvida pelo Projeto Escola sem Homofobia. Em muitas delas, a comunidade escolar, especialmente os(as) professores(as), defenderam que em suas escolas nunca tinha existido “um caso de gay ou lésbica” ou de travestis. Guacira Louro (2003) discute como a análise daquilo que é negado, ocultado ou ignorado é imprescindível para entendermos os mecanismos sob os quais funcionam a produção de normatividades no ambiente escolar:

¹³⁰ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Miriam Beatriz Corrêa durante o “Seminário do Plano Nacional de Educação: Mobilização por uma Educação sem Homofobia”, em 23 de novembro de 2011 na Câmara dos Deputados.

(...) tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado — os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da "norma". A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos "bons" e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (Louro, 2003, p. 67 e 68).

A “ignorância” sobre existências dessas(es) sujeitas(os) nas escolas é, portanto, parte fundamental do processo de mantê-las(os) como “anormais”. Se não se fala sobre, então essas vivências não existem. Se elas não existem, a única forma de se apresentar para a sociedade é como pessoa cisgênera e heterossexual. Obviamente, os temas que envolvem diversidades sexuais e de identidade de gênero não são os únicos que são negados como tática de não romper com hegemonias vigentes: o mesmo ocorre com questões étnico-raciais, em que o debate sobre racismo e sobre desigualdades socioeconômicas no Brasil ainda são muito pouco fomentados na educação básica.

Mesmo com a negação realizada por agentes escolares, sujeitas(os) que não se conformam com normatividades de gênero, de sexualidade ou de raça seguem (re)existindo nesses espaços e tensionando as fronteiras construídas entre o natural e o desviante. A defesa de que não se deve tratar sobre sexualidades para não incentivar vivências sexuais ou afetivas inadequadas ignora - propositadamente ou não - que “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (Louro, 2003, p. 81)”. Portanto, entender os contornos e os sentidos dos discursos que são produzidos sobre educação e relações afetiva/sexuais e de gênero é imprescindível para pensar em propostas que tenham, de fato, potencial questionador.

Ao dissecar os significados dos discursos que estão por trás dos posicionamentos contrários à realização de debates sobre o tema, passamos a entender que a escola produz as normas de gênero e de sexualidades. Nesse sentido, explica Guacira Louro:

(...) é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: "em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área", ou então, "nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos". De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses "problemas" a sexualidade ficará fora da escola. É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz (...). Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares (Louro, 2003, p. 80 e 81).

Pensar um projeto de educação que tenha por objetivo central questionar o viés normatizador - ou normalizador - das escolas, requer entender, portanto, a relevância dos símbolos, da linguagem, dos rituais e dos “não-ditos” que atravessam esses espaços. A partir disso, elaborar ferramentas que incitem o debate, que não escondam a tensão, que não busquem a simples inclusão, ou a conformação das diferenças, ao contrário, que entenda que as diferenças são fundamentais e devem ser dialogadas. Como afirma Letícia Nascimento (2021, p.39), “a marginalidade é um estímulo à criatividade”. Nesse sentido, sujeitas(os) que ocupam esses espaços nas escolas que, muitas vezes, rompem as fronteiras dos binarismos sexuais e de gênero - ou vivem na própria fronteira - contribuem na construção de novas formas de (inter)relação.

Por isso, Louro (2001) propõe o uso de uma pedagogia e um currículo *queer*: uma proposta que se volta para a produção - e não para a eliminação - das diferenças, que incentiva o questionamento das normatividades, que trata sobre as disputas e entende os sentidos políticos por trás delas.

Uma pedagogia e um currículo *queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao

sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (Louro, 2001, p. 550).

Mais uma vez é necessário pensar as diferenças como potencialidades e não, simplesmente, a partir da mera “tolerância” (Lorde, 2019). O incômodo gerado pelas diferenças serviria para refletir sobre outros projetos de futuro para a humanidade. Futuros não ancorados em falsas estabilidades sociais e que tentam incluir indivíduos a partir da normatização dos seus corpos e ações. Louro (2003, p. 86) também não acredita na percepção - que ela entende como “ingênua” - de que a partir da escola é possível transformar toda a sociedade e eliminar as relações de poder. Mas entende que é possível construir sujeitas(os) capazes de pensar criticamente essas relações e tensioná-las, atuando politicamente contra hegemonias sociais vigentes.

Rogério Junqueira (2009) apresenta perspectivas que convergem com a análise feita por Guacira Louro (2001; 2003). O sociólogo entende que, para a construção de um ambiente escolar efetivamente educativo, é preciso que a diversidade não seja simplesmente um direito, mas um fator de estímulo (Junqueira, 2009, p. 169). Convivendo com a diferença e aprendendo a se relacionar com ela de forma solidária, crianças e jovens podem compreender sobre os sentidos de democracia e contribuir para uma cultura de paz. Ao analisarmos o discurso realizado por Irina Bacci - ativista lésbica da ABGLT - durante o VIII Seminário LGBT ocorrido na Câmara dos Deputados, percebemos que a ativista defende, justamente, a mudança da forma de lidar com as diversidades para que seja possível viver em um país efetivamente democrático:

O tema da Mesa [Cidadania LGBT] é bastante importante, porque estamos dialogando exatamente com essas atrocidades, com essas violências que a sociedade brasileira tem vivido. Violências tantas, não só homofóbicas, mas de gênero, contra etnias diversas, contra homossexuais, contra travestis e violências contra transexuais. E nós precisamos começar a nos unir e inverter

a lógica. Precisamos clamar à sociedade como um todo por uma cultura de paz. Está na hora de este país, que é tão diverso, tão bonito, que representa todas as cores, todas as raças, todas as etnias, todos os gêneros, todas as orientações sexuais, unir-se e lutar contra o terrorismo. Não é possível que acreditemos que a ditadura neste país acabou, sendo que continuamos a ser torturados. Não é possível que acreditemos nesse discurso que vivemos numa democracia se as vozes de todos nós são silenciadas porque a gente quer viver simplesmente o nosso amor. Isso é uma ditadura sim, é a ditadura do amor heterossexual, que não aceita um amor diferente. Que não tem nada a ver com as pessoas heterossexuais, mas tem a ver com uma norma imposta por um grupo majoritário de pessoas conservadoras nessa sociedade, fundamentalistas e homofóbicas, que não aceitam que expressões diversas a isso se manifestem.¹³¹

A partir das escolas, segundo Junqueira (2009), seria possível, portanto, tensionar os sentidos hegemônicos que envolvem as relações sociais em busca da consolidação da democracia tal qual defende Irina Bacci. Por isso, o convívio com a diferença e o conhecimento sobre as estratégias políticas que mantêm espaços de poder majoritariamente ocupados por determinados sujeitos(as) sociais têm que ser parte das ferramentas que compõem os currículos escolares. Rogério Junqueira (2009) entende as diversidades e diferenças como recursos pedagógicos importantes na transformação das dinâmicas educativas. Portanto, elas não só são desejadas como podem ser articuladas para garantir um ensino de qualidade:

(...) no campo da educação escolar, o convívio direto entre pessoas diferentes enseja oportunidades de aprendizado e de crescimento, pois as diversidades/diferenças (inclusive as sexuais e de gênero) podem constituir um importante recurso pedagógico. Não é a qualidade do ensino que conduz à coexistência pacífica e ao convívio democrático com a diversidade, mas, antes, é a efetiva promoção da diversidade que pode propiciar um ensino de qualidade e favorecedor de ambiências escolares regidas pela cultura de paz (Junqueira, 2009, p. 170).

Para que as diversidades/diferenças possam ser pensadas como recurso didático é necessário que se compreenda os aspectos sociais que constroem as normatividades e, entre elas, a heteronormatividade. Para romper com “a ditadura do amor heterossexual”, citada por Irina Bacci, é preciso primeira identificá-la e formar a comunidade escolar para isso. Quais são os signos, as linguagens, as estruturas arquitetônicas que reforçam aspectos da cisheteronormatividade nas escolas? Essa pergunta é fundamental no

¹³¹ Trecho retirado da transcrição do arquivo sonoro do discurso feito por Irina Bacci durante o VIII Seminário LGBT ocorrido na Câmara dos Deputados em 17 de maio de 2011.

processo de desconstrução desses símbolos e deve estar presente na formação de educadoras(es). Sobre isso, Rogério Junqueira ressalta:

(...) é indispensável que ações de formação inicial ou continuada que abordem os temas da diversidade sexual atentem para o caráter estruturante da heteronormatividade e da homofobia na configuração do espaço escolar, das políticas, dos currículos, das práticas pedagógicas e administrativas, das rotinas e das ambiências – portanto, na construção, na hierarquização e na marginalização de sujeitos, corpos e subjetividades (Junqueira, 2009, p. 166).

Ao se atentar para o caráter estruturante das normatividades de gênero e de sexualidades fomentadas nas escolas, é possível construir uma educação voltada para as diversidades que não tenha como foco somente a inclusão ou a busca da prevenção contra fatores de risco. Parte da crítica sobre como se desenvolve a educação sexual no ambiente escolar se relaciona com o fato de que, muitas vezes, ela se volta apenas para informações sobre contracepção e prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Corroborando, dessa forma, para uma perspectiva negativa sobre a sexualidade.

Embora a divulgação de métodos saudáveis de viver as sexualidades seja imprescindível - inclusive considerando diferentes corpos e formas de se relacionar -, é preciso que essa não seja a única forma de tratá-las, que se trabalhe com alunas(os) sobre como as vivências podem ser diversas e positivas. Mais uma vez, esse caminho aponta para um objetivo de ir além da “tolerância” às diferenças, ou seja, que entenda que as diversidades não devem ser somente respeitadas, mas desejadas para a formação de uma sociedade plural, autônoma e criativa.

(...) seria preciso fazer com que as iniciativas voltadas a enfrentar discriminações por orientação sexual e identidade de gênero ultrapassassem a lógica do “combate à violência homofóbica”, em favor da cultura dos direitos e da promoção mais ampla do respeito pela (e do reconhecimento da) diversidade e de um modelo democrático de compreensão dos direitos sexuais mais amplo e plural. (...) Mantida a imprecisão, a sexualidade no máximo será novamente vista sob a perspectiva da prevenção e não da promoção de direitos e, assim, permanecerá no plano do risco e da ameaça, reverberando mobilizações conservadoras que preconizam uma política sexual voltada a conter supostas ameaças à família e à normalidade heterossexual (Junqueira, 2009, p. 165).

Ao longo do desenvolvimento deste capítulo, apresentamos algumas das propostas dos movimentos sociais e de pesquisadoras(es) para romper com um ciclo

histórico de violências e, conseqüente, evasão escolar que mantêm as estruturas da educação brasileira na lógica permanente de (re)produção de desigualdades de gênero, raciais, de classe e de sexualidades. Especialmente pelas análises feitas por ativistas, durante entrevistas de história oral e em discursos na Câmara dos Deputados, sujeitas(os) que não gozam de privilégios de raça e classe e que performam gêneros que não são os designados em seus nascimentos, em geral, são as(os) que mais sofrem com as normatividades impostas pelo ambiente escolar.

Ainda que Guacira Louro (2003) nos alerte sobre a ingenuidade de acreditar que a mudança nos currículos escolares promoveria transformação das relações de poder na sociedade, é fato que, algumas das alterações propostas, permitiriam, pelo menos, o mínimo de acolhimento e de transformação na vida de indivíduos que ainda hoje sofrem com a realidade escolar. Conforme tratamos, mudanças na Educação conectadas com políticas públicas de trabalho e renda, poderiam significar a ampliação dos horizontes para pessoas lésbicas, travestis, transgêneras, bissexuais e gays, de forma a permitir escolhas além de profissões informais ou mal remuneradas. Além disso, as escolas podem garantir a construção de subjetividades críticas a perspectivas hegemônicas e capazes de participar politicamente de mudanças na sociedade. Por isso, é um campo que precisa ser disputado e questionado permanentemente. Olhar, portanto, para a atualidade e perceber que muito pouco do que foi proposto nas últimas décadas - e que foi prometido - se consolidou, nos faz refletir sobre a atualidade desses discursos que foram realizados na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2011.

De qualquer forma, o que foi proposto, pensado, pesquisado e analisado não se perdeu com o tempo e segue sendo atualizado pelas novas dinâmicas sociais, tensionado por sujeitas(os) que têm a fronteira como espaço de ativismo e de construção de perspectivas. Pensando nessas formas plurais de construir novas pedagogias, que

estejam conectados com estas(es) sujeitas(os), Rogério Junqueira (2009) aponta os caminhos que uma educação para e pela diferença deveria percorrer:

Trata-se de construir, a partir do terreno dinâmico e plural da ética democrática e dos direitos humanos, uma unidade na diversidade que não se pautaria pela busca de uma síntese harmoniosa, insidiosa, colonizadora, redutora e paralisante. Pelo contrário, investiria no pluralismo, no reconhecimento da multiplicidade e na pluralidade de identidades multifariamente imbricadas. A inclusão seria construída de maneira criativa, dinâmica, solidária e dialógica. Ao longo desse processo, a valorização da diversidade, a promoção da equidade e a participação de todos os indivíduos e grupos se dariam também no sentido de se assegurarem as mesmas oportunidades (inclusive de interlocução), o acesso e o pertencimento aos espaços sociais (Junqueira, 2009, p. 177 e 178).

Defender o direito a uma sociedade plural e com suas diferenças é, portanto, questão fundamental para projetos políticos e pedagógicos que acreditam no fortalecimento da democracia e da cidadania no Brasil. A convivência com os diferentes “outros” de forma aberta a executar a escuta e o diálogo é uma premissa importante das escolas que se propõem a ser realmente inclusivas. A análise histórica das reivindicações dos movimentos sociais no Congresso Nacional aponta que não faltam projetos, propostas, estratégias e estudos sobre educação e diversidade. Falta, muitas vezes, vontade política. Por isso, os debates construídos pelas(os) ativistas(os) seguem relevantes e atuais: o questionamento e o tensionamento desse campo de disputas será permanente, sempre em busca de escolas que sejam efetivamente plurais.

Considerações finais

Durante o IV Seminário Nacional GBLT, ocorrido em 2007 na Câmara dos Deputados, Fernanda Benvenuti, da ANTRA, foi extremamente aplaudida em seu discurso e, entre os questionamentos que fez, perguntou sobre quais avanços aquela casa legislativa tinha garantido para os movimentos GLBTs até aquele momento. Podemos estender a pergunta da ativista e questionar: entre 1999 e 2011, quais leis e políticas públicas o Congresso Nacional aprovou para esta população?

É fato que algumas/alguns deputadas(os) da Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual garantiram verbas de emendas para projetos, propuseram PLs e apoiaram políticas públicas implementadas pelo executivo federal. Mas, na prática, o Congresso Nacional não efetivou nenhuma das suas promessas. Isso não significa que os eventos públicos realizados na Câmara dos Deputados não foram importantes para pressionar pelas conquistas que vieram por meio do Judiciário e dos órgãos do Executivo, mas, ainda assim, é simbólico que anos de debates não tenham se efetivado em nenhum projeto de lei aprovado voltado especificamente para esta população.

Principalmente a partir do último capítulo, fizemos uma análise crítica da atuação “vacilante” dos governos do PT em relação a esses grupos sociais. Entretanto, como reflete a própria Yone Lindgren sobre a participação em eventos e conselhos, nesses governos havia, ainda, um espaço de debate e de possibilidades de questionamentos. O cenário político que sucedeu ao golpe de 2016 tornou ainda mais difícil a conquista de direitos e políticas públicas por meio do Congresso Nacional. Além disso, Jair Bolsonaro despontou como liderança nacional usando, justamente, discursos de intolerância e de violência contra mulheres, negras(os), lésbicas, travestis, transgêneras(os), gays, indígenas, e tantos outros grupos sociais. Os ataques ao *kit*

anti-homofobia foram, portanto, apenas prelúdio do que viria a acontecer ao longo da década.

A altivez das militâncias, entretanto, não nos permite pensar em debates, discursos ou mobilizações perdidas. Ao contrário, a presença de muitas delas em movimentos sociais atualmente - como Soraya Menezes, Yone Lindgren, Virgínia Figueiredo, Rosângela Castro, Marisa Fernandes, Irina Bacci - aponta que os espaços políticos seguem em disputa. Por isso, ao longo desta tese, tentamos demonstrar a atualidade desses debates que começaram décadas atrás.

Analisar a história recente do Brasil a partir dos debates sobre gênero, raça, classe e sexualidades realizados na Câmara dos Deputados revelou uma tarefa complexa e repleta de nuances, exigindo outras pesquisas capazes de aprofundar nos diferentes aspectos que são tensionados pelos movimentos sociais durante suas intervenções neste espaço. Ao mesmo tempo, não consideramos que foram poucos os elementos trabalhados ao longo desta tese. Ainda que de forma menos profunda, apresentamos como os discursos realizados na casa legislativa - cotejados com narrativas de história oral e com documentos produzidos por movimentos sociais - ajudam a abordar a história do Brasil sob uma perspectiva plural. Perspectiva que reflete sobre os trabalhos de memória das ativistas e as relações entre diferentes sujeitas(os) sociais, seus tensionamentos e seus projetos de país que buscam ir além da “tolerância” de seus corpos. Indivíduos que querem ser parte ativa dos espaços de poder político e produzir novas realidades sociais.

Sabe-se que as políticas públicas que existem hoje, ainda que poucas, são conquistas dessas ações de disputa e de exigência de direitos. Ao analisarmos a história dos movimentos de lésbicas no Brasil, percebemos como as organizações se transformaram e se adaptaram a novas realidades a partir da redemocratização. É por

meio dessas mudanças, que lésbicas passaram a atuar em casas legislativas, negociar com parlamentares e discursar em plenárias. Há críticas que se fazem em relação a essas adaptações e à diminuição do caráter transgressor das suas mobilizações. Mas como promover mudanças importantes, em escala nacional, para garantir condições mínimas de igualdade e de direitos sem dialogar com o sistema político que rege o país?

Os diálogos e as adaptações, entretanto, não se fizeram de forma acrítica. Ao contrário, o que tentamos apresentar ao longo dos capítulos é que esses movimentos sociais compreendiam as intenções dos(as) agentes políticos(as). Seja manifestando discordâncias sobre composições de mesa de debates e tempos de fala, seja revelando percepções sobre os tratamentos recebidos nesses espaços, ou ainda na literalidade da constatação feita por Yone Lindgren - “o legislativo não trabalha pra nós” -, ativistas registraram, nos mais diferentes suportes documentais, que percebiam a tensão que envolvia estar nesses espaços e requerer direitos.

De toda forma, assumimos a limitação que é partir de documentos institucionais para pensar a atuação dos movimentos de lésbicas no Brasil. O que abordamos nesta tese é apenas uma parte das articulações que são feitas por essas organizações e que não são, nem de longe, a única finalidade delas. Em entrevistas de história oral e pela análise dos documentos produzidos pelos movimentos sociais, percebemos os inúmeros encontros, oficinas, ações culturais, produção de materiais, articulações com órgãos do Executivo, diálogos com outras militâncias sociais, entre outras ações, que compõem a maior parte do trabalho realizado por essas ativistas. Discursar na Câmara dos Deputados e advogar pela construção de direitos e políticas públicas é, portanto, apenas uma parcela do que é feito pelo conjunto de organizações que existem no país desde o final dos anos 1970.

Por isso, para que não construíssemos uma narrativa histórica que apenas reverbera as saudações e comemorações feitas em plenários, e reproduz vibrações

otimistas registradas pelos microfones da casa legislativa, optamos por nos atentar aos detalhes, aos fragmentos que apontavam tensionamentos nos eventos, analisando as narrativas de história oral e outros documentos que nos auxiliassem a pensar além do que era dito nessas reuniões. O objetivo nunca foi o de dismantelar os discursos de deputados(as) ou membros(as) do governo que participavam com promessas de transformações para a população LGBTQIAPN+. A intenção era a de “desconstruir”, no sentido metodológico defendido por Guacira Louro (2001, p. 548). Ou seja, de elaborar uma análise crítica que questionasse os sentidos que envolviam os discursos e os contextos em que eles eram realizados. Ao pensar criticamente os textos falados, conseguimos conectar perspectivas similares, apontar traços de identidade, levantar pontos de divergências e construir uma reflexão que, provavelmente, apresenta mais perguntas do que respostas, mas que, ainda assim, contribui para o debate.

Ao apresentar a **história do projeto e as subjetividades** que atravessaram a pesquisa e a escrita desta tese, buscamos delimitar as bases que auxiliam no processo de compreensão das escolhas dos temas abordados. Da mesma forma que foi necessária a desconstrução dos discursos analisados, também foram imprescindíveis os processos de auto-reflexão que levaram à construção de novas perspectivas sobre direitos humanos e ferramentas de transformação social. Nesse sentido, ao trazer debates públicos específicos, dialogamos e nos posicionamos a favor de perspectivas feministas plurais e que pensam questões de gênero, raça, sexualidades, classe social e territorialidades de forma interdependente, numa proposta que abraça cosmovisões como as de Sueli Carneiro, María Lugones, Audre Lorde, Leticia Nascimento e tantas outras ativistas-intelectuais-pensadoras que inspiraram este trabalho.

A inserção desta tese no campo da história pública e numa perspectiva engajada entende que toda produção científica e intelectual parte de um posicionamento social e

político. Abordamos tal aspecto, entretanto, sem abandonar os métodos inerentes ao fazer historiográfico responsável. Nesse sentido, percebemos como imprescindível a explicitação do posicionamento de quem escreve este trabalho sobre os temas abordados. Acreditamos, primeiramente, que a noção de “direitos humanos” que foi largamente difundida na segunda metade do século XX e, no caso do Brasil, nos anos finais da Ditadura Civil-Militar, não envolve e protege corpos lésbicos, não cisgêneros, negros, indígenas, pobres, das margens territoriais e/ou de pessoas com deficiência de forma ampla. Percebemos, tal qual aponta Lucas Pedretti e analisa Julieta Paredes, que, historicamente, essa concepção tem privilegiado alguns grupos (brancos, heterossexuais, masculinos, ricos) em detrimento de outros. Essa percepção atravessa toda a tese: quando analisamos o espaço secundarizado que foi dado à Luiza Granada no evento de Direitos Humanos na Alesp; ao relatar violências sofridas por Marli Barbosa, Rosana Ligerio, Luana Barbosa, Luana Cotroffi e tantas outras citadas; ao trazer os dados do *Dossiê do Lesbocídio*; ao apresentar o processo de abandono do programa Escola sem Homofobia.

Ao entendermos os processos de violência que vitimam esses corpos, entretanto, não apresentamos esses grupos como vítimas essenciais. Ao contrário, a (re)existência dessas sujeitas sociais no debate público informa que, como defende María Lugones, existe um *lócus fraturado*¹³², em que o caráter violento e homogeneizante das estruturas políticas e sociais marcadas pela colonialidade não é absoluto e que diversas ações de resistência são produzidas cotidianamente. Esse aspecto se evidencia quando narramos

¹³² María Lugones utiliza o conceito “lócus fraturado” para tratar do espaço de resistência que existe - entre sociedades marcadas pelo colonialismo - aos mecanismos do sistema moderno capitalista de poder. Nesse sentido, em seu texto “Rumo a um feminismo descolonial”, Lugones (2014, p. 942) ressalta: “em vez de pensar o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias, quero pensar o processo sendo continuamente resistido e resistindo até hoje. E, desta maneira, quero pensar o/a colonizado/a (...) como um ser que começa a habitar um lócus fraturado, construído duplamente, que percebe duplamente, relaciona-se duplamente, onde os “lados” do lócus estão em tensão, e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla”.

discursos de ativistas que relatam suas vivências em espaços públicos e propõem ferramentas de transformação social em que a margem e a diferença passam a ser o centro das discussões. Por isso, concordamos com perspectivas como as de bell hooks e Audre Lorde que entendem como fundamentais a necessidade de participação de pessoas diferentes - e com diferentes vivências - na luta contra as opressões. O alinhamento com essas perspectivas se reflete na escolha dos discursos ativistas citados: dos movimentos de negros(as), de travestis, de transgêneras e de lésbicas.

Traçar os processos de resistência e de parceria entre movimentos sociais não significou, entretanto, apagar as contradições existentes nas pautas que foram defendidas por organizações ativistas. Neste trabalho, essas questões foram mais amplamente tratadas ao abordarmos os debates em torno da criminalização da LGBTfobia. Sem o objetivo de anular a diversidade de propostas que existiam - especialmente fora do Congresso Nacional - para os problemas relacionados às violências LGBTfóbicas, apontamos como, pelos discursos realizados na casa legislativa federal, as defesas que envolviam o PLC nº 122/06 acabaram se tornando uníssonas. Ao ter contato com os diferentes relatos de violência - que envolviam, em muitos casos, a atuação do sistema judiciário na perpetuação de violências de gênero, raciais e lesbo/transfóbicas -, identificamos que não seria pelo uso do aparato policial do Estado que o fim da discriminação contra dissidentes sexuais e de gênero seria conquistada. Por isso, acreditamos na perspectiva defendida por intelectuais como Juliana Borges, Angela Davis e Ana Flauzina de que o aumento de normas criminalizantes apenas reverbera situações históricas de injustiça social e aponta o caráter limitado dos horizontes de transformação social possíveis.

Nesse sentido, ao abordarmos o tema da educação *para e pela* diferença, apresentamos que outros horizontes são possíveis e que é a partir deles que nos

posicionamos. Tal qual reflete Guacira Louro, as escolas são ambientes de reverberação de relações de poder e seria ilusório acreditar em uma mudança radical que parte desses espaços institucionais. Entretanto, educadoras(es) podem ter uma função fundamental no fomento dos debates sobre a diferença e na percepção das potencialidades que o encontro entre diferentes sujeitas(os) podem ter. Por isso, ao encerrarmos os capítulos com o debate sobre educação, buscamos conectar passado e futuro, apresentamos perspectivas que se alinham ao que acreditamos como ferramentas para superação de violências e das opressões cotidianas vivenciadas por pessoas não hegemônicas.

Objetivo principal deste trabalho, acreditamos ter sido possível apontar como, a partir de documentos produzidos pelo legislativo federal brasileiro - cotejados com narrativas de história oral e acervos de movimentos sociais -, podemos discutir sobre lesbianidades, gênero, questões raciais, classe, desigualdades, direitos humanos, políticas públicas, educação, violências, entre tantos outros temas que envolvem a política, a memória e a história do Brasil. Eleger as lésbicas como protagonistas dessas narrativas foi uma estratégia que pretendia demonstrar como análises sobre o passado podem partir de perspectivas plurais. As protagonistas podem ser várias, o importante é deslocar a margem para o centro e buscar novas formas de olhar o país.

Anexo

| Arquivo da Câmara dos Deputados - Fontes documentais analisadas | | | |
|--|-------------|---|---|
| Evento | Data | Lésbicas participantes | Documentos identificados |
| Relato de ocorrência de violação dos direitos humanos no Estado de Pernambuco (tortura à casal de mulheres pela polícia) | 25/08/99 | Marli José da Silva Barosa (denunciante de tortura); Rosana Lage Ligeira (denunciante de tortura); Rosângela Castro (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis - ABGLT) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Seminário "Direitos humanos e Cidadania Homossexual" | 21/09/99 | Rosângela Castro (Grupo Arco-Íris/ Secretaria de Mulheres da ABGLT); Zora Yonara Iones Costa (Grupo Lésbicas da Bahia) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Debate acerca dos mecanismos e instrumentos de defesa dos homossexuais na sociedade. | 06/05/03 | Rosana Zaiden (Movimento de Lésbicas de São Paulo) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Sessão solene de abertura do Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT) | 26/06/03 | Mirian Weber (Grupo Lésbicas Gaúchas - LEGAU); Marisa Fernandes (Coletivo de Feministas Lésbicas); Cristiane Simões (Grupo MOLECA e do Disque Defesa Homossexual, de Campinas (SP)); | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade. Painel: Homofobia e Legislação Antidiscriminatória. | 26/06/03 | Virgínia Figueiredo (Coordenadora Setorial do GLBTT do Partido dos Trabalhadores) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Avaliação do Programa Brasil Sem Homofobia | 25/05/05 | Marisa Fernandes (Coletivo de Feministas Lésbicas e Liga Brasileira de Lésbicas - LBL) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| II Seminário GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (Travestis e Transexuais) - "Compromisso com o respeito e a igualdade" | 28/06/05 | Yone Lindgren (Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL); Marisa Fernandes (Coletivo de Feministas Lésbicas); Virgínia Figueiredo (Liga Brasileira de Lésbicas); | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |

| Arquivo da Câmara dos Deputados - Fontes documentais analisadas | | | |
|---|-------------|---|---|
| Evento | Data | Lésbicas participantes | Documentos identificados |
| Debate sobre homoparentalidade e adoção | 26/10/05 | Irina Karla Bacci (Presidenta da INOVA - Associação de Famílias GLTTB) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| III Seminário Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Abertura e Mesa I: 18 Anos da nova Constituição Federal e nenhuma lei de interesse de Cidadania GLBT | 12/07/06 | Andréa Manzan (Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| III Seminário Nacional - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Compromisso com o respeito e a igualdade | 12/07/06 | Daniela (Liga Brasileira de Lésbicas - LBL) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| IV Seminário Nacional GLBT, Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Manhã | 22/05/07 | Cris Simões (Articulação Brasileira de Lésbicas). | Arquivos sonoros. |
| IV Seminário Nacional GLBT, Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Tarde | 22/05/07 | Não identificadas. | Arquivos sonoros. |
| VI Seminário Nacional pela Cidadania LGBT | 14/05/09 | Yone Lindgren (Articulação Brasileira de Lésbicas); Denise Limeira (Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Audiência Pública para discutir o tema "Homofobia nas Escolas" | 22/10/09 | Angela Cardoso (ONG SOMOS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Abertura do VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais - Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas. | 18/05/10 | Yone Lindgren (Articulação Brasileira de Lésbicas). | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| VII Seminário LGBT - Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas | 18/05/10 | Irina Bacci (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |

| Arquivo da Câmara dos Deputados - Fontes documentais analisadas | | | |
|--|-------------|---|---|
| Evento | Data | Lésbicas participantes | Documentos identificados |
| Seminário Escola sem Homofobia | 23/11/10 | Yone Lindgren (Articulação Brasileira de Lésbicas); Sargento Regina (vereadora lésbica de Natal) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Seminário Assassinatos praticados contra a população LGBT | 24/11/10 | Yone Lindgren (ABGLT e ABL); Dayana Brunetto (Coordenadora do NGDS da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná) | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| VIII Seminário LGBT - Quem ama tem o direito de casar | 17/05/11 | Marinalva de Santana Ribeiro (Liga Brasileira de Lésbicas); Irina Bacci (ABGLT). | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |
| Seminário Plano Nacional de Educação: Mobilização por uma Educação sem Homofobia | 23/11/11 | Irina Bacci – (ABLGBT); | Arquivos sonoros e notas taquigráficas. |

Fontes de pesquisa

Documentos Administrativos:

- **Acervo do Arquivo da Câmara dos Deputados**
 - Documentos da “Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos sobre ocorrência de violação dos direitos humanos no Estado de Pernambuco” ocorrida em 25/08/1999 na Câmara dos Deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=25/08/1999&hrInicio=&hrFim=&origemDiscurso=&nmLocal=&nuSessao=0789/99&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=&sgFaseSessao=&Data=25/08/1999&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=14146>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos do “Seminário direitos humanos e Cidadania Homossexual” ocorrido em 21/09/1999 na Câmara dos Deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=21/09/1999&hrInicio=&hrFim=&origemDiscurso=&nmLocal=&nuSessao=0883/99&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=&sgFaseSessao=&Data=21/09/1999&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=14303>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos da “Sessão solene de abertura do Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT)” ocorrida em 26/06/2003 na Câmara dos deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=26/06/2003&hrInicio=09:59:00&hrFim=13:42:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0868/03&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:59&sgFaseSessao=&Data=26/06/2003&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=09:59&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=19926>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos do evento de “Avaliação do Programa Brasil sem Homofobia”, ocorrido em 25/05/2005 na Câmara dos Deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=25/05/2005&hrInicio=14:46:00&hrFim=17:36:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0674/05&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:46&sgFaseSessao=&Data=25/05/2005&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:46&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=24446>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos do “II Seminário GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (Travestis e Transexuais) - "Compromisso com o respeito e a igualdade"”, ocorrido em 28/06/2005 na Câmara dos Deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=28/06/2005&hrInicio=09:49:00&hrFim=13:21:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0949/05&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:49&sgFaseSessao=&Data=28/06/2005&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:49&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=24782>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos do “III Seminário Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros”, ocorrido em 12/07/2006 na Câmara dos Deputados.

Notas taquigráficas disponíveis em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=12/07/2006&hrInicio=09:57:00&hrFim=13:11:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0991/06&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:57&sgFaseSessao=&Data=12/07/2006&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:57&txEtapa=>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=12/07/2006&hrInicio=14:36:00&hrFim=17:42:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0998/06&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:36&sgFaseSessao=&Data=12/07/2006&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:36&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivos sonoros disponíveis em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=27347>

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=27366>

Último acesso em: 03/06/2025

- Arquivos sonoros do “IV Seminário Nacional GLBT, Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, ocorrido em 22/05/2007 na Câmara dos Deputados. *Não foram identificadas as notas taquigráficas.*

Arquivos sonoros disponíveis em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=28687>

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=28695>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos da Audiência pública para discutir sobre “homofobia nas escolas”, ocorrida em 22/10/2009 na Câmara dos Deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convocado&dtReuniao=22/10/2009&hrInicio=09:33:00&hrFim=11:16:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1882/09&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:33&sgFaseSessao=&Data=22/10/2009&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:33&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=35149>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos do “VII Seminário LGBT - Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas”, ocorrido em 18/05/2010 na Câmara dos Deputados.

Notas taquigráficas disponíveis em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=18/05/2010&hrInicio=10:12:00&hrFim=13:41:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0611/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:12&sgFaseSessao=&Data=18/05/2010&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=10:12&txEtapa=>

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=18/05/2010&hrInicio=14:59:00&hrFim=18:28:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0612/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:59&sgFaseSessao=&Data=18/05/2010&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:59&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivos sonoros disponíveis em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=36549>

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=36560>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos do “Seminário “Escola sem homofobia””, ocorrido em 23/11/2010 na Câmara dos Deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=23/11/2010&hrInicio=13:49:00&hrFim=18:40:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1161/10&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:49&sgFaseSessao=&Data=23/11/2010&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=13:49&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=37264>

Último acesso em: 03/06/2025

- Documentos do “Seminário sobre o Plano Nacional de Educação: “Mobilização por uma Educação sem Homofobia””, ocorrido em 23/11/2011 na Câmara dos Deputados.

Nota taquigráfica disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=Semin%C3%A1rio&dtReuniao=23/11/2011&hrInicio=14:21:00&hrFim=17:26:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1955/11&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:21&sgFaseSessao=&Data=23/11/2011&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:21&txEtapa=>

Último acesso em: 03/06/2025

Arquivo sonoro disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=39841>

Último acesso em: 03/06/2025

- **Acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Belo Horizonte - APCBH**

Transcrição do arquivo sonoro do primeiro dia do 1º Encontro Rainbow de Cultura GBLT, em 02/07/2002 na CMBH. Fonte: APCBH/ Fundo CMBH/ DR.02.02.00-2402.

- **Acervo do Arquivo da ALMG**

Nota taquigráfica da 83ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, ocorrida na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 05/09/2001. O documento podem ser acessado a partir do *site* da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: www.almg.gov.br. Último acesso em: 03/06/2025.

- **Acervo do Arquivo da Alesp**

Transcrição da sessão solene realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) em 8 de dezembro de 1995 e publicada no Diário Oficial do Estado - Poder Legislativo, edição de 21/12/1995, págs. 19 e 20. Disponível em:

https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f1995%2flegislativo%2fdezembro%2f21%2fpag_0001_4OP3PITKCHGVVeEN9VIRNPUE0IK.pdf&pagina=1&data=21/12/1995&caderno=Legislativo&paginaordenacao=100001

Último acesso em: 03/06/2025.

Periódicos produzidos por movimentos sociais:

- Jornal Lâmpião da Esquina

O Jornal Lâmpião da Esquina circulou em território nacional entre os anos de 1978 e 1981, em um total de 38 edições. O Grupo Dignidade de Curitiba (PR) disponibiliza todas as edições em versão digital a partir do seu site <https://cedoc.grupodignidade.org.br>. (Último acesso em: 03/06/2025) Com essa disponibilização, foi possível acessar as edições que foram analisadas neste material. São elas: Edição nº 12, de maio de 1979; Edição nº 16, de setembro de 1979; Edição nº 23, de abril de 1980; Edição nº 24, de maio de 1980.

- Boletim Chanacomchana

O Boletim Chanacomchana circulou em doze edições entre dezembro de 1982 e maio de 1987, produzido pelo GALF em São Paulo (SP). Suas edições digitalizadas foram disponibilizadas por Míriam Martinho a partir da página da Rede Um Outro Olhar, disponível em:

<https://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>

Último acesso em: 03/06/2022

As edições analisadas neste trabalho são: Edição nº 03 de maio 1983 e Edição nº 7, de abril de 1985.

- Boletim Um Outro Olhar

O Boletim Um Outro Olhar circulou em 21 edições entre setembro/dezembro de 1987, e 1994. Suas edições digitalizadas foram disponibilizadas por Míriam Martinho a partir da página da Rede Um Outro Olhar, disponível em:

<https://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>

Último acesso em: 03/06/2022

As edições analisadas neste trabalho são: Edição nº 1 de set/dez de 1987; Edição nº 3 de abril a maio de 1988; Edição nº 12 de novembro de 1990; e Edição nº 13, de abril de 1991.

- Revista Um Outro Olhar

A Revista Um Outro Olhar foi produzida pela Rede de Informações Um Outro Olhar e circulou em 17 edições entre maio de 1995 e dezembro de 2002/ fevereiro de 2003. Suas edições digitalizadas foram disponibilizadas por Míriam Martinho a partir da página da Rede Um Outro Olhar, disponível em:

<https://www.umoutroolhar.com.br/2021/07/memoria-lesbiana-um-raio-x-dos-boletins.html>

Último acesso em: 03/06/2022

A edição analisada neste trabalho é a de nº 24, de junho de 1996;

- **Revista Lilás:**

A Revista Lilás foi produzida em Portugal por um grupo de lésbicas de mesmo nome e circulou em 33 edições entre 1993 e 2002. O seu acervo se encontra digitalizado e disponível para consulta somente no seu local de guarda, a Hemeroteca Municipal de Lisboa.

As edições citadas neste trabalho são: Edição nº 1 de março de 1993; Edição nº 4 de dezembro de 1993; Edição nº 6 de junho de 1994; Edição nº 7 de setembro de 1994; Edição nº 9 de março de 1995; Edição nº 10 de junho de 1995; Edição nº 24 de abril de 1999; Edição nº 25 de agosto de 1999; e a Edição nº 29 de dezembro de 2000.

Matérias de jornais:

- Notícia veiculada na Folha de São Paulo sobre a anulação do processo contra Marli Barbosa e Rosana Ligeiro. Em 22/12/2000, a Folha de São Paulo noticiou: “STJ anula processo contra acusadas de matar síndica”. O acesso foi feito via *site* da Folha Online disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u17333.shtml>

Último acesso em: 03/06/2025.

- Matéria publicada pela *Le Monde diplomatique Brasil*: “O que faz o caso Luana Barbosa tão assustador?”. Disponível em:
<https://diplomatique.org.br/o-que-faz-o-caso-luana-barbosa-tao-assustador/>

Último acesso em: 03/06/2025.

Entrevistas de História Oral:

- Entrevista pública realizada com **Soraya Menezes** em 24 de setembro de 2019, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizada a partir de quatro eixos temáticos principais, com perguntas que buscavam entender sobre a sua militância antes da ALEM, a formação das redes de sociabilidades lésbicas em Belo Horizonte, seu contato com outros movimentos a partir do Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) e as principais pautas da ALEM quando surgiu a organização. A entrevista foi gravada em áudio/vídeo, transcrita e arquivada (em breve integrará o Storage e o site do LABHOI/UFF). A duração da

entrevista foi de 30 minutos e 44 segundos e gerou um documento de 6 páginas com a transcrição das narrativas.

- Entrevista realizada com **Soraya Menezes** em 25 de junho de 2020 a partir de plataforma digital (Zoom), por causa do contexto de pandemia da Covid-19. As perguntas, também enviadas anteriormente para a colaboradora, versavam sobre o conhecimento da memória das mulheres lésbicas, os espaços de sociabilidades em Belo Horizonte, o sentido do uso do termo “lésbica”, entre outras que envolviam o tema das lesbianidades nos anos 1980 e 1990. A entrevista foi gravada em áudio/vídeo, transcrita e arquivada (em breve integrará o Storage e o site do LABHOI/UFF). A duração da entrevista foi de 47 minutos e gerou um documento de 6 páginas com a transcrição das narrativas.
- Entrevista realizada com **Soraya Menezes** em 25 de setembro de 2020 a partir de plataforma digital (Zoom), por causa do contexto de pandemia da Covid-19. As perguntas, também enviadas anteriormente para a colaboradora, versavam sobre: a história de vida da Soraya para além da militância; relação com família, amigos/as e colegas de trabalho; perspectivas sobre suas vivências pessoais. A entrevista foi gravada em áudio/vídeo, transcrita e arquivada (em breve integrará o Storage e o site do LABHOI/UFF). A duração da entrevista foi de 47 minutos e gerou um documento de 9 páginas com a transcrição das narrativas.
- Entrevista realizada com Yone Lindgren em 11 de maio de 2024 a partir de plataforma digital (*Google Meet*). As perguntas, enviadas anteriormente para a colaboradora, versavam sobre: sua trajetória de militância; das suas articulações e ações no Congresso Nacional; suas percepções sobre visibilidade lésbica nesses espaços; sobre a construção do “Brasil sem Homofobia”; e um balanço das atuações do executivo, legislativo e judiciário em prol de direitos para a população LGBTQIAPN+. A entrevista foi gravada em áudio/vídeo, transcrita e arquivada (em breve integrará o Storage e o site do LABHOI/UFF). A duração da entrevista foi de 1 hora e 3 minutos e gerou um documento de 15 páginas com a transcrição das narrativas.

Referências Bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Polén Livros, 1ª edição, 2019, 152p.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROSA, Rogério (org.). **História pública em movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **História Oral e Movimento Social: Narrativas Públicas**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2016. v. 1. 168p
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **O que a história oral ensina à história pública**. In: MAUAD, SANTHIAGO, BORGES. (Org.). **Que História Pública Queremos?** 1 ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018, v. 1, p. 101-120.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. História pública e pesquisa participativa no tempo presente: corpo e oralidade em um laboratório engajado. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 43, p. e0111, 2024. DOI: 10.5965/2175180316432024e0111. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180316432024e0111>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- BELLINI, L.. **A coisa obscura: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial** (2a. edição revisada). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2014. v. 1. 111p
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes. Tratamento documental**. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 320pp. ISBN 85-225-0474-1.
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CADERNO escola sem homofobia. Brasília, DF: MEC, 2009.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **25 anos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (1995-2020): uma história tecida por múltiplas vozes**, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- CARVALHO, Tamara Teixeira. **Caminhos do desejo: uma abordagem das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COMBAHEE RIVER, Coletivo. Tradução: **Manifesto do Coletivo Combahee River**. Plural, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. 197–207, 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2019.159864. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>.. Acesso em: 29 maio. 2024.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRUZ, João Lúcio. **Qual é a tua, oh Lampião? Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

CRUZ, Thalles A. S. **Diferença em disputa: os embates acerca do kit anti-homofobia (2004-2012)**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DIAS, L. de O.; FREIRE, R. M. Atravessamentos de mulheres lésbicas nas cidades. In: KUNZLER, J.; MACHADO, R.; DE OLIVEIRA, V. D. E. (org.). Urbano palco. Goiânia: Kelps, 2020. p. 223-244

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Difel. Edição do Kindle, 2018.

DÍAZ-BENITEZ, M. E.; MATTOS, A. **Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas**. In: Isabel Rocha de Siqueira; Bruno Magalhães; Mariana Caldas; Francisco Matos. (Org.). Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos. 1ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019, v. II, p. 67-94.

DEMARCHI, Cristiane. **Uma Safo à francesa: estudo das representações de Safo em imagens pictóricas francesas do século XIX**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. 2004, Herética edições lésbicas e feministas independentes.

FERRAZ, Maria. **Em busca da visibilidade: o movimento das mulheres lésbicas em Belo Horizonte (1998-2014)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FONTES, Joaquim Brasil. Imagens de Safo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 2, p. 113–139, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1714>. Acesso em: 29 maio. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FRISCH, Michael. **A história pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice versa**. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo e SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GREEN, James N. e QUINALHA, Renan. (Orgs). **Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistências e a busca da verdade**. São Carlos: Editora da UFSCar, 2014.

HERMETO, Miriam; AMATO, Gabriel; DELLAMORE, Carolina. (Org.). **E 68, hein? Performance narrativa em história oral**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista (Estudos) (Portuguese Edition)*. Editora Perspectiva S/A. Edição do Kindle, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (brasil, 1979-2006)**. 2007. Tese (Doutorado em História), UNB, Brasília.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Tradução de Stephanie Borges.

LORDE, Audre. **Sou sua irmã: Escritos reunidos e inéditos** (Portuguese Edition). Ubu Editora. Edição do Kindle, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a Educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ; Editora Vozes, 2003, 6a edição.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 935-952, setembro-dezembro/2014.

MACHADO, Frederico. **Muito além do arco-íris. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado**. 2007, Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), UFMG, Belo Horizonte.

- MAIA, Caio. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- MARTINS, Alexandre Nogueira. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização.** 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História Oral como fazer como pensar.** 2. ed. 4ª reimp. São Paulo: Editora Contexto, 2015. 175p.
- MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob os olhos ocidentais.** 2020, Zazie Edições. 144 p.
- MORANDO, Luiz. **Paraíso das Maravilhas: uma história do Crime do Parque.** 1a. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. v. 1. 328p
- MORANDO, Luiz. **Entre documentos e silêncios: a rede social de homossexuais em Belo Horizonte na década de 1960.** E-COM (Belo Horizonte), v. 2, p. 3, 2009.
- MORANDO, Luiz. **Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996).** Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 1, p. 62-76, 2018.
- NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. . - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.
- PAREDES, Julieta. **Hilando Fino: desde el feminismo comunitario.** 2008.
- PEDRETTI, Lucas. **A transição inacabada: Violência de Estado e direitos humanos na redemocratização.** Companhia das Letras, 2024, *E-book*, 382 p.
- PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 a 2017,** 2018.
- QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidade.** Perú Indígena, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.
- RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.
- RICŒUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli.** Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- RODRIGUES LEITE, Letícia Batista. **Quando a "décima musa" inspira raps e tambores: dos usos políticos da figura de Safo por vozes lésbicas e feministas no Brasil contemporâneo.** *Heródoto: Revista Do Grupo De Estudos E Pesquisas Sobre a Antiguidade Clássica E Suas Conexões Afro-asiáticas*, 2018, 2(2), 564–578. <https://doi.org/10.31669/herodoto.v2i2.298>

ROVAI, Marta. **Como e por que fomentar uma história pública latino-americana?** In: Ana Maria Mauad; Ricardo Santhiago; Viviane Trindade Borges. (Org.). *Que história pública queremos?* 1ed.São Paulo: Letra e Voz, 2018, v. 1, p. 307-322.

ROVAI, M. G. de O. Um livro, muitas vozes: as potencialidades de um trabalho de história oral em dimensão pública e dialógica com feminilidades trans. **História Oral**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 43–61, 2023. DOI: 10.51880/ho.v26i1.1318. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1318>. Acesso em: 3 jun. 2025.

SANTHIAGO, Ricardo. **Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil.** In: MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SAUNDERS, T. L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 102–116, 2017. DOI: 10.9771/peri.v1i7.22275. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. v. 1. 194p

SMITH, Barbara. **Home Girls: A Black Feminist Anthology.** 2000.

SOARES, Gilberta. **Sapatos tem sexo? Metáforas de Gênero em Lésbicas de baixa renda, negras, no Nordeste do Brasil.** 2016, Tese (Doutorado em Estudos sobre mulheres, gênero e feminismo), UFBA, Salvador.

SOIHET, Rachel. **Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas.** *Revista Estudos Feministas*, 1997. p. 1-23.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios.** Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2022.